



PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

RELATÓRIO GESTÃO
DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
INVENTÁRIO



ESTARREJA
MUNICÍPIO





ESTARREJA
MUNICÍPIO



RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

“Quem administra bens alheios presta contas ...Ora, bom exemplo de bens alheios são os bens públicos que por serem da comunidade (ou de instituições nascidas da sua auto-organização) não são individualmente de ninguém que zele pela sua integridade e pela sua fidelidade e transparência da respetiva gestão. Surge, assim, a obrigação de prestar contas como dever dos que administram a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos”. Tribunal de Contas.”

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	3
1.1.	Objetivo e Enquadramento Geral	3
1.2.	Estrutura/Metodologia	6
2	CENÁRIO MACROECONÓMICO	9
2.1.	Global/Enquadramento Mundial	9
2.2.	Portugal/Conjuntura Nacional.	9
3	ADMINISTRAÇÃO LOCAL - Enquadramento Financeiro e Legal	11
4	CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE	13
4.1.	Identificação	13
4.1.1.	Origens Históricas	13
4.1.2.	Caraterização geográfica e administrativa	14
4.1.3.	Caraterização demográfica, social e económica	15
4.2.	Organização Municipal	21
4.2.1.	Estrutura Política	21
4.2.2.	Estrutura Organizativa Efetiva	23
4.3.	Recursos Humanos	24
4.3.1.	Evolução dos Recursos Humanos	24
4.3.2.	Caraterização dos Recursos Humanos	25
4.3.2.1.	Género	25
4.3.2.2.	Relação Jurídica de Emprego por cargo/carreira	26
4.3.2.3.	Estrutura Etária	28
4.3.2.4.	Antiguidade na Administração Pública	29
4.3.2.5.	Estrutura Habilitacional	29
5	EIXOS ESTRATÉGICOS	32
6	ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	41
6.1.	Execução Global do Orçamento	41
6.1.1.	Orçamento Inicial versus Final e Executado	42
6.1.2.	Resumo da Execução Orçamental 2019	45
6.1.3.	Evolução da Execução Orçamental (quadriénio 2016 – 2019)	46
6.1.4.	Relação Entre Receita e Despesa	49
6.1.5.	Movimentos de Tesouraria	50

6.2.	Análise da Receita	56
6.2.1.	Execução, Evolução e Estrutura da Receita Total	56
6.2.2.	Análise das Receitas Correntes	61
6.2.3.	Análise das Receitas de Capital	67
6.2.4.	Grau de Independência	69
6.3.	Análise da Despesa	70
6.3.1.	Execução, Evolução e Estrutura da Despesa Total -PAGA	70
6.3.2.	Análise da Despesas Correntes	75
6.3.3.	Análise das Despesas de Capital	86
6.3.4.	Análise da Despesa na Ótica das Grandes Opções do Plano	91
7	ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO	94
7.1.	Enquadramento	94
7.2.	Dívida Total	95
7.3.	Dívida de Curto Prazo	97
7.4.	Dívida de Médio e Longo Prazo (natureza orçamental)	99
7.5.	Serviço de Dívida	101
7.6.	Composição do Capital Bancário em Dívida no Fim da Gerência	102
7.7.	Limites à Dívida	102
8	ANÁLISE PATRIMONIAL	107
8.1.	Evolução da Situação Económica e Financeira	107
8.1.1.	Análise ao Balanço	107
8.1.2.	Análise da Demonstração de Resultados	114
9	INDICADORES DE GESTÃO	123

1. INTRODUÇÃO

1.1. OBJETIVO E ENQUADRAMENTO GERAL

A obrigação de **prestar contas** inclui num amplo dever de informação a cargo de quem gere o que não é seu e a gestão de dinheiros públicos, como recursos escassos que são, constitui um exemplo típico de administração de bens alheios, sendo cada vez mais necessário que, quer os gestores públicos, quer os cidadãos, tenham em atenção a importância que os bens/recursos públicos detêm pela sua especial característica de serem **públicos**.

Atendendo á especificidade do contexto institucional das entidades públicas, nomeadamente assente no facto de os rendimentos/recursos do setor público serem maioritariamente oriundos de impostos e contribuições, cobrados, com força obrigatória, às famílias, às empresas e à generalidade dos agentes económicos, é evidente que os contribuintes pretendem saber a afetação e a respetiva eficácia desses recursos. De ter em conta também que, no que respeita ao setor público, existe uma necessidade de se saber se os serviços prestados vão de encontro às necessidades dos utentes desses mesmos serviços. [Santos, R.J.S. & Saraiva, H.I.B (2016)].

Afinal todo o dinheiro do Estado é proveniente da amputação do rendimento dos agentes económicos privados e nunca deixa de estar ao serviço e ser pertença dos cidadãos [Moreno, C. (2010)].

Assim, os gestores públicos têm de administrar os recursos públicos de forma eficiente, eficaz, equitativa e transparente, procurando gastar o mínimo, com o máximo proveito e os melhores resultados na prestação de serviços públicos. Por seu turno, os cidadãos deverão sentir-se informados, confiantes e conscientes do direito que detêm no que concerne às práticas e uso dos recursos públicos por parte de quem tem a capacidade de os administrar

Neste contexto, o órgão executivo de um município tem a responsabilidade de assegurar uma boa gestão dos dinheiros públicos (*afetação de recursos com o objetivo da eficiência e a redistribuição de rendimentos e riqueza com vista a uma melhor justiça social*) e consequentemente informar sobre a forma como foram utilizados os recursos públicos disponibilizados.

O relato financeiro não é um fim em si mesmo. Tem como objetivo proporcionar informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras e decorre das necessidades de informação daqueles.

O relato financeiro das entidades públicas é desenvolvido para responder às necessidades de informação dos utilizadores dos serviços e seus representantes e dos fornecedores de recursos e contribuintes, com os objetivos proporcionar informação sobre essas entidades, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

Em cumprimento da sua missão o órgão executivo tem assim de prestar contas em momentos diversos e diferentes destinatários, como sejam:

- Aos eleitores, pelos fornecedores, investidores, instituições financeiras, público em geral, sobre o cumprimento dos compromissos assumidos previamente em programa eleitoral - Controlo Social;
- Tribunal de Contas, a quem presta jurisdicionalmente contas da sua atividade financeira - Controlo Jurisdicional (art.º 51º e seguintes da Lei nº98/97, de 26 de agosto);

- Ao Ministério da Administração Interna (DGAL e CCDR) e outros órgãos de controlo externo (DGO e IGF) a quem presta contas do ponto de vista da legalidade administrativa - Controlo Administrativo (artigo 7º da Lei nº73/2013 de 3 de setembro);
- O órgão deliberativo, Assembleia Municipal, a quem presta verdadeiramente contas para que esta aprecie em sessão ordinária a ocorrer durante o mês de abril - Controlo Político (alínea I) do nº2 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro).

Confrontados os decisores políticos com esta necessidade, sobressai a importância do papel do sistema contabilístico, cabendo-lhe assegurar a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial, fiável e oportuna, e que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos escassos recursos financeiros.

Na prossecução deste fim, o regime de contabilidade autárquica legalmente estabelecido (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual) dita a elaboração do relatório de gestão como peça a integrar nos documentos de prestação de contas

Com o pressuposto base de **“Conhecer, avaliar e reportar para melhor gerir os recursos públicos”** submete-se à aprovação do Órgão Executivo o RELATÓRIO DE GESTÃO e demais DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, referente ao exercício económico de 2019, conforme determina o disposto no n.º 1 da alínea j) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação¹, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, cabendo a Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A prestação de contas obedece ao disposto no ponto 2 das considerações técnicas do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) aprovado pelo Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 162/99 de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei nº315/2000 de 2 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 84-A/2002 de 5 de abril, pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro.

A organização e documentação das contas segue o preceituado no n.º 13 do POCAL e n.º 28 das Instruções n.º 1/2001 – 2.ª Secção do Tribunal de Contas, os termos das instruções da Resolução n.º 4/2001² – 2ª secção, alterada pela Resolução nº 6/2013³ – 2ª secção e pela Resolução nº 3/2019⁴ – 2ª Secção.

Em conformidade com as referidas instruções do Tribunal de Contas, resultam para o Município de Estarreja, e como elementos de prestação de contas, os documentos descritos no quadro seguinte.

¹ Republicada em anexo à Lei nº51/2018, de 20 de agosto

² Publicada no Diário da República, 2ª Série, nº191, de 18 de agosto

³ Publicada no Diário da República, 2ª Série, nº226, de 21 novembro

⁴ Publicada no Diário da República, 2ª Série, nº16, de 23 de janeiro 2020

Quadro nº1 – Documentos de Prestação de Contas

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nº	Designação	Código POCAL	Grupo 1
1	↳ Balanço	5	X
2	↳ Demonstração de Resultados	6	X
3	↳ Plano Plurianual de Investimentos	7.1	X
4	↳ Orçamento (Resumo)	7.2	X
5	↳ Orçamento	7.2	X
6	↳ Controlo Orçamental da Despesa	7.3.1	X
7	↳ Controlo Orçamental da Receita	7.3.2	X
8	↳ Execução do Plano Plurianual de Investimentos	7.4	X
9	↳ Fluxos de Caixa	7.5	X
10	↳ Contas de Ordem	7.5	X
11	↳ Operações de Tesouraria	7.6	X
12	↳ Caracterização de Entidade	8.1	X
13	↳ Notas ao Balanço e á Demonstração de Resultados	8.2	X
14	↳ Modificações do Orçamento – Receita	8.3.1.1	X
15	↳ Modificações do Orçamento - Despesa	8.3.1.2	X
16	↳ Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos	8.3.2	X
17	↳ Contratação Administrativa – Situação dos Contratos	8.3.3	X
18	↳ Transferências Correntes – Despesa	8.3.4.1	X
19	↳ Transferências de Capital – Despesa	8.3.4.2	X
20	↳ Subsídios Concedidos	8.3.4.3	X
21	↳ Transferências Correntes – Receita	8.3.4.4	X
22	↳ Transferências de Capital – Receita	8.3.4.5	X
23	↳ Subsídios Obtidos	8.3.4.6	X
24	↳ Ativos de rendimento fixo	8.3.5.1	X
25	↳ Ativos de rendimento variável	8.3.5.2	X
26	↳ Empréstimos	8.3.6.1	X
27	↳ Outras Dívidas a terceiros	8.3.6.2	X
28	↳ Relatório de Gestão	13	X
29	↳ Guia de Remessa		X
30	↳ Ata da reunião em que foi discutida e votada a Conta		X
31	↳ Norma de controlo interno e suas alterações	2.9	X
32	↳ Resumo Diário de Tesouraria	12.2.9	X
33	↳ Síntese das Reconciliações Bancárias		X
34	↳ Mapa de Fundos de Maneio		X
35	↳ Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais		X
36	↳ Relação de acumulação de funções		X
37	↳ Relação nominal de responsáveis		X
38	↳ Mapa das Participações da Entidade		X
39	↳ Declaração dos Recebimentos em Atraso existentes a 31/12/2017		X
40	↳ Declaração dos Pagamentos em Atraso existentes a 31/12/2017		X
41	↳ Declaração dos Compromissos Plurianuais existentes a 31/12/2017		X
42	↳ Ata da deliberação de aprovação do relatório e contas		X
43	↳ Cópia da certificação legal de contas, se emitida		X

De referir o atual momento crítico vivido a um nível mundial e global, com o surto pandémico provocado pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), que deu origem á doença denominada COVID-19, criando uma situação de emergência de saúde pública cujos contornos são incertos para todos e todas as entidades, quer públicas, quer privadas.

No dia 18 de março de 2020 foi decretado o estado de emergência em Portugal, através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, ocasionada pela COVID -19 enquanto pandemia internacional.

No âmbito da resposta que foi requerida ao Estado Português para o combate ao surto de COVID-19, foram publicados sucessivos diplomas estabelecendo medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus – COVID 19.

Em 13 de março, foi publicado o Decreto-Lei n.º 10-A/2020 que *“estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus – COVID 19”*. Este diploma governamental foi objeto de ratificação pela Assembleia da República, através da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março.

Neste seguimento, o artigo 4º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março determinou um regime excecional de aprovação e remessa ao Tribuna de Contas (TdC) das Contas Individuais das entidades públicas.

Assim temos que o órgão executivo remeterá para o Tribunal de Contas, **até 30 de junho**, pela via eletrónica, os documentos de prestação de contas, nos termos da alínea k) do n.º1 do artigo 35.º e alínea ww) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, independentemente da sua aprovação e apreciação e votação da Exma. Assembleia Municipal.

Nos termos do art.º 78.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, para efeitos da prestação de informação relativamente às contas, os municípios remetem à DGAL a prestação de contas anuais depois de aprovadas, incluindo, sendo caso disso, os consolidados, nos 10 dias subseqüentes, respetivamente à sua aprovação e ao período a que respeitam.

Os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do exercício 2019, será disponibilizada no respetivo sítio em http://www.cm-estarreja.pt/relatorio_de_atividades_e_prestacao_de_contas , art.º 79.º da Lei anteriormente citada.

O auditor externo, Dr. Vítor Manuel Lopes Simões, é o responsável pela certificação legal de contas do Município, pertencendo à sociedade de revisores “MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS – SROC, S.A.”, nomeado pela Assembleia Municipal, sob proposta do órgão executivo, nos termos do art.º 77 da Lei anteriormente citada.

1.2. ESTRUTURA/METODOLOGIA

Um dos documentos de prestação de contas é o RELATÓRIO DE GESTÃO, cujo conteúdo deve contemplar os aspetos referenciados no ponto 13 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), contendo uma exposição fiel e clara da evolução da atividade, do desempenho e da posição financeira e orçamental do Município, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução da atividade, dos resultados e da sua posição financeira e orçamental, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o Município se defronta.

Tais informações destinam-se não só para apreciação do órgão deliberativo, fiscalizador da atividade municipal, e, para julgamento do Tribunal de Contas, mas também a terceiros tais como fornecedores, entidades bancárias e cidadãos em geral, a fim de avaliarem a atividade desenvolvida e o seu impacto no desenvolvimento económico e social das populações.

O presente RELATÓRIO espelha a execução orçamental durante o ano económico de 2019 e a situação financeira patrimonial da autarquia no final desse período, apresentando em documento/volume autónomo os MAPAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.

O relato financeiro, que se segue visa explorar as tendências do desempenho financeiro do Município de Estarreja em diferentes óticas, nomeadamente a Orçamental, Económica e Financeira, tendo por base a comparação com os exercícios anteriores.

De forma resumida o **Relatório de Gestão** trata-se de um instrumento fundamental de diagnóstico e de avaliação da performance económica e financeira do município, disponibilizando elementos relativos à atividade financeira e patrimonial da autarquia evidenciando os aspetos mais importantes.

O **Relatório de Gestão** apresenta-se decomposto em sete áreas principais:

- **Enquadramento Macroeconómico**, de descrição dos factos mais relevantes da conjuntura económica mundial e nacional que caracterizaram o ano 2019 e influenciaram a atuação e os resultados da autarquia no exercício económico em análise, realçando a legislação de maior relevância e impacto na Administração Local
- **Caraterização da Entidade**, promovendo a exibição da estrutura política, da estrutura orgânica e funcional, com apresentação de alguns indicadores dos recursos humanos desta autarquia local;
- **Eixos Estratégicos**, procede-se a avaliação da execução das premissas e prioridades, explanadas no Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano de 2018, bem como dos eixos estratégicos definidos nesses mesmos documentos previsionais;
- **Análise Orçamental**, onde se desenvolve uma avaliação de natureza orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, suas alterações e revisões e respetiva articulação entre receita e despesa, assim como os fluxos de caixa e contas de ordem, seguida de uma abordagem individualizada às componentes da Receita e da Despesa Municipal, relevando os aspetos da execução das Grandes Opções do Plano (doravante GOP's), especificamente no que concerne ao investimento e atividades mais relevantes realizadas;
- **Dívida Municipal**, incluindo uma apreciação detalhada ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública;
- **Análise Patrimonial**, tendo por base o balanço e a demonstração de resultados, permitindo uma análise da situação económico-financeira relativa ao exercício, avaliando designadamente a situação patrimonial, a evolução dos custos e proveitos, incluindo proposta de aplicação do Resultado Líquido do período.
- **Indicadores de gestão**

Na metodologia utilizada foram elaborados quadros e gráficos de forma a evidenciar os dados informativos indicados em cada capítulo. Para melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal são apresentados, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores.

Este RELATÓRIO contém uma exposição fiel e clara da evolução da atividade, do desempenho e da posição financeira e orçamental do Município, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução da atividade, dos resultados e da sua posição financeira e orçamental, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o Município se defronta.

2. CENÁRIO MACROECONÓMICO

2.1. GLOBAL | ENQUADRAMENTO MUNDIAL

O crescimento económico, a nível global, em 2019, foi o mais fraco desde a grande crise financeira, com uma expansão do PIB mundial de 2,9% face aos 3,6% do ano anterior, refletindo uma desaceleração do crescimento das economias mais avançadas, contrabalançada por uma recuperação e maior crescimento das mais importantes economias emergentes.

Para este crescimento económico ténue contribuiu, sobretudo, uma contração da atividade industrial transformadora e do comércio internacional, resultado de incerteza geopolítica (com destaque para o Brexit e para movimentos de manifestação/protesto social), fatores específicos em algumas economias emergentes, eventos climáticos, problemas estruturais no setor automóvel, dos impactos de diversas medidas protecionistas e, sobretudo, pela indefinição gerada pelo crescente conflito comercial entre EUA e China.

Os efeitos das “guerras” comerciais, entre os EUA e a China, tiveram claros efeitos de contágio à Europa, amplificando as repercussões adversas nas economias desenvolvidas. Em 2019, o volume de comércio mundial declinou pela primeira vez desde a crise financeira de 2008, fruto em grande medida deste fator.

O PIB dos EUA cresceu 2,3% em 2019, assente em condições financeiras favoráveis e no crescimento das despesas de consumo privado, sustentadas num mercado de trabalho robusto, com a inflação a situar-se em cerca de 2%.

Em 2019, a economia chinesa prosseguiu uma trajetória de abrandamento gradual do crescimento, que se fixou em 6,1%, refletindo a redução das exportações e a diminuição do investimento, no âmbito da implementação progressiva de reformas estruturais tendentes a reduzir o peso do comércio externo na economia.

No que diz respeito à zona euro, o ano ficou marcado pela incerteza quanto à negociação do Brexit e às eleições para a Comissão Europeia. Na área do euro, o crescimento desacelerou de forma pronunciada, com o PIB a crescer apenas 1,2% em 2019, face a 1,9% no ano anterior, sustentado por condições de financiamento favoráveis, novos ganhos em termos de emprego e aumentos dos salários, política orçamental ligeiramente expansionista e manutenção da procura externa. Esta desaceleração, apesar de generalizada, não foi uniforme entre os vários estados membros, sendo especialmente pronunciada nos países centrais, tais como a Alemanha, França e também Itália, ainda que por razões diferenciadas.

2.2. PORTUGAL | CONJUNTURA NACIONAL

Em 2019, a economia portuguesa mostrou-se resiliente, mantendo o ciclo de expansão iniciado em 2013, mas acompanhando a tendência de desaceleração da atividade económica registada em toda a Europa. A razão para o abrandamento em relação a 2018 estará “no menor contributo das exportações, num quadro de crescimento mais fraco do comércio mundial e da procura externa dirigida à economia portuguesa”, aponta o Banco de Portugal.

Em 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 2,2% em termos reais, menos 0,4 p.p. que o crescimento observado em 2018. Esta evolução reflete uma desaceleração do consumo privado e das exportações, enquanto o investimento acelerou.

O consumo privado manteve um crescimento real (2,3%) relativamente estável face a 2018, refletindo a evolução do consumo corrente e dos gastos em bens duradouros, enquanto o investimento registou uma ligeira aceleração (para uma variação anual de 7,2%).

Em 2019, as exportações desaceleraram, apesar de manterem um ritmo de crescimento sustentado (3,7%), prolongando a tendência dos anos mais recentes. Por outro lado, as importações desaceleraram de forma mais moderada do que as exportações, essencialmente devido ao reforço do investimento, tendo em consideração que as rubricas de maior crescimento ocorreram ao nível de bens de equipamento e de material de transporte.

A inflação, medida pela Taxa de Variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), situou-se em 0,3% em 2019, que corresponde a um decréscimo face ao ano anterior, em que este indicador tinha sido de 1,2%, estando esta evolução está em consonância com os restantes países da União Europeia.

O mercado de trabalho continuou a evoluir positivamente, com a criação de aproximadamente 46 mil novos empregos em 2019, tendo Portugal continuado a assistir ao crescimento da taxa anual do emprego e à manutenção da tendência descendente da taxa de desemprego, ainda que a cadências progressivamente mais moderadas. No do ano de 2019 este indicador situou-se nos 6,4%, que compara com os 6,6% registados no ano anterior. Desde 2002 que Portugal não atingia taxas de desemprego tão baixas. A queda registada em 2019 manteve Portugal abaixo da média da Zona Euro, que terá registado 7,6%.

3. ADMINISTRAÇÃO LOCAL _ Enquadramento Financeiro e Legal

A sustentabilidade das finanças públicas é uma condição necessária para assegurar uma trajetória de crescimento económico sustentado, nessa lógica as autarquias como entidades públicas prosseguem o princípio de disciplina orçamental, assente na transparência das finanças públicas, no controlo da receita e da despesa pública e na monitorização permanente da execução orçamental.

De seguida é apontado o enquadramento normativo mais relevante para a atuação dos Municípios, durante o exercício económico de 2019:

Quadro nº 02 – Enquadramento Normativo 2019 (financeiro)

ENQUADRAMENTO NORMATIVO DE 2019	
Orçamento de Estado	
Lei n.º 70/2018 de 31 de dezembro	Aprova as Grandes Opções do Plano para 2019
Lei n.º 71/2018 de 31 de dezembro (Declaração de Retificação n.º 6/2019, de 1 de março)	Lei do Orçamento do Estado para 2019, que á semelhança de anos anteriores, consagra conjunto de medidas e alterações legislativas com implicações na Administração Local, nomeadamente alterando a Lei nº73/2013 e Lei 50/2012
Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho	Estabelece as normas de execução do Orçamento de Estado para 2019
Autarquias Locais	
Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	Regime Jurídico das Autarquias Locais, estatuto das Entidades Intermunicipais e da transferência de competências (vulgo Lei das Autarquias Locais)
Lei nº50/2018, de 16 de agosto	Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais
Financeira	
Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro	POCAL – Plano Oficial das Autarquias Locais
Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto -Retificativo n.º 8 -F/2002, de 28 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 69 -A/2009, de 24 de março e pelo Decreto-Lei n.º 29 -A/2011, de 1 de março	Classificação Económica das Receitas e das Despesas Públicas
Portaria nº671/2000, de 17 de abril	Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE) e respetivo classificador geral, bem como os modelos anexos
Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7 - A/2016, de 30 de março e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro;	Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais
Lei nº73/2013 de 3 de setembro, republicado em Anexo á Lei nº51/2018 de 16 de agosto	Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais
Lei nº22/2015 de 17 de março	Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)
Decreto-Lei nº99/2015, de 2 de junho	Adaptação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) á Administração Local
Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto	Aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal, regulamentando o Fundo de Apoio Municipal
Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro	Lei de Enquadramento Orçamental
Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

ENQUADRAMENTO NORMATIVO DE 2019 (cont.)	
Portaria nº189/2016, de 14 de julho e Portaria nº218/2016, de 9 de agosto	No âmbito da regulamentação do SNC-AP, aprovam respetivamente as Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional (Anexo III do SNC-AP) e o regime Simplificado para as pequenas entidades ou micro entidades – art.3.º do DL 192/2015, de 11/09.
Decreto-Lei n.º 85/2016 de 21 de dezembro	Altera o Regime da Administração Financeira do Estado e do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.
Portaria n.º 128/2017 de 5 de abril	Estabelece a estratégia de disseminação e implementação do SNC-AP, bem como da reforma da contabilidade e contas públicas em geral.
Lei nº98/97, de 26 de agosto na sua atual redação	Lei de Organização e Processo do TRIBUNAL DE CONTAS
Recursos Humanos	
Lei nº35/2014, de 20 de junho	Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas
Decreto-Lei n.º 117/2018 de 27 de dezembro	Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida a partir de 1 de janeiro de 2019, para 600,00€
Portaria nº24/2019, de 17 de janeiro	Fixa em 435,76 € o valor do indexante dos apoios sociais (IAS) para o ano 2019
Contratação Pública	
Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto	Procede à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos , aprovado pelo Decreto-Lei nº 17/2008, de 29 de janeiro e à transposição da Diretiva nº 2014/23/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de fevereiro de 2014, relativa à adjudicação de contratos de concessão; da Diretiva nº 2014/24/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de fevereiro de 2014, relativa aos contratos públicos, que revoga a Diretiva 2004/18/CE; da Diretiva nº 2014/25/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de fevereiro de 2014, relativa aos contratos públicos celebrados pelas entidades que operam nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais, que revoga a Diretiva nº 2004/17/CE; e da Diretiva nº 2014/55/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014, relativa à faturação eletrónica nos contratos públicos
Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto	Regulação da disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública
Portaria n.º 371/2017, de 14 de dezembro	Formulários -tipo para publicação de anúncios no âmbito de processos de adjudicação de contratos públicos
Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro	Regras e os termos de apresentação dos documentos de habilitação do adjudicatário no âmbito de procedimentos de formação de contratos públicos.
Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro	Regulação do funcionamento e gestão do portal dos contratos públicos, denominado «Portal BASE»
Portaria n.º 72/2018, de 9 de março	Define os termos em que a entidade adjudicante pode exigir rótulos e relatórios de ensaio, certificação e outros meios de prova
Portaria n.º 289/2019 de 5 de setembro	Regulamenta os aspetos complementares da fatura eletrónica
Portaria n.º 701-H/2008. de 29 de julho	Instruções para a elaboração de projetos de obras
Portaria 959/2009, de 21 de agosto	Formulário de Caderno de Encargos

4. CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

4.1. IDENTIFICAÇÃO

4.1.1. Origens históricas



A ocupação humana deste território - outrora junto ao mar e após à ria - remonta, de acordo com os estudos arqueológicos realizados, ao Neolítico (séculos V a III a.C.), existindo alguns artefactos deste período. Há provas também de comunidades ao longo do Megalitismo, da Idade do Ferro, da época Romana e da Idade Média.

Está comprovada a existência de pequenos povoados dedicados à agricultura e à pastorícia. Da Idade Média temos referências documentais desde o século X a

Avanca, a Antuã, Canelas, Fermelã, Roxico, Beduído, Salreu e Veiros, pertencendo então todo este território às Terras de Santa Maria.

Em 1257, D. Afonso III fez doação das vilas de Antuã e Avanca ao Mosteiro de Arouca. Por esta época já a região estava polvilhada de pequenas aldeias, dedicando-se as suas comunidades também a outras atividades não agrícolas, como a salinífera e a piscatória.

O Foral de Antuã, concedido por D. Manuel I, e datado de 15 de novembro de 1519 libertou as terras de Antuã do domínio feudal, estabelecendo aí uma nova organização do território, da economia e da justiça, e dando maior liberdade e privilégios aos seus habitantes.

Em meados do século XVII, o concelho de Antuã alterou a sua designação para **Estarreja**, o qual, já no século XIX, viria a sofrer grandes alterações em virtude da extinção dos foros do senhorio do Mosteiro de Arouca e dos concelhos de Angeja e Bemposta.

Foi a base para o surgimento do concelho de Estarreja.

O brasão do Município de Estarreja foi criado em 1929, altura em que foi estabelecido em decreto que defendia que as instituições públicas deveriam ter uma marca identificativa para autenticação dos seus documentos, foi depois aprovado em 1936, por Portaria nº 8339 de 17/01/1936.

Então, por proposta de Afonso de Dornelas, famoso heraldista português de então, foi criado o brasão, as armas e o selo da Câmara, tendo em conta as características e tradições preponderantes deste território.

Com a elevação de Estarreja a cidade em 2005, as armas foram ajustadas à situação de Cidade, passando o brasão de 4 para 5 torres, como em heráldica é próprio das cidades.

O feriado Municipal de Estarreja comemora-se, desde 1978, a 13 de junho por ser o dia de Santo António, o santo padroeiro de Estarreja.



4.1.2. Caracterização geográfica e administrativas



O Concelho de Estarreja com uma área de aproximadamente 108 Km², integra à escala regional em termos de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, a NUTII - Região Centro e a NUTIII do Baixo Vouga, onde se encontram também os concelhos de Ovar, Murtosa, Aveiro, Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga, Águeda, Ílhavo, Vagos, Oliveira do Bairro, Anadia e Mealhada.

O concelho de Estarreja pertence administrativamente ao distrito de Aveiro (Beira Litoral). Localiza-se na sub-região do Baixo Vouga, pertencente à Região Centro e ao Distrito de Aveiro e integra-se numa individualidade regional – **a ria**.

Esta sub-região do Baixo Vouga, compreende a porção correspondente à foz da bacia do Rio Vouga, encontra-se limitada a Norte pelo Grande Porto, a Este por Dão Lafões, a Sul pelo Baixo Mondego e a oeste pelo oceano atlântico. Tem uma área de 1802,3km² e uma população de 390.840 habitantes (censos de 2011).

O território municipal encontra-se limitado a norte – noroeste pelo concelho de Ovar, a sul pelo concelho de Aveiro, a oeste pelo concelho da Murtosa, a nordeste pelo concelho de Oliveira de Azeméis e a este – sudeste pelo concelho de Albergaria-a-Velha. O concelho de Estarreja abrange 7 freguesias: Avanca, Beduído, Canelas, Fermelã, Pardilhó, Salreu e Veiros.

Estarreja integra ainda a área de intervenção da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro (CCDR-C), fazendo parte da Entidade Intermunicipal da Região de Aveiro (que integra 11 municípios, uma vez que Mealhada passa a pertencer ao Baixo Mondego, atualização ainda não constante dos dados oficiais do INE), unidade administrativa de delimitação do território para efeitos da programação comunitária 2014-2020 (Quadro Estratégico Comum - QEC), no âmbito do regime do associativismo intermunicipal. Para fins do presente documento recorre-se ainda ao Mapa Nacional - NUTIII, constante do *site* oficial do INE (Baixo Vouga), para efeitos estatísticos.

Divisão territorial da região : NUTS III e Municípios



O concelho de Estarreja fica situado num território levemente acidentado a nascente e de planície a poente. É-lhe fronteira a Ria de Aveiro e o seu rio principal é o Antuã, que delimita as freguesias de Beduído, pelo Sul, e de Salreu, pelo Norte.

Atravessam o seu território a linha de caminho-de-ferro do norte, a A1, a EN109, a A29 e fica-lhe próxima a A25. A posição privilegiada que o concelho de Estarreja ocupa no agrupamento do Baixo Vouga, não

⁵ Relatório sobre o Estado de Ordenamento do Território – Divisão de Gestão Urbanística e Territorial/Setor de Planeamento Urbanístico (maio2015)

só permite a existência de importantes eixos de acessibilidade, como também fatores de ordem natural, relativos à proximidade da ria de Aveiro, a aptidão dos solos para a agricultura, a zona industrial, entre outros.

4.1.3. Caracterização demográfica

De acordo com dados publicados pelo publicados pelo Instituto Nacional De Estatística (INE) mais recentes, em “Anuário Estatístico da Região Centro - 2018 “ - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=410496448&PUBLICACOEstema=55481&PUBLICACOESmodo=2 ,em 2018 a população residente no concelho de Estarreja é de 25.965 habitantes, o que corresponde a 7,2% da população da NUTSIII- Baixo Vouga (362.100 hab) e a cerca de 1,2% da NUTS II - Região Centro (2.216.569 hab).

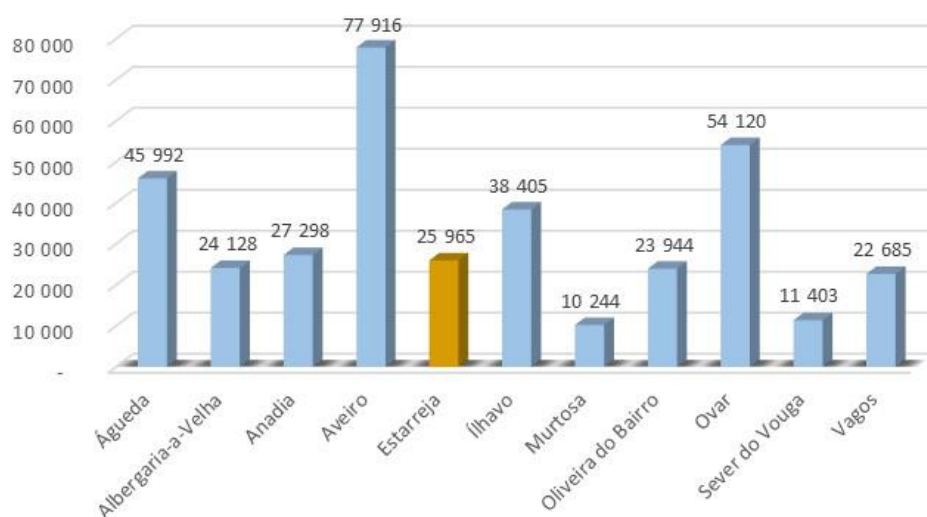
Quadro nº 03– Dinâmica Populacional, Estarreja 2018

	Município Estarreja	Região de Aveiro (NUTIII)	Região Centro(NUT II)	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
⇒ População Residente (Nº)	25 965	362 100	2 216 569	10 276 617	7,2%
Homens	12 408	171 623	1 049 038	4 852 366	7,2%
Mulheres	13 557	190 477	1 167 531	5 424 251	7,1%
com menos de 15 anos	3 290	46 805	270 525	1 407 566	7,0%
com 65 ou mais anos	5 618	77 584	538 973	2 244 225	7,2%
⇒ Densidade Populacional (Nº/Km)	240	214	78,6	111,4	--
⇒ Taxa de Crescimento Efetivo (%)	-0,42	-0,27	-0,66	-0,14	--
⇒ Taxa de Crescimento Natural Anual (%)	-0,3	-0,25	-0,56	-0,25	--
⇒ Índice de Envelhecimento	170,8	165,8	199,2	159,4	--
⇒ Índice de Longevidade	48,8	47,7	51,6	48,5	--

Atualmente o quantitativo populacional do concelho de Estarreja ocupa a 6ª posição no âmbito do seu peso para o total de população residente no Baixo Vouga, constituindo, como seria de esperar, Aveiro sede de Distrito e principal polo prestador de serviços e de oferta de emprego, o concelho aglutinador de cerca de 21% da população residente no Baixo Vouga.

Gráfico nº01 – População Residente nos Concelhos do Baixo Vouga (2018)

Unidade: Nº



O concelho de Estarreja, com um total de 25.965 habitantes e estendendo-se por uma área de 108,3 Km², integra-se nos concelhos do Litoral que, em 2018, registam uma densidade igual a 240 hab/Km², de parceria com Aveiro, Ovar, Oliveira do Bairro e Ílhavo, quando a média registada para o mesmo ano no agrupamento do Baixo Vouga foi de 234 hab/Km².

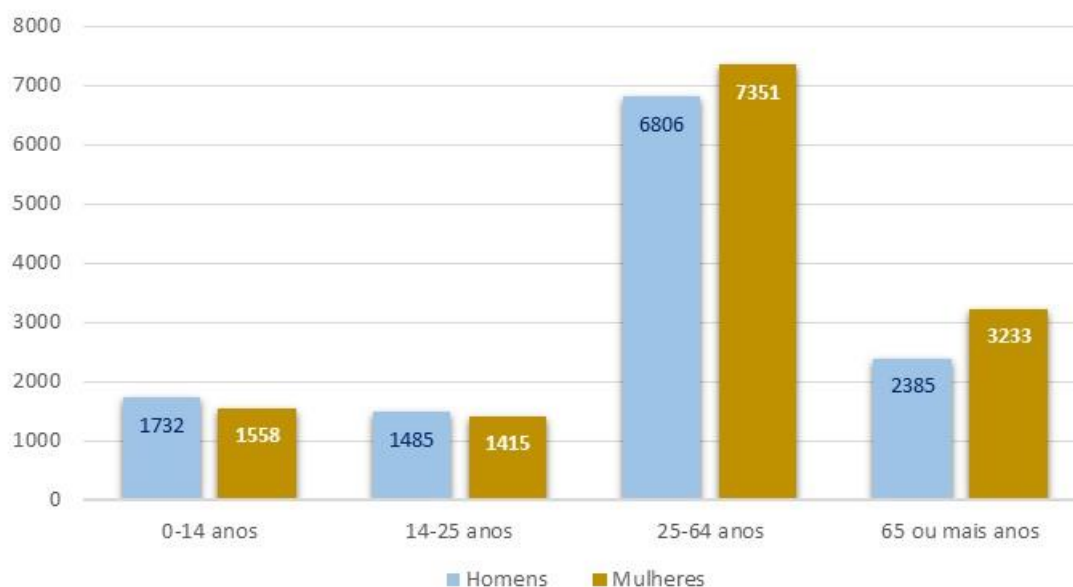
Quadro nº 04– Densidade Populacional, Região de Aveiro 2018

DENSIDADE POPULACIONAL	
	N.º/km ²
Portugal	111,4
Centro	78,6
Região de Aveiro	213,9
Águeda	137,2
Albergaria-a-Velha	151,9
Anadia	126,0
Aveiro	394,4
Estarreja	240,0
Ílhavo	522,7
Murtosa	140,2
Oliveira do Bairro	274,2
Ovar	366,4
Sever do Vouga	87,8
Vagos	137,6

A estrutura etária da população do concelho de Estarreja segundo dados de 2018 encontra-se descrita no gráfico apresentado de seguida:

Gráfico nº 02 – População residente do concelho de Estarreja por grupos etários e sexo a 31/12/2018

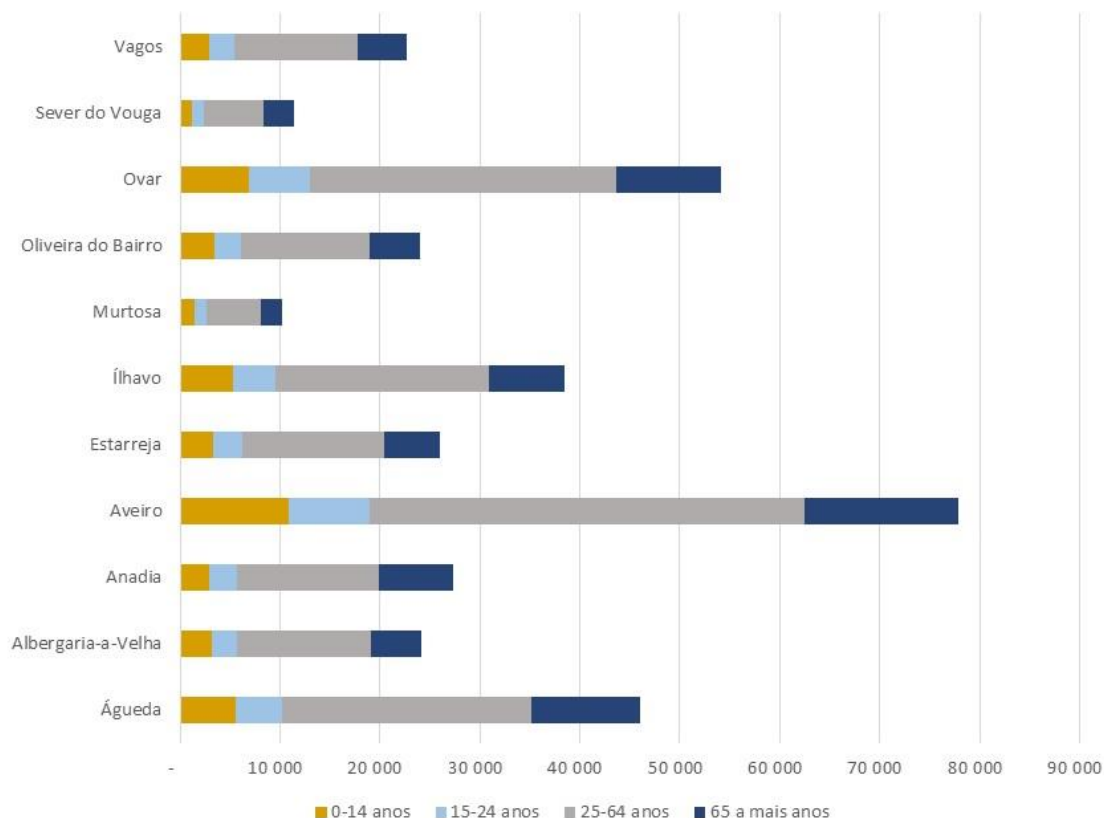
Unidade: Nº



Comparando a estrutura etária do concelho de Estarreja com os outros municípios da região de Aveiro (NUT III) obtemos o seguinte gráfico comparativo:

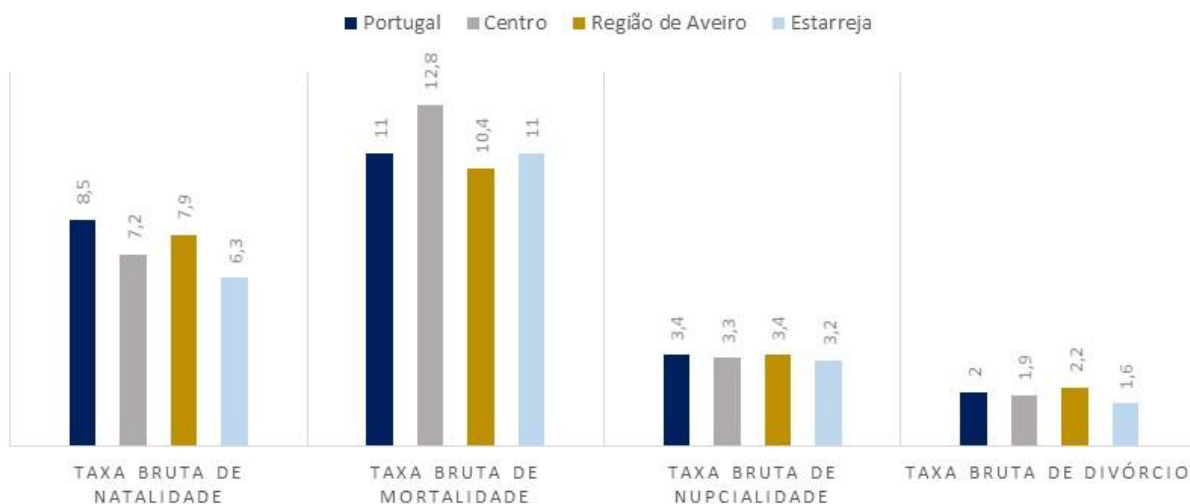
Gráfico nº 03 – População residente por município da Região de Aveiro (NUT III), segundo os grandes grupos etários

Unidade: Nº



Ao nível de indicadores de demografia e saúde (tx de mortalidade e natalidade) temos o enquadramento do concelho de Estarreja ao nível da NUT II, NUT III e Portugal :

Gráfico nº 04 – Demografia e Saúde, 2018



Indicadores de Educação

Em termos de alunas/os matriculadas/os por município segundo o nível de ensino e a natureza institucional do estabelecimento, 2017/2018, temos o quadro seguinte

Quadro nº 05 – Alunas/os matriculadas/os por município da Região de Aveiro (NUT III) 2017/2018 segundo nível de ensino

Unidade: Nº~

	Educação pré-escolar	Ensino básico			Ensino secundário
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
Região de Aveiro	8 492	13 585	7 238	12 276	14 027
Águeda	1 076	1 625	868	1 559	1 985
Albergaria-a-Velha	587	968	539	777	962
Anadia	534	991	522	933	1 170
Aveiro	2 190	3 432	1 762	3 205	4 767
Estarreja	608	957	582	850	844
Ílhavo	832	1 361	704	1 012	709
Murtosa	217	410	251	306	82
Oliveira do Bairro	528	880	431	656	528
Ovar	1 184	1 900	963	1 714	1 547
Sever do Vouga	212	309	166	479	666
Vagos	524	752	450	785	767

Os indicadores de educação do município de Estarreja e seu enquadramento na NUT III-região de Aveiro, temos os seguintes valores expressos no quadro seguinte:

Quadro nº 06 – Indicadores de Educação por município da Região de Aveiro (NUT III)

Unidade: Nº

	Taxa bruta de escolarização	Taxa de retenção e desistência no ensino básico						Taxa de transição/conclusão no ensino secundário			Proporção de mulheres no ensino secundário
		Ensino básico	Ensino secundário	Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Total	Cursos gerais / científico-humanísticos	Cursos tecnológicos / profissionais	
Portugal	93,8	108,7	121,0	5,1	2,8	5,3	7,8	86,1	84,0	89,7	49,5
Centro	97,1	108,2	120,8	4,4	2,5	4,0	6,8	87,8	85,4	91,5	49,7
Região de Aveiro	97,8	109,8	118,2	3,5	2,1	2,8	5,8	88	85,4	91,7	50
Águeda	104,1	111,6	134,5	3	3,3	2	3,1	88,5	84,6	94,4	52,8
Albergaria-a-Velha	97,5	114,9	116,5	2,3	0,8	2,8	3,9	89,6	80	96,9	51,4
Anadia	100,8	127,7	134,2	4,8	2,9	1,9	8,8	89,5	87,1	91,9	49,4
Aveiro	103,8	125	199,1	3	1,2	3,9	4,7	87,7	85,4	91,8	53
Estarreja	105,6	108,5	101,9	2,5	0,7	2,1	5,2	90,7	87,9	93,1	45,6
Ílhavo	86,2	90,9	55,3	4,9	3,1	5,1	7,4	83,6	82,5	86,4	47,7
Murtosa	86,1	102,5	19,9	6,4	6,3	4	8,5	84,1	84,1	//	58,5
Oliveira do Bairro	90,1	89,5	67,8	3	1,2	2,1	6,1	88,8	86,7	92,6	41,5
Ovar	93,7	103,4	82	3,3	1,6	1,6	6,4	86,1	86,7	85,1	49,8
Sever do Vouga	93,4	117,9	187,1	2,4	2,6	2,4	2,2	89,2	84,8	92,7	37,5
Vagos	97,2	103	101,6	5,4	3,1	1,1	10,5	88	88,3	87,6	47,6

O indicador de educação do concelho de Estarreja apresenta valores próximos aos verificados ao nível da NUT III ou mesmo melhores.

Indicadores de Atividade Económica

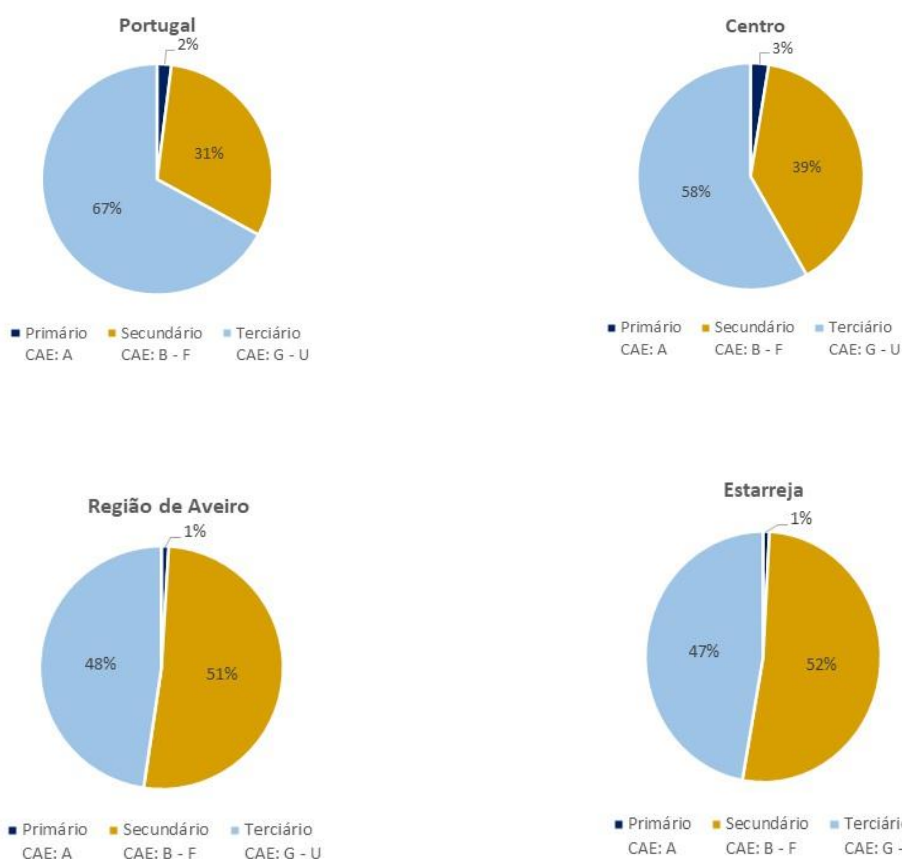
Em termos de indicadores sobre atividade económica do concelho de Estarreja divulgada no referido Anuário Estatístico da Região Centro-20158 do INE, temos os dados sobre o nº de trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos por município da Região de Aveiro, segundo o setor de atividade (CAE-Rev.3):

Quadro nº 07– Trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos por município da Região de Aveiro, segundo o setor de atividade (CAE-Rev.3),2017

Unidade: N^o

	Total			Primário CAE: A			Secundário CAE: B - F			Terciário CAE: G - U		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	2 214 698,00	1 199 696,00	1 015 002,00	44 141,00	31 226,00	12 915,00	686 138,00	463 088,00	223 050,00	1 484 419,00	705 382,00	779 037,00
Centro	443 912,00	242 819,00	201 093,00	11 447,00	7 787,00	3 660,00	173 994,00	119 617,00	54 377,00	258 471,00	115 415,00	143 056,00
Região de Aveiro	87 315,00	49 597,00	37 718,00	844,00	594,00	250,00	44 864,00	29 552,00	15 312,00	41 607,00	19 451,00	22 156,00
Águeda	12 835,00	7 133,00	5 702,00	82,00	59,00	23,00	8 207,00	5 190,00	3 017,00	4 546,00	1 884,00	2 662,00
Albergaria-a-Velha	6 184,00	3 857,00	2 327,00	108,00	70,00	38,00	3 519,00	2 536,00	983,00	2 557,00	1 251,00	1 306,00
Anadia	5 487,00	2 960,00	2 527,00	146,00	97,00	49,00	2 990,00	2 002,00	988,00	2 351,00	861,00	1 490,00
Aveiro	24 774,00	14 290,00	10 484,00	126,00	93,00	33,00	8 747,00	6 333,00	2 414,00	15 901,00	7 864,00	8 037,00
Estarreja	5 400,00	3 730,00	1 670,00	47,00	29,00	18,00	2 806,00	2 166,00	640,00	2 547,00	1 535,00	1 012,00
Ílhavo	6 239,00	3 199,00	3 040,00	157,00	132,00	25,00	3 356,00	1 916,00	1 440,00	2 726,00	1 151,00	1 575,00
Murtosa	1 246,00	620,00	626,00	45,00	30,00	15,00	621,00	364,00	257,00	580,00	226,00	354,00
Oliveira do Bairro	5 579,00	2 970,00	2 609,00	11,00	8,00	3,00	3 324,00	2 036,00	1 288,00	2 244,00	926,00	1 318,00
Ovar	13 141,00	7 218,00	5 923,00	58,00	38,00	20,00	7 451,00	4 374,00	3 077,00	5 632,00	2 806,00	2 826,00
Sever do Vouga	2 014,00	1 217,00	797,00	28,00	15,00	13,00	1 179,00	891,00	288,00	807,00	311,00	496,00
Vagos	4 416,00	2 403,00	2 013,00	36,00	23,00	13,00	2 664,00	1 744,00	920,00	1 716,00	636,00	dos de 2017)

Gráficos nº 05– Divisão de trabalhadores por sector de atividade, Portugal, NUT II-Região do Centro, NUT III-Região de Aveiro e Estarreja



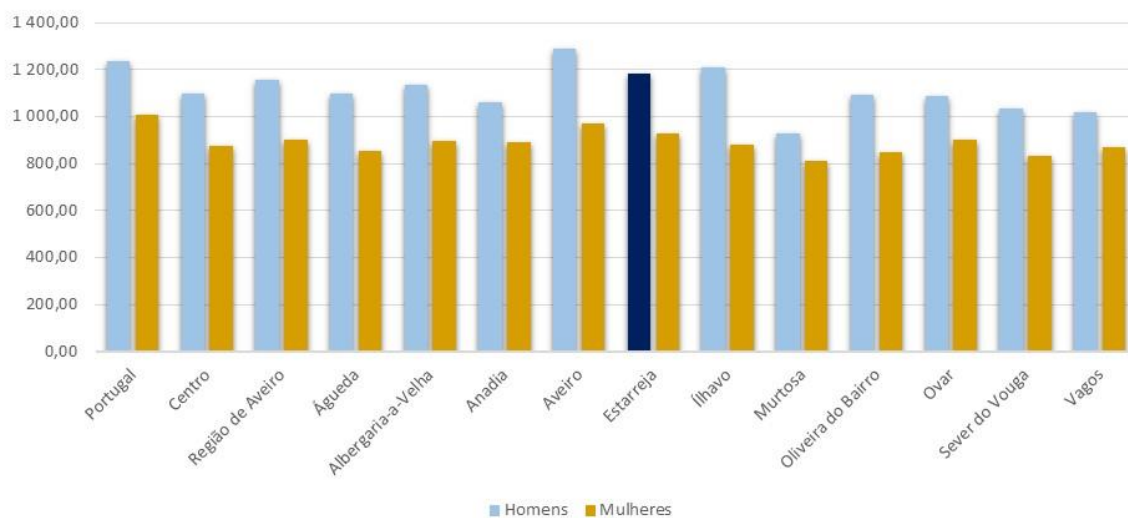
Do quadro e gráfico apresentado de seguida, verifica-se que o ganho médio mensal dos trabalhadores no concelho de Estarreja é superior que o ganho registado ao nível da NUT III, sendo o 2º concelho com maior rendimento mensal atrás do concelho de Aveiro.

Quadro nº 08– Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos por município da Região de Aveiro, segundo o sexo ,2017

Unidade: €uros

	Total		
	HM	H	M
Portugal	1 130,79	1 233,48	1 009,42
Centro	995,19	1 095,99	873,46
Região de Aveiro	1 047,92	1 158,26	902,83
Águeda	988,65	1 097,43	852,56
Albergaria-a-Velha	1 045,59	1 137,41	893,40
Anadia	983,30	1 061,76	891,40
Aveiro	1 153,79	1 288,86	969,69
Estarreja	1 104,98	1 183,90	928,73
Ílhavo	1 049,98	1 211,09	880,45
Murtosa	867,63	926,76	809,07
Oliveira do Bairro	977,69	1 092,84	846,61
Ovar	1 004,40	1 088,28	902,19
Sever do Vouga	953,20	1 034,07	829,72
Vagos	949,42	1 018,11	867,41

Gráfico nº 06– Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos por município da Região de Aveiro, segundo o sexo ,2017



4.2. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

A organização do Município de Estarreja caracteriza-se pela existência de duas estruturas fundamentais, uma política e outra administrativa.

4.2.1. Estrutura Política

A estrutura política assenta em dois órgãos, a Câmara Municipal, com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal, com funções de natureza predominantemente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida pela primeira.






A Assembleia Municipal é composta por 21 deputados, dos quais 21 são eleitos diretamente pelo colégio eleitoral do município e indiretamente, uma vez que assumem aquela função na qualidade de Presidentes de Junta das Freguesias que constituem a divisão administrativa do Concelho de Estarreja.

A Câmara Municipal é constituída por 7 (sete) membros – 1 (um) Presidente e 6 (seis) Vereadores, a quem compete, um quadro de delegações previamente estabelecido, que tem o grosso da responsabilidade pela definição das estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a atividade dos serviços municipais.

No quadro seguinte apresentam-se os membros do órgão executivo, com a indicação das competências que lhe estão delegadas:

Quadro nº 09 – Quadro das Responsabilidades Políticas 2017-2021 (a partir de 14 outubro de 2017)

CARGO	Nome do Responsável	Pelouros/Áreas de Atuação
 Presidente	Diamantino Manuel Sabina	Estratégia e Administração Geral Turismo Eco Parque Empresarial de Estarreja Desenvolvimento Económico e Relações Internacionais Despesas Públicas Empreitadas Saúde
 Vice-Presidente	Adolfo Figueiredo Vidal	Finanças Despesas Públicas Empreitadas Obras Públicas e Ambiente Aprovisionamento e Armazéns Desporto Freguesias
 Vereadora	Isabel Simões Pinto	Recursos Humanos Comunicação Cultura e Eventos Coletividades Habitação Social Ação Social e Inclusão Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

CARGO	Nome do Responsável	Pelouros/Áreas de Atuação
 Vereador	João Carlos Teixeira Alegria	Educação Juventude Ciência Trânsito Incubadora e Ciclo Criativo Regeneração e Reabilitação Urbana Mercado e Feiras, Comércio e Abastecimentos Proteção Civil e Florestas
 Vereador	Carlos Valente	Urbanismo Planeamento Gestão e Manutenção da Frota Espaços Verdes Públicos, Higiene Urbana e Resíduos Sólidos Modernização Administrativa e Qualidade Segurança
 Vereadora	Catarina Rodrigues	Sem Pelouro
 Vereadora	Madalena Balça	Sem Pelouro
 Vereador	Ricardo Jorge Lopes Tavares	Sem Pelouro

4.2.2. Estrutura Organizativa Efetiva

A estrutura organizacional e funcional do Município de Estarreja vigente durante o ano económico de 2019, até 18/12/2019, consta do Despacho n.º 2935/2016 publicado no Diário da República nº 39, 2ª Série, de 25 de fevereiro de 2016, páginas 6660 a 6676.

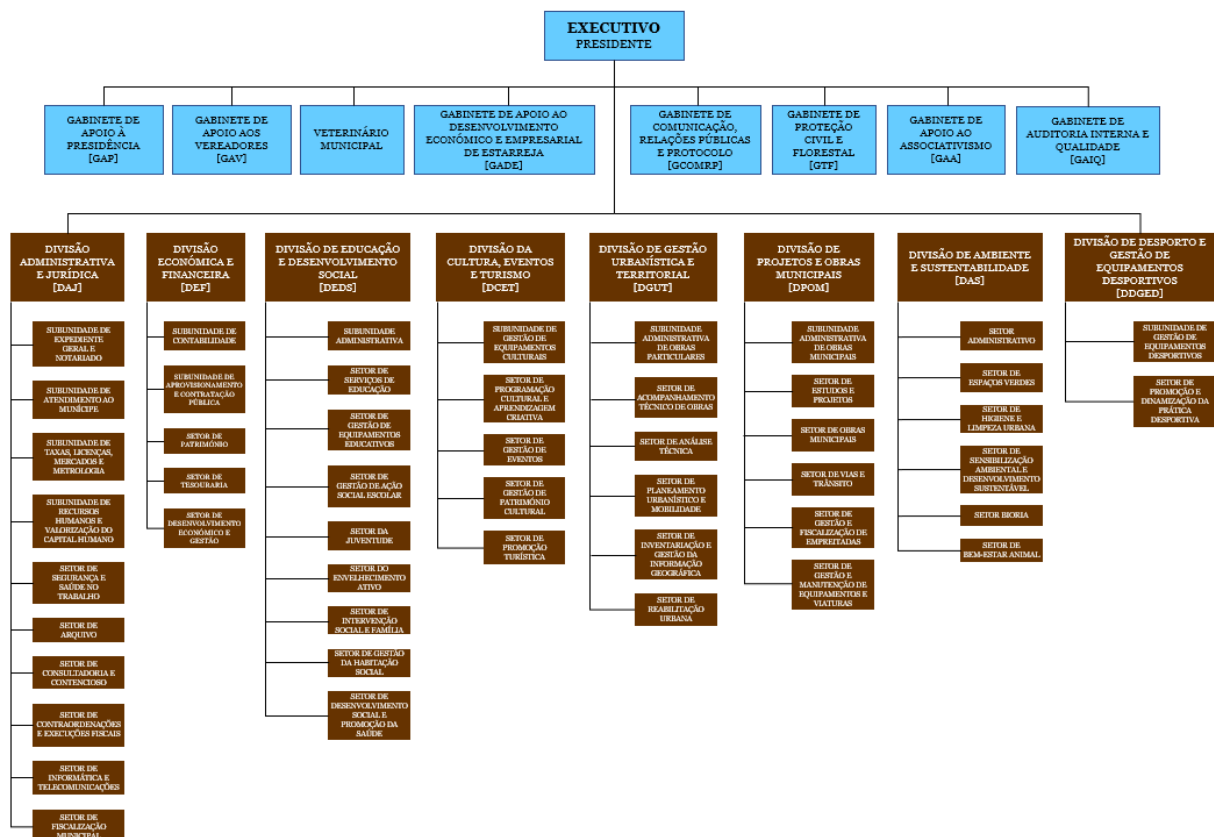
O organograma da Câmara Municipal vigente até 18/12/2019 apresenta a forma que segue:

Figura nº 01 – Organigrama Município de Estarreja 2019 (até 18/12/2019)



Entretanto foi publicada nova estrutura organizacional e funcional do Município de Estarreja vigente a partir de 19/12/2019, consta do Despacho n.º 12148/2019 publicado no Diário da República nº 243, 2ª Série, de 18 de dezembro de 2019, páginas 289 a 347.

Figura nº 02 – Organigrama Município de Estarreja 2019 (a partir de 18/12/2019)



4.3. RECURSOS HUMANOS

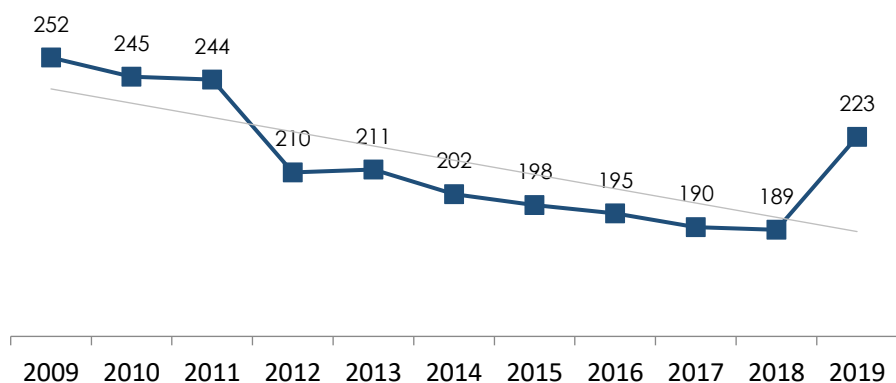
No final do ano de 2019, foi aprovado um mapa de pessoal com uma previsão de 276 trabalhadores, dos quais 6 correspondiam a dirigentes (2.º e 3.º graus), 71 técnicos superiores, 74 trabalhadores da carreira assistente técnica, 123 da carreira assistente operacional e 2 trabalhadores da carreira de informática.

No entanto, durante praticamente todo o exercício económico 2019 vigorou a estrutura orgânica constante do Despacho n.º 2935/2016 publicado no Diário da República n.º 39, 2ª Série, de 25 de fevereiro de 2016.

4.3.1. Evolução dos Recursos Humanos

A 31 de dezembro de 2019, o Município de Estarreja era constituído por 223 trabalhadores em efetividade de funções, mais 34 comparativamente com o ano anterior – a que corresponde a uma variação anual positiva de 17,99% - vide gráfico 01.

Gráfico nº07 – Evolução de nº de efetivos



Desde 2009, até 2018, que se verificava uma tendência de redução do número de efetivos – cfr. Quadro 01-, o que se traduzia numa variação de -11,06% (i.e. -29 trabalhadores), sendo que a maior redução do número de efetivos verificou-se em 2012 (-29 trabalhadores), explicada, em grande parte, pela cedência de diversos trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do município para a ADRA. Essa tendência de redução trabalhadores já não se verificou em 2019, ano em que se verifica o maior aumento do número de trabalhadores dos últimos anos – 34 -, resultado da aplicação do Processo de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVAP) encetado pelo Município.

Quadro nº10- Evolução de Efetivos

Efetivos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Totais	252	245	244	210	211	202	198	195	190	189	223
Variação (nº)		-7	-1	-34	1	-9	-4	-3	-5	-1	34
Variação (%)		-2,78%	-0,41%	-13,93%	0,48%	-4,27%	-1,98%	-1,52%	-2,56%	-0,53%	17,99%

4.3.2. Caracterização dos Recursos Humanos

4.3.2.1. Género

Os efetivos do ME, em 2019, eram representados por, aproximadamente, 57,7% (i.e. 109) de trabalhadores do género feminino e 42,3% (i.e. 80) masculino. Com a exceção do ano de 2009, verifica-se que o número de trabalhadores do género feminino tem sido, desde então, sempre superior ao masculino- cfr. gráfico 08.

Gráfico nº08 – Distribuição de trabalhadores por género

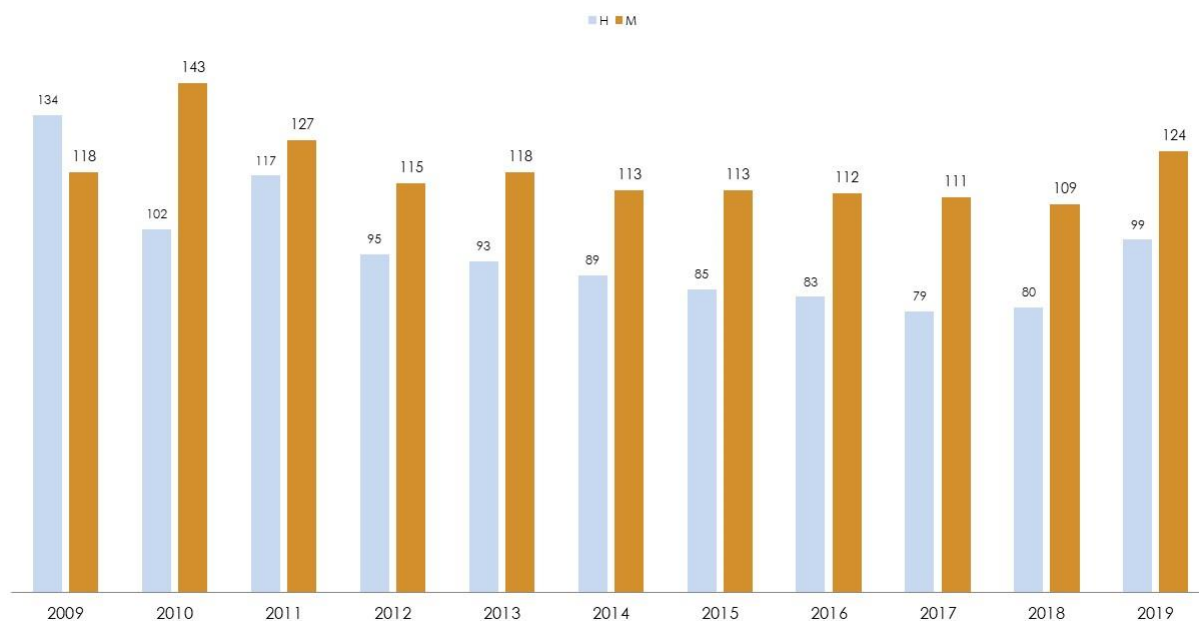


Gráfico nº 09 – Distribuição de trabalhadores segundo Cargo /Carreiras / Género

Homens		Mulheres	
3	1,3%	Dirigente Intermédio	0,9% 2
25	11,2%	Técnico Superior	15,2% 34
11	4,9%	Assistente Técnico	22,0% 49
57	25,6%	Assistente Operacional	16,1% 36
1	0,4%	Informática	0,4% 1
2	0,9%	Outros	0,9% 2
99	44,4%		55,6% 124

Relativamente aos efetivos, e quanto ao género por cargo/carreira, verifica-se que, com exceção da carreira de Assistente Operacional (57 homens e 36 mulheres), o número de trabalhadores do género feminino é maior ou igual ao número de trabalhadores do género masculino. De destacar a predominância de mulheres na carreira assistente técnica e técnica superior – gráfico 09.

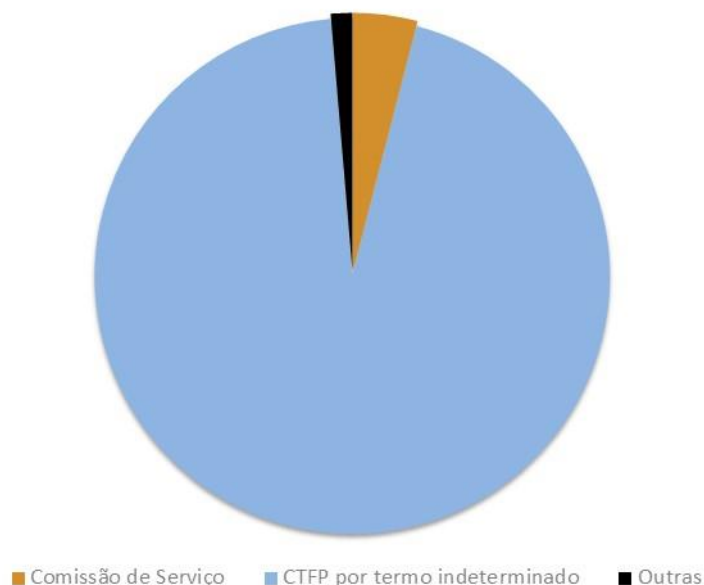
4.3.2.2. Relação Jurídica de Emprego por cargo/carreira

Analisando os recursos humanos do ME, na ótica da relação jurídica de emprego e o correspondente cargo/carreira, verifica-se, de acordo com o gráfico 10 e quadro 11, que:

- 5,3 % (i.e. 9 trabalhadores) em regime de comissão de serviço, dos quais 5 dirigentes intermédios e 4 elementos dos gabinetes de apoio;
- 94,6 % (i.e. 214 trabalhadores) em regime de contrato de trabalho em funções públicas por termo indeterminado, dos quais 58 técnicos superiores, 59 assistentes técnicos, 92 assistentes operacionais e 2 trabalhadores da carreira, não revista, de informática;

No que toca à estruturação dos efetivos por cargos/carreiras, em 2019, tal como nos anos anteriores, e de acordo com os quadros e gráficos seguintes, conclui-se que a carreira de assistente operacional é aquela que concentra o maior número de trabalhadores, 93, o que representa 41,7% do total dos trabalhadores.

Gráfico nº10 – Nº de trabalhadores segundo cargo/carreira e vínculo (2019)

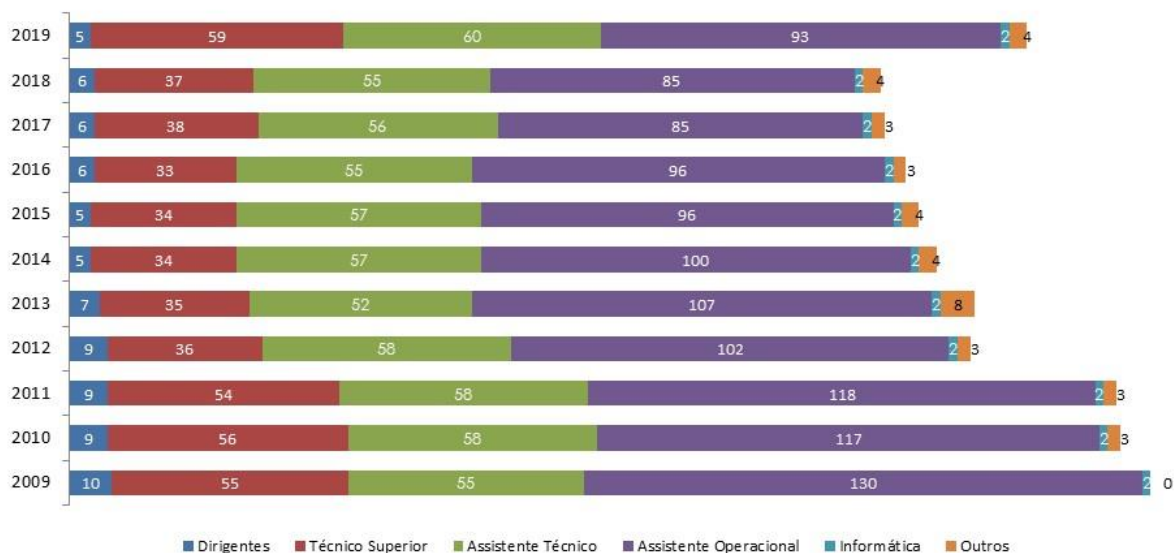


Quadro nº11 – Nº de trabalhadores segundo cargo/carreira e vínculo (2019)

Cargo/Carreira	Comissão de Serviço	CTFP por termo indeterminado	Outras	Outras	Total	% em relação ao total
Dirigente Intermédio	5				5	2,2%
Técnico Superior		58	1		59	26,5%
Assistente Técnico		59	1		60	26,9%
Assistente Operacional		92	1		93	41,7%
Informática		2			2	0,9%
Outros	4				4	1,8%
Total	9	211	3		223	100,00%
% em relação ao total	4,0%	94,6%	1,3%			100,00%

Em termos evolutivos, entre 2009 e 2019, verificaram-se ligeiras variações no número de trabalhadores inseridos outras carreiras outros. Porém, as carreiras de técnico superior, assistente operacional e assistente técnico apresentam grandes variações, nomeadamente:

- Técnico Superior: 59,5 % (i.e. mais 22 trabalhadores);
- Assistente Operacional: 9,4 % (i.e. mais 8 trabalhadores);
- Assistente Técnico: 9,1% (i.e. mais 5 trabalhadores);

Gráfico nº 11 – Nº de trabalhadores por Cargo /Carreiras (2009-2019)

Quadro nº12 – Indicadores de Gestão - Relação Jurídica de Emprego por cargo/carreira

Indicadores de Gestão		
Taxa de Feminização	Nº Trabalhadores do sexo feminino / Total Nº Trabalhadores * 100	55,61%
Taxa de Masculinização	Nº Trabalhadores do sexo masculino / Total Nº Trabalhadores * 100	44,39%
Taxa de Tecnicidade (sentido restrito)	Nº Dirigentes + Téc. Sup. + Esp. Inform. / Total Nº Trabalhadores * 100	29,15%
Taxa de Enquadramento de Pessoal Dirigente	Nº Dirigentes / Total Nº Trabalhadores * 100	2,24%
Taxa de Pessoal Técnico Superior	Nº Técnicos Superiores / Total Nº Trabalhadores * 100	26,46%
Taxa de Pessoal Especialista Informática	Nº Especialistas Informática / Total Nº Trabalhadores * 100	0,45%
Taxa de Pessoal Técnico de Informática	Nº Técnicos Informáticos / Total Nº Trabalhadores * 100	0,45%
Taxa de Pessoal Assistente técnico	Nº Assistentes Técnicos / Total Nº Trabalhadores * 100	26,91%
Taxa de Pessoal Assistente Operacional	Nº Assistentes Operacionais / Total Nº Trabalhadores * 100	41,70%

4.3.2.3. Estrutura Etária

A idade média dos trabalhadores do ME, no final de 2019 era de **49,19 anos**.

Analisada a distribuição de trabalhadores por escalão etário e género – gráfico 12 - verifica-se que:

- No universo feminino destacam-se os grupos etários entre os 55-59 anos e 45-49 com 18,5 % da população feminina (i.e. 23 trabalhadoras), seguindo-se o grupo etário dos 50-54 anos 17,7 % da população feminina (i.e. 22 trabalhadoras);
- No universo masculino destaca-se o grupo etário entre os 55-59 anos com 45,5 % da população (i.e. 45 trabalhadores);
- De relevar que 53,8 % dos trabalhadores do ME apresentam uma idade igual ou superior a 50 anos, representando um total de 120 trabalhadores.

Analisando a globalidade dos trabalhadores, o grupo etário mais representativo é o 55-59, revelando 30,5 % do total de trabalhadores. A presente distribuição etária - gráfico 06 - evidencia o ligeiro envelhecimento da estrutura municipal o que, num médio prazo, se traduzirá na saída por aposentação, em simultâneo, de diversos trabalhadores – quadro n.º 13.

Gráfico nº12 – Pirâmide Etária



Quadro nº13 – Distribuição do nº de trabalhadores por cargo/carreira e grupo etário

Grupo etário	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total	% em relação ao total
25-29	0	3	0	0	0	0	3	1,3%
30-34	0	11	2	4	0	0	17	7,6%
35-39	1	15	2	5	0	2	25	11,2%
40-44	1	15	6	6	0	0	28	12,6%
45-49	1	3	12	12	1	1	30	13,5%
50-54	0	4	8	12	0	0	24	10,8%
55-59	2	3	22	40	1	0	68	30,5%
60-64	0	5	7	11	0	1	24	10,8%
65-69	0	0	1	3	0	0	4	1,8%
Total	5	59	60	93	2	4	223	100,0%

Quadro nº14 – Indicadores Gestão – Estrutura Etária

Indicadores de Gestão		
Nível Médio Etário	Σ das idades / Total Nº Trabalhadores	49,19
Leque Etário	Idade do trabalhador mais idoso (66 anos) / Idade do trabalhador mais jovem (28 anos)	2,35
Taxa de envelhecimento	Trabalhadores com mais 55 anos / Total Nº Trabalhadores * 100	43,05%

4.3.2.4. Antiguidade na Administração Pública

Em termos globais, o escalão de antiguidade 30-34 anos é aquele que concentra o maior número de trabalhadores com 46 trabalhadores, seguido imediatamente pelo escalão 15-19 anos, com 41 trabalhadores. Pelo contrário, o escalão de antiguidade dos até 5 anos, é aquele que possui menos trabalhadores, com 3.

É nos escalões de antiguidade 10-14 anos e 15-19 anos que o efetivo feminino tem maior representatividade. De realçar a maior representatividade do sexo masculino no escalão de antiguidade 30-34 anos com 28 trabalhadores contra 18 trabalhadores do sexo feminino.

Quadro nº 15 – Distribuição de trabalhadores segundo género e grupo

Grupo	Homens	Mulheres	Total	% em relação ao total
Até 5 Anos	2	1	3	1,35%
5-9 Anos	9	13	22	9,87%
10-14 Anos	17	19	36	16,14%
15-19 Anos	13	28	41	18,39%
20-24 Anos	8	24	32	14,35%
25-29 Anos	5	7	12	5,38%
30-34 Anos	28	18	46	20,63%
35-39 Anos	14	12	26	11,66%
40 ou mais Anos	3	2	5	2,24%
Total	99	124	223	100%

4.3.2.5. Estrutura Habilitacional

Relativamente ao nível de nível de escolaridade, em 2019, verifica-se o seguinte:

- O ensino básico é o nível de escolaridade mais representado (42,6%, correspondente a 95 trabalhadores);
- A licenciatura é o grau académico mais representado com 26,46% dos trabalhadores. As mulheres representam dos 51,7% titulares de licenciatura;
- Três trabalhadores, representando 1,35 % do total, detêm menos do 4º ano;

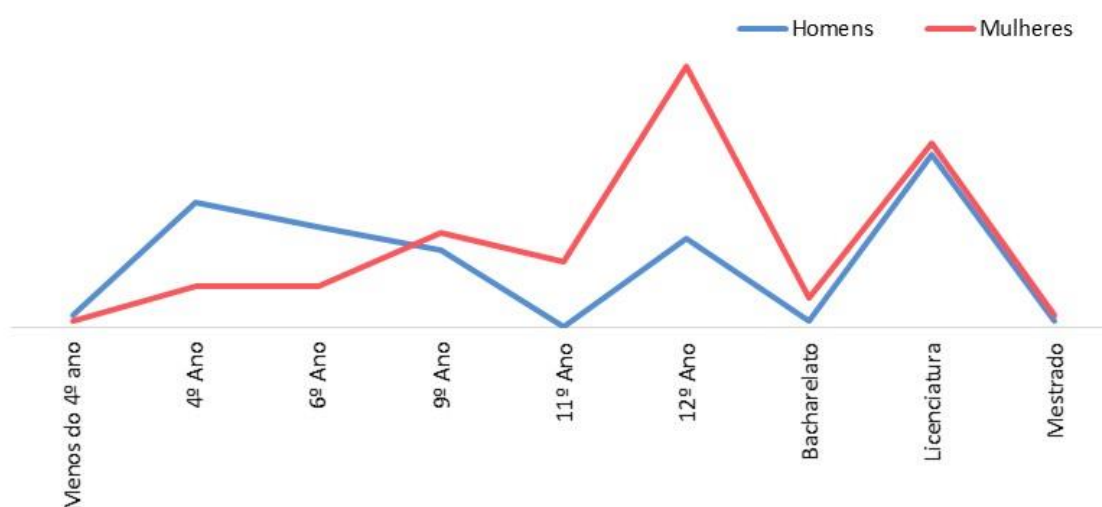
- O 12º ano de escolaridade corresponde ao segundo nível habilitacional com maior frequência, na medida em que 26,46% dos RH tem 12 anos de escolaridade. Também aqui, as mulheres predominam com 74,58% relativamente a 25,42% dos homens.

Quadro nº 16 – Distribuição de trabalhadores por nível de escolaridade

Escolaridade	N.º trabalhadores	% em relação ao total
Ensino Básico	95	42,60%
Ensino Secundário	59	26,46%
Ensino Superior	69	30,94%

Quadro nº 17 – Distribuição de trabalhadores segundo a habilitação literária e género

Habilitação	Homens	Mulheres	Total	% em relação ao total
Menos do 4º ano	2	1	3	1,35%
4º Ano	21	7	28	12,56%
6º Ano	17	7	24	10,76%
9º Ano	13	16	29	13,00%
11º Ano	0	11	11	4,93%
12º Ano	15	44	59	26,46%
Bacharelato	1	5	6	2,69%
Licenciatura	29	31	60	26,91%
Mestrado	1	2	3	1,35%
Doutoramento	0	0	0	0,00%

Gráfico nº 13 – Distribuição de trabalhadores segundo a habilitação literária e género


Quadro nº18 – Indicadores Gestão – Habilitações Literárias

Indicadores de Gestão		
Taxa de Formação Superior	Total de Mestrados + Pós-Graduação + Licenciaturas + Bacharelatos / Total Nº Trabalhadores * 100	30,94%
Taxa de Formação Secundária	Total Nº Trabalhadores do 10.º ao 12.º ano / Total Nº Trabalhadores * 100	31,39%
Taxa de Formação Básica	Total Nº Trabalhadores do 4.º ao 9.º ano / Total Nº Trabalhadores * 100	36,32%

5. EIXOS ESTRATÉGICOS

No ano económico de 2019, a senda das opções estratégicas do ciclo em que assentou o ciclo de desenvolvimento 2017-2021, ocuparam carácter nuclear as áreas do desenvolvimento económico, alicerçada na expansão do Eco Parque Empresarial, a Reabilitação Urbana, a Coesão Social e as novas políticas de Sustentabilidade.

Em 2019 e a exemplo de exercícios anteriores, as prioridades da Câmara definiram-se assim através dos já conhecidos 5 eixos estratégicos transversais que, no que se refere a 2019, na sua globalidade atingiram a taxa de execução (financeira) de 74%, atingindo assim limiar de execução exatamente igual ao conseguido em 2018.

Quadro nº19 – Execução Eixo Estratégicos

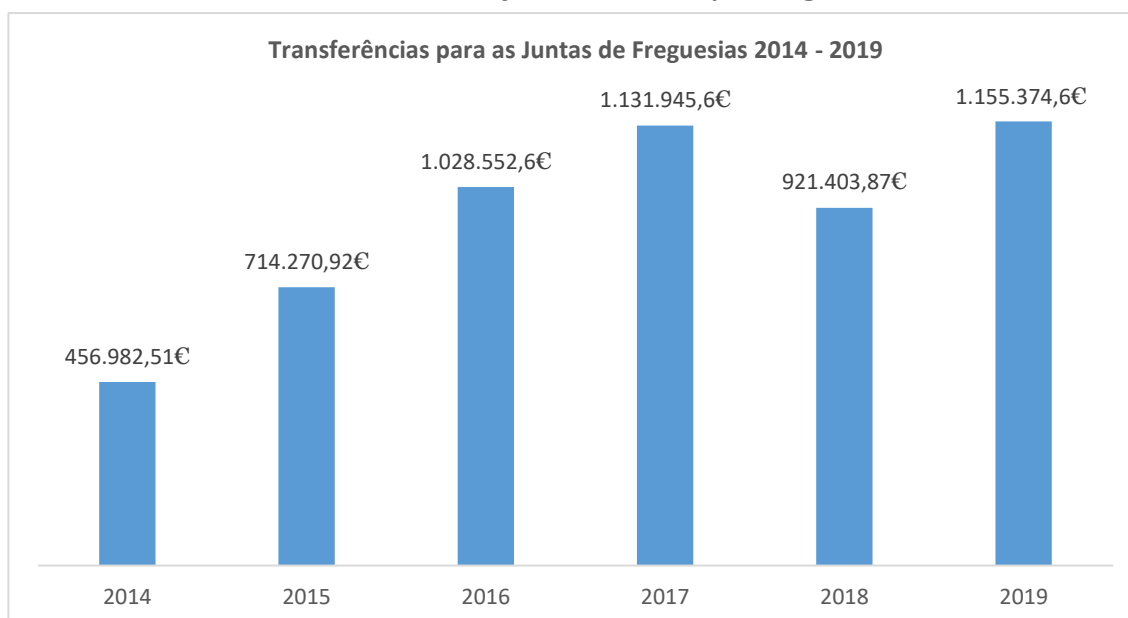
	% Realização		
	PAM	PPI	Total
1 DESENVOLVIMENTO URBANO	94%	57%	59%
2 COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO	53%	44%	45%
3 NATUREZA E AMBIENTE	78%	47%	66%
4 COESÃO SOCIAL E CULTURA	84%	47%	72%
5 GOVERNAÇÃO MUNICIPAL	94%	73%	89%
TOTAL	89%	55%	74%

No que se refere ao **EIXO DESENVOLVIMENTO URBANO** que na globalidade atingiu uma taxa de execução de **59%**, destacam-se as intervenções nas freguesias e na rede viária, considerando que por contingências ligadas ao contencioso jurídico em torno do respetivo Concurso Público, só em meados deste ano de 2020 se iniciará a empreitada de requalificação da antiga Fábrica do Descasque do Arroz que representa uma parte substancial dos recursos financeiros a afetar, e sendo uma obra financiada a cerca de 50% por fundos comunitários.

Na valorização da rede viária destaca-se a conclusão das obras de beneficiação da Rua da Carvalha, em Salreu; em paralelo, procedemos às habituais intervenções de beneficiação dos arruamentos municipais de modo transversal em todas as freguesias.

No que se refere às **transferências para as freguesias** atingimos o valor mais elevado de sempre de transferências financeiras (1,140 M€), sendo Estarreja em termos relativos, o Município que mais transfere para as Juntas no contexto da CIRA. Destacam-se aqui, para além das ações usuais na limpeza de bermas e manutenção de jardins e espaços verdes (em que foram transferidos 257.950,30 € (195.000,00€ da limpeza de bermas e 62 950,30€ da manutenção dos jardins) para as 5 Juntas de Freguesia). Sublinham-se as intervenções globais em arruamentos em todas as freguesias (segundo plano proposto por cada Junta) que ultrapassaram os 492.000,00€ e as intervenções na rede hidrográfica que atingiram os 90.000,00€. No que se refere a arruamentos com autonomização no Orçamento Municipal, mas com comparticipação às Juntas de Freguesia, destaca-se em Avanca a Rua da Macieira e a Rua António da Póvoa; Beduído e Veiros a Rua do Açude e a Rua Senhora das Febres; em Canelas e Fermelã a ligação da Rua da Carreira Branca à Rua do Norte; em Pardilhó o Beco do Deserto e a intervenção da Rua Padre Joaquim Vigário de Matos: em Salreu, a Rua José Luís Vidal e a Rua da Carreira de Baixo.

Gráfico nº 14 – Evolução Transferências para Freguesias



No **EIXO DA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO** cuja taxa de execução foi de 45% a grande aposta na aquisição de terrenos tendo em vista a infraestruturação e a sua posterior venda a empresas que se pretendam instalar no **Eco-Parque Empresarial de Estarreja** manteve-se a um nível elevado, a **despesa** com aquisição de terrenos foi de **281.724,38€** (cerca de 100.000 m² adquiridos). Como sempre dissemos nas ocasiões anteriores de apresentação de GOP's e Prestação de Contas, era preciso “semear para colher” e é o que temos vindo a fazer.

De 2014 a 2019, **8 novas empresas** adquiriram lotes para se instalarem no Eco Parque Empresarial de Estarreja, num total de **213.355m²** de área vendidos e uma receita de **2.918.738,54€** e **5 empresas ampliaram** as suas instalações no Eco Parque Empresarial de Estarreja, num total de **68.250m²** de área vendidos e uma receita de **1.132.282,50€**. Em janeiro de 2020 foi outorgado o **Protocolo de Colaboração com a INEOS Automotive** que irá instalar a sua unidade industrial, para produção de veículos ligeiros, cuja concretização irá ocupar uma **área de 323.616m²** e representa um **investimento de 251 milhões de euros**. O número de postos de trabalho assegurados pelas empresas instaladas no Eco Parque Empresarial de Estarreja atinge o valor de **1.290**. No final de 2019 teve início a empreitada de ampliação

do Eco Parque Empresarial (3,3 M€, com participação comunitária de cerca de 2,0 M€)) que estará concluída no final de 2020 e que permitirá a criação de um número elevado de lotes de tipologia/área indiferenciadas, respondendo desta forma à incessante procura que continuamos, felizmente, a “sofrer” por parte de investidores individuais e do AEICEP.

A **Incubadora de Empresas de Estarreja**, criada em 2009, é um polo da IERA – Incubadora de Empresas da Região de Aveiro, atualmente dispõem de 7 gabinetes, sala de reuniões e serviços de apoio à incubação. Desde 2014 saíram 7 empresas graduadas, estando em fase de pré-incubação e incubação 4 empresas. A Incubadora de Empresas, em parceria com o GIP de Estarreja, iniciou em 2016 o Consultório de Empreendedorismo, que pretende apoiar quem deseja iniciar o seu negócio, em especial os jovens e os desempregados do concelho. Desde a sua criação foram realizados acompanhamentos a mais de 60 ideias de negócio.

No que toca ao **Empreendedorismo Jovem**, em 2014 alavancamos o nosso programa de Empreendedorismo na Escola, reforçando o já existente Concurso de Ideias de Negócios e o Seminário de Empreendedorismo Jovem, com programas intensivos de formação empreendedora. Esse esforço da autarquia, em parceria com entidades locais como o Agrupamento de Escolas de Estarreja, consolidou o programa TOP, programa de promoção do empreendedorismo jovem que pretende, através de atividades intensivas de formação (Training), de geração de oportunidades (Opportunities) e apresentações pessoais (Pitch), fomentar competências empreendedoras nos jovens, promovendo o seu crescimento pessoal e potenciando a capacidade criativa. Aqui e além-fronteiras, no âmbito do projeto europeu Youth Inclusive Entrepreneurship Lab, financiado pelo programa Erasmus+ Juventude em Ação.

O reconhecimento dos programas de Empreendedorismo Jovem, surgem também com os diversos convites para a participação em vários projetos europeus, onde se destaca o projeto IMPACT liderado pela organização espanhola AJS e pela Diputació de Barcelona.

Na área da promoção de competências empreendedoras para a empregabilidade juvenil, em articulação com o Gabinete de Inserção Profissional, foram dinamizadas várias sessões com a temática “Ser Empreendedor na procura ativa de emprego”, envolvendo todos os alunos do ensino secundário profissional, desenvolvendo o crescimento pessoal e a capacidade criativa dos jovens reforçando uma cultura de inovação, com resultados vencedores em diversos concursos locais, regionais e nacionais.

Numa altura em que o desemprego, os empregos precários e os baixos salários são o maior obstáculo para a emancipação dos jovens, foi criado o TOP Campus Empregabilidade, que reflete novos objetivos de capacitação dos jovens para a empregabilidade.

Esta ação promovida pela Câmara Municipal abrangeu todos os alunos do 12.º ano profissional da Escola Secundária de Estarreja, desde dezembro, no Centro de Negócios e no Ciclo Criativo.

Aos estudantes é dada uma aula diferente com um sumário dedicado às áreas da empregabilidade e empreendedorismo. Para além de ficarem a conhecer o GIP – Gabinete de Inserção Social, a Incubadora de Empresas e o Ciclo Criativo, pretende-se que os jovens sejam capazes de pensar um modelo de negócios pessoal e identificar dificuldades e potencialidades; de explorar competências individuais para a empregabilidade e empreendedorismo; de potenciar a sua capacidade criativa; identificar os elementos cruciais de um curriculum vitae; e efetuar questões "chave" a empresários, que possam desencadear uma entrevista espontânea

No **EIXO DA NATUREZA E AMBIENTE**, atingimos a **taxa de execução global de 66%**. Destacamos aqui a continuação da substituição das luminárias de vapor de sódio pelos **LED's** na **iluminação pública**, pretendendo atingir a total cobertura da IP no concelho através de Led's em 2022, e o contínuo investimento na **rede hidrográfica**, protegendo terrenos agrícolas e espaços naturais do avanço de água salgada e das inundações dos rios Antuã e Vouga, salvaguardando o nosso riquíssimo património natural. Investimos também valor elevado na construção de novas redes de drenagem de águas pluviais, aproveitando também as intervenções na área do abastecimento de água e saneamento levadas a cabo pela AdRA em Pardilhó e Avanca. Sublinha-se o constante trabalho de manutenção dos percursos naturais do concelho (BIORIA).

2019 foi também o ano de realização da **5ª edição da BIORACE**, que redundou de novo num estrondoso êxito, tendo passado de 2516 participantes em 2017 para 3.200 participantes em 2018 e 4000 participantes em 2019.

No **EIXO DA COESÃO SOCIAL E CULTURA** a taxa de execução foi de **72%**, culminando o crescente investimento desde 2014, sendo que em 2019 se atingiram, de novo nos últimos 3 anos, em termos agregados, valores acima do milhão de euros, em áreas como a Educação, Inclusão e Ação Social, Desporto, Cultura, apoio à Economia Social, Juventude e Cidadania. Valores desta magnitude (acima do milhão de euros) nunca foram alcançados desde que há registo contabilístico no Município de Estarreja (1998).

A **Educação**, como área estratégica para o Município, continuou na prossecução de dotar os alunos, as famílias e os estabelecimentos escolares com as melhores condições para estudar e alcançar os bons resultados que paulatinamente se vêm concretizando.

Ao nível da **ação social escolar** continuou-se com a atribuição das fichas de apoio aos manuais escolares no 1º e 2º ciclos, em complemento da oferta dos manuais escolares que o Governo atribuiu até ao 6º ano de escolaridade – situação assumida pelo Município em anos anteriores – a **extensão da gratuidade dos transportes escolares a todos os alunos da escolaridade obrigatória** (12º ano), o fornecimento de refeições e demais auxílios económicos.

Prosseguindo uma **oferta educativa inovadora de excelência**, o Município continuou o investimento no **ensino do Mandarin** aos alunos do 3º e 4º anos de escolaridade, do **alargamento do ensino artístico** no Polo de Estarreja do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Aveiro. O ensino articulado da Música chegou ao 3º ciclo e o Projeto de iniciação à Dança iniciou-se no 1º ano de escolaridade. A promoção da “escola a tempo inteiro”, com a oferta educativa das atividades de enriquecimento curricular e da componente de apoio à família no 1º ciclo, e as atividades de apoio à família na educação pré-escolar continuou com grande qualidade, o que tem merecido uma maior adesão das famílias a estes serviços. Por outro lado, em **parceria** com o **Agrupamento de Escolas de Estarreja** foi desenvolvido um trabalho de promoção de uma maior **flexibilidade das ofertas formativas existentes** e consequente articulação entre as mesmas. O foco tem-se centrado no **ensino profissional**, num trabalho de auscultação das empresas do concelho de preparação de uma proposta apresentada a nível regional, aguardando-se a sua aprovação, para que a oferta possa responder às necessidades concretas e reais, em muitas áreas de formação, das empresas do município de Estarreja e da Região de Aveiro. Foi realizada mais uma edição, a XII, da Feira da Juventude e da Formação Profissional.

No ano letivo de 2019/20, o Ensino Superior chegou a Estarreja. No âmbito de um protocolo assinado entre a Universidade de Aveiro e a Câmara Municipal de Estarreja, iniciou-se a lecionação do **Curso Técnico Superior Profissional (CTeSP) em Sistemas Mecatrónicos e de Produção** da Escola Superior Aveiro Norte (ESAN) da Universidade de Aveiro, no Ciclo Criativo, com o objetivo de aumentar a oferta de recursos humanos qualificados para suportar o desenvolvimento industrial, dando uma resposta ao crescimento do Eco Parque Empresarial e do tecido empresarial do concelho.

No centro de todos os pilares estratégicos das políticas municipais estão a pessoas e a preocupação de lhes proporcionar qualidade de vida e um bem-estar social generalizado. Neste sentido, no domínio das políticas integradas de apoio às famílias salientam-se os diversos programas e medidas em curso como o **apoio à vacinação infantil não participada** e o **apoio ao arrendamento habitacional**, que definem bem a nossa marca nesta área de intervenção apoiando um número muito significativo de famílias e que tornam o nosso território atrativo para a fixação de pessoas. No âmbito do **apoio à reabilitação habitacional**, salienta-se os apoios no âmbito dos Programas **Casa Melhor e Habitação Freguesias**.

A promoção de um envelhecimento ativo e saudável ao longo do ciclo de vida tem sido um caminho apontado como resposta aos desafios relacionados com a longevidade e o envelhecimento da população. Neste âmbito, o **Programa VIVER +**, que agrega todos os projetos e medidas dirigidos à população sénior do nosso Concelho, com os diversos eixos de atuação - **Saúde & Bem-estar; Cultura & Lazer; Artes & Saberes; Solidariedade** - e em estreita articulação com toda a rede social, tem proporcionado um envelhecimento saudável e ativo e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida a cada munícipe, sejam eles ainda autónomos ou já integrados em respostas sociais específicas. Tratando-se de uma parte significativa da população do município, com experiência e sabedoria ímpares e que têm que ser valorizadas, foi nossa preocupação criar e dinamizar ações de partilha e enriquecimento individuais e coletivos. Na área da **Solidariedade**, salienta-se o trabalho de divulgação e aumento significativo de beneficiários do **Cartão Sénior Municipal**. Na área da **Saúde & Bem Estar**, de referir os resultados muito positivos do **Projeto atividade – gerontomotricidade nas IPSS**, em que o Município disponibiliza semanalmente, um técnico de Desporto para dinamizar em cada instituição, e os **Jogos tradicionais**, numa parceria com a ACRAP, juntando aqui desporto e cultura. Estes projetos, para além da consolidação das relações de parceria entre diversas instituições, estimulam a prática de exercício físico, devidamente adaptado às capacidades de cada um, bem como a atividade cognitiva e a preservação das memórias e tradições, transportando estas pessoas de idade maior para o universo da sua infância e juventude. Também as novas tecnologias, com as **oficinas de informática**, tiveram grande destaque e adesão por parte de toda a população sénior.

No âmbito do **Programa Rede Social**, destaca-se a **conclusão do processo de atualização do Diagnóstico Social e elaboração do respetivo Plano de Desenvolvimento Social**. Este processo resultou da necessidade urgente de uma reflexão conjunta, em alinhamento com o paradigma da participação ativa de todos os agentes locais e regionais, sobre a realidade que nos rodeia, fornecendo-nos informação atual e estratégica essencial ao planeamento e desenvolvimento territorial, perspetivando a coesão social e territorial. São documentos de planeamento estratégico essenciais para todos os parceiros da Rede Social, e em particular para as Instituições de Solidariedade Social, para apoio à fundamentação das respetivas áreas de atuação, perspetivando o futuro, e para fundamentação de potenciais candidaturas a fundos comunitários. Este processo de trabalho permitiu evidenciar o potencial de participação colaborativa de todos os parceiros da Rede Social, das competências de muitas instituições e recursos existentes, disponíveis para a inovação social, desencadeando novas dinâmicas de participação e intervenção sociais.

Em 2019, Estarreja volta a ser distinguida com a Bandeira com Palma de **“Autarquia + Familiarmente Responsável”**, pela 9.ª vez consecutiva. Este reconhecimento reflete bem o investimento da Câmara Municipal neste eixo estratégico, Coesão Social e Cultura, em projetos e programas de apoio à maternidade e paternidade, apoio às famílias com necessidades especiais, serviços básicos, educação e formação, habitação, urbanismo e acessibilidade, transportes, saúde, cultura, desporto, lazer e tempo livre.

A valorização e qualificação da oferta cultural e dos eventos âncora são princípios orientadores da política cultural do Município que mantemos bem presentes na nossa atuação. No âmbito do programa de reposicionamento e requalificação do **Carnaval de Estarreja**, a sua edição de 2019 foi a consolidação de uma estratégia bem delineada e assumida pelo Município de Estarreja, pela Associação do Carnaval de Estarreja e por todos os Grupos de Folia e Escolas de Samba. O novo conceito e o novo modelo de gestão implementado em 2018, com a introdução de melhorias em 2019 ao nível da produção, condições de acolhimento de públicos, sinalética informativa, programação e comunicação, levaram a um claro reconhecimento do público que esgotou o Sítio do Carnaval na noite do Desfile Noturno das Escolas de Samba e no Grande Corso de Domingo. Infelizmente, o grande corso de terça-feira teve de ser cancelado pelas más condições climáticas, garantindo, dessa forma, condições de segurança e integridade física de todos os participantes: Grupos, escolas de samba e público. Uma das grandes **novidades introduzidas na edição o Carnaval de 2019 foi a transmissão em direto dos desfiles** (desfile noturno e grande corso) o que teve um enorme impacto em termos de alcance de públicos, particularmente nas comunidades portuguesas emigradas em países como Venezuela, Estados Unidos da América, França, entre outros. Por outro lado, revelou-se uma excelente ação de comunicação e marketing do nosso Carnaval, dando a conhecer a um enorme universo de públicos as novas condições de acolhimento de públicos do Sítio do Carnaval, afirmando também o **“Melhor Espetáculo de Carnaval”** proporcionado pelos Grupos de Folia e pelas Escolas de Samba.

Também as **Festas de Santo António, da Cidade e do Município 2019** foram alvo de qualificação das condições logísticas, com novos espaços de trabalho nas tasquinhas, garantindo uma melhoria significativa, particularmente em caso de chuva, para todas as Associações e Coletividades que desempenham um papel essencial na programação e na dinamização das Festas. Por outro lado, no que concerne à programação, a edição de 2019 foi a consolidação de uma aposta nos nossos agentes culturais locais. Destaca-se aqui o trabalho das três Bandas Filarmónicas do concelho que, mais uma vez, se uniram para o memorável concerto **“Bandas Em Festa”**. Por outro lado, os cinco Ranchos Folclóricos e Grupos Etnográficos do concelho, que, numa **“Viagem às tradições”**, se disponibilizam a fazer recriações de cenas do quotidiano do início do século 20, o que resultou numa magnífica exposição fotográfica de Abel Cunha, intitulada **“Recriações”**, que perpetuará estas vivências onde muitos se reviram e emocionaram.

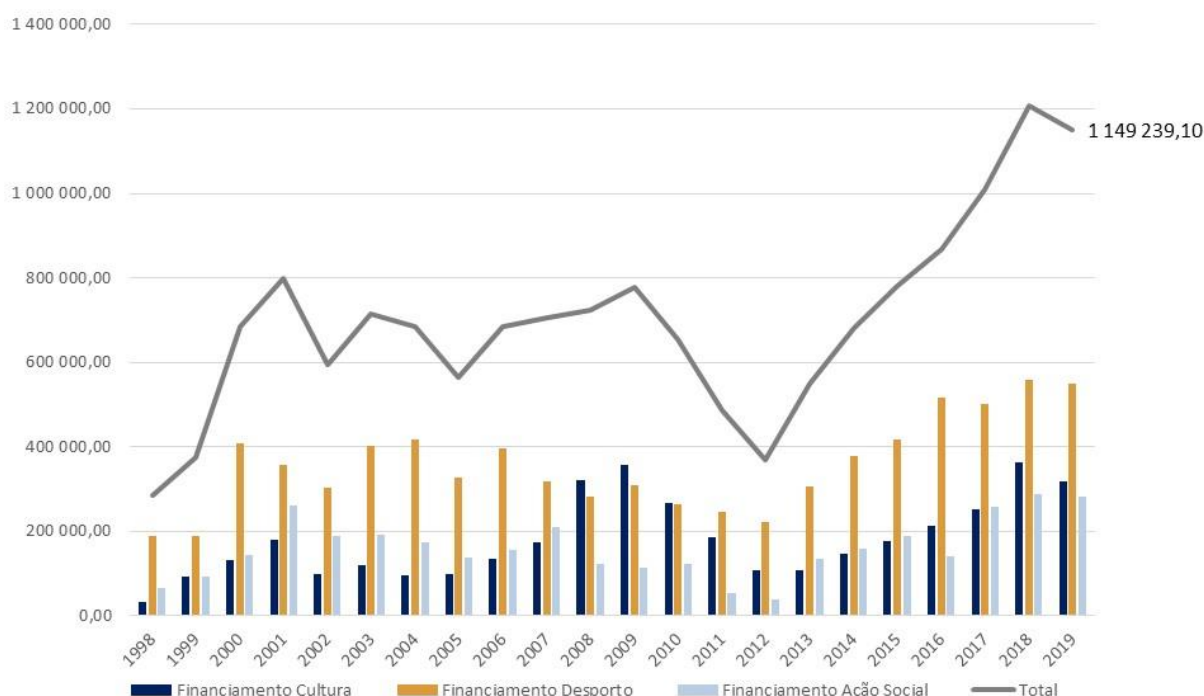
A **preservação e divulgação do nosso património cultural**, material e imaterial, é uma das preocupações inscritas na política cultural do Município, estimulando a cidadania cultural, e presente em diversas iniciativas. Como refere José Tolentino Mendonça, galardoado recentemente com o Prémio Europeu Helena Vaz da Silva, que distingue a divulgação do património cultural, a cidadania cultural liga-se “ao tesouro da memória, à pluralidade das tradições e raízes que, através das gerações alicerçam uma identidade e um quadro de valores onde nos reconhecemos. E desafia-nos a não fechar o património cultural no passado. O património cultural é um motor indiscutível do presente e só com ele podemos pensar que há futuro”. Na senda destes princípios, **2019 foi marcado pelas comemorações dos 500 anos do Foral do Antuã**, com diversos momentos e iniciativas de envolvimento da comunidade estarrejense,

dos quais destacamos a Palestra “500 anos do Foral do Antuã”, perspetivando a publicação fac-simile do traslado do Foral do Antuã, a **Exposição “Estarreja: Simbiose de Terra, Água e Povo”**, a recriação do “**Banquete Real**” com a participação ativa da comunidade nas oficinas de teatro e danças medievais, e a **homenagem aos Combatentes da Guerra do Ultramar**, com a **inauguração do Monumento ao Combatente**, simbolicamente localizado no Largo da Estação.

De sublinhar ainda os apoios à **cultura e ao desporto**, não só ao nível associativo como no investimento nestas 2 áreas desenvolvido pela própria autarquia. Neste campo, e no que se refere ao **investimento per capita** em desporto, Estarreja está nos **níveis mais elevados no país** e muito acima dos municípios da Região de Aveiro e da média nacional.

Gráfico nº 15 – Evolução Transferências para IPSS

Transferências para instituições sem fins lucrativos 1998-2019



Na área da **Juventude**, as políticas são transversais a praticamente todas as áreas de atuação do Município, importando salientar as medidas de apoio mais próximas dos nossos jovens, nomeadamente o reforço das **Bolsas de Estudo** para o **Ensino Superior**, alargando o número de bolseiros e aumentando o valor mensal das bolsas. Por outro lado, o **Estarreja Jovem Participa** vem substituir o Orçamento Participativo Jovem, tornando-se num projeto contínuo de diálogo estruturado com os jovens, ouvindo e conhecendo as suas ideias, anseios e expectativas para o seu concelho, freguesia e escola. Já foram atribuídos cerca de 75.000€ em projetos do OPJ. Desde 2015 começamos a aproximar os nossos jovens dos **projetos europeus**. O Município aderiu à Rede Nacional de Lojas Europa Jovem, com a abertura da Loja Europa Jovem Estarreja, bem como a rede de multiplicadores Eurodesk, que tem permitido estabelecer uma abordagem inovadora sobre informação europeia e acesso a processos de mobilidade dos Jovens na União europeia através da troca de experiências, como sejam a participação no Fórum da Juventude da Madeira e o Encontro Nacional da Juventude em Cascais, no encerramento da Capital Europeia da Juventude.

A execução do eixo **GOVERNANÇA MUNICIPAL** traduz em termos genéricos o cometimento das unidades orgânicas e dos funcionários municipais com a atividade municipal. Aqui se inclui a componente dos encargos com pessoal, a amortização de empréstimos e os custos com as diversas instalações municipais.

Execução Orçamental

Em matéria de execução orçamental regista-se que:

- O montante da **receita arrecadada em 2019** (não considerando o saldo de gerência anterior) ascendeu a 16.366.834,44€, refletindo uma taxa de execução de 96,28%;
- A taxa de execução das **receitas correntes**, que têm um peso de 69,5% das Receitas Totais, manteve-se em níveis elevados, 103,67%, o que significa que para uma previsão final de 14.300.013,00€ se atingiu uma execução de 14.825.527,05€ originando um desvio positivo de (+) 525.514,05€, sobretudo devido à influência da rubrica de Impostos Diretos e Impostos Indiretos; realça-se assim o aumento de 9,64% da componente dos Impostos Diretos (que representam 23,65% da Receita Total), o aumento do valor da receita do IUC (4,76%), IMT (33,29%) e da Derrama (38,28%); em contrapartida, a receita do IMI baixou 1,94%. Já nos Impostos Indiretos, (que representam 3,31% da Receita Total e aumentaram 24,44%), destaca-se o aumento das Transferências correntes em 8,02%; em contrapartida, a Venda de Bens e Serviços Correntes diminuiu 2,17%;
- No que respeita às **receitas de capital** (que representam 7,21% da Receita Total), estas ficaram abaixo do previsto, uma vez que para uma previsão final de 2.697.287,00€ se atingiu uma execução de 1.536.740,50€, representando um desvio negativo de (-) 1.160.546,50€, correspondendo uma taxa de execução de 56,97%. Para este resultado contribuíram a diminuição de 39,10% da Venda de Bens de Investimento, apesar do aumento das Transferências de Capital em 13,29%.
- No grupo das **despesas**, a taxa de execução atingiu 74,05%. As **despesas correntes** cumpriram uma taxa de execução de 87,71%, com um valor de despesa paga de 11.222.707,99€ e as **despesas de capital** atingiram uma execução de 5.039.655,37€, representando uma taxa de execução 54,81% do total orçamentado final, o que determina que sejam as despesas correntes aquelas que mais se destacam na realização do orçamento.
- O Município arrecadou assim **receitas totais** (incluindo o saldo de gerência transitado) no montante de **21.327.168,85€**, o que representa uma taxa de execução da receita de 97,12% (em 2018 foi de 95,37%), e um nível de **despesa total** paga de **16.262.363,36€**, que equivale a uma taxa de execução da despesa de 74,05% (em 2018 foi de 74,20%), um saldo a transitar para a gerência de 2020 totaliza 5.064.806,49€.
- O Município de Estarreja tem no quadriénio 2016-2019, mantido taxas de execução da receita superiores a 85%, cumprindo e superando a exigência legal imposta no n3 do artigo 6º do RFALEI (Lei nº73/2013, de 3 de setembro),
- A taxa de **execução da receita do exercício 2019 foi de 97,12% (95,37% em 2018)**, superando em 12,12% limite imposto pelo articulado acima referenciado.

- O município tem conseguido suportar as despesas correntes, com as suas receitas correntes. No ano em análise essa cobertura foi de 132,10%, isto é, gerou uma **poupança corrente de 32,10%**.
- O Saldo do Exercício (receitas expurgadas dos efeitos do saldo de gerência transitado do exercício anterior) regista um valor positivo, (+) 104.471,08€ significando que os valores das receitas arrecadadas no próprio ano são superiores às despesas pagas no ano.

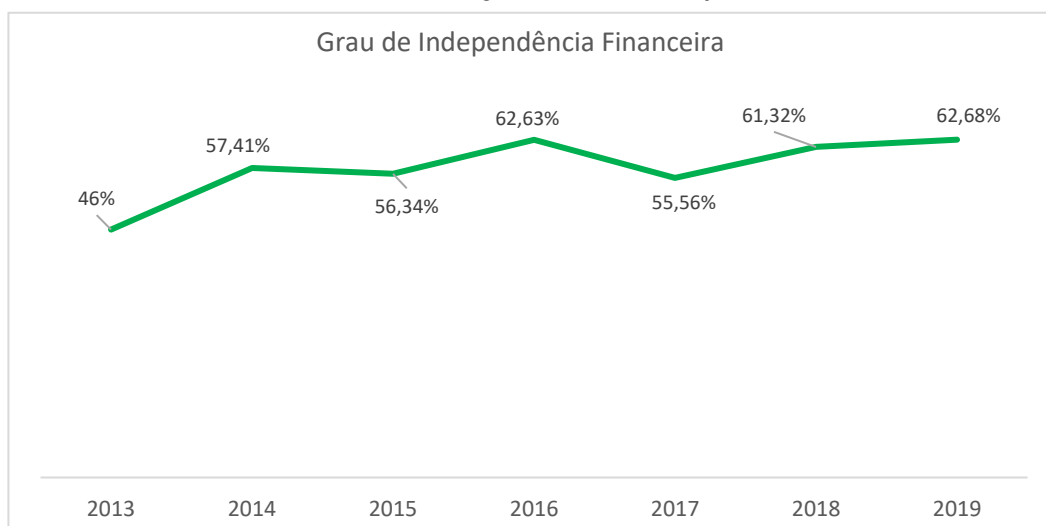
Equilíbrio Orçamental

- A poupança corrente bruta atingiu 3.602.819,06€ e o equilíbrio orçamental foi cumprido nas 3 fases do ciclo orçamental (previsão inicial, final e execução), tendo um saldo de equilíbrio de 2.629.866,16€

Outros indicadores

- O rácio entre a despesa paga vs despesa faturada foi de 99,50%
- Reduzimos o passivo em -2.899.440,23€ (-6,73%)
- Reduzimos a dívida de curto prazo em 453.892,44€ (-13,37%).
- Aumentámos os fundos próprios em 7.247.387,76€ (11,69%)
- O ativo bruto aumentou 10.378.861,99€(+6,96%)
- Aumentámos o resultado líquido do exercício em 292.956,61€
- Atingimos um patamar de estabilidade no que se refere à dependência das transferências do OE, das Receitas dos Impostos e particularmente do IMI
- O grau de independência financeira* evoluiu muito favoravelmente e é hoje possível dizer que estamos bem acima da média nacional e da região centro e nos 3 primeiros lugares da CIM Região de Aveiro,

Gráfico nº 16 – Evolução do Grau de Independência



* Considera-se que existe independência financeira quando as receitas próprias representam, pelo menos, 50% das receitas totais, sendo que as receitas próprias são as receitas totais municipais deduzidos das transferências obtidas e dos passivos financeiros.

6. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A análise dos documentos de execução orçamental mantem um capítulo próprio, sendo abordados neste capítulo diversos aspetos relacionados com contabilidade orçamental, cuja natureza é a ótica de caixa, que permite o registo de recebimentos e pagamentos com base num orçamento previsional (dotação inicial ou corrigida). É efetuada a análise dos fluxos de caixa e posteriormente, uma análise individual e detalhada das receitas e despesas.

De salientar, que os recebimentos e pagamentos, apresentados no presente capítulo, podem não coincidir com os relativos aos proveitos e custos, especializados por exercício económico, que resultam da contabilidade patrimonial/financeira. A explicação é dada pela abordagem que é feita a cada uma destas óticas contabilísticas, sendo explicada pela amortização de dívida de anos anteriores com impacto nos pagamentos, assim como o princípio do acréscimo utilizado pela contabilidade patrimonial/financeira.

Em matéria da Contabilidade Orçamental, a prestação de contas é feita em termos de execução dos documentos previsionais “Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2019 – OM|GOP2019”.

O orçamento das entidades públicas engloba as suas receitas e despesas, e a execução orçamental permite aos órgãos executivo e deliberativo exercer o controlo dos atos de gestão da autarquia.

Através da informação orçamental é possível estabelecer comparações entre a receita arrecadada e a despesa executada, verificar desvios face às previsões e verificar a existência de eventuais saldos orçamentais, o que de certo modo permite avaliar a extensão com que o município cumpre os objetivos financeiros propostos, e promovendo assim a responsabilidade pela prestação de contas.

Numa primeira instância, neste capítulo, procede-se a uma apreciação de âmbito orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguindo-se uma abordagem do equilíbrio orçamental, designadamente ao nível da poupança corrente, fluxos monetários e das fontes de financiamento do investimento, para por último desenvolver uma análise individual às componentes da Receita e Despesa Municipal.

A presente análise é efetuada tendo em conta o ano económico 2019, comparando-o com o anterior período homólogo, mas espelha igualmente o comportamento do quadriénio.

6.1. EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO.

Neste primeiro momento, pretende-se evidenciar a execução orçamental do Município de Estarreja, no ano económico de 2019. Para o efeito, são analisadas as componentes orçamentais da receita e da despesa municipal, com relevância para as de maior peso na respetiva estrutura.

A estrutura da receita e da despesa obedece ao estabelecido no classificador económico apresentado no Decreto-Lei nº26/2002 de 14 de fevereiro, dividindo-se em correntes e de capital e outras receitas/despesas.

Na ótica da receita, analisar-se-á a previsão orçamental, a cobrança e os saldos orçamentais.

Na ótica da despesa, os factos financeiros objetos de análise e comparação serão a despesa prevista, os compromissos assumidos, os pagamentos efetuados e os compromissos por pagar.

6.1.1. Orçamento Inicial versus Final e Executado

De forma a melhor compreender a dinâmica da execução orçamental, nomeadamente no que concerne às suas principais variações ao longo do exercício económico, promove-se de seguida ao estudo da variação entre **orçamento inicial, final e executado** permitindo assim avaliar o rigor, a capacidade de concretização dos projetos que foram propostos e das atividades programadas, nomeadamente a capacidade de gestão dos recursos da autarquia, como seja o esforço em matéria de arrecadação de receita, fator essencial para a realização do objetivo político, num cenário macroeconómico em que os recursos financeiros são cada vez mais escassos.

A análise realizada no presente ponto, tem por base os mapas de execução orçamental que fazem parte dos Documentos de Prestação de Contas, visando, numa primeira abordagem, comparar o valor do orçamento inicial e corrigido final, resultado de modificações aos documentos previsionais, como os valores da execução orçamental a fim de evidenciar os desvios de execução mais significativos.

No âmbito desta análise, importa referir que a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não a despesa faturada/realizada (traduzida no total das obrigações assumidas para com terceiros).

Quadro nº 20 - Orçamento Inicial versus Final e Execução

Designação	2018	2019
ORÇAMENTO INICIAL	18 100 000,00	18 400 000,00
ORÇAMENTO CORRIGIDO	23 435 110,55	21 960 335,41
RECEITA TOTAL COBRADA	22 349 696,16	21 327 169,85
Grau Execução Receita (%) corrigida	95,37%	97,12%
Grau Execução Receita (%) inicial	123,48%	115,91%
DESPESA TOTAL PAGA	17 389 360,75	16 262 363,36
Grau Execução Despesa (%) corrigida	74,20%	74,05%
Grau Execução Despesa (%) inicial	96,07%	88,38%
RECEITA TOTAL /DESPESA TOTAL	128,53%	131,14%

Os documentos previsionais de 2019 (Orçamento e Grandes Opções do Plano) aprovados pela Assembleia Municipal, inscreviam uma previsão inicial (receitas) e uma dotação inicial (despesa), de 18.400.000,00€, sendo de reforçar que em termos comparativos com o exercício económico anterior, os documentos previsionais 2019 apresentaram um acréscimo de 300.000,00€. No que diz respeito às dotações finais/corrigidas do Orçamento 2019 estas apresentam uma diminuição de 1.474.775,14€ face às dotações finais/corrigidas do Orçamento 2018, sendo que a previsão final de 2018 era de 23.435.110,55€ e a previsão corrigida de 2019 de 21.960.35,41€.

O orçamento inicialmente aprovado para 2019 totalizava 18.400.000,00€, tendo sido realizadas no decurso do exercício **13 modificações**, que, no seu conjunto, determinaram um aumento da dotação global do orçamento em +3.560.335,41€ (19,35%), sendo que no final do exercício a dotação dos documentos previsionais de 2019 totalizava 21.960.35,41€.

Em termos de taxas de execução constata-se que a taxa de execução orçamental de 2019 ao nível da **receita** atingiu valores superiores a 95%, sendo que o grau de execução da receita face ao orçamento corrigido atingiu em 2018 os **97,12%** e face ao orçamento inicial os **115,91%**.

Do lado da **despesa paga**, a taxa de execução em 2019 face ao orçamento corrigido atingiu os **74,05%** e face ao orçamento inicial os **88,38%**

Como se pode constatar, as receitas totais do município no ano em análise, cobriram as despesas totais (taxa de cobertura de 131,14%) demonstrando um bom desempenho da autarquia.

► Modificações ao Orçamento

Em matéria de execução orçamental e ao longo dos exercícios económicos são por regra realizadas modificações orçamentais, reforçando e ou reduzindo a dotação das rubricas tendo em vista adequar os valores previstos às efetivas realidades do período de gestão.

Durante o exercício de 2019 os documentos previsionais sofreram ajustamentos por via de 13 (treze) modificações ao orçamento, cujas tipologias se identificam no quadro resumo que se insere:

Quadro nº 21 _Modificações GOP's e Orçamento 2019

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES		
	Alterações	Revisões
Orçamento da Receita	0	1
Orçamento da Despesa	12	1
Plano Plurianual de Investimentos	12	1
Plano de Atividades Municipais	12	1

As modificações operadas no Orçamento verificaram-se tanto ao nível da receita como da despesa.

Avalia-se de seguida o comportamento das respetivas dotações orçamentais durante o ano 2019, face aos consecutivos ajustamentos das previsões às realizações então executadas segundo os diferentes capítulos económicos da Despesa e da Receita autárquica.

Em matéria de Orçamento da Receita foi formalizada uma revisão, que implicou um aumento da dotação global do orçamento de 3.560.335,41€, tendo reflexos no aumento da dotação do agrupamento “Outras receitas” com a integração do “Saldo Transitado da Gerência Anterior” no valor de 4.960.335,41€ e diminuição da dotação do agrupamento “Passivos Financeiros” no valor de 1.400.000,00€.

Quadro nº 22 - Alterações e Revisões orçamentais segundo a natureza económica –RECEITA

(unidade monetário:€uros)

Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Corrigida		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	14 300 013,00	77,72%	0,00	0,00	14 300 013,00	65,12%	0,00	0,00%
Impostos Directos	4 384 500,00	23,83%	0,00	0,00	4 384 500,00	19,97%	0,00	0,00%
Impostos Indirectos	556 200,00	3,02%	0,00	0,00	556 200,00	2,53%	0,00	0,00%
Taxas, Multas e Outras Penal.	162 500,00	0,88%	0,00	0,00	162 500,00	0,74%	0,00	0,00%
Rendimentos de Propriedade	587 500,00	3,19%	0,00	0,00	587 500,00	2,68%	0,00	0,00%
Transferências Correntes	7 104 213,00	38,61%	0,00	0,00	7 104 213,00	32,35%	0,00	0,00%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 284 000,00	6,98%	0,00	0,00	1 284 000,00	5,85%	0,00	0,00%
Outras Receitas Correntes	221 100,00	1,20%	0,00	0,00	221 100,00	1,01%	0,00	0,00%
		0,00%						
Receitas de Capital	4 097 287,00	22,27%	0,00	1 400 000,00	2 697 287,00	12,28%	-1 400 000,00	-34,17%
Venda de Bens de Investimento	502 400,00	2,73%	0,00	0,00	502 400,00	2,29%	0,00	0,00%
Transferências de Capital	2 066 759,00	11,23%	0,00	0,00	2 066 759,00	9,41%	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	1 500 000,00	8,15%	0,00	1 400 000,00	100 000,00	0,46%	-1 400 000,00	-93,33%
Outras Receitas de Capital	28 128,00	0,15%	0,00	0,00	28 128,00	0,13%	0,00	0,00%
Outras Receitas	2 700,00	0,01%	4 960 335,41	0,00	4 963 035,41	22,60%	4 960 335,41	183716,13%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	2 700,00	0,01%	0,00	0,00	2 700,00	0,01%	0,00	0,00%
Saldo da Gerência Anterior		0,00%	4 960 335,41	0,00	4 960 335,41	22,59%	4 960 335,41	n.a
Total da Despesa	18 400 000,00	100,00%	4 960 335,41	1 400 000,00	21 960 335,41	100,00%	3 560 335,41	19,35%

Quadro nº 23 - Alterações e Revisões orçamentais segundo a natureza económica –DESPESA

(unidade monetária:€uros)

Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Corrigida		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	12 196 600,00	66,29%	1 701 139,11	1 131 353,70	12 766 385,41	58,13%	569 785,41	4,67%
Despesas com Pessoal	5 366 320,00	29,16%	230 125,35	630 194,70	4 966 250,65	22,61%	-400 069,35	-7,46%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	5 417 080,00	29,44%	1 165 485,18	373 054,88	6 209 510,30	28,28%	792 430,30	14,63%
Juros e Outros Encargos	62 500,00	0,34%	0,00	26 300,00	36 200,00	0,16%	-26 300,00	-42,08%
Transferências Correntes	1 213 800,00	6,60%	258 558,58	44 150,00	1 428 208,58	6,50%	214 408,58	17,66%
Outras Despesas Correntes	136 900,00	0,74%	46 970,00	57 654,12	126 215,88	0,57%	-10 684,12	-7,80%
Despesas de Capital	6 203 400,00	33,71%	4 714 075,80	1 723 525,80	9 193 950,00	41,87%	2 990 550,00	48,21%
Aquisição de Bens de Investimento	4 851 680,00	26,37%	2 964 555,80	1 579 220,00	6 237 015,80	28,40%	1 385 335,80	28,55%
Transferências de Capital	341 148,50	1,85%	1 749 520,00	144 305,80	1 946 362,70	8,86%	1 605 214,20	470,53%
Activos Financeiros	53 791,50	0,29%	0,00	0,00	53 791,50	0,24%	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	950 780,00	5,17%	0,00	0,00	950 780,00	4,33%	0,00	0,00%
Outras Despesas de Capital	6 000,00	0,03%	0,00	0,00	6 000,00	0,03%	0,00	0,00%
Total da Despesa	18 400 000,00	100,00%	6 415 214,91	2 854 879,50	21 960 335,41	100,00%	3 560 335,41	19,35%

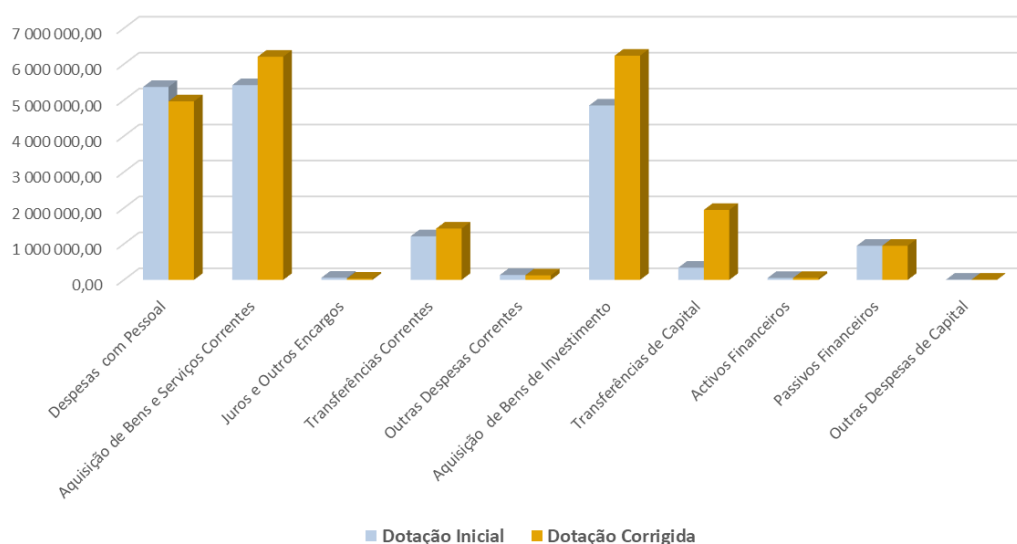
Sobressai da apreciação geral do quadro supra reforços no valor global de 6.415.214,91€, fruto das 13 (treze) modificações realizadas ao orçamento da despesa, traduzidos da seguinte forma:

- ↳ 3.560.335,41€ que determinaram um aumento nas dotações iniciais que tiveram como contrapartida o aumento nas dotações iniciais no orçamento da receita.
- ↳ 2.854.879,50 € que tiveram como única contrapartida a diminuição de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas.

Como se pode observar, as variações líquidas mais significativas ocorreram nas rubricas “Transferências de Capital” (1.605.214,20€ - ↑470,53%), “Aquisição de Bens de Investimento “ (1.385.335,80€ - ↑28,55%) e “Aquisição de Bens e Serviços Correntes” (214.408,58€ - ↑17,66%); e

As despesas de capital, para além das possíveis implicações que os diferentes reforços e anulações contêm no orçamento da despesa, têm de ter obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI), determinando por isso alterações ou até mesmo revisões naquele documento.

No gráfico apresentado de seguida, temos a visualização dos agregados económicos que sofreram ajustamentos de dotação orçamental ao longo do exercício económico de 2019.

Gráfico nº 17 – Modificações Orçamentais à Despesa


Numa análise global dos ajustamentos operados no orçamento 2019, temos que em matéria de natureza **corrente**:

- ✦ Nas receitas correntes, a previsão final situou-se nos 14.300.013,00€ sem qualquer variação face ao valor inicialmente previsto.
- ✦ As despesas correntes com uma previsão inicial de 12.196.600,00€, comportaram uma variação positiva de (+) 569.785,41€ [tx de crescimento de 4,67%] que determinou uma dotação final de 12.766.385,41€.

Quanto às rubricas de natureza de **capital**:

- ✦ As receitas de capital, inicialmente dotadas com 4.097.287,00€, finalizaram com uma dotação de 2.697.287,00€, tendo sofrido uma diminuição de 1.400.000,00€.
- ✦ O orçamento inicial das despesas de capital foi definido para 6.203.400,00€, tendo sido aumentado em (+) 2.990.550,00€ [tx de crescimento de 48,21%], o que o posicionou no final em 9.193.950,00€.

Do exposto resulta que do ponto de vista orçamental, se estimou que parte das despesas de investimento fosse financiada por receitas de caráter corrente.

6.1.2. Resumo da Execução Orçamental 2019

O orçamento é composto por receitas correntes e receitas de capital, que sustentam despesas diferenciadas de igual forma, e está sujeito ao **princípio do equilíbrio orçamental**, sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

De referir, o valor do **saldo de gerência anterior e transitado para 2019**, 4.960.335,41€, traduz efetiva receita e disponibilidade para cobertura de despesas realizadas no ano 2019.

Quadro nº 24 - Resumo de Execução Orçamental 2019

(unidade:€uros)

Capítulos	Previsão		Desvio (b) - (a)	Execução		Taxas de Execução	
	Inicial (a)	Final (b)		Valor (d)	Desvio (d)-(b)	Exec % (d)/(a)	Exec % (d)/(b)
Receitas							
Receitas Correntes	14 300 013,00	14 300 013,00	0,00	14 825 527,05	525 514,05	103,67%	103,67%
Receitas de Capital	4 097 287,00	2 697 287,00	-1 400 000,00	1 536 740,50	-1 160 546,50	37,51%	56,97%
Outras Receitas	2 700,00	2 700,00	0,00	4 566,89	1 866,89	169,14%	169,14%
Total.....	18 400 000,00	17 000 000,00	-1 400 000,00	16 366 834,44	-633 165,56	88,95%	96,28%
Saldo da Gerência Anterior		4 960 335,41		4 960 335,41	0,00		100,00%
Total.....	18 400 000,00	21 960 335,41	3 560 335,41	21 327 169,85	-633 165,56	115,91%	97,12%
Despesas							
Despesas Correntes	12 196 600,00	12 766 385,41	569 785,41	11 222 707,99	-1 543 677,42	92,02%	87,91%
Despesas de Capital	6 203 400,00	9 193 950,00	2 990 550,00	5 039 655,37	-4 154 294,63	81,24%	54,81%
Total.....	18 400 000,00	21 960 335,41	3 560 335,41	16 262 363,36	-5 697 972,05	88,38%	74,05%

Em matéria de execução orçamental e atendendo aos dados do quadro supra, regista-se que:

- O montante da **receita arrecadada em 2019** (não considerando o saldo de gerência anterior) ascendeu a 16.366.834,44€, refletindo uma taxa de execução de 96,28%;

- A taxa de execução das **receitas correntes**, manteve-se em níveis elevados, 103,67%, o que significa que para uma previsão final de 14.300.013,00€ se atingiu uma execução de 14.825.527,05€ originando um desvio positivo de (+) 525.514,05€, sobretudo devido à influência da rubrica de Impostos Diretos e Impostos Indiretos;
- No que respeita às **receitas de capital**, estas ficaram abaixo do previsto, uma vez que para uma previsão final de 2.697.287,00€ se atingiu uma execução de 1.536.740,50€, representando um desvio negativo de (-) 1.160.546.50€, correspondendo uma taxa de execução de 56,97%.
- No grupo das **despesas**, a taxa de execução atingiu 74,05%. As **despesas correntes** cumpriram uma taxa de execução de 87,71%, com um valor de despesa paga de 11.222.707,99€ e as **despesas de capital** atingiram uma execução de 5.039.655,37€, representando uma taxa de execução 54,81% do total orçamentado final, o que determina que sejam as despesas correntes aquelas que mais se destacam na realização do orçamento.

Face a tais desvios, o Município arrecadou **receitas totais** (*incluindo o saldo de gerência transitado*) no montante de **21.327.168,85€**, o que representa uma taxa de execução da receita de 97,12% (em 2018 foi de 95,37%), e um nível de **despesa total** paga de **16.262.363,36€**, que equivale a uma taxa de execução da despesa de 74,05% (em 2018 foi de 74,20%), um saldo a transitar para a gerência de 2020 totaliza **5.064.806,49€**.

6.1.3. Evolução da Execução Orçamental (quadriénio 2016 – 2019)

Atendendo ao comportamento de cada uma das suas componentes económicas, correntes e capital, procede-se, de seguida, a uma análise da evolução global das receitas e das despesas no quadriénio 2016-2019.

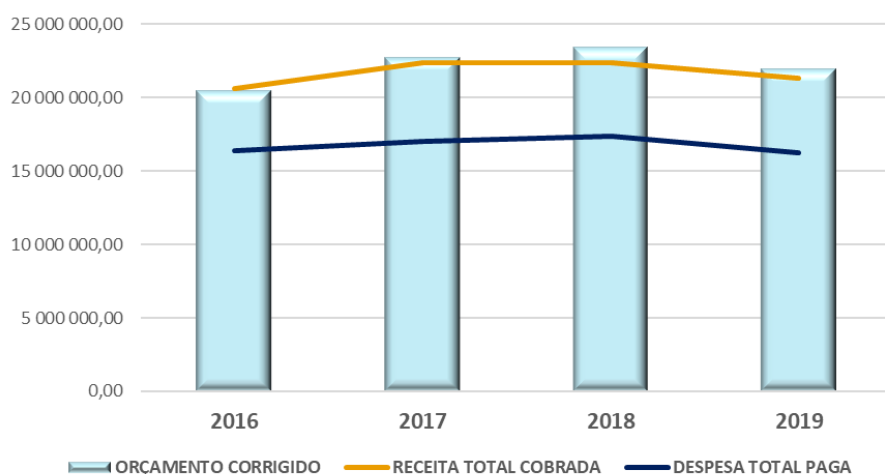
No quadro e gráfico apresentado em infra, constata-se que as receitas totais arrecadadas pelo Município de Estarreja, no quadriénio 2016-2019, têm superado as despesas totais, demonstrando um bom desempenho financeiro, tendo a taxa de cobertura de Receita Total/Despesa Total atingido os 131,14%.

Durante o quadriénio em análise temos que o orçamento corrigido tem apresentado acréscimos sucessivos ao longo dos anos, tendo em 2019 conhecido um decréscimo, registando-se a mesma tendência ao nível da execução das despesas totais e das receitas totais.

Quadro nº 25 - Evolução da Execução Orçamental 2016 a 2019

(unidade : Euros)

Designação	2016	2017	2018	2019
ORÇAMENTO CORRIGIDO	20 507 642,73	22 770 670,28	23 435 110,55	21 960 335,41
RECEITA TOTAL COBRADA	20 636 235,62	22 369 629,32	22 349 696,16	21 327 169,85
Grau Execução Receita (%) corrigida	100,63%	98,24%	95,37%	97,12%
DESPESA TOTAL PAGA	16 371 965,42	17 034 616,38	17 389 360,75	16 262 363,36
Grau Execução Despesa (%) corrigida	79,83%	74,81%	74,20%	74,05%
RECEITA TOTAL /DESPESA TOTAL	126,05%	131,32%	128,53%	131,14%

Gráfico nº 18 - Evolução da Execução Orçamental 2016 a 2019


Nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, a DGAL alerta e informa, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, na primeira reunião ou sessão seguinte, no prazo de 15 dias, a contar da data limite do reporte de informação constante do artigo 78.º. no caso de o município registar **durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85 %**. Trata-se de uma medida de alerta precoce de desvios.

No quadro e gráfico apresentado em supra, constata-se que o Município de Estarreja tem no quadriénio 2016-2019, mantido taxas de execução da receita superiores a 85%, cumprindo e superando a exigência legal imposta no n3 do artigo 6º do RFALEI (Lei nº73/2013, de 3 de setembro),

A taxa de **execução da receita do exercício 2019 foi de 97,12% (95,37% em 2018)**, superando em 12,12% limite imposto pelo articulado acima referenciado.

No quadriénio de 2016/2019, as receitas cobradas e as despesas pagas tiveram a evolução que se encontra expressa nos quadros e gráfico seguintes.:

Quadro nº 26 - Evolução da Execução Orçamental 2016 a 2019 - RECEITA

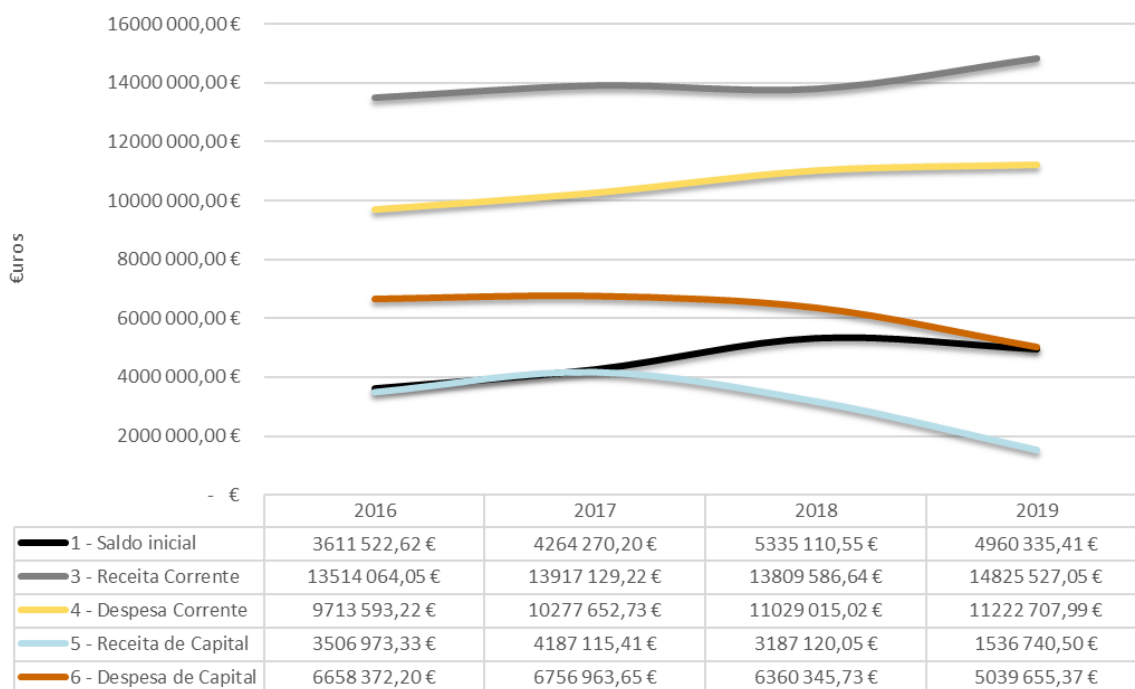
(unidade : €uros)

	RECEITA											
	ORÇAMENTO/PREVISÃO (corrigido)				EXECUÇÃO							
	TOTAL	CORRENTE	CAPITAL	OUTRAS	TOTAL	% Exec	CORRENTE	% Exec	CAPITAL	OUTRAS	% Exec	
2016	20 507 642,23	13 477 453,00	3 356 666,61	3 673 522,62	20 636 235,62	100,63%	13 514 064,05	100,27%	3 506 973,33	104,48%	3 615 198,24	98,41%
2017	22 770 670,28	13 698 351,00	4 778 049,08	4 294 270,20	22 369 726,93	98,24%	13 917 129,22	101,60%	4 187 115,41	87,63%	4 265 482,30	99,33%
2018	23 435 110,55	13 970 000,00	4 127 500,00	5 337 610,55	22 349 696,16	95,37%	13 809 586,64	98,85%	3 187 120,05	77,22%	5 352 989,47	100,29%
2019	21 960 635,41	14 300 313,00	2 697 287,00	4 963 035,41	21 327 169,85	97,12%	14 825 527,05	103,67%	1 536 740,50	56,97%	4 964 902,30	100,04%

Quadro nº 27 - Evolução da Execução Orçamental 2016 a 2019 - DESPESA

(unidade : €uros)

	DESPESA								
	ORÇAMENTO/PREVISÃO (corrigido)			EXECUÇÃO					
	TOTAL	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL	% Exec	CORRENTE	% Exec	CAPITAL	% Exec
2016	20 507 642,23	11 265 882,00	9 241 760,23	16 371 965,42	79,83%	9 713 593,22	86,22%	6 658 372,20	72,05%
2017	22 770 670,28	11 979 918,61	10 790 751,67	17 034 616,38	74,81%	10 277 652,73	85,79%	6 756 963,65	62,62%
2018	23 435 110,55	12 665 482,00	10 769 628,55	17 389 360,75	74,20%	11 029 015,02	87,08%	6 360 345,73	59,06%
2019	21 960 335,41	12 766 385,41	9 193 950,00	16 262 363,36	74,05%	11 222 707,99	87,91%	5 039 655,37	54,81%

Gráfico nº 19 - Variação das Receitas e Despesas 2016/2019


Da análise da receita no último biénio, realça-se a evolução positiva das **receitas totais**, que registaram um decréscimo em termos absolutos de (-) -1.022.526,31€, a que corresponde uma taxa de crescimento negativa de -4,58%.

No que respeita às **despesas totais pagas** do Município observa-se, no ano em análise, um decréscimo no valor de (-) 1.126.997,39€, que representa uma taxa de decréscimo de 6,48%, face ao ano anterior.

Dos quadros acima apresentados, verifica-se que relativamente ao ano de 2018, as arrecadações de Receitas Correntes aumentaram 7,36% (+1.015.940,41€), tendo as Receitas de Capital apresentado um decréscimo de 51,78% (-1.650.379,55€).

As Outras Receitas, onde se encaixa a contabilização do saldo de gerência transitado de gerência anterior, registaram um acréscimo de (-) 7,25%.

As Despesas Correntes sofreram um acréscimo de 1,76% (+ 193.692,97€) e as Despesas de Capital uma diminuição de 20,76% (-1.320.690,36€).

O município tem conseguido suportar as despesas correntes, com as suas receitas correntes. No ano em análise essa cobertura foi de 132,10%, isto é, gerou uma **poupança corrente de 32,10%**.

Quadro nº 28

	2016	2017	2018	2019
RECEITA CORRENTE / DESPESA CORRENTE	139,31%	135,41%	125,21%	132,10%
POUPANÇA CORRENTE	3 800 470,83	3 639 476,49	2 780 571,62	3 602 819,06

Face ao exposto e como podemos verificar nos mapas infra, o saldo entre a receita corrente cobrada (14.825.527,05€) e a despesa corrente paga (11.222.707,99) traduz-se num total positivo de 3.602.819,06€.

6.1.4. Relação Entre Receita e Despesa

 ► **Saldos Orçamentais**

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos recebimentos e pagamentos nos seus principais agregados de 2016 a 2019.

Quadro nº 29 - Recebimentos, Pagamentos e Saldos Orçamentais

(unidade : €uros)

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (VERTENTE CAIXA)	2016	2017	2018	2019
RECEITAS				
Receitas Correntes	13 514 064,05	13 917 129,22	13 809 586,64	14 825 527,05
Receitas de Capital	3 506 973,33	4 187 115,41	3 187 120,05	1 536 740,50
Reposições Abatidas nos Pagamentos	3 675,62	1 212,10	17 878,92	4 566,89
Saldo da Gerência Anterior	3 611 522,62	4 264 270,20	5 335 110,55	4 960 335,41
Total Recebimentos (Ano)	17 024 713,00	18 105 456,73	17 014 585,61	16 366 834,44
Total Recebimentos	20 636 235,62	22 369 726,93	22 349 696,16	21 327 169,85
DESPESAS				
Despesas Correntes	9 713 593,22	10 277 652,73	11 029 015,02	11 222 707,99
Despesas de Capital	6 658 372,20	6 756 963,65	6 360 345,73	5 039 655,37
Total Pagamentos	16 371 965,42	17 034 616,38	17 389 360,75	16 262 363,36
SALDOS ORÇAMENTAIS				
Saldo Corrente (Receitas Correntes + Despesas Correntes)	3 800 470,83	3 639 476,49	2 780 571,62	3 602 819,06
Saldo de Capital (Receitas de Capital + Despesas de Capital)	(3 151 398,87)	(2 569 848,24)	(3 173 225,68)	(3 502 914,87)
Saldo do Exercício (Saldo Corrente+Saldo de Capital+ Reposições não Abatidas nos Pag.tos)	652 747,58	1 070 840,35	(374 775,14)	104 471,08
Encargos Não Pagos*	125 720,78	90 740,59	106 071,51	81 635,51
Encargos transitados de anos anteriores	48 272,59	125 720,78	90 740,59	106 071,51
Saldo Real do Exercício (Saldo do exercício - Encargos não Pagos + Encargos transitados de exercícios anteriores)	575 299,39	1 105 820,54	(390 106,06)	128 907,08
Saldo Orçamental da Gerência (Saldo Inicial da Gerência/Saldo a Gerência anterior +Saldo do Exercício)	4 264 270,20	5 335 110,55	4 960 335,41	5 064 806,49

* corresponde à diferença entre o valor faturado e o valor pago - Posição do Orçamento da Despesa

Da análise do quadro supra, verificamos que ao longo do último quadriénio, o Município de Estarreja, tem registado saldos de tesouraria positivos sendo que o saldo da gerência 2019, o qual transita para o exercício seguinte (ano 2020) totaliza um global de 5.064.806,49€, significando, um acréscimo de poupança em relação ao saldo de gerência de 2018 no valor de 104.471,08€ (-2,11%).

De referir, que o Saldo do Exercício (receitas expurgadas dos efeitos do saldo de gerência transitado do exercício anterior) regista um valor positivo, (+) 104.471,08€ significando que os valores das receitas arrecadadas no próprio ano são superiores às despesas pagas no ano.

O indicador Saldo Real do Exercício incorpora encargos não pagos no exercício, sendo que este saldo tem conhecido uma trajetória um pouco diferente do saldo de gerência, dada a dívida a transitar para o ano seguinte e a dívida transitada de anos anteriores. O saldo real do exercício foi positivo no ano 2019, no valor de (+) 128.907,08€.

► Equilíbrio Orçamental

No que respeita ao cumprimento da regra do equilíbrio orçamental consagrada no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece que os orçamentos preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

De referir, que o cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, no momento, da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e em termos de execução orçamental.

As condições impostas legalmente, funcionam como forma de contenção do *deficit* orçamental e de formação da poupança corrente, tendo em vista a sua aplicação na despesa de investimento.

Para aferir o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental nas diferentes fases do ciclo orçamental, apresenta-se o quadro seguinte:

Quadro nº 30

PRINCIPIO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL				
Lei das Finanças Locais n.º 73/2013, artigo 40º				
Receita Corrente Bruta ≥ Despesa Corrente + amortização média de empréstimos M/L				
		Previsto Inicial	Previsto Final	Execução Orçamental
(1)	Receita Corrente	14 300 013,00	14 300 013,00	14 825 527,05
(2)	Despesa Corrente	12 196 600,00	12 799 385,41	11 222 707,99
(3)=(1)-(2) Poupança Corrente		2 103 413,00	1 500 627,59	3 602 819,06
(4)	Amortização média de empréstimos (na avaliação mensal do indicador, as amortizações médias são consideradas por duodécimos)	972 952,90	972 952,90	972 952,90
(5)=(3)-(4) Saldo no Equilíbrio anual		1 130 460,10	527 674,69	2 629 866,16
Controlo do Objetivo		Cumprido	Cumprido	Cumprido

Conclui-se da análise do quadro supra que o município cumpriu integralmente o princípio do equilíbrio orçamental, verificando-se uma cobertura das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo pela poupança corrente, culminando, em matéria de execução orçamental, com a libertação de 2.629.866,16€ para financiamento de investimento.

6.1.5. Movimentos de Tesouraria

Na sequência de recomendação do Tribunal de Contas e, apesar do instituído no ponto 7.6 do POCAL, o movimento das cauções quando em dinheiro está inserido no “Mapa de Fluxos de Caixa” por estas serem objeto de tratamento contabilístico no sistema de contabilidade patrimonial, e estarem devidamente refletidas no saldo das dotações não orçamentais, bem como na conta de disponibilidades constante do balanço da autarquia.

Atendendo ao exposto, no “Mapa das Contas de Ordem” só estão refletidas as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma análoga titulada por um documento.

➤ **Fluxos de Caixa**

O **mapa de fluxos de caixa** efetua uma discriminação dos recebimentos e pagamentos respeitantes à execução orçamental, segmentando-a em corrente e capital e assim como das operações não orçamentais (operações de tesouraria e cauções em dinheiro), neste documento são demonstrados, os respetivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua origem.

As operações de tesouraria (incluindo cauções em dinheiro) são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais que os serviços autárquicos efetuam para terceiros, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O quadro infra apresenta, de forma resumida, todos os movimentos dos fluxos de caixa ocorridos no exercício de 2019.

Quadro nº 31 – Mapa Fluxos de Caixa - RESUMO

(unidade : Euros)

RECEBIMENTOS / ENTRADA DE FUNDOS			PAGAMENTOS / SAÍDA DE FUNDOS		
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		5 701 391,54	DESPESAS ORÇAMENTAIS		16 262 363,36
Da Conta de Execução Orçamental	4 960 335,41		Correntes	11 222 707,99	
Da Conta de Operações Tesouraria	741 056,13		Capital	5 039 655,37	
RECEITAS ORÇAMENTAIS		16 366 834,44	OPERAÇÕES DE TESOURARIA		1 378 135,49
Correntes	14 825 527,05				
Capital	1 536 740,50		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE		5 681 147,36
Outras	4 566,89		Da Conta Execução Orçamental	5 064 806,49	
OPERAÇÕES DE TESOURARIA		1 253 420,23	Da Conta Oper. Tesouraria	616 340,87	
TOTAL		23 321 646,21	TOTAL		23 321 646,21

Da avaliação dos movimentos financeiros ocorridos na gerência de 2019 pode-se concluir que:

- ♦ as entradas de fundos ascenderam a 17.620.254,67€, sendo 16.366.834,44€ provenientes de receitas orçamentais e 1,253,420.23€ a operações de tesouraria (dotações não orçamentais).
- ♦ Por sua vez, as saídas de fundos somaram 17.640.498,85€, dos quais 16.262.363.36€ resultam de despesas orçamentais (correntes e de capital) e o remanescente de despesas não orçamentais: 1.378.135,49€ procedentes de operações de tesouraria.
- ♦ Deste balanceamento entre entradas e saídas de fundos e o saldo transitado do ano anterior resulta como saldo final da gerência do ano de 2019, um total de 5.681.147,36€, sendo 5.064.806,49 € decorrentes da execução orçamental, 616.340,87€ de operações de tesouraria.

Quadro nº 32 - Resumo Fluxos de Caixa

(unidade : Euros)

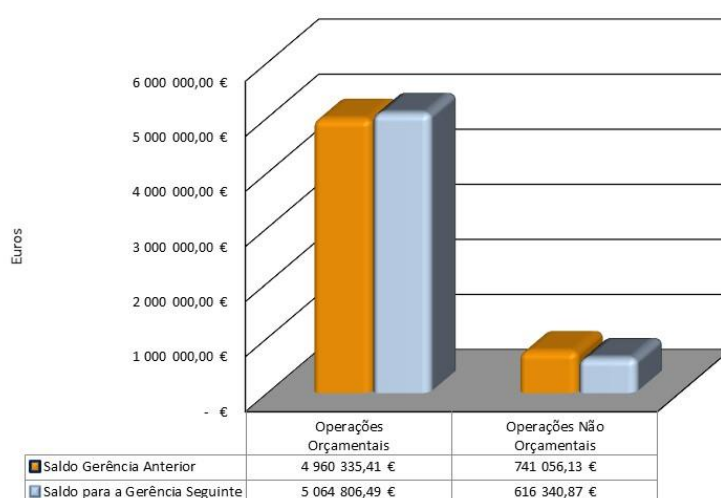
Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
(1) Saldo Transitado de 2018	4 960 335,41	741 056,13	5 701 391,54
(2) Receitas Arrecadadas	16 366 834,44	1 253 420,23	17 620 254,67
(3) Despesas Pagas	16 262 363,36	1 378 135,49	17 640 498,85
Saldo Transitar para 2020 (1)+(2)-(3)	5 064 806,49	616 340,87	5 681 147,36

Da análise dos movimentos financeiros ocorridos no ano 2019 verifica-se que a receita global cobrada foi inferior à despesa global paga em (-) -20.244,18€. No entanto, se a este valor se acrescentar o saldo inicial de 5.701.391,54€, obtemos o saldo final da gerência a transitar para o exercício económico seguinte no valor global de 5.681.147,36€.

Conclui-se, pois, que o valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permite obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

Este saldo final da gerência do ano 2019 do Mapa de Fluxos de Caixa corresponde ao valor das disponibilidades em balanço, o qual totaliza 5.681.147,36€, dos quais 5.064.806,49€ respeita a saldo de gerência decorrente da execução orçamental e 616.340,87€ a saldo de operações de tesouraria (operações extra-orçamentais).

O saldo orçamental positivo de 5.064.806,49€ corresponde a 29,15% da receita orçamental total.

Gráficos nº 20– Comparação entre o saldo da Gerência Anterior e o Saldo de Gerência seguinte no Resumo de Fluxos de Caixa


► Evolução dos Fluxos Monetários de operações orçamentais

A análise que se segue pretende avaliar as fontes de financiamento e a evolução da variação de ativos numa ótica orçamental que, durante os últimos quatro anos, tiveram reflexos no saldo final da conta de gerência. O objetivo é relacionar a evolução das despesas e receitas efetivas e confrontá-las com o desenvolvimento quer do saldo corrente do exercício (receita corrente – despesa corrente), quer do de

capital (receita de capital – despesas de capital), aferindo em que medida contribuem para financiar a gerência do exercício seguinte.

A Evolução dos Fluxos Financeiro do último quadriênio evidencia significativas poupanças corrente brutas que rondam os 3M€ e os 5M€, que resultam de anos seguidos com receitas correntes cobradas acima das despesas correntes pagas, destacando-se no presente exercício económico o expressivo acréscimo registado nesta componente.

Quadro nº 33 – Evolução dos Fluxos Financeiros

(unidade : €uros)

	2016			2017			2018			2019		
	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença
Saldo da Gerência Anterior	3 611 522,62		3 611 522,62	4 264 270,20		4 264 270,20	5 335 110,55		5 335 110,55	4 960 335,41		4 960 335,41
Corrente	13 514 064,05	9 713 593,22	3 800 470,83	13 917 129,22	10 277 652,73	3 639 476,49	13 809 586,64	11 029 015,02	2 780 571,62	14 825 527,05	11 222 707,99	3 602 819,06
Capital	3 506 973,33	6 658 372,20	-3 151 398,87	4 187 115,41	6 756 963,65	-2 569 848,24	3 187 120,05	6 360 345,73	-3 173 225,68	1 536 740,50	5 039 655,37	-3 502 914,87
Outras	3 675,62		3 675,62	1 212,10		1 212,10	17 878,92		17 878,92	4 566,89		4 566,89
TOTAL	20 636 235,62	16 371 965,42	4 264 270,20	22 369 726,93	17 034 616,38	5 335 110,55	22 349 696,16	17 389 360,75	4 960 335,41	21 327 169,85	16 262 363,36	5 064 806,49

Em 2019, a receita corrente cobrada ascendeu a 14.825.527,05€ e a despesa paga situou-se nos 11.222.707,99€, refletindo uma considerável poupança corrente bruta de 3.602.819,06€, que sustentou não só *deficit* alcançado na componente de capital, uma vez que a receita cobrada é inferior à despesa paga, mas também libertou fluxos monetários para a gerência seguinte, apresentando-se uma vez mais como principal fonte de financiamento do investimento. Comportamento inverso é assegurado pelas rubricas de natureza de capital, uma vez que a receita cobrada é sempre inferior à despesa paga, apresentando-se sempre com variações negativas que só serão combatidas recorrendo à poupança corrente realizada no exercício e ao saldo da gerência anterior.

Relativamente à componente de capital, observa-se que a receita cobrada tem sido inferior à despesa paga, motivando sucessivos saldos negativos de capital, sustentados pela poupança corrente bruta e pelo saldo da gerência anterior. No exercício de 2019, importa realçar que o saldo negativo de capital foi totalmente absorvido pela poupança corrente

Neste exercício, o total da receita cobrada bruta atingiu 21.327.169,85€ e a despesa total paga 16.262.363,36€ gerando um **saldo para a gerência seguinte** de 5.064.806,49€, superior ao transitado da gerência de 2018, em cerca de 2,1%, que representa em termos absolutos um acréscimo de 104.471,08€.

O próximo gráfico ilustra a evolução destes fluxos nos últimos quatro anos:

Gráfico nº 21 - Evolução dos Fluxos Financeiros


► Evolução dos Fluxos Monetários de operações Não Orçamentais

No âmbito das **Operações Não Orçamentais**, as operações de tesouraria são as cobranças que os serviços do Município da Estarreja realizaram para entidades terceiras (ex: ADSE, CGA, IGFSS, AT, Sindicatos, ATAM, ATAL, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e outros) ou seja, são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial, e as cauções em dinheiro resultam de operações que não produzem alterações no património da entidade, mas representam possibilidade de futuras alterações.

Da análise dos dados do quadro apresentado abaixo, verifica-se que no exercício de 2019 os fluxos financeiros de entradas em cofre e destinados a outras entidades situaram-se nos 1.253.420,23€, enquanto os movimentos de saída perfizeram o montante de 1.378.135,49€. A maior parte destes movimentos são de natureza fiscal destinados a ser entregues ao Estado, designadamente em matéria de retenção de impostos sobre rendimento e contribuições para a Segurança Social, assim, o tempo que permanecem nos cofres da autarquia é reduzido uma vez cumpridos os prazos de entrega legalmente impostos.

As cauções em dinheiro assumem uma maior importância no total das operações não orçamentais, consequência dos saldos que transitaram de gerências anteriores.

Quadro nº 34 – Mapa de Operações de Tesouraria (Dotações Não Orçamentais) –RESUMO

DESIGNAÇÃO DAS CONTAS	Saldo da Gerência Anterior		Movimento Anual		Saldo para a Gerência Seguinte	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
21 CLIENTES/CONTRIBUÍNTES/UTENTES		32 123,56	0,00	0,00		32 123,56
21.7 Clientes e Utentes C/ Cauções		32 123,56	0,00	0,00		32 123,56
21.7.1 Cauções de água		31 664,41	0,00	0,00		31 664,41
21.7.2 Preparos para processos licenciamento sanitários		459,15	0,00	0,00		459,15
24 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		67 919,14	976 515,21	976 141,34		67 545,27
24.2 Retenção de impostos sobre rendimentos		41 871,50	461 020,70	455 812,75		36 663,55
24.2.1 Trabalho dependente		36 089,00	431 205,00	430 040,00		34 924,00
24.2.2 Rendimentos Profissionais		5 782,50	29 815,70	25 772,75		1 739,55
24.2.6 IRS - Sobretaxa Extraordinária		0,00	0,00	0,00		0,00
24.4 Restantes impostos		0,00	1 058,09	1 058,09		0,00
24.4.1 Imposto de selo		0,00	1 058,09	1 058,09		0,00
24.5 Contribuições para a Segurança Social		25 289,49	480 500,03	485 988,88		30 778,34
24.5.1 Caixa Geral de Aposentações		20 258,10	266 942,33	265 859,77		19 175,54
24.5.2 Segurança Social		5 031,39	103 848,90	110 420,31		11 602,80
24.5.3 Assistência na doença dos funcionários públicos		0,00	109 708,80	109 708,80		0,00
24.6 Participação de EOEP em multas e Coimas		0,00	0,00	0,00		0,00
24.6.1 Participação em Multas e Coimas - GNR Avanca		0,00	0,00	0,00		0,00
24.9 Outras Contribuições		758,15	33 936,39	33 281,62		103,38
24.9.9 Outras		758,15	33 936,39	33 281,62		103,38
26 OUTROS DEVEDORES E CREDITORES		641 013,43	401 620,28	277 278,89		516 672,04
26.1 Fornecedores de Imobilizado		27 373,29	0,00	0,00		27 373,29
26.1.2 Fornecedores de Imobilizado c/ garantias		27 373,29	0,00	0,00		27 373,29
26.2 Pessoal		21 878,22	122,00	5 364,28		27 120,50
26.2.9 Outras operações com o pessoal		21 878,22	122,00	5 364,28		27 120,50
26.3 Sindicatos		499,40	6 851,79	6 352,39		0,00
26.8 Devedores e Credores diversos		591 262,52	394 646,49	265 562,22		462 178,25
26.8.7 Dev edores e Credores Diversos - OT		591 262,52	394 646,49	265 562,22		462 178,25
26.8.8 Dev edores e Credores Diversos - Outros		0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL		741 056,13	1 378 135,49	1 253 420,23		616 340,87

Apesar da sua natureza não orçamental, estes fluxos de entrada e a saída de fundos, tal como nas operações de carácter orçamental, são sempre documentados, respetivamente por guia de recebimento e ordem de pagamento.

► **Contas de Ordem**

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo, anotando-se, contudo, que apenas se faz referência à movimentação de garantias e cauções tituladas por papel, uma vez que as garantias prestadas em numerário, estão vertidas no mapa de operações não orçamentais anteriormente referido, por terem dado origem a registos na contabilidade patrimonial.

O quadro apresentado infra reflete os movimentos ocorridos nas contas de ordem, durante o ano em análise.

Quadro nº 35 – Resumo das Contas de Ordem

RECEBIMENTOS / ENTRADA DE FUNDOS			PAGAMENTOS / SAÍDA DE FUNDOS		
Descrição	Valores		Descrição	Valores	
Saldo da Gerência Anterior		1 793 537,92	Garantias e Cauções Accionadas		0,00
			Garantias e Cauções Devolvidas		107 723,37
Garantias e cauções	1 598 050,18		Receita Virtual Cobrada	0,00	
Recibos para cobrança	195 487,74		Receita Virtual Anulada	0,00	0,00
Garantias e Cauções Prestadas		354 565,67	Saldo para a Gerência Seguinte		2 040 380,22
Receita Virtual Liquidada		0,00	Garantias e Cauções	1 844 892,48	
			Recibos para cobrança	195 487,74	
TOTAL		2 148 103,59	TOTAL		2 148 103,59
		=====			=====

No início do ano de 2019, a autarquia detinha o valor de 195.487,74€ respeitante a recibos para cobrança (receita virtual), que durante o ano se manteve.

Por outro lado, para 2020 transita um valor de fundos caucionados na ordem dos 1.844.892,48€ resultante de um saldo inicial de 1.598.050,18€, a que deduziram da libertação de cauções em 107.723,37€, tendo sido prestadas no ano 2019, 354.565,67€ de cauções.

6.2. ANÁLISE DA RECEITA.

As receitas municipais agrupam-se segundo a sua natureza económica em **Receitas Correntes**, **Receitas de Capital** e **Outras Receitas** (no qual se incluem as Reposições não abatidas aos pagamentos e o Saldo da Gerência anterior), em obediência ao disposto no Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro e ao classificador económico, disponibilizado pela DGAL, o qual classifica a receita por capítulos.

A componente do orçamento “**reposições não abatidas nos pagamentos**” (**RNAP**), abrange receitas resultantes de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores ou no próprio ano. Este tipo de reposições, implicam a correção das dotações de despesa utilizadas e dos respetivos saldos disponíveis, não sendo consideradas, portanto, receita orçamental.

A classificação económica das **receitas**, corresponde à sua distribuição de acordo com o critério de proveniência dos recursos.

6.2.1. Execução, Evolução e Estrutura da Receita Total

A análise da execução do orçamento da receita (valores corrigidos/finais) de 2019, revela uma performance que permite manter o Município fora do procedimento de alerta precoce de desvios⁶, dado que em termos da receita, a taxa de execução atingiu os **97,12%**, e desde 2015 o grau de execução da receita tem sido superior a 92%.

Verifica-se uma diminuição do orçamento face a 2018 de 6,29% tendo-se registado o valor mais baixo desde 2017.

Quadro nº 36 – Evolução do Orçamento da Receita e sua Execução

(unidade monetária : Euros)




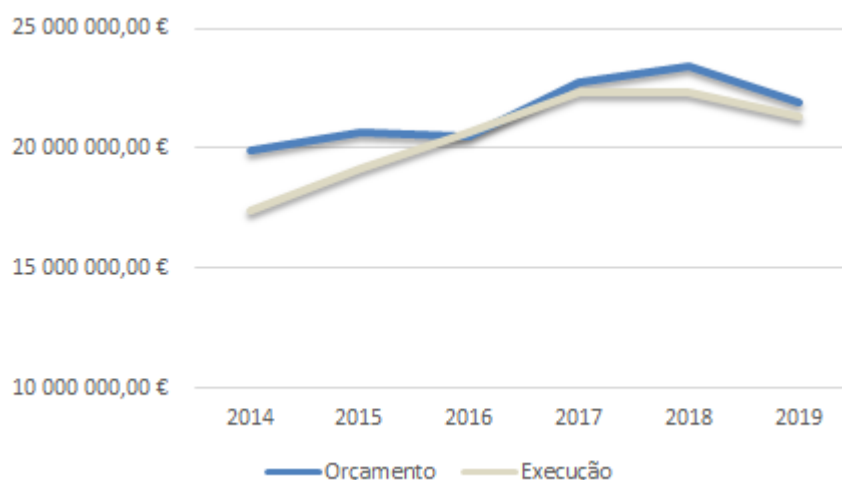
ORÇAMENTO DA RECEITA	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Evolução
Orçamento	19 934 481,24 €	20 686 768,75 €	20 507 672,23 €	22 770 670,28 €	23 435 110,55 €	21 960 335,41 €	
Execução	17 410 020,83 €	19 143 855,95 €	20 636 235,62 €	22 369 726,93 €	22 349 696,16 €	21 327 169,85 €	
%	87,34%	92,54%	100,63%	98,24%	95,37%	97,12%	

Gráfico nº22 Evolução do Orçamento da Receita e sua Execução



⁶ Artigo 56º da Lei nº73/2013, 03/09

No exercício económico de 2019 verifica-se que a receita total alcançada foi de **21.327.169,85€**, verificando-se um decréscimo de 1.022.526,31€ face ao período homólogo.

Constata-se que a receita corrente totalizou de **14.825.527,05€** e a receita de capital **1.536.740,50€**. As reposições não abatidas aos pagamentos apresentam uma execução de **4.566,89€**.

Quadro nº37 Execução das Receitas 2019

(unidade monetária : €uros)

Capítulos	Previsão Inicial	Previsão Corrigida	Receita Cobrada (execução)	Desvio	Exec %	Peso %
Receitas Correntes	14 300 013,00	14 300 013,00	14 825 527,05	525 514,05	103,67%	69,51%
Impostos Directos	4 384 500,00	4 384 500,00	5 043 579,04	659 079,04	115,03%	23,65%
Imposto municipal sobre Imóveis	2 515 000,00	2 515 000,00	2 639 631,32	124 631,32	104,96%	12,38%
Imposto Único de Circulação	604 500,00	604 500,00	659 443,75	54 943,75	109,09%	3,09%
Imposto municipal s/ transm. oner.	365 000,00	365 000,00	635 349,04	270 349,04	174,07%	2,98%
Derrama	900 000,00	900 000,00	1 109 154,93	209 154,93	123,24%	5,20%
Impostos Indirectos	556 200,00	556 200,00	706 363,71	150 163,71	127,00%	3,31%
Taxas, Multas e Outras Penal.	162 500,00	162 500,00	137 269,96	-25 230,04	84,47%	0,64%
Rendimentos de Propriedade	587 500,00	587 500,00	556 797,16	-30 702,84	94,77%	2,61%
Transferências Correntes	7 104 213,00	7 104 213,00	7 084 694,02	-19 518,98	99,73%	33,22%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 284 000,00	1 284 000,00	1 244 206,67	-39 793,33	96,90%	5,83%
Outras Receitas Correntes	221 100,00	221 100,00	52 616,49	-168 483,51	23,80%	0,25%
Receitas de Capital	4 097 287,00	2 697 287,00	1 536 740,50	-1 160 546,50	56,97%	7,21%
Venda de Bens de Investimento	502 400,00	502 400,00	661 225,50	158 825,50	131,61%	3,10%
Transferências de Capital	2 066 759,00	2 066 759,00	775 515,00	-1 291 244,00	37,52%	3,64%
Passivos Financeiros	1 500 000,00	100 000,00	100 000,00	0,00	100,00%	0,47%
Outras Receitas de Capital	28 128,00	28 128,00	0,00	-28 128,00	0,00%	0,00%
Outras Receitas	2 700,00	2 700,00	4 566,89	1 866,89	169,14%	23,28%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	2 700,00	2 700,00	4 566,89	1 866,89	169,14%	0,02%
Saldo da Gerência Anterior		4 960 335,41	4 960 335,41	0,00	100,00%	23,26%
Na Posse do Serviço.		4 960 335,41	4 960 335,41	0,00	100,00%	23,26%
Total da Receita	18 400 000,00	21 960 335,41	21 327 169,85	-633 165,56	97,12%	100%

Relativamente às **receitas correntes**, verifica-se que o valor total das receitas cobradas, supera o valor total das receitas orçadas, apresentando uma taxa de execução do orçamento das receitas correntes de **103,67%**.

Constata-se que as rúbricas de **receitas correntes** têm um elevado nível de execução, sendo que as suas diferentes componentes registaram graus de execução superiores a **90%**, exceto as Taxas, Multas e Outras Penalidades e as Outras Receitas Correntes. De realçar, que arrecadação de receita por via dos Impostos Directos e Indirectos superou as estimativas orçamentais, em 15% e 27%, respetivamente. Dentro dos Impostos Directos de destacar o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas e a Derrama.

Verifica-se que as **receitas de capital** cobradas foram inferiores às orçadas, em **1.160.546,50€** correspondendo a uma taxa de execução de **56,97%**. Este valor é justificado pela rúbrica transferência de capital que regista valores alcançados inferiores aos orçados em 1.291.244,00€.

Ao nível das receitas de capital e com maior relevância destacam-se a Venda de Bens de Investimento com uma execução de 131,61%.

No que se refere às reposições não abatidas nos pagamentos das outras receitas, verifica-se que as receitas cobradas foram superiores às orçadas, em 1.866,89€.

Os gráficos seguintes espelham o comportamento da execução das componentes da receita e a distribuição da execução da receita total segundo a sua natureza.

Gráfico nº23 – Receita – Previsão e Cobrança

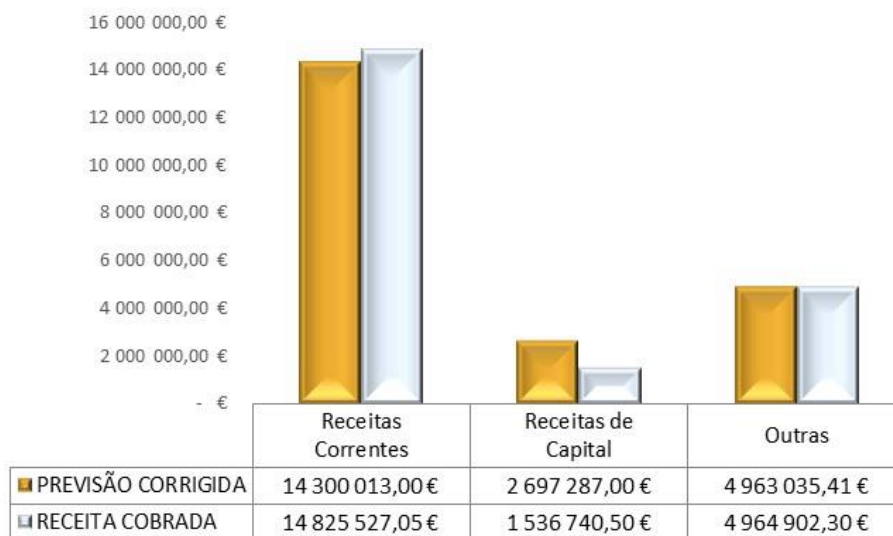
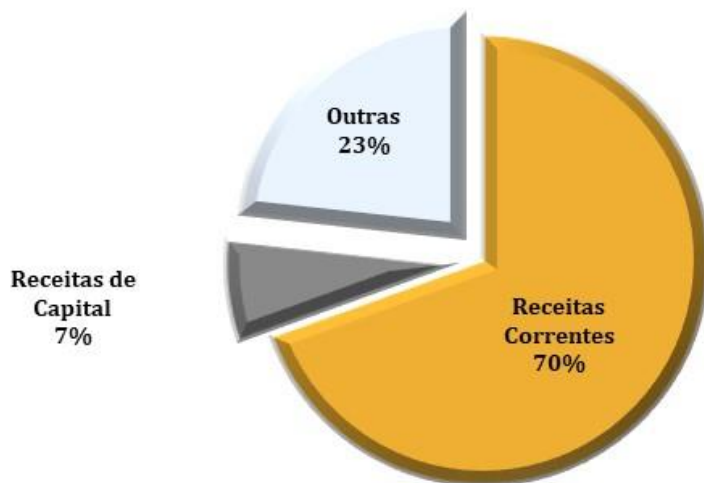


Gráfico nº24– Estrutura da Receita Arrecadada 2019



Constata-se que **70%** das Receitas Totais são relativas a receitas de natureza corrente, as Receitas de Capital representam **7%**, enquanto as Outras Receitas correspondem a **23%** das receitas totais arrecadadas pelo município no ano de 2019.

Quadro nº38 - Evolução da Receita (2018/2019)

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	Previsão		Execução		Desvio Previsão	Desvio Execução	Taxa de Execução		Taxa de Crescto
	2018	2019	2018	2019			2018	2019	
Receitas Correntes	13 970 000,00	14 300 013,00	13 809 586,64	14 825 527,05	330 013,00	1 015 940,41	98,85%	103,67%	7,36%
Impostos Directos	4 436 000,00	4 384 500,00	4 600 128,51	5 043 579,04	-51 500,00	443 450,53	103,70%	115,03%	9,64%
Impostos Indirectos	586 394,00	556 200,00	543 490,56	706 363,71	-30 194,00	162 873,15	92,68%	127,00%	29,97%
Taxas, Multas e Outras Penal.	159 800,00	162 500,00	134 473,83	137 269,96	2 700,00	2 796,13	84,15%	84,47%	2,08%
Rendimentos de Propriedade	607 000,00	587 500,00	573 176,78	556 797,16	-19 500,00	-16 379,62	94,43%	94,77%	-2,86%
Transferências Correntes	6 715 356,00	7 104 213,00	6 560 110,93	7 084 694,02	388 857,00	524 583,09	97,69%	99,73%	8,00%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 291 650,00	1 284 000,00	1 271 855,59	1 244 206,67	-7 650,00	-27 648,92	98,47%	96,90%	-2,17%
Outras Receitas Correntes	173 800,00	221 100,00	126 350,44	52 616,49	47 300,00	-73 733,95	72,70%	23,80%	-58,36%
Receitas de Capital	4 127 500,00	2 697 287,00	3 187 120,05	1 536 740,50	-1 430 213,00	-1 650 379,55	77,22%	56,97%	-51,78%
Venda de Bens de Investimento	1 066 000,00	502 400,00	1 085 845,14	661 225,50	-563 600,00	-424 619,64	101,86%	131,61%	-39,10%
Transferências de Capital	1 514 500,00	2 066 759,00	684 527,32	775 515,00	552 259,00	90 987,68	45,20%	37,52%	13,29%
Passivos Financeiros	1 500 000,00	100 000,00	1 400 000,00	100 000,00	-1 400 000,00	-1 300 000,00	93,33%	100,00%	-92,86%
Emp. Contraídos a M/L Prazo	1 500 000,00	100 000,00	1 400 000,00	100 000,00	-1 400 000,00	-1 300 000,00	93,33%	100,00%	-92,86%
Outras Receitas de Capital	47 000,00	28 128,00	16 747,59	0,00	-18 872,00	-16 747,59	35,63%	0,00%	-100,00%
Outras Receitas	5 337 610,55	4 963 035,41	5 352 989,47	4 964 902,30	-374 575,14	-388 087,17	715,16%	169,14%	-7,25%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	2 500,00	2 700,00	17 878,92	4 566,89	200,00	-13 312,03	715,16%	169,14%	-74,46%
Saldo da Gerência Anterior	5 335 110,55	4 960 335,41	5 335 110,55	4 960 335,41	-374 775,14	-374 775,14	100,00%	100,00%	-7,02%
Total da Receita	23 435 110,55	21 960 335,41	22 349 696,16	21 327 169,85	-1 474 775,14	-1 022 526,31	95,37%	97,12%	-4,58%

No que concerne à evolução das receitas e com base no quadro supra, constata-se que as receitas totais registaram uma diminuição de 2018 para 2019, cifrando-se num decréscimo de **(-4,58%)** que em termos de valores absolutos se traduz numa diminuição de **1.022.526,31€**.

Comparativamente com o ano 2018 verifica-se que as Receitas de Capital diminuíram cerca de 51,78%, tendo as Receitas Correntes registado um aumento de 7,36%.

Em termos globais, a taxa de execução das Receitas Totais apresenta um acréscimo de **1,75** pontos percentuais, relativamente ao verificado no ano transato. Contudo, na decomposição dos principais itens da Receita – Receitas Correntes e Receitas de Capital – verifica-se que o seu desempenho foi desigual. Enquanto as receitas correntes apresentaram uma execução superior à do ano 2018 em 4,82 p.p., as receitas de capital assistiram a um significativo decréscimo, representando uma diminuição de 20,25 p.p., passando de uma taxa de execução de 77,22% em 2018, para 56,97% em 2019.

A repartição das receitas globais angariadas no ano 2019 podem ser vistas de uma forma mais aglomerada, conforme o descrito no gráfico e quadro apresentado de seguida.

Quadro nº39 – Repartição das Receitas (unidade monetária : Euros)

Repartição das Receitas	Valor	%
Impostos Municipais	5 043 579,04 €	23,65%
Taxas pagas pelo Sector Empresarial	706 363,71 €	3,31%
Taxas pagas pelo Sector Privado	137 269,96 €	0,64%
Rendimentos de Propriedade	556 797,16 €	2,61%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	1 905 432,17 €	8,93%
Fundos da Administração Central	7 504 472,00 €	35,19%
Fundos Comunitários	13 821,00 €	0,06%
Outros Fundos	341 916,02 €	1,60%
Crédito Bancário	100 000,00 €	0,47%
Outras Receitas	5 017 518,79 €	23,53%
Total da Receita	21 327 169,85 €	100,00%

Detalhando a análise da receita arrecadada ao longo do ano 2019 nos seus principais agregados e simultaneamente deter uma visão comparativa com o exercício económico 2018, temos o seguinte quadro:

Quadro nº40 – Receita Arrecada (2018vs20119)

(unidade monetária : €uros)

Designação	2018	2019	?	Taxa Cresc.to	Peso (%)	
				(%)	2018	2019
Impostos Diretos	4 600 128,51	5 043 579,04	443 450,53	9,64%	20,58%	23,65%
IMI	2 691 894,43	2 639 631,32	-52 263,11	-1,94%	12,04%	12,38%
IUC	629486,08	659 443,75	29 957,67	4,76%	2,82%	3,09%
IMT	476664,05	635 349,04	158 684,99	33,29%	2,13%	2,98%
Derrama	802083,95	1 109 154,93	307 070,98	38,28%	3,59%	5,20%
Impostos Indiretos + Taxas	677 964,39	843 633,67	165 669,28	24,44%	3,03%	3,96%
Loteamento e Obras Urbanísticas	154 121,91	271 058,97	116 937,06	75,87%	0,69%	1,27%
Mercados	154 159,00	144 887,12	-9 271,88	-6,01%	0,69%	0,68%
Publicidade e Ocupação Via Pública	293 768,67	353 209,45	59 440,78	20,23%	1,31%	1,66%
Multas e Outras Penalidades	35 451,53	19 476,98	-15 974,55	-45,06%	0,16%	0,09%
Outras	40 463,28	55 001,15	14 537,87	35,93%	0,18%	0,26%
Rendimentos de Propriedade	573 176,78	556 797,16	-16 379,62	-2,86%	2,56%	2,61%
Juros	12 530,67	6 006,69	-6 523,98	-52,06%	0,06%	0,03%
Dividendos de Participações	63189,37	46 909,99	-16 279,38	-25,76%	0,28%	0,22%
Rendas	497456,74	503 880,48	6 423,74	1,29%	2,23%	2,36%
Transferências Correntes	6 560 110,93	7 084 694,02	524 583,09	8,00%	29,35%	33,22%
Administração Central	6 533 684,93	7 057 785,86	524 100,93	8,02%	29,23%	33,09%
Privados	18 500,00	22 750,00	4 250,00	22,97%	0,08%	0,11%
Resto Mundo	7 926,00	4 158,16	-3 767,84	-47,54%	0,04%	0,02%
Vendas de Bens e Serviços Correntes	1 271 855,59	1 244 206,67	-27 648,92	-2,17%	5,69%	5,83%
Outras Receitas Correntes	126 350,44	52 616,49	-73 733,95	-58,36%	0,57%	0,25%
Total Receita Corrente	13 809 586,64	14 825 527,05	1 015 940,41	7,36%	61,79%	69,51%
Venda de Bens de Investimento	1 085 845,14	661 225,50	-424 619,64	-39,10%	4,86%	3,10%
Terrenos	1 056 605,14	661225,5	-395 379,64	-37,42%	4,73%	3,10%
Habitacões	0	0	0,00	n.a	0,00%	0,00%
Edifícios	0	0	0,00	n.a	0,00%	0,00%
Outros bens de Investimento	29 240,00	0	-29 240,00	-100,00%	0,13%	0,00%
Transferências de Capital	684 527,32	775 515,00	90 987,68	13,29%	3,06%	3,64%
Administração Central - OE	589 475,00	775515	186 040,00	31,56%	2,64%	3,64%
Comparticipações Externas	95052,32	0	-95 052,32	-100,00%	0,43%	0,00%
Municípios	0	0	0,00	n.a	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	1 400 000,00	100 000,00	-1 300 000,00	-92,86%	6,26%	0,47%
Outras Receitas de Capital	16 747,59	0,00	-16 747,59	-100,00%	0,07%	0,00%
Total Receita Capital	3 187 120,05	1 536 740,50	-1 650 379,55	-51,78%	14,26%	7,21%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	17 878,92	4 566,89	-13 312,03	-74,46%	0,08%	0,02%
Saldo Gerência Anterior	5 335 110,55	4 960 335,41	-374 775,14	-7,02%	23,87%	23,26%
Outras Receitas	5 352 989,47	4 964 902,30	-388 087,17	-7,25%	23,95%	23,28%
TOTAL DE RECEITA	22 349 696,16	21 327 169,85	-1 022 526,31	-4,58%	100,00%	100,00%

A análise do quadro acima realiza-se por rúbricas económicas e de algumas das suas subcontas, a qual nos ajudará a compreender melhor o comportamento da receita corrente e de capital.

Verifica-se que **56,86%** do total da receita é suportada pelas rúbricas Impostos Diretos e Transferências Correntes. Na descomposição das contas referidas, conseguimos concluir que o IMI e a transferência corrente da Administração Central (Fundos do Orçamento de Estado) são as subcontas que têm peso mais preponderante, pelo que ambas representam **45,47%** da Receita Total e **65,41%** da Receita Corrente.

Comparativamente com o ano homólogo, constata-se que houve um acréscimo de **24,44%** na rúbrica Impostos Indiretos e Taxas e um decréscimo nas rúbricas de Venda de Bens de Investimento e Passivos Financeiros de **39,10%** e **92,86%** respetivamente.

6.2.2. Análise das Receitas Correntes

As **receitas correntes**, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira da autarquia, já que se trata de um fluxo monetário corrente e constante, verificando que de uma forma reiterada apresentam um peso preponderante na estrutura geral da receita, comportando neste exercício **14.825.527,05€**, ou seja 69,51%, do total da receita arrecadada, contribuindo para a excelente taxa de execução global de 103,67%.

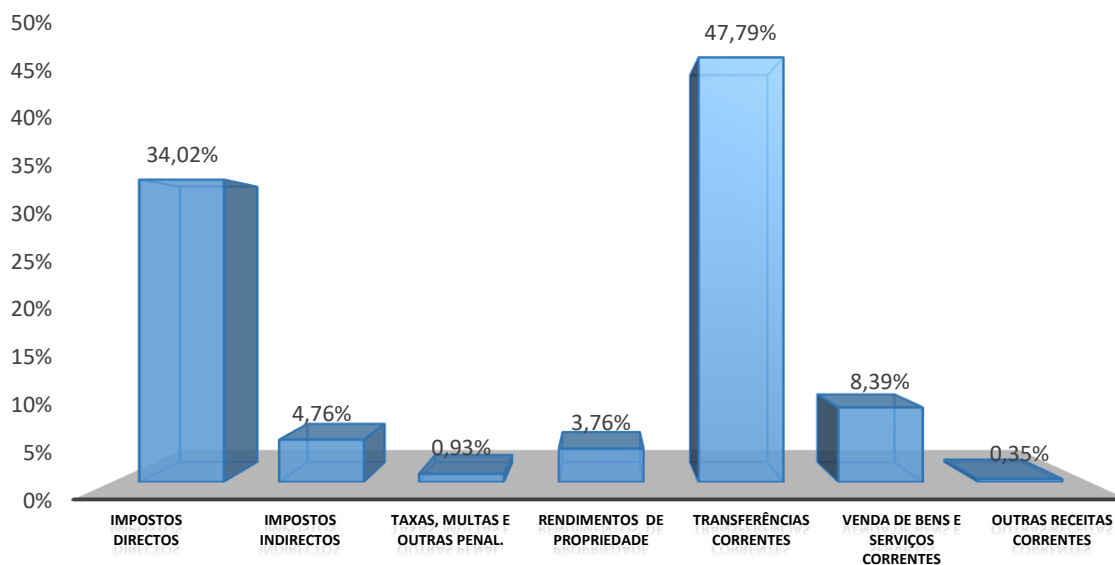
Com uma execução de **103,67%**, a autarquia consegue arrecadar receitas correntes que lhes permitem uma base de consistência ao financiamento de um conjunto de despesas certas e permanentes (consumo de água dos diferentes edifícios municipais, tratamento de recolha resíduos sólidos, recolha dos resíduos sólidos, fornecimento de energia elétrica e abastecimento combustíveis, assistência técnicas de diferentes equipamentos, manutenção espaços verdes, transportes escolares, protocolos de cooperação com juntas de freguesias e coletividades, funcionamento centros escolares, equipamentos cultural, desportivo, recreativos e turísticos, animações culturais recreativas, culturais, religiosas e desportivas, etc.).

A variação positiva verificada de (+) 4,82 p.p., ficou a dever-se maioritariamente ao impacto dos **Impostos Diretos** (IMI, IMT, IUC, Derrama), que por si só aumentaram (+) 443.450,53 € [↑9,64%], dos **Impostos Indiretos e Taxas** com um aumento de (+)165.669,28€ [↑24,44%] e das **Transferências Correntes** (FEF, FSM, participação financeira no IRS, Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares) com um aumento de (+) 524.583,09€ [↑ 8%].

As Receitas Correntes registaram, um aumento de **7,36%** face a 2018 representando um aumento de receitas arrecadadas de **1.015.940,41€**. Este indicador é justificado pelo crescimento da derrama em **38,28%** correspondendo a um aumento de **307.070,98€** e pela dilatação de **8,02%** nas transferências correntes da administração central que corresponde a **524.100,93€**.

As principais componentes da receita corrente tiveram o seguinte desempenho:

Gráfico nº25– Receita corrente cobrada



► **Receitas Fiscais e Taxas**

Considerando a sua importância significativa na receita tributária, iremos desenvolver um estudo sobre as Receitas Fiscais e Taxas, parcela mais representativa da receita corrente e da receita total cobrada.

No quadro que a seguir se apresenta expõe-se a estrutura deste agregado de receitas.

Quadro nº41 – Receitas Fiscais e Taxas 2016-2019)

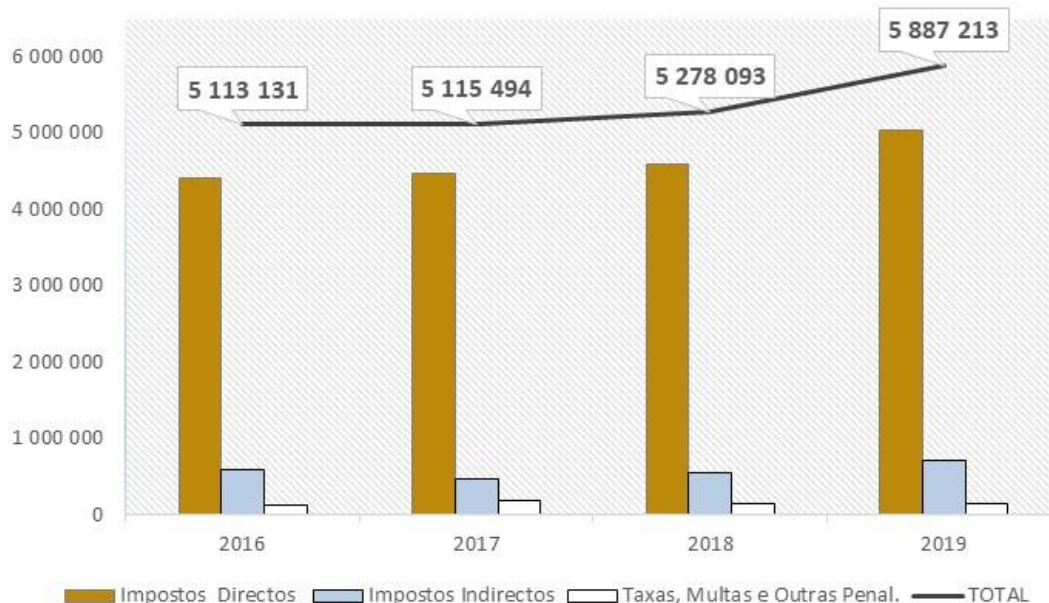
(unidade monetária :

€uros)

Capítulos	2016	2017	2018	2019	Peso %	? 2018/2019	Tx Cresc 2018/2019
Impostos Directos	4 409 060,41	4 466 122,69	4 600 128,51	5 043 579,04	85,67%	443 450,53	9,64%
<i>Imposto Municipal sobre imóveis</i>	2 377 821,56	2 467 821,58	2 691 894,43	2 639 631,32	44,84%	-52 263,11	-1,94%
<i>Imposto Único de Circulação</i>	557 602,15	596 037,32	629 486,08	659 443,75	11,20%	29 957,67	4,76%
<i>Imposto municipal s/transmissões onerosas</i>	560 395,68	410 767,98	476 664,05	635 349,04	10,79%	158 684,99	33,29%
<i>Derrama</i>	913 241,02	991 495,81	802 083,95	1 109 154,93	18,84%	307 070,98	38,28%
Impostos Indirectos	581 554,28	458 934,92	543 490,56	706 363,71	12,00%	162 873,15	29,97%
Taxas, Multas e Outras Penal.	122 515,85	190 436,79	134 473,83	137 269,96	2,33%	2 796,13	2,08%
TOTAL	5 113 130,54	5 115 494,40	5 278 092,90	5 887 212,71	100,00%	609 119,81	11,54%

O gráfico a seguir evidencia a evolução em termos percentual do quadriénio do peso dos impostos diretos e indiretos e taxas, multas e outras penalidades sobre o total das receitas fiscais.

Gráfico nº26 – Evolução das Receitas Fiscais 2016-2019

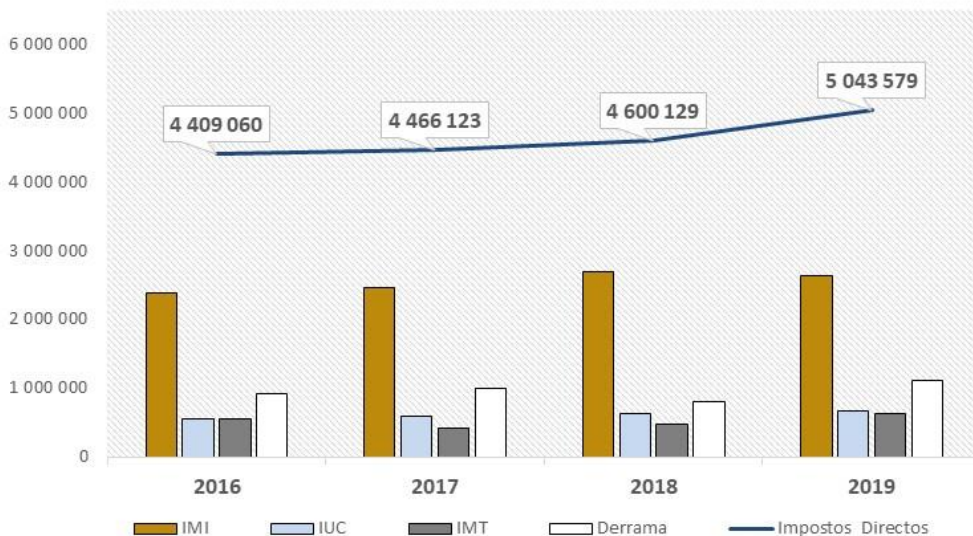


Do quadro e gráfico supra, constata-se que a arrecadação da receita de **receitas fiscais e taxas** em 2019 foi de **5.887.213,71€** apresentando um desvio positivo de **609.119,81€** (+11,54%).

No quadriénio regista-se um crescimento de **15,14%** correspondendo a um aumento de **774.081,20€**.

Durante o exercício de 2019 por conta dos Impostos Directos, arrecadou-se um total de 5.043.379,04€, o que determinou um acréscimo de (+) 443.450,53 €, ou seja (+) 9,64% face a 2018.

Os impostos diretos representam 85,67% das receitas tributárias do Município em 2019.

Gráfico nº27– Evolução dos Impostos Diretos 2016-2019


No ano económico de 2019, constata-se que a derrama sofreu o maior acréscimo nesta rúbrica de **38,28%** face a período homólogo, que em números absolutos corresponde a um aumento de **307.070,98€**. De realçar que a taxa de derrama não sofreu qualquer alteração de 2018 para 2019.

Quanto ao IUC, foram cobrados 659.443,75 €, o que traduziu um aumento de cerca de (+) 4,76%.

No que ao IMT concerne, cujo montante em 2019 soma 635.349,04€, este protagoniza uma subida considerável de (+) 158.684,99 face ao registado em 2018€. Tendo em conta a natureza deste imposto, pode evidenciar-se aqui uma evolução favorável na própria conjuntura económica que o país atravessa.

Apenas o Imposto Municipal sobre Imóveis regista uma queda de **1,94%** (+ 52.263,11€) comparando com o período homólogo.

Também verificamos que os Impostos Indiretos obtiveram um crescimento de **29,97%** que corresponde a um aumento de **162.873,15€**. Se optarmos por decompor os impostos indiretos nos seus itens verificamos que o Loteamento e Obras (licenciamentos, certidões, ocupações de via pública, etc.) obteve um crescimento de **126,87%** face a 2018, que corresponde a um crescimento de **98.808,26€**. Este crescimento justifica-se pela construção de um hipermercado (Continente) no nosso Município.

► Rendimentos de Propriedade

As receitas provenientes de rendimentos de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos concedidos), terrenos e de ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros), representam 2,61% das Receitas Totais e 3,76% das Receitas Correntes.

Quadro nº42- Desagregação dos Rendimentos de Propriedade

(unidade monetária : €uros)

Designação	2016	2017	2018	2019	Peso	? 2018/2019	TX Cresc % 2018/2019
Juros	37 071,21	11 805,69	12 530,67	6 006,69	1,08%	-6 523,98	-52,06%
Dividendos e outras participações em lucros	106 797,15	79 762,57	63 189,37	46 909,99	8,42%	-16 279,38	-25,76%
Rendas	488 916,90	493 103,77	497 456,74	503 880,48	90,50%	6 423,74	1,29%
TOTAL	632 785,26	584 672,03	573 176,78	556 797,16	100%	-16 379,62	-2,86%

Os rendimentos de propriedade obtidos, neste ano económico, dizem respeito essencialmente, à remuneração de depósitos detidos por esta entidade em Instituições de Crédito, aos rendimentos resultantes da distribuição de dividendos em participações de capital detidas pela Autarquia em outras empresas e sistemas multimunicipais (nomeadamente, nas empresas ADRA e Lusitânia Gás) e à renda de concessão com a empresa EDP. Conheceu um decréscimo de **2,86%** relativamente a 2018.

Verifica-se uma diminuição de **25,76%** nos dividendos e outros, que corresponde a um decréscimo de **16.729,38€** pelo facto de o município não ter recebido dividendos da ERSUC em 2019.

► Transferências Correntes

As Transferências Correntes compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação pré-estabelecida, representando **47,79%** do valor da receita corrente, auferida em 2019. Os fundos consignados ao Município pelas Transferências Correntes globalizaram, em 2019, os **7.084.694,02€**, representando **33,22%** das Receitas Totais arrecadadas.

Comparando ao período homólogo, apuramos que houve um crescimento de **8,00%** nas Transferências Correntes o que corresponde a um aumento de **524.583,09€**.

De forma discriminada, no quadro seguinte identifica-se a origem das receitas de transferências correntes.

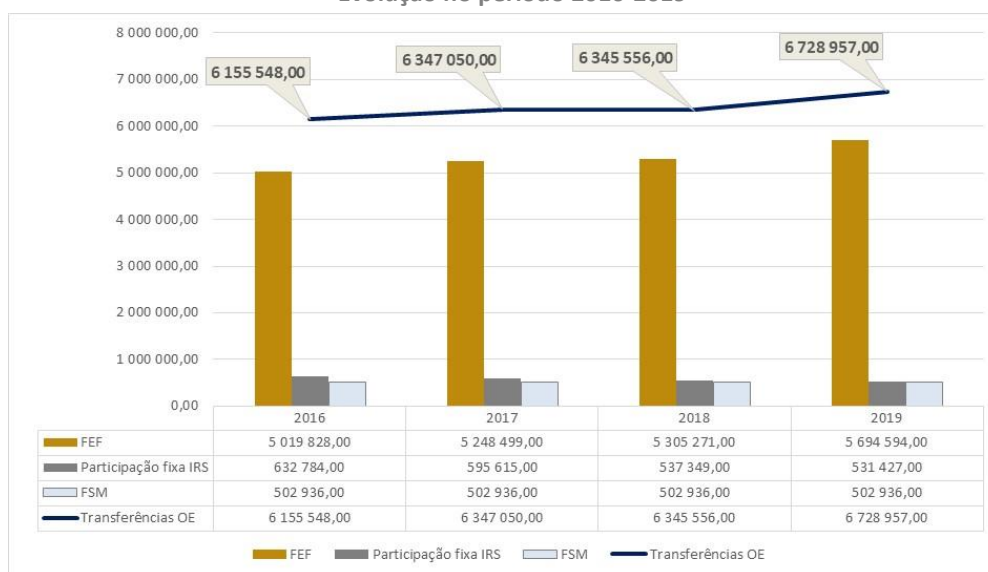
Quadro nº 43- Transferências Correntes da Adm. Central / Outras

(unidade monetária : €uros)

Designação	2018	2019
Centro de Emprego de Aveiro -Inst de Emprego e Formação Profissional		
Programas Ocupacionais para Trabalhadores Desempregados	10 597,95	0,00
Gabinete de Inserção Profissional	0,00	9 870,17
Estágios Profissionais	0,00	0,00
Direcção Geral das Autarquias Locais		
Subsidio para Gabinete Técnico Florestal	13 937,14	13 937,14
Direcção Regional de Educação do Centro		
Comparticipação - Auxiliares de Acção Educativa	32 000,00	127 684,10
Contrato-Programa - Fornecimento de Refeições Escolares Al.1ºCiclo	54 384,78	122 322,02
Comparticipação nas Actividades de Enriquecimento Curricular	49 113,90	20 778,23
Instituto de Desenvolvimento Social		
Protocolo de Colaboração para a Comissão de Protecção de Crianças Menores	25 482,36	20 416,20
Participação dos Municípios nos Impostos do Estado - Fundos Municipais		
Fundo de Equilíbrio Financeiro	5 305 271,00	5 694 594,00
Fundo Social Municipal	502 936,00	502 936,00
Participação Fixa no IRS	537 349,00	531 427,00
Estado- Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados		
PORTUGAL 2020 - PEPAL	0,00	0,00
Programa Erasmus+Juventude em Acção/KA1	10 538,80	17 979,16
Diversos - Famílias e Donativos		
Diversos - Famílias e Donativos	18 500,00	22 750,00
TOTAL	6 560 110,93	7 084 694,02

No enquadramento legal das Finanças Locais expresso pela Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, a repartição de recursos públicos entre o Estado e os Municípios (verba inscrita no Orçamento de Estado e transferida para os municípios) subdivide-se nos seguintes fundos: **Fundo de Equilíbrio Financeiro**, **Fundo Social Municipal** e **Participação Direta e Variável no IRS**.

Gráfico nº28– Repartição de recursos públicos entre o Estado e a autarquia
 - Evolução no período 2016-2019



No seu conjunto, estas verbas transferidas diretamente do Orçamento do Estado para o Município de Estarreja contribuíram com cerca de **94,98%** do resultado apresentado pelas Transferências Correntes.

Comparativamente ao ano de 2018, constata-se que houve um acréscimo de **6,04%** das Transferências do Orçamento de Estado, o que corresponde num aumento de **383.401,00€**

► Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes

A receita de Venda de Bens e Serviços Corrente distribui-se pelos seguintes agregados

Quadro nº44 – Receita Arrecada – Venda de Bens e Serviços Correntes (2018 vs 2019) (unidade monetária : €uros)

Venda de Bens e Serviços Correntes	2018	2019	? 2018/2019	% Tx Cresc	Peso%
Publicações e Impressos	35,99	0,00	-35,99	-100,00%	0,00%
Outros (livros, publicações)	11 652,76	8 737,17	-2 915,59	-25,02%	0,70%
Aluguer de Espaços e Equipamentos	51 840,55	91 704,03	39 863,48	76,90%	7,37%
Refeições Escolares	93 955,00	101 818,36	7 863,36	8,37%	8,18%
Refeições Cantina	19 688,83	22 360,34	2 671,51	13,57%	1,80%
Serviços Sociais	0,00	0,00	0,00	n.a	0,00%
Serviços Recreativos	7 368,75	5 180,49	-2 188,26	-29,70%	0,42%
Serviços Culturais	154 993,85	144 041,40	-10 952,45	-7,07%	11,58%
Serviços Desportivos	301 299,63	253 310,72	-47 988,91	-15,93%	20,36%
Resíduos Sólidos	423 008,56	446 981,40	23 972,84	5,67%	35,93%
Transportes Escolares	62 838,18	43 379,89	-19 458,29	-30,97%	3,49%
Mercados e Feiras	21 779,50	1 869,85	-19 909,65	-91,41%	0,15%
CAAF's	38 859,87	48 686,04	9 826,17	25,29%	3,91%
Rendas	37 000,37	49 901,64	12 901,27	34,87%	4,01%
Outras	47 533,76	26 235,34	-21 298,42	-44,81%	2,11%
TOTAL	1 271 855,60	1 244 206,67	-27 648,93	-2,17%	100,00%

A venda de bens e prestação de serviços correntes rendeu à autarquia **1.244.206,67€**, menos **27.648,93€** que a receita arrecadada no ano anterior, ou seja, verificou-se um decréscimo de cerca de **2,17%** deste tipo de receitas, justificado em grande parte pelo decréscimo significativo das receitas da sub-rubrica Serviços Desportivos.

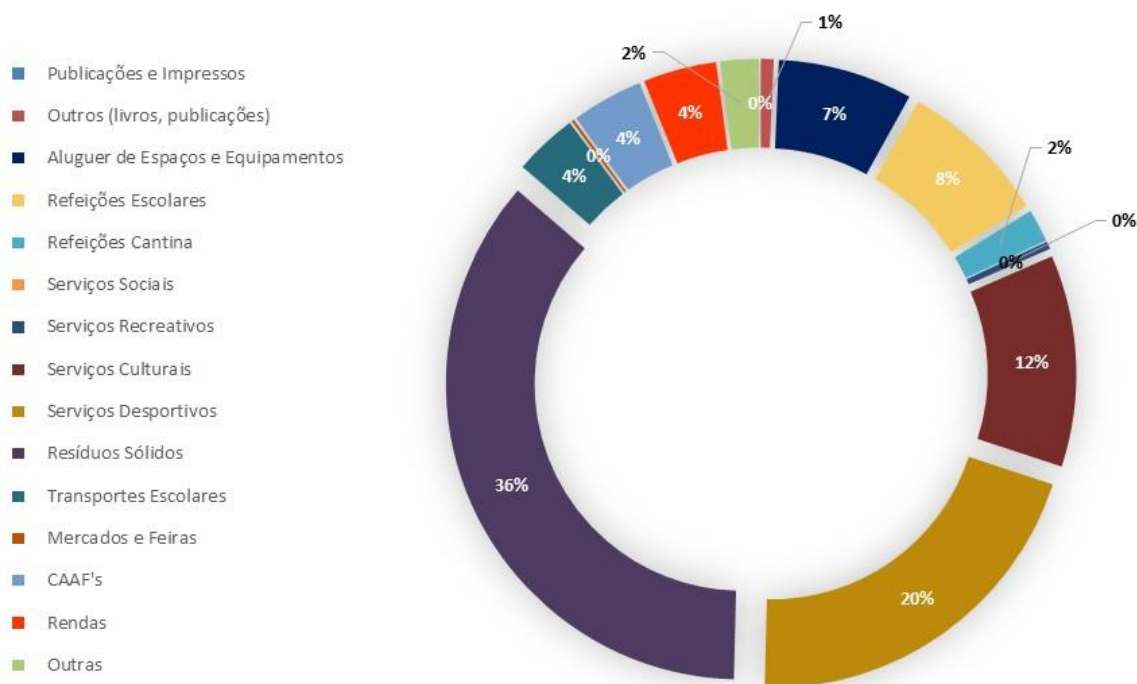
Verifica-se uma diminuição de **30,97%** nos Transportes Escolares que representa um queda de **19.458,29€** justificada pelo alargamento de 100% do apoio do município aos alunos até ao 12º ano, uma vez que em 2018 o apoio de 100% só estaria legível para alunos até ao 9º ano.

Apuramos, também, uma descida de **91,41%** nos Mercados e Feiras, descida justificada pelas arrematações elaboradas em 2018 que não foram verificadas em 2019. Em números absolutos verifica-se um decréscimo de **19.909,65€**

A Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes responde por **5,83%** do total da receita de 2019 e **8,39%** das receitas correntes.

A distribuição das receitas com venda de bens e serviços encontra-se ilustrada no gráfico infra:

Gráfico nº29 – Venda de Bens e Serviços Correntes (2019)



No âmbito da Venda de Serviços a receita proveniente da Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos, representa **35,93%** do total deste tipo de receita auferida, seguida da venda de Serviços Desportivos com **20,36%**.

➤ **Outras Receitas Correntes**

A rubrica Outras Receitas Correntes rendeu à autarquia **52.616,49€**, menos **73.733,95€** que a receita arrecadada no ano anterior, ou seja, verificou-se um decréscimo de cerca de **58,36%** deste tipo de receitas, representando **0,25%** das Receitas Totais e **0,35%** das Receitas Correntes.

Verifica-se uma diminuição de **85,07%** nas indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens, uma vez que em 2018 ocorreu um sinistro no Edifício da Área Social e de Negócios no valor de **31.545,54€**, pelo que automaticamente este fator foi preponderante no valor final de 2018.

O IVA – Reembolsado regista um decréscimo de **100%**, uma vez que o projeto de otimização de metodologia do IVA relativo ao exercício 2018 será alvo de pedido de reembolso apenas no exercício económico de 2020.

Quadro nº45 - Desagregação de Outras Receitas Correntes

(unidade monetária : €uros)

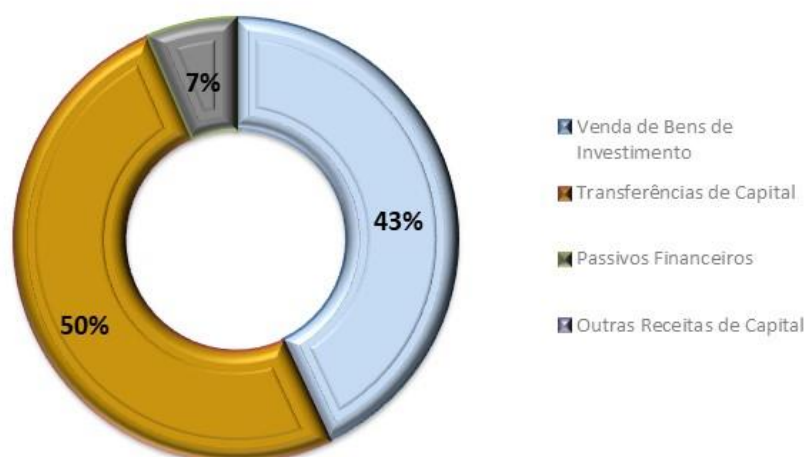
Designação	2018	2019	Variação 2018/2019	Tx Cresc %	Peso%
Indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens	38 017,94	5 674,32	-32 343,62	-85,07%	10,78%
Indemnizações por estragos provocados por outrém	3 851,29	4 654,60	803,31	20,86%	8,85%
IVA-Reembolsado	52 591,15	0,00	-52 591,15	-100,00%	0,00%
IVA-Inversão do Sujeito Passivo	24 562,04	34 264,21	9 702,17	39,50%	65,12%
Diversas	7 328,02	8 023,36	695,34	9,49%	15,25%
TOTAL	126 350,44	52 616,49	-73 733,95	-58,36%	100%

6.2.3. Análise das Receitas de Capital

O núcleo essencial da receita de capital é constituído por: vendas de bens de investimento, transferências e empréstimos bancários de curto e médio e longo prazo, representando na sua globalidade **7,21%** das receitas totais executadas.

A repartição das receitas de natureza capital arrecadas pelo município, no ano 2019, encontra-se descrita no gráfico seguinte:

Gráfico nº30 – Repartição das Receitas de Capital 2019



As Receitas de Capital são compostas em três grandes grupos: Passivos Financeiros (**6,51%**); Venda de Bens de Investimento (**43,03%**) e Transferências de Capital (**50,46%**), tendo atingido em 2019 o valor de **1.536.740,50€**.

Em termos de evolução e estrutura das receitas de capital no último quadriénio (2016-2019) apresenta-se o quadro infra:

Quadro nº 46 - Desagregação de Outras Receitas Correntes

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	2016	2017	2018	2019	Δ 2018/2019	Peso %	Tx Cresc %
Venda de Bens de Investimento	2 243 622,29	1 034 715,50	1 085 845,14	661 225,50	-424 619,64	43,03%	-39,10%
Terrenos	2 242 471,29	1 027 715,50	1 056 605,14	661 225,50	-395 379,64	43,03%	-37,42%
Habitações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	n.a
Edifícios	0,00	7 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	n.a
Outros Investimentos	1 151,00	0,00	29 240,00	0,00	-29 240,00	0,00%	-100,00%
Transferências de Capital	1 134 726,04	2 347 048,82	684 527,32	775 515,00	90 987,68	50,46%	13,29%
Fundo de Equilíbrio Financeiro (OE)	557 759,00	583 167,00	589 475,00	574 684,00	-14 791,00	37,40%	-2,51%
Outras	576 967,04	208 227,99	0,00	200 831,00	200 831,00	13,07%	n.a
Part. Comunitária em Projetos Co-Financiados	0,00	1 555 653,83	95 052,32	0,00	-95 052,32	0,00%	-100,00%
Passivos Financeiros	0,00	754 624,64	1 400 000,00	100 000,00	-1 300 000,00	6,51%	-92,86%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	0,00	754 624,64	1 400 000,00	100 000,00	-1 300 000,00	6,51%	-92,86%
Outras Receitas de Capital	128 625,00	50 726,45	16 747,59	0,00	-16 747,59	0,00%	-100,00%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	3 506 973,33	4 187 115,41	3 187 120,05	1 536 740,50	-1 650 379,55	100%	-51,78%

Assim, no ano em análise, ao totalizar **1.536.740,50€**, a receita de capital diminui em relação ao ano anterior **51,78%** representando um decréscimo de receita de **1.650.379,55€**.

Constata-se uma diminuição na venda de investimentos na ordem dos **39,10%**, tendo as **transferências de capital** registado um aumento de **13,59%**.

Em relação ao total das transferências obtidas do Orçamento de Estado verificou-se um aumento de **5,32%** em relação ao transferido em 2018.

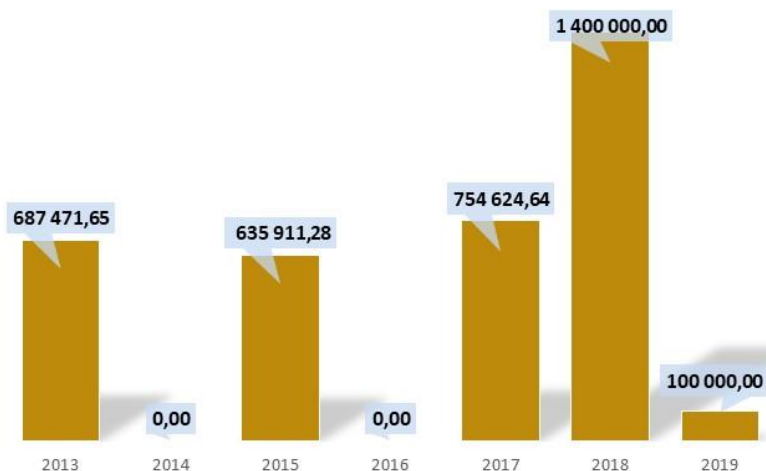
Quadro nº47– Transferências provenientes do Orçamento de Estado (unid. monetária : Euros)

Designação	2016	2017	2018	2019
Transferências Correntes OE	6 155 548,00	6 347 050,00	6 345 556,00	6 728 957,00
Transferências de Capital OE	557 759,00	583 167,00	589 475,00	775 515,00
TOTAL Transferências do OE	6 713 307,00	6 930 217,00	6 935 031,00	7 504 472,00

► Passivos Financeiros

Genericamente o recurso a financiamento bancário, tem vindo a ser significativamente condicionado por conta das restrições introduzidas a partir de 2002, designadamente nas sucessivas leis de Orçamento de Estado.

A autarquia fruto da capacidade de endividamento disponível, durante o período de 2019, recorreu financiamento bancário de médio e longo prazo de **100.000,00€** para suportar aquisição de terrenos do Eco-Parque Empresarial de Estarreja.

Gráfico nº31 – Financiamento Bancário (total)


6.2.4. Grau de Independência

De referenciar o indicador de financeira do Município de Estarreja, sendo que este rácio relaciona as receitas próprias com as receitas totais para se aferir o grau de independência financeira dos municípios. A independência financeira pode ser definida como a capacidade de gerar recursos próprios, sem ter que depender do financiamento de outras entidades para desenvolver atividades e prestar serviços, i.e., a faculdade de não precisar (ou precisar em grau reduzido) de recursos fornecidos por outras entidades.

Quadro nº 48– Independência Financeira

Designação	2017	2018	2019
RECEITA TOTAL considerado o saldo transitado	22 369 629,32	22 349 696,16	21 327 169,85
RECEITAS PRÓPRIAS (receita total cobrada - transferencias -passivos financeiros)	12 517 040,39	13 705 057,91	13 366 960,83
INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA (receitas próprias /receita total)	55,96%	61,32%	62,68%

Considera-se que existe independência financeira quando as receitas próprias representam, pelo menos, 50% das receitas totais, sendo que as receitas próprias são as receitas totais municipais deduzidos das transferências obtidas e dos passivos financeiros.

Assume especial relevância nas receitas próprias, a componente fiscal, ou seja, os impostos locais (designadamente, IMI, IMT e Derrama) e taxas, assim como as receitas resultantes da venda de bens e serviços correntes. As receitas fiscais e taxas do município atingiram o valor de 5.887,212,71€ em 2019 (39,7% das receitas próprias), superiores ao valor auferido em 2017 (+609.119,81€ / +11,54%).

O total de receitas próprias do município de Estarreja, considerando o saldo transitado, diminuiu entre 2018 e 2019, em 338.097,08€ (decréscimo de 2,47%). De referir que em 2019, como em 2018 e 2017, as receitas próprias ultrapassaram o limiar de 50% da receita total.

Este aumento do nível de independência financeira justifica-se essencialmente, ao aumento do saldo de gerência transitado, ao aumento das receitas fiscais e taxas aumentando o peso relativo das receitas próprias no total da receita.

6.3. ANÁLISE DA DESPESA.

No contexto atual os governos locais são responsáveis pela produção de variadíssimos serviços públicos da maior importância para as populações que vão desde a educação, desporto, cultura, ação social, ordenamento territorial, desenvolvimento regional, procurando que estes mesmos serviços orientados para os cidadãos sejam prestados com qualidade, transparência e eficiência.

Atentos os desafios que presentemente se colocam à administração pública em geral, exige-se hoje às Autarquias maiores níveis de eficiência, isto é, que prestem um serviço de qualidade a menor custo, exigindo-lhes um esforço no controlo da despesa pública municipal, nomeadamente ao nível das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências e subsídios atribuídos, de forma a permitir libertar recursos para realizar investimento.

No âmbito deste capítulo, procede-se a uma análise da despesa sob a perspetiva económica, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas correntes ou de capital e por outro, a sua natureza, despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências etc. Neste sentido, será efetuada uma avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento, assim como da despesa comprometida e a despesa faturada.

6.3.1. Execução, Evolução e Estrutura da Despesa Total -PAGA

O gráfico e quadro supra apresenta a evolução da execução da despesa total entre 2014 e 2019, no qual se pode verificar que o grau de execução orçamental da despesa tem rondado valores entre os 67% e os 79%, sendo o ano 2016 o que apresenta a maior taxa de execução, muito próxima dos 80%. No ano 2019, verifica-se uma ligeira diminuição face a 2018, atingindo um grau de execução de 74,05%.

Quadro nº49– Evolução do Orçamento da Despesa e sua Execução

(unid. monetária : €uros)




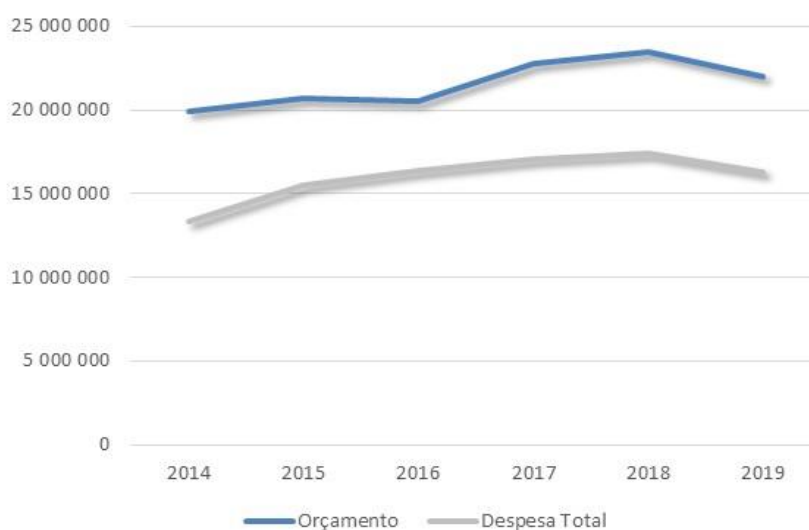
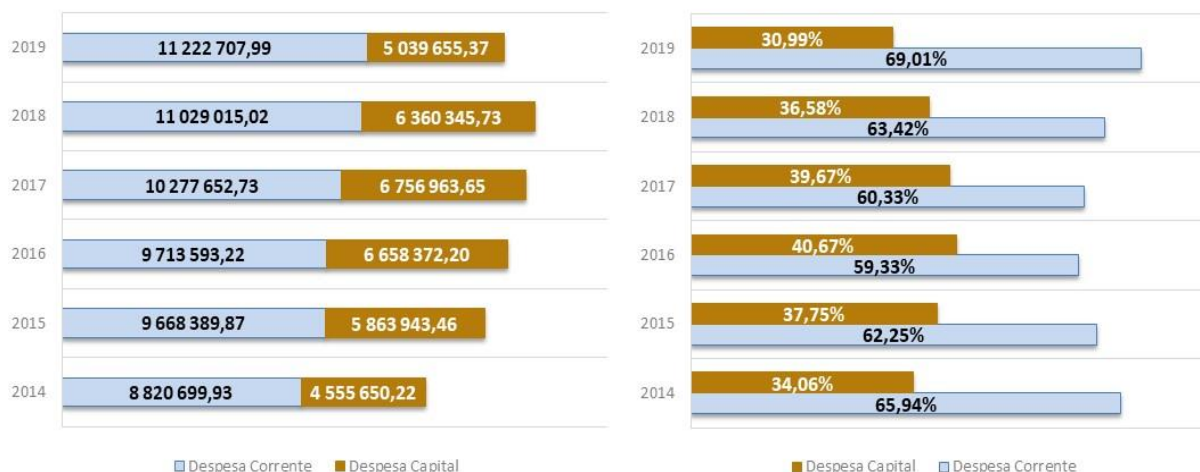
ORÇAMENTO DA DESPESA	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Evolução
Orçamento	19 934 481,24 €	20 686 768,75 €	20 507 642,23 €	22 770 670,28 €	23 435 110,55 €	21 960 335,41 €	
Despesa Total	13 376 350,15 €	15 532 333,33 €	16 371 965,42 €	17 034 616,38 €	17 389 360,75 €	16 262 363,36 €	
%	67,10%	75,08%	79,83%	74,81%	74,20%	74,05%	

Gráfico nº32– Evolução do Orçamento da Despesa e sua Execução



Ao nível da evolução da estrutura da despesa temos os gráficos infra, sendo que a despesa corrente como de capital sofre variações na estrutura global da despesa, sublinhando, no entanto, **a tendência para a despesa correntes assumir maior peso na despesa total.**

Gráfico nº33 – Evolução da estrutura da Despesa Paga


A análise do quadro abaixo permite-nos avaliar a despesa sob a perspetiva económica, e apenas de execução a nível de **pagamentos**, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas – correntes e capital - e, por outro, a sua natureza - despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, encargos financeiros, investimento, etc.

Quadro nº50 – Execução da Despesa Paga

(unid. monetária : €uros)

Económica	Previsão Inicial	Previsão Corrigida	Despesa Paga (execução)	Desvio	Exec %	Peso %
Despesas Correntes	12 196 600,00	12 766 385,41	11 222 707,99	-1 543 677,42	87,91%	69,01%
Despesas com Pessoal	5 366 320,00	4 966 250,65	4 870 702,43	-95 548,22	98,08%	29,95%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	5 417 080,00	6 209 510,30	4 858 436,15	-1 351 074,15	78,24%	29,88%
Encargos correntes da dívida	62 500,00	36 200,00	35 141,52	-1 058,48	97,08%	0,22%
Transferências Correntes	1 213 800,00	1 428 208,58	1 347 604,39	-80 604,19	94,36%	8,29%
Outras Despesas Correntes	136 900,00	126 215,88	110 823,50	-15 392,38	87,80%	0,68%
Despesas de Capital	6 203 400,00	9 193 950,00	5 039 655,37	-4 154 294,63	54,81%	30,99%
Aquisição de Bens de Investimento	4 851 680,00	6 237 015,80	2 508 107,88	-3 728 907,92	40,21%	15,42%
Transferências de Capital	341 148,50	1 946 362,70	1 527 010,04	-419 352,66	78,45%	9,39%
Activos Financeiros	53 791,50	53 791,50	53 791,50	0,00	100,00%	0,33%
Passivos Financeiros	950 780,00	950 780,00	950 745,95	-34,05	100,00%	5,85%
Outras Despesas de Capital	6 000,00	6 000,00	0,00	-6 000,00	0,00%	0,00%
DESPEAS TOTAIS	18 400 000,00	21 960 335,41	16 262 363,36	-5 697 972,05	74,05%	100,00%

Com base no quadro acima, a despesa paga em 2019 ascendeu a 16.262.363,36€ correspondendo a 74,05% do total orçado (corrigido). Por executar ficaram 25,95%, ou seja, aproximadamente (-) 5.697.972,05€.

As **despesas correntes** de 2019, representando **69,01%** das despesas municipais, totalizando 11.222.707,99€, registando uma taxa de execução de **87,91%**.

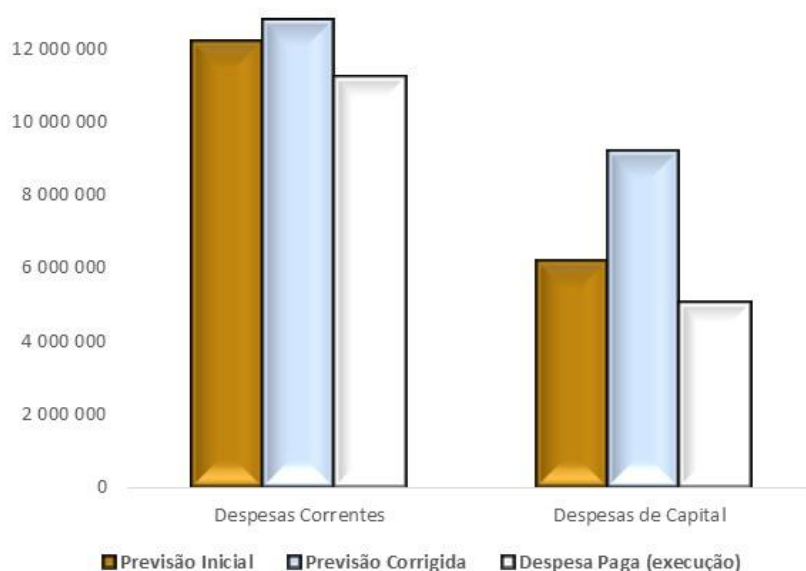
A prevalência deste conjunto resulta do seu caráter fixo e de natureza legal e contratual – pessoal, instalação e funcionamento dos serviços e pagamento dos juros da dívida pública – em linha com a

rigidez destas despesas e em contraponto com a variabilidade da generalidade das **despesas de capital**, as quais em 2019 representaram **30,99%** das despesas totais, atingindo os 5.039.655,37€, e que estão dependentes da respetiva capacidade orçamental, dependem sobretudo das opções tomadas no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos e da capacidade de execução física dos projetos.

As rubricas com maior peso na execução da despesa em 2019 foram **Despesas com Pessoal** (29,95%), **Aquisição de Bens e Serviços Correntes** (29,88%), **Aquisição de Bens de Investimento** (15,42%) e **Transferências de Capital** (9,39%).

Assim, de forma ilustrativa temos os gráficos demonstrativos do comportamento da execução das componentes da despesa e a distribuição da receita total segundo a sua natureza (correntes e capital):

Gráfico nº34 – Previsão vs Despesa Executada (Paga)



No lado da despesa é importante referir que a execução em análise, se reporta à relação entre Despesa Paga e Despesa Orçada, quando em rigor o que deveria ser comparado, para avaliar a fiabilidade da Elaboração do Orçamento, era a relação entre compromissos assumidos no exercício e a despesa orçada, cujo grau de execução da despesa atinge os 86,25%, traduzindo por inerência baixos desvios e uma performance de execução notoriamente superior.

Assim, pela análise do quadro infra, a taxa de execução orçamental global da despesa assumida (compromisso) traduz uma taxa de realização de 86,25% e apenas 74,05% da despesa paga. Transitam para o ano seguinte, compromissos assumidos e não pagos no montante de 2.678.544,49€, sendo que dessa despesa assumida e não paga, apenas 81.635,51€ correspondem a compromissos faturados e não pagos.

Quadro nº51 – Execução da Despesa 2019 nas suas diferentes fases

(unid. monetária : Euros)

Económica	Previsão Corrigida	Despesa Comprometida/Assumida	Despesa Faturada	Despesa Paga	Compromisso por pagar (a transitar)	Faturação Não Paga	Exec % Compr	Exec % Faturado	Exec % Pago
Despesas Correntes	12 766 385,41	12 128 862,68	11 300 570,60	11 222 707,99	906 154,69	77 862,61	95,01%	88,52%	87,91%
Despesas com Pessoal	4 966 250,65	4 950 836,87	4 937 366,01	4 870 702,43	80 134,44	66 663,58	99,69%	99,42%	98,08%
Aquisição Bens e Serviç Correntes	6 209 510,30	5 663 386,46	4 869 598,28	4 858 436,15	804 950,31	11 162,13	91,21%	78,42%	78,24%
Encargos correntes da dívida	36 200,00	35 141,52	35 141,52	35 141,52	0,00	0,00	97,08%	97,08%	97,08%
Transferências Correntes	1 428 208,58	1 366 395,73	1 347 604,39	1 347 604,39	18 791,34	0,00	95,67%	94,36%	94,36%
Outras Despesas Correntes	126 215,88	113 102,10	110 860,40	110 823,50	2 278,60	36,90	89,61%	87,83%	87,80%
Despesas de Capital	9 193 950,00	6 812 045,17	5 043 428,27	5 039 655,37	1 772 389,80	3 772,90	74,09%	54,86%	54,81%
Aquisição de Bens de Investimento	6 237 015,80	4 209 744,86	2 511 880,78	2 508 107,88	1 701 636,98	3 772,90	67,50%	40,27%	40,21%
Transferências de Capital	1 946 362,70	1 597 762,86	1 527 010,04	1 527 010,04	70 752,82	0,00	82,09%	78,45%	78,45%
Activos Financeiros	53 791,50	53 791,50	53 791,50	53 791,50	0,00	0,00	100,00%	100,00%	100,00%
Passivos Financeiros	950 780,00	950 745,95	950 745,95	950 745,95	0,00	0,00	100,00%	100,00%	100,00%
Outras Despesas de Capital	6 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
DESPESAS TOTAIS	21 960 335,41	18 940 907,85	16 343 998,87	16 262 363,36	2 678 544,49	81 635,51	86,25%	74,43%	74,05%

No ano 2019, a despesa global **comprometida**, situou-se nos 18.940.907,85€, a despesa **faturada** em 16.343.998,87€ e a despesa **paga** em 16.262.363,36€, transitando para o ano seguinte uma dívida de 81.635,51€ e compromissos por pagar no valor de 2.678.544,49€ (irão onerar o orçamento do ano 2020).

De forma resumida, a despesa nas suas diferentes fases (cabimento, **compromisso**, faturado e pagamento) apresentou, a 31/12/2019, os seguintes valores e desempenhos:

Quadro nº52 – Execução da Despesa 2019 nas suas diferentes fases

(unid. monetária : Euros)

CAPÍTULOS	Cabimento	Compromisso	Faturada	Pagamento	Faturado/Comp	Pago/Compr	Pago/Faturado
DESPESAS DE PESSOAL	4 953 665,87	4 950 836,87	4 937 366,01	4 870 702,43	99,73%	98,38%	98,65%
AQUISIÇÃO BENS E SERVIÇOS	5 756 800,74	5 663 386,46	4 869 598,28	4 858 436,15	85,98%	85,79%	99,77%
AQUISIÇÃO DE BENS	943 117,70	930 213,13	831 618,12	831 618,12	89,40%	89,40%	100,00%
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	4 813 683,04	4 733 173,33	4 037 980,16	4 026 818,03	85,31%	85,08%	99,72%
ENCARGOS CORRENTES DE DÍVIDA	35 141,52	35 141,52	35 141,52	35 141,52	100,00%	100,00%	100,00%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1 366 907,06	1 366 395,73	1 347 604,39	1 347 604,39	98,62%	98,62%	100,00%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	113 102,10	113 102,10	110 860,40	110 823,50	98,02%	97,99%	99,97%
DESPESAS CORRENTES	12 225 617,29	12 128 862,68	11 300 570,60	11 222 707,99	93,17%	92,53%	99,31%
AQUISIÇÃO BENS DE INVESTIMENTO	4 300 297,80	4 209 744,86	2 511 880,78	2 508 107,88	59,67%	59,58%	99,85%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1 628 862,86	1 597 762,86	1 527 010,04	1 527 010,04	95,57%	95,57%	100,00%
ACTIVOS FINANCEIROS	53 791,50	53 791,50	53 791,50	53 791,50	100,00%	100,00%	100,00%
PASSIVOS FINANCEIROS	950 780,00	950 745,95	950 745,95	950 745,95	100,00%	100,00%	100,00%
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a	n.a	n.a
DESPESAS CAPITAL	6 933 698,11	6 812 045,17	5 043 428,27	5 039 655,37	74,04%	73,98%	99,93%
TOTAL DESPESA	19 159 315,40	18 940 907,85	16 343 998,87	16 262 363,36	86,29%	85,86%	99,50%

O Município pagou **99,50%** da despesa faturada, faturou **86,29%** da despesa comprometida e comprometeu 98,86% da despesa cabimentada, o que revela um bom ajustamento do orçamento à execução financeira efetiva do ano.

De notar, que o valor da despesa faturada não paga, a 31/12/2019, cifrou-se em 81.635,51€.

► **Despesa Paga**

Numa perspetiva de Pagamentos (esforço financeiro), temos o seguinte quadro comparativo entre os exercícios económicos 2018 e 2019:

Quadro nº53- Execução da Despesa Paga 2018-2019

(unid. monetária : €uros)

Capítulos	Previsão		Diferença 2018/2019	Execução		Diferença 2018/2019	Taxas de Execução (%)		Tx. De Cresci.to
	2019	2018		2019	2018		2019	2018	
Despesas Correntes	12 766 385,41	12 665 482,00	100 903,41	11 222 707,99	11 029 015,02	193 692,97	87,91%	87,08%	1,76%
Despesas com Pessoal	4 966 250,65	4 659 950,00	306 300,65	4 870 702,43	4 428 878,78	441 823,65	98,08%	95,04%	9,98%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	6 209 510,30	6 361 125,00	-151 614,70	4 858 436,15	5 181 138,59	-322 702,44	78,24%	81,45%	-6,23%
<i>Aquisição de Bens</i>	1 078 620,18	1 029 357,00	49 263,18	831 618,12	773 180,72	58 437,40	77,10%	75,11%	7,56%
<i>Aquisição de Serviços</i>	5 130 890,12	5 331 768,00	-200 877,88	4 026 818,03	4 407 957,87	-381 139,84	78,48%	82,67%	-8,65%
Encargos correntes da dívida	36 200,00	66 822,00	-30 622,00	35 141,52	21 676,26	13 465,26	97,08%	32,44%	62,12%
Transferências Correntes	1 428 208,58	1 360 110,00	68 098,58	1 347 604,39	1 215 563,88	132 040,51	94,36%	89,37%	10,86%
Outras Despesas Correntes	126 215,88	217 475,00	-91 259,12	110 823,50	181 757,51	-70 934,01	87,80%	83,58%	-39,03%
Despesas de Capital	9 193 950,00	10 769 628,55	-1 575 678,55	5 039 655,37	6 360 345,73	-1 320 690,36	54,81%	59,06%	-20,76%
Aquisição de Bens de Investimento	6 237 015,80	7 131 785,00	-894 769,20	2 508 107,88	3 414 978,42	-906 870,54	40,21%	47,88%	-26,56%
Transferências de Capital	1 946 362,70	2 493 480,55	-547 117,85	1 527 010,04	1 807 643,37	-280 633,33	78,45%	72,49%	-15,52%
Activos Financeiros	53 791,50	81 083,00	-27 291,50	53 791,50	80 687,25	-26 895,75	100,00%	99,51%	-33,33%
Passivos Financeiros	950 780,00	1 057 280,00	-106 500,00	950 745,95	1 057 036,69	-106 290,74	100,00%	99,98%	-10,06%
Outras Despesas de Capital	6 000,00	6 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	n.a
Total da Despesa	21 960 335,41	23 435 110,55	-1 474 775,14	16 262 363,36	17 389 360,75	-1 126 997,39	74,05%	74,20%	-6,48%

Assinala-se um decréscimo, da taxa de execução das despesas orçadas para 2019, de cerca de (-) 0,15 p.p. em relação ao apurado no exercício 2018.

O montante pago em 2019(16.262.363,36€) foi inferior ao de 2018 (17.389.360,75€), constatando-se, em 2019, uma diminuição da despesa global paga no valor de (-) 1.126.997,39€ (-6,48%) relativamente ao registado no ano anterior e atingindo-se um grau de execução de despesas de 74,05%.

Anote-se que, sob o ponto de vista financeiro, o maior esforço de pagamento foi canalizado para as despesas de carácter corrente, ao atingirem 69,01% do total geral da despesa paga, onde se destacam os pagamentos imputáveis às rubricas de despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços, enquanto o esforço de pagamento das despesas de capital, foi menor, ao assumir 30,99%.

Constata-se que as despesas **correntes** aumentaram 1,76% (em termos absolutos 193.692,97€) e as **despesas de capital** diminuíram 20,76% (em termos absolutos 1.320.690,36€), em relação aos valores registados no exercício económico anterior.

► **Despesa Comprometida**

Quadro nº54 Execução da Despesa Comprometida 2018-2019

(unid. monetária : Euros)

Designação	COMPROMISSOS ASSUMIDOS		Variação 2018/2019	Tx de Crescimento
	2019	2018		
01 Despesa com Pessoal	4 950 836,87	4 495 892,98	454 943,89	10,12%
02 Aquisição Bens e Serviços Correntes	5 663 386,46	5 890 131,62	-226 745,16	-3,85%
03 Encargos Correntes de Dívida	35 141,52	21 676,26	13 465,26	62,12%
04 Transferências Correntes	1 366 395,73	1 261 413,48	104 982,25	8,32%
06 Outras Despesas Correntes	113 102,10	186 659,99	-73 557,89	-39,41%
Despesas Correntes	12 128 862,68	11 855 774,33	273 088,35	2,30%
07 Aquisição de Bens de Capital	4 209 744,86	4 381 280,57	-171 535,71	-3,92%
08 Transferências de Capital	1 597 762,86	1 943 103,99	-345 341,13	-17,77%
09 Activos Financeiros	53 791,50	80 687,25	-26 895,75	-33,33%
10 Passivos Financeiros	950 745,95	1 057 036,69	-106 290,74	-10,06%
11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	n.a
Despesas de Capital	6 812 045,17	7 462 108,50	-650 063,33	-8,71%
TOTAL GERAL	18 940 907,85	19 317 882,83	-376 974,98	-1,95%

O volume de compromissos assumidos em 2019, conheceu um decréscimo relativamente ao registado no ano anterior, tendo a despesa comprometida diminuído 1,95% (- 376.974,98€) relativamente ao registado no ano 2018, globalizando uma despesa comprometida de 18.940.907,85€.

6.3.2. Análise da Despesas Correntes

As despesas correntes, compostas pelas despesas com pessoal, pela aquisição de bens e serviços, juros do serviço de dívidas e transferências, assumem um comportamento pouco flexível face às pressões que sobre elas possam ser praticadas, uma vez que se tratam de despesas fixas de funcionamento que tendencialmente aumentam. Assim, a **despesa corrente paga totalizou**, em 2019, **11.222.707,99€**, registando-se um aumento de 193.692,97€, apresentando ainda uma **taxa de variação de +1,76%** em relação ao ano anterior.

A Despesa Corrente apresenta no período de 2016-2019, por rubrica da despesa, a seguinte evolução:

Quadro nº55 - Evolução das Despesas Correntes

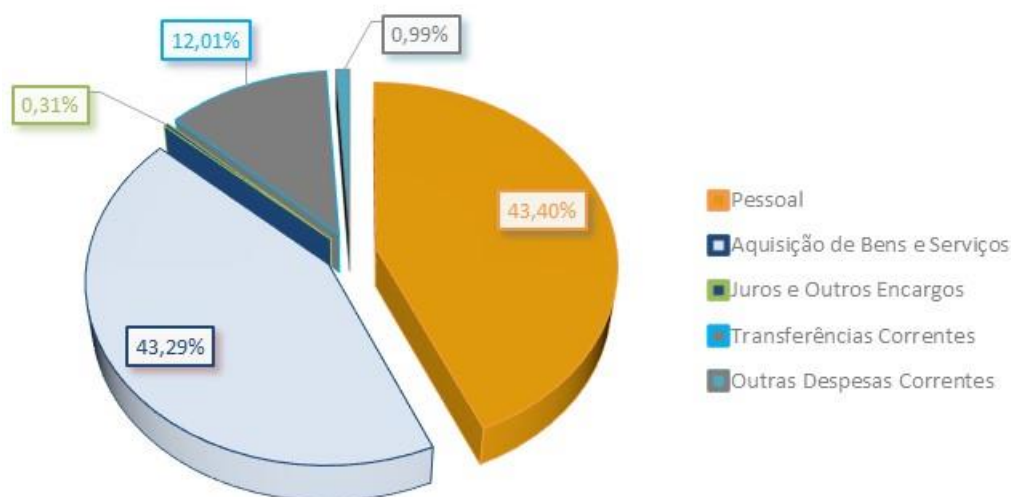
(unid. monetária : Euros)

Descrição	2016	2017	2018	2019	Peso%	Crescimento	
						Valor	%
Pessoal	4 217 493,40	4 252 238,76	4 428 878,78	4 870 702,43	43,40%	441 823,65	9,98%
Aquisição de Bens e Serviços	4 277 657,90	4 761 691,80	5 181 138,59	4 858 436,15	43,29%	-322 702,44	-6,23%
Juros e Outros Encargos	41 013,48	27 737,26	21 676,26	35 141,52	0,31%	13 465,26	62,12%
Transferências Correntes	982 439,51	988 024,06	1 215 563,88	1 347 604,39	12,01%	132 040,51	10,86%
Outras Despesas Correntes	194 988,93	247 960,85	181 757,51	110 823,50	0,99%	-70 934,01	-39,03%
Total	9 713 593,22	10 277 652,73	11 029 015,02	11 222 707,99	100,00%	193 692,97	1,76%

As despesas correntes constituem praticamente as despesas de funcionamento dos serviços que se traduzem na obtenção de serviços ou bens de consumo corrente, objeto de uma utilização final. Dentro deste tipo de despesas, e ao nível das despesas correntes globais pagas no 2019, as **Despesas com Pessoal** (4.870.702,43€) assume-se como o grupo de despesas com maior expressão dentro das

Despesas Correntes, obtendo um peso de 43,40% seguido de imediato pela **Aquisição de Bens e Serviços** (4.858.436,15€) com 43,29%.

Gráfico nº35 – Peso de cada uma das rubricas no total das Despesas Correntes (%) – 2019



► Despesa com Pessoal

Na globalidade das despesas correntes da Autarquia, uma das rubricas de maior peso é a de despesas com pessoal, representando cerca de 43,40% das despesas correntes em cerca de 29,95 % das despesas totais, em termos da despesa faturada.

As despesas com pessoal englobam as remunerações certas e permanentes com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal dos quadros, contratado a termo, em regime de tarefa ou avença e em qualquer outra situação. Compreende também outras despesas correlacionadas com o pessoal designadamente, deslocações e ajudas de custo, trabalho extraordinário e em regime de turnos, abono para falhas, subsídio de refeição, alimentação, alojamento e abonos diversos. Inclui ainda, outro tipo de prestações sociais diretas, designadamente, subsídio familiar a crianças e jovens, pensões, seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais, despesas de saúde e as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o regime de segurança social dos seus funcionários.

Da apreciação do quadro seguinte, conclui-se que as despesas com pessoal no exercício de 2019 totalizaram 4.870.702,43 €, assinalando um acréscimo de (+) 441.823,65€ face a 2018, (+) 9,98%, tendo contribuído para este cenário o aumento das despesas com Remunerações Certas e Permanentes, das despesas com Abonos Variáveis ou Eventuais e das despesas com a Segurança Social.

Este acréscimo das despesas com pessoal é explicado sobretudo pelas alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, resultantes de disposições legais, nomeadamente o descongelamento de carreiras, previsto na Lei do Orçamento de Estado para 2019, Lei n.º 71/2018 de 31 de dezembro, e pelo aumento do valor da retribuição mínima mensal garantida, previsto no Decreto-Lei n.º 117/2018 de 27 de dezembro. A contribuir também para esta variação, temos novas mobilidades intercarreiras e o recrutamento de novos colaboradores. Tais alterações ditam um aumento das remunerações e consequentemente um aumento das contribuições para a Segurança Social.

Quadro nº56 - Despesas com Pessoal (2016-2019)

(unid. monetária : €uros)

Descrição	2016	2017	2018	2019	Peso %	Crescimento 2018/2019	
						Valor	%
Membros de Órgão Autárquicos	128 663,17	135 864,78	163 756,02	164 357,91	3,37%	601,89	0,37%
Pessoal do Quadro	2 131 103,74	2 134 206,19	2 002 401,78	2 350 375,25	48,26%	347 973,47	17,38%
Pessoal Contrato a Termo	0,00	0,00	10 153,84	11 722,04	0,24%	1 568,20	15,44%
Pessoal em Regime de Tarefa/ Avença	229 263,06	216 286,59	262 982,43	116 583,06	2,39%	-146 399,37	-55,67%
Pessoal em Qualquer Outra Situação	83 477,62	81 749,77	256 488,59	267 164,23	5,49%	10 675,64	4,16%
Subsídio de Refeição	185 787,70	197 860,84	203 712,46	225 568,53	4,63%	21 856,07	10,73%
Subsídio de Férias e de Natal	399 153,74	399 904,61	420 473,67	478 760,95	9,83%	58 287,28	13,86%
Outras Remunerações	55 228,26	54 585,01	58 680,54	49 136,40	1,01%	-9 544,14	-16,26%
TOTAL REMUNERAÇÕES CERTAS	3 212 677,29	3 220 457,79	3 378 649,33	3 663 668,37	75,22%	285 019,04	8,44%
Horas Extraordinárias	42 820,33	49 238,41	69 698,04	95 474,37	1,96%	25 776,33	36,98%
Abono para falhas	5 095,41	5 138,89	4 934,98	4 919,67	0,10%	-15,31	-0,31%
Outros Abonos	28 376,16	26 127,68	32 986,74	28 506,81	0,59%	-4 479,93	-13,58%
TOTAL ABONOS VARIÁVEIS / EVENTUAIS	76 291,90	80 504,98	107 619,76	128 900,85	2,65%	21 281,09	19,77%
Encargos com Saúde (ADSE)	180 175,89	206 948,74	151 553,63	180 271,99	3,70%	28 718,36	18,95%
Caixa Geral de Aposentações	544 040,58	551 638,04	561 033,40	577 985,98	11,87%	16 952,58	3,02%
Segurança Social -Reg Geral	139 434,02	132 839,62	152 138,24	238 474,27	4,90%	86 336,03	56,75%
Outras Prestações Sociais (*)	35 062,48	29 733,80	29 954,79	27 777,70	0,57%	-2 177,09	-7,27%
Seguros com Pessoal	29 811,24	30 115,79	47 929,63	53 623,27	1,10%	5 693,64	11,88%
TOTAL CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	928 524,21	951 275,99	942 609,69	1 078 133,21	22,14%	135 523,52	14,38%
TOTAL DESPESAS COM PESSOAL	4 217 493,40	4 252 238,76	4 428 878,78	4 870 702,43	100,00%	441 823,65	9,98%

Por forma a termos uma visão da evolução das despesas de pessoal desde 2014, apresenta-se o seguinte gráfico:

Gráfico nº36 – Evolução das despesas com pessoal nas suas componentes


O grupo mais representativo corresponde a **remunerações certas e permanentes** (vencimento mensal, subsídios de férias e Natal e despesas de representação) dos eleitos locais, funcionários, agentes e prestadores de serviços do município, cabendo-lhes o valor global de 3.663.668,37€. Segue-se o grupo referente a **contribuições e encargos patronais com a segurança social** (subsídios e prestações familiares, assistência na saúde, caixa geral de aposentações, regime geral de segurança social e em termos de seguros com pessoal) que totalizou 1.078.133,21€. O remanescente, no valor de 128.900,85€, reflete o conjunto de **abonos variáveis e eventuais**, tais como horas extraordinárias, ajudas de custo, abonos para falhas e senhas de presença da Assembleia e Câmara Municipais.

Neste exercício económico, a rubrica de **Remunerações Certas e Permanentes** representa 75,22% do total das Despesas com Pessoal, evidencia um acréscimo de (+) 285.019,04€€ em relação ao ano

anterior, (+) 8,44%, em consequência do aumento de algumas das rubricas que a compõem, destacando-se:

- ⇒ O aumento das despesas com Pessoal dos Quadros em regime de contrato individual de trabalho em (+) 347973,47 €, muito influenciado pelas alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, no montante de (+) 80.080,53€, a que acrescem (+) 267.892,94 € da rubrica de Pessoal dos Quadros – novos postos de trabalho, resultantes da concretização de novas mobilidades intercarreiras e do recrutamento de novos colaboradores, designadamente no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP);
- ⇒ O aumento da rubrica de Subsídio de refeição a registar uma variação positiva de (+) 21.856,07€;
- ⇒ O aumento da rubrica de Subsídio de Férias e Natal a registar uma variação positiva de (+) 58.287,28€;
- ⇒ A variação das despesas com Pessoal em qualquer outra situação em (+) 10.675,64 €.

De salientar, o decréscimo verificado ao nível de Encargos com Pessoal em Regime de Tarefa/Avença em 2019 face a 2018 (-) 146.399,27€ que contribui para minimizar o aumento das despesas com pessoal. Os **Abonos Variáveis e Eventuais**, afiguram 2,65% das despesas com pessoal, apresentando em relação ao exercício de 2018, um acréscimo de (+) 19,77% (+ 21.281,09€), reportado exclusivamente ao aumento registado ao nível das horas extraordinárias com um acréscimo de 36,98% face ao ano anterior (+25.776,33€)

A **Segurança Social**, consome 22,14% das Despesas com Pessoal, registando em relação ao exercício de 2018, um aumento de (+) 14,38%, correspondendo em termos absolutos a (+ 135.523,52). Para tal contribuiu principalmente o aumento das contribuições para a Segurança Social em (+) 103.288,61€, quase todo imputável à componente do regime geral, que se justifica pela abertura de novos postos de trabalho no exercício de 2019.

Rubricas com acréscimos face a 2018

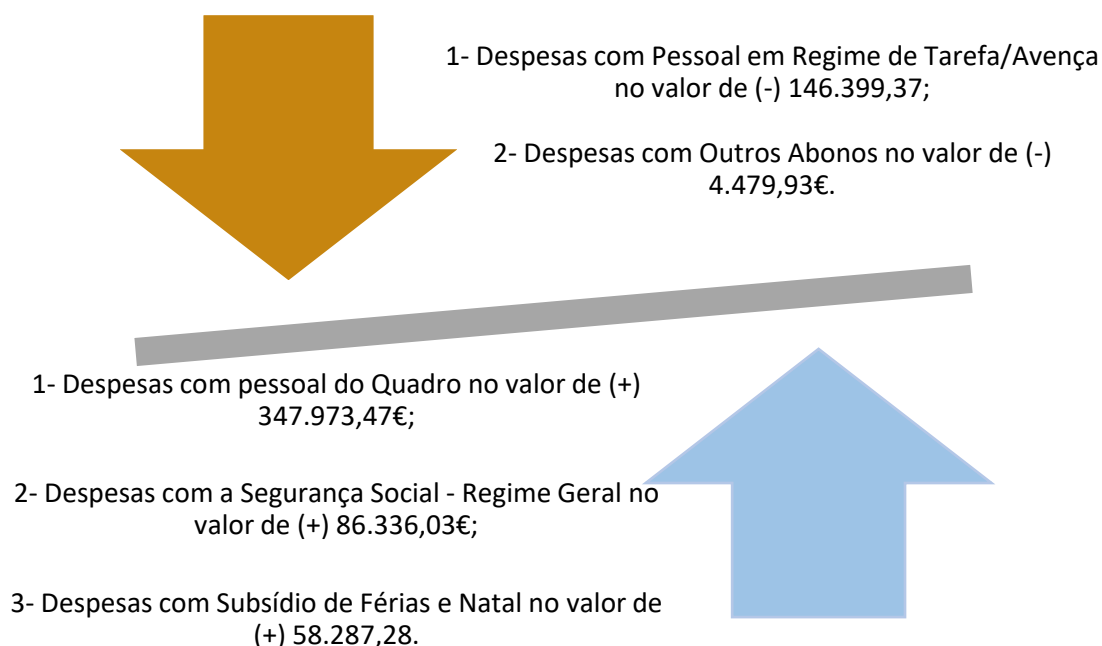
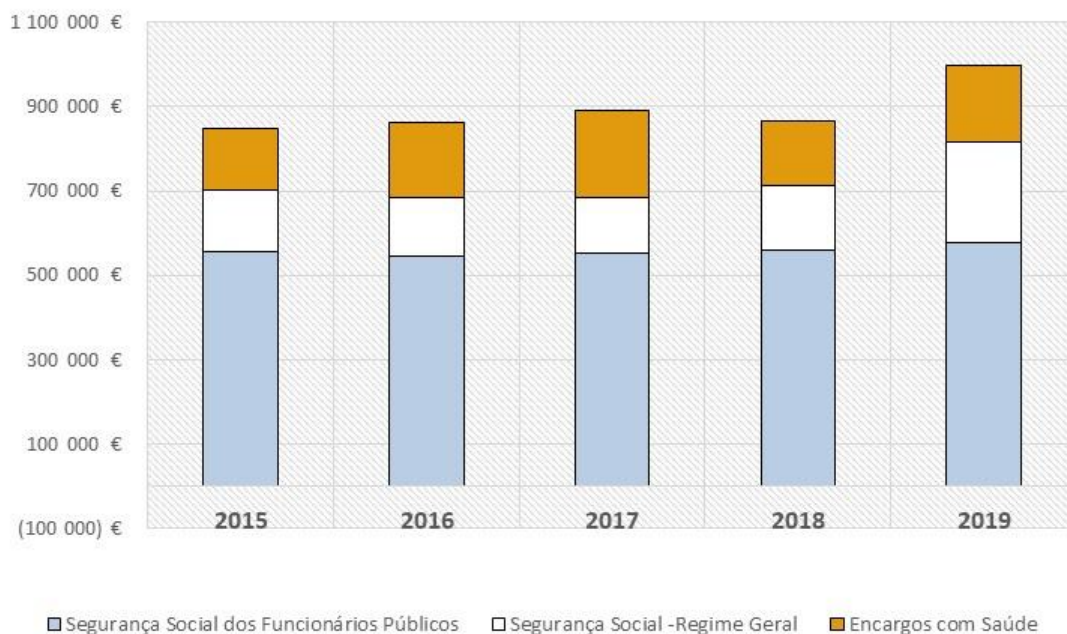


Gráfico nº37– Evolução das Contribuições Sociais



➤ **Aquisição de Bens e Serviços Correntes**

No agrupamento de aquisição de bens e serviços estão registadas as despesas realizadas com a aquisição de bens de consumo, inventariáveis ou não, mas não caracterizáveis como bens de capital, bem como as despesas realizadas com a aquisição de serviços a terceiros.

Quadro nº57 – Aquisição de Bens e Serviços Correntes (2018-2019)

Designação	2018		2019		2018/2019		
	Despesa Faturada	Despesa Paga	Despesa Faturada	Despesa Paga	Variação	Tx Cresc.	%no Total
AQUISIÇÃO DE BENS							
Matérias primas e subsidiárias	29 300,84	29 300,84	34 658,72	34 659,72	5 358,88	18,29%	0,71%
Combustíveis e Lubrificantes	169 803,59	169 803,59	175 156,17	175 156,17	5 352,58	3,15%	3,61%
Gasolina	5 442,96	5 442,96	4 937,50	4 937,50	-505,46	-9,29%	0,10%
Gasóleo	100 340,87	100 340,87	102 908,47	102 908,47	2 567,60	2,56%	2,12%
Outros	64 019,76	64 019,76	67 310,20	67 310,20	3 290,44	5,14%	1,39%
Limpeza e Higiene	10 591,83	10 591,83	17 137,75	17 137,75	6 545,92	61,80%	0,35%
Alimentação - Refeições Confeccionadas	238 540,28	238 540,28	272 939,26	272 939,26	34 398,98	14,42%	5,62%
Vestuário e Artigos Pessoais	3 616,76	3 616,76	7 700,10	7 700,10	4 083,34	112,90%	0,16%
Material de Escritório	22 903,38	22 903,38	20 815,71	20 815,71	-2 087,67	-9,12%	0,43%
Produtos Químicos e Farmaceuticos	44 048,63	44 048,63	14 318,85	14 318,85	-29 729,78	-67,49%	0,29%
Material de Transporte - Peças	9 090,51	9 090,51	18 805,48	18 805,48	9 714,97	106,87%	0,39%
Outro material - Peças	13 507,27	13 507,27	11 402,07	11 402,07	-2 105,20	-15,59%	0,23%
Prémios, Condecorações e Ofertas	146 911,52	146 911,52	161 793,39	161 793,39	14 881,87	10,13%	3,33%
Mercadorias para venda	12 371,44	12 371,44	17 716,11	17 716,11	5 344,67	43,20%	0,36%
Ferramentas e Utensílios	1 013,58	1 013,58	1 094,02	1 094,02	80,44	7,94%	0,02%
Livros e Documentação Técnica	327,06	327,06	254,49	254,49	-72,57	-22,19%	0,01%
Artigos Honoríficos e de Decoração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a	0,00%
Material de Educação, Cultura e Recreio	11 221,80	11 221,80	9 219,56	9 219,56	-2 002,24	-17,84%	0,19%
Outros Bens	59 932,23	59 932,23	68 606,44	68 606,44	8 674,21	14,47%	1,41%
Total_BENS	773 180,72	773 180,72	831 618,12	831 619,12	58 438,40	7,56%	17,12%
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS							
Encargos de Instalações	491 343,27	491 034,33	408 364,51	407 686,63	-83 347,70	-16,97%	8,39%
Limpeza e Higiene	90 929,01	90 929,01	147 059,47	141 890,12	50 961,11	56,04%	2,92%
Conservação de Bens	171 064,36	171 064,36	139 621,53	135 917,08	-35 147,28	-20,55%	2,80%
Locação de Edifícios	163,09	163,09	165,34	165,34	2,25	1,38%	0,00%
Locação de Material de Informática	32 288,83	32 288,83	23 565,71	23 565,71	-8 723,12	-27,02%	0,49%
Locação de Outros Bens	308 648,98	308 648,98	412 338,59	412 155,32	103 506,34	33,54%	8,48%
Comunicações	52 684,94	52 370,43	62 074,14	62 074,14	9 703,71	18,53%	1,28%
Transportes	274 525,31	274 525,31	246 234,42	246 234,42	-28 290,89	-10,31%	5,07%
Representação dos Serviços	1 085,88	1 085,88	6 374,67	6 374,67	5 288,79	487,05%	0,13%
Seguros	46 959,32	46 959,32	49 714,21	49 714,21	2 754,89	5,87%	1,02%
Deslocações e Estadas	131 054,47	131 054,47	80 025,26	80 025,26	-51 029,21	-38,94%	1,65%
Estudos, projectos, pareceres e consultar	201 379,39	201 379,39	115 609,00	115 609,00	-85 770,39	-42,59%	2,38%
Formação	12 317,70	12 317,70	9 689,00	9 689,00	-2 628,70	-21,34%	0,20%
Seminários, Exposições e Similares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a	0,00%
Publicidade	140 025,72	140 025,72	126 701,20	126 701,20	-13 324,52	-9,52%	2,61%
Vigilância e Segurança	56 889,82	56 889,82	51 558,36	51 558,36	-5 331,46	-9,37%	1,06%
Assistência Técnica	79 446,20	79 446,20	116 701,06	116 701,06	37 254,86	46,89%	2,40%
Outros Trabalhos Especializados	1 577 490,62	1 553 619,78	1 326 531,11	1 325 531,11	-228 088,67	-14,68%	27,28%
Serviços Recolha / Tratamento de RSU	589 134,18	565 263,34	521 706,27	521 706,27	-43 557,07	-7,71%	10,74%
Serviços de Alimentação	1 471,80	1 471,80	1 334,75	1 334,75	-137,05	-9,31%	0,03%
Serviços de Limpeza Urbana	18 334,60	18 334,60	6 328,35	6 328,35	-12 006,25	-65,48%	0,13%
Diversos	968 550,04	968 550,04	797 161,74	796 161,74	-172 388,30	-17,80%	16,39%
Encargos de Cobrança de Receitas	96 691,75	96 691,75	103 187,40	103 187,40	6 495,65	6,72%	2,12%
Outros Serviços	667 463,50	667 463,50	612 465,18	612 038,00	-55 425,50	-8,30%	12,60%
Emolumentos	29 113,33	29 113,33	23 341,72	23 341,72	-5 771,61	-19,82%	0,48%
Publicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a	0,00%
Electricidade -Iluminação Pública	616 770,38	616 770,38	571 659,10	571 231,92	-45 538,46	-7,38%	11,76%
Diversos Serviços	21 579,79	21 579,79	17 464,36	17 464,36	-4 115,43	-19,07%	0,36%
Total_SERVIÇOS	4 432 452,16	4 407 957,87	4 037 980,16	4 026 818,03	-381 139,84	-8,65%	82,88%
TOTAL	5 205 632,88	5 181 138,59	4 869 598,28	4 858 437,15	-322 701,44	-6,23%	100,00%

A rubrica “Aquisição de bens e serviços”, em termos de despesa total paga representou 43,29% da despesa corrente e 29,88% da despesa total. Os gastos neste âmbito desceram cerca 6,23%, em relação a 2018. Neste âmbito, a maior relevância nos gastos foi assumida pela aquisição de serviços. Do montante total pago (4.858.437,15€), cerca de **17,12%** corresponderam a despesa em **aquisição de bens** (combustíveis, gás, matérias primas, material de transporte, etc) e **82,88%** corresponderam a despesa para **aquisição de serviços** (refeições escolares, AEC's, transportes escolares, segurança e limpeza de edifícios, comunicações, etc.).

A evolução da despesa realizada e da despesa paga referente a aquisição de bens e serviços nos últimos anos (2013-2019), encontra-se expressa no gráfico seguinte.

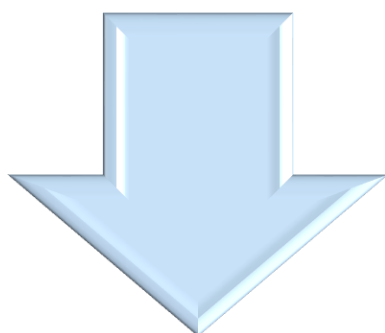
Gráficos nº38- Evolução das Aquisição de Bens e Serviços Despesa Realizada (2013-2019)



Na comparação da execução do exercício de 2019 com o exercício de 2018, verifica-se relativamente à **aquisição de bens** que as variações mais significativas foram nas seguintes sub-rubricas económicas:



- Alimentação – Refeições Confeccionadas 14,42% - (+ 34.398,98€)
- Prémios, Condecorações e Ofertas 10,13% - (+14.881,87€)
- Outros Bens 14,47% - (+8.674,21€)
- Material de transporte – Peças – (+9.714,97€)
- Limpeza e Higiene 61,80% -(+6.545,92€)
- Mercadorias para vendas 43,20% (+5.344,67€)

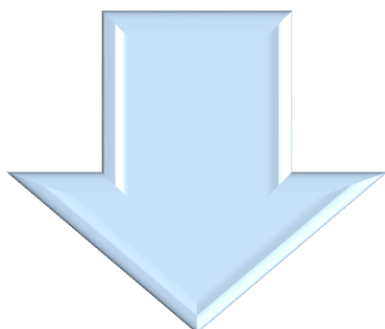


- Produtos Químicos e Farmacêuticos 67,49% (-29.729,78€)
- Outro Material - Peças 15,59% (-2.105,20€)
- Material Escritório 9,12% (-2.087,67€)
- Material Educação, Cultura e Recreio 17,84% (-2.002,24€)
- Gasolina 9,29% (-505,46€)

Já no que diz respeito a **aquisição de serviços**, verificaram-se os seguintes acréscimos e decréscimos, mais relevantes:



- Locação de Outros bens 33,54% (+ 103.506,34€)
- Limpeza e Higiene 56,04% - (+50.961,11€)
- Assistência Técnica 46,89% -(+37.254,86€)
- Comunicações 18,53% -(+9.703,71€)
- Encargos de Cobrança de Receitas 6,72% (+6.495,65€)

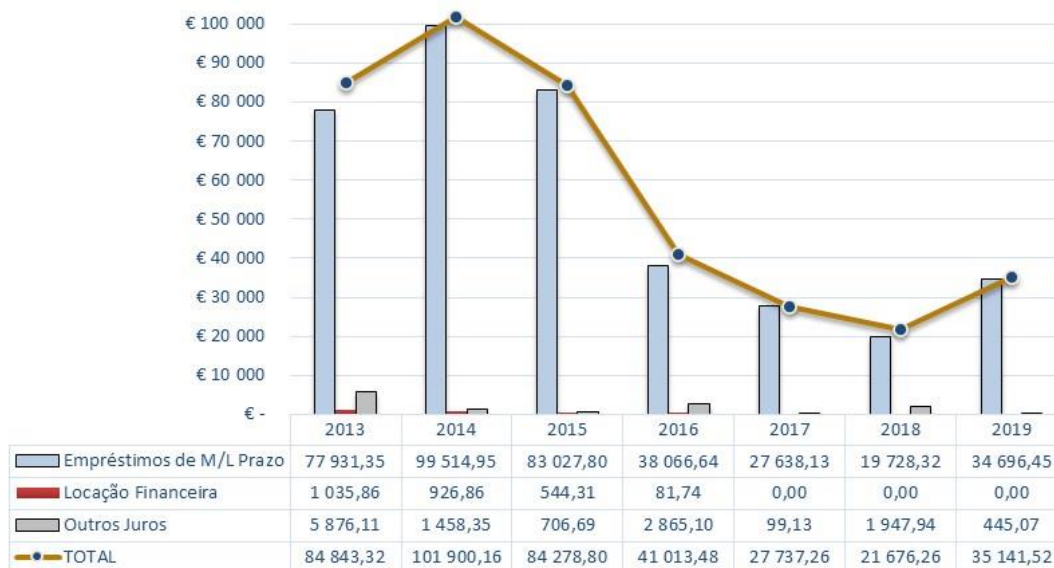


- Outros Trabalhos Especializados 14,68% (- 228.088,67€)
- Diversos 17,80% (-172.388,30€)
- Encargos de Instalações 16,97% (-83.347,70€)
- Outros Serviços 8,30% -(55.425,50€)
- Deslocações e Estadias 38,94% (51.029,21€)

► **Encargos Correntes da Dívida**

Os juros suportados correspondem 0,31% das Despesas Correntes e 0,22% das Despesas Totais.

Gráfico nº39– Juros e Outros Encargos



Na rubrica Encargos Correntes da Dívida encontram-se, também, contabilizados os juros resultantes do financiamento de algumas aquisições de edifícios, equipamento básico e de transporte através de locação financeira e juros de mora por atrasos em pagamentos a terceiros.

► **Transferências Correntes**

Ao abrigo das suas competências, que se reportam em vários domínios que vão desde a educação, ação social, desporto, património e cultura, o Município conferiu ao longo deste exercício económico determinados subsídios a organismos e entidades, com intenção de financiar as suas despesas correntes.

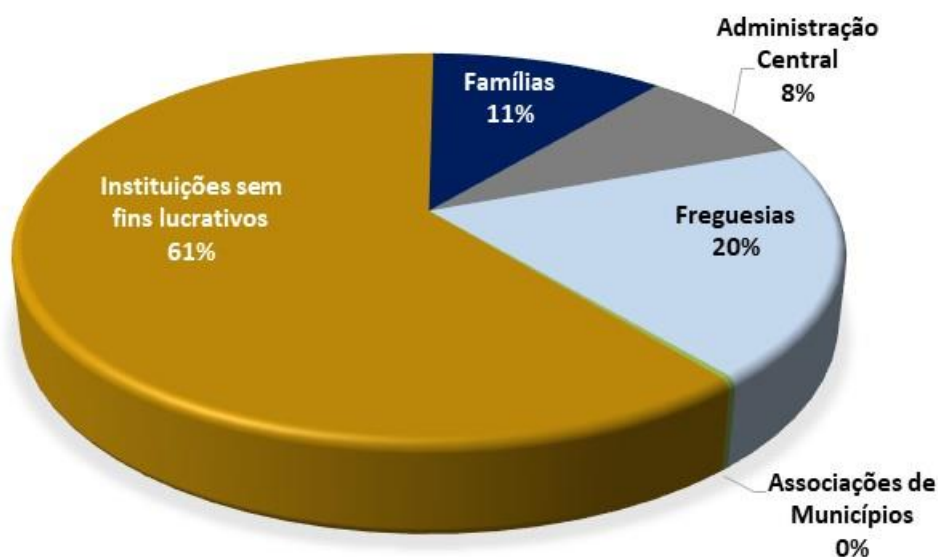
Esta cooperação financeira entre o Município, organismos e entidades representa uma importante fonte de despesa autárquica, responsáveis em 2019 por 8,29% do total da despesa paga, revelando o acentuado intervencionismo do Município no processo de desenvolvimento com o objetivo de propiciar condições de incremento aos setores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

No agrupamento das **Transferências Correntes** são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com a autarquia local. Nesta rubrica são registados os fluxos que se destinaram a apoiar o funcionamento de diversas instituições que desenvolvem atividades com interesse municipal, assim como: transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos, destacando-se os apoios concedidos no âmbito das atividades desportivas, culturais, humanitárias, sociais e de ação social escolar. É, também, nesta rubrica que se inscrevem as transferências para as freguesias (no âmbito dos acordos de execução e contratos inter-administrativos celebrados de delegação de competências) e para os agrupamentos escolares e/ou outras entidades com as quais o município tenha celebrado acordos de colaboração no âmbito da educação (refeições escolares, atividades de apoio à família, etc.). O montante total pago a este título ascendeu a 1.347.604,39€ (+10,86% do que em 2018).

Quadro nº58– Transferências Correntes (Despesa)

Designação	2016	2017	2018	2019	variação 2018/2019	Tx Cresc	%Peso
Administração Central	86 292,29	52 726,86	93 749,64	110 478,89	16 729,25	17,84%	8,2%
Administração Local	255 383,03	268 234,57	282 217,59	267 995,27	-14 222,32	-5,04%	19,9%
Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a.	0,0%
Freguesias	255 170,30	263 450,30	263 450,30	264 042,24	591,94	0,22%	19,6%
Associações de Municípios	212,73	4 784,27	18 767,29	3 953,03	-14 814,26	-78,94%	0,3%
Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a.	0,0%
Instituições sem fins lucrativo	520 029,85	570 044,33	711 048,46	822 102,11	111 053,65	15,62%	61,0%
Famílias	120 734,34	97 018,30	128 548,19	147 028,12	18 479,93	14,38%	10,9%
TOTAL	982 439,51	988 024,06	1 215 563,88	1 347 604,39	132 040,51	10,86%	100,0%
Varição - valor	137 084,19	5 584,55	227 539,82	132 040,51			
Varição - %	16,22%	0,57%	23,03%	10,86%			

Gráfico nº40 – Desagregação Transferências Correntes



No cômputo geral deste agregado económico o maior peso centra-se nos apoios concedidos às **Instituições Sem Fins Lucrativos** (61% e um montante de 822.102,11€), seguindo-se as verbas transferidas para as **Juntas de Freguesia** (que atingem 264.042,24€, representando 19,6%) e, por último, as transferências para as **Famílias** que, ao totalizarem 147.028,12€, assumem 11% do total deste agregado.

As transferências atribuídas a famílias/particulares dizem respeito, fundamentalmente a auxílios económicos atribuídos às diversas escolas de ensino básico do concelho no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Expansão da Rede Pré-Escolar e a despesas assumidas pelo Câmara na concretização do Programa Ocupacional para Trabalhadores de comprovada Carência Económica, Programas de Apoio ao Arrendamento Social e Apoio á Vacinação Infantil.

Finaliza-se a apreciação desta matéria com a apresentação do quadro abaixo, que ilustra a distribuição das *transferências correntes* atribuídos.

Quadro nº59– Distribuição Transferências Correntes (Despesa)

Classificação Económica	Descrição	Total
	Transferências Agrupamentos de Escolas (Refeições, Despesas de Transporte e Outras)	110 478,89 €
Administração Central		110 478,89 €
	Acordo de Execução - Limpeza e vias Espaços Públicos; Manutenção Espaços Verdes	257 950,30 €
	Contratos Interadministrativos - Polo de Leitura de Pardilhó	4 200,00 €
	Edição de Brochura - Construtores Navais	591,94 €
	XI Edição do Passeio em Kayak pelas Ribeiras de Veiros	1 300,00 €
Freguesias		264 042,24 €
	Comparticipação - Aveiro Região Bicicleta	2 000,00 €
	Comparticipação - Grande Rota da Ria de Aveiro	700,66 €
	Comparticipação - Programa Cultural em Rede	1 252,37 €
Associação de Municípios		3 953,03 €
	21º Aniversário - Grupo de Música Tradicional Ventos da Ria	800,00 €
	23º Edição de Avanca - Encontros Internacionais de Cinema, Televisão, Vídeo e Multimédia	25 000,00 €
	34º Grande Prémio de Atletismo da Cidade de Estarreja - Centro Recreativo de Estarreja	7 500,00 €
	Apoio Ação Social	75 926,98 €
	Apoio ao Associativismo Cultural e Recreativo	75 272,51 €
	Apoio ao Associativismo Desportivo	272 725,06 €
	Apoio Educação - Associação de Pais e Encarregados de Educação	4 680,00 €
	Avanca Film Fund	10 000,00 €
	Campeonatos Nacionais de Natação de Juvenis e Absolutos	3 000,00 €
	Carnaval Infantil 2019	28 875,00 €
	Criação de Equipa de Futebol Sub22	2 235,00 €
	Egas Moniz Cup	500,00 €
	Faça Acontecer - Associação Cão Amor	5 000,00 €
	Fase Final do Campeonato Nacional da 3ª Divisão	803,88 €
	Festas Santo António	16 770,00 €
	GarciFoot 2019 - Torneio de Futebol Sub13	5 600,00 €
	Manutenção de Espaços Verdes - Ass. Moradores Urbanização Póvoa Baixo	10 800,00 €
	Manutenção de Relvados	27 600,00 €
	Taça de Honra da Associação de Futebol de Aveiro	1 047,76 €
	Troféu Samba - Associação Carnaval de Estarreja	10 335,14 €
	XII Biomaraton dos Esteiros	3 000,00 €
	Apoio Serviços Sociais e Culturais dos Trabalhadores da CME	21 000,00 €
	Equipa de Intervenção Permanente - Bombeiros Voluntários Estarreja	32 805,78 €
	Carnaval 2020 - Grupos Folia e Escolas de Samba	41 525,00 €
	Realização Carnaval 2019 - Associação Carnaval de Estarreja	107 050,00 €
	Protocolo Financeira no âmbito da Lei de Bases da Proteção Civil	17 250,00 €
	Samba com Vida 2019	10 000,00 €
	Samba com Vida 2020	5 000,00 €
Instituições Sem fins Lucrativos		822 102,11 €
	Apoio Arrendamento Habitacional	64 793,09 €
	Apoio Vacinação Infantil	6 117,67 €
	Cartão Sénior	3 879,14 €
	Comparticipação - Apoio a Particulares RMAA	705,83 €
	Contrato Emprego Inserção + Estágios Profissionais	31 319,96 €
	Programa Bolsas de Estudo Ensino Superior	25 000,00 €
	Projeto "Estarreja Compartilha"	14 864,53 €
	Subsídio Transporte Escolar	347,90 €
Famílias		147 028,12 €
Total Geral		1 347 604,39 €

 ► **Outras Despesas Correntes**

O total de despesas consideradas como residuais, não classificáveis nas outras rubricas económicas, ascendeu no exercício de 2019 aos 110.823,50€. No ano económico de 2019, denota-se um decréscimo desta rubrica económica de despesas, na ordem dos 39,03%, correspondendo a uma diminuição de - 70.934,01€.

Quadro nº60 – Outras Despesas Correntes

Designação	2016	2017	2018	2019		Tx Cresc
				Valor	%	
Impostos e Taxas	30 549,09	36 649,46	36 992,24	35 072,98	31,65%	-5,19%
Restituições	50 781,88	34 544,39	48 106,98	20 455,31	18,46%	-57,48%
IVA Pago	75 692,65	140 954,90	61 294,76	17 845,88	16,10%	-70,89%
Serviços Bancários	2 352,75	3 598,07	2 779,40	3 054,70	2,76%	9,91%
Quotizações	29 289,35	30 076,78	29 786,68	29 801,10	26,89%	0,05%
Diversas	6 323,21	2 137,25	2 797,45	4 593,53	4,14%	64,20%
TOTAL.....	194 988,93	247 960,85	181 757,51	110 823,50	100,00%	-39,03%

Inerente ao incremento constatado nesta rubrica, releva-se a influência exercida pelas variações ocorridas nas diferentes componentes da mesma, destacando a rubrica *IVA pago* (17.845,88€), com uma variação de (-) 43.448,88€ relativamente ao ano anterior, cerca de 70,89%.

6.3.3. Análise das Despesas de Capital

As despesas de capital pagas totalizam 5.039.655,37€, registando-se um desvio negativo, em termos absolutos, de 1.320.685,94€ em relação ao ano anterior, traduzindo um decréscimo de 20,76% (vide Quadros nº 61).

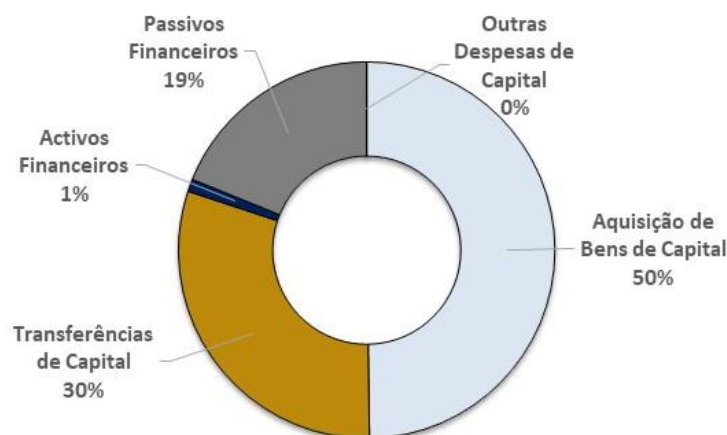
A Despesa de Capital apresenta no período de 2016-2019, por rubrica da despesa, a seguinte evolução:

Quadro nº61 – Evolução das Despesas de Capital

(unidade monetária : €uros)

Capítulos	2016	2017	2018	2019	Peso%	Crescimento	
						Valor	%
Aquisição de Bens de Capital	3 992 923,88	3 358 549,57	3 414 974,00	2 508 107,88	49,77%	-906 866,12	-26,56%
Transferências de Capital	1 264 325,69	1 474 074,07	1 807 643,37	1 527 010,04	30,30%	-280 633,33	-15,52%
Activos Financeiros	236 208,00	107 583,00	80 687,25	53 791,50	1,07%	-26 895,75	-33,33%
Passivos Financeiros	1 057 397,88	1 798 426,77	1 057 036,69	950 745,95	18,87%	-106 290,74	-10,06%
Outras Despesas de Capital	107 516,75	18 330,24	0,00	0,00	0,00%	0,00	n.a
TOTAL	6 658 372,20	6 756 963,65	6 360 341,31	5 039 655,37	100,00%	-1 320 685,94	-20,76%

A repartição das despesas de capital efetuada pelo município, no ano 2019, encontra-se descrita no gráfico apresentado de seguida:

Gráfico nº41 – Desagregação das Despesas de Capital (2019)


➤ Investimento Global

Dentro da despesa global, o investimento municipal constitui um dos elementos com maior relevância para o município, integrando a construção ou modernização de infraestruturas coletivas, de que são exemplo as escolas, a promoção do património cultural e natural, instalações desportivas, a promoção das TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação nos serviços públicos, bem como da reabilitação e mobilidade urbana.

Acresce ainda que, para além do investimento em novas infraestruturas, há necessidade de uma constante manutenção das já existentes, como por exemplo, nas estradas, pontes, viadutos etc.

O investimento global do município é caracterizado nas suas diferentes vertentes pelo Investimento Direto, Transferências de Capital (Investimento Indireto) e Ativos Financeiros.

Nas despesas de investimento incluem-se os projetos previstos no Plano Plurianual de Investimentos, refletindo investimentos diretos do Município, e as transferências para investimentos de outras administrações (freguesias, IPSS e outras associações)

No próximo quadro podemos observar a desagregação do investimento global e a sua evolução nos últimos 4 anos, assim como o peso de cada uma das rubricas no total da despesa.

Quadro nº62- Evolução Investimento Global- Pago

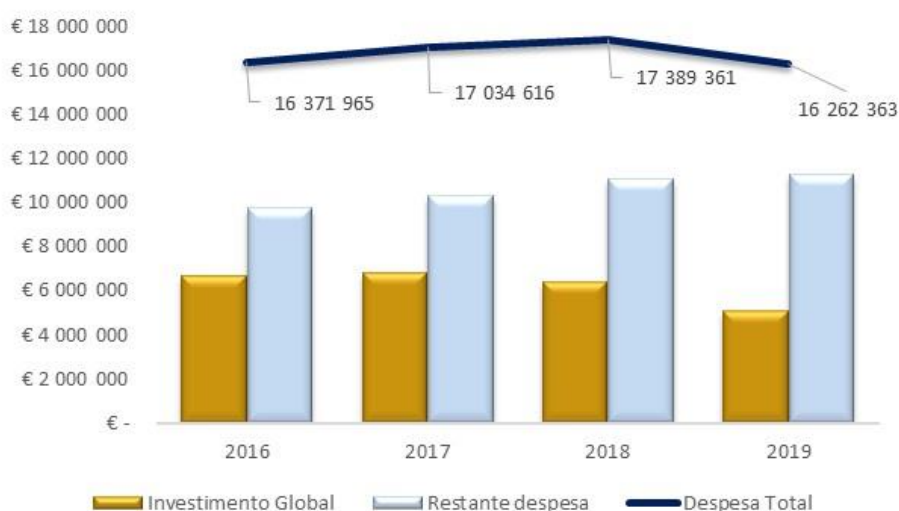
(unidade monetária : €uros)

Capítulos	2016	2017	2018	2019	Peso%	Crescimento	
						Valor	%
Aquisição de Bens de Capital	3 992 923,88	3 358 549,57	3 414 974,00	2 508 107,88	61,34%	-906 866,12	-26,56%
Transferências de Capital	1 264 325,69	1 474 074,07	1 807 643,37	1 527 010,04	37,35%	-280 633,33	-15,52%
Ativos Financeiros	236 208,00	107 583,00	80 687,25	53 791,50	1,32%	-26 895,75	-33,33%
TOTAL	5 493 457,57	4 940 206,64	5 303 304,62	4 088 909,42	100,00%	-1 214 395,20	-22,90%

As despesas de investimento, na vertente de pagamentos, totalizaram, no ano 2019, um valor de 4.088.909,42€, apresentando uma variação de - 22,90% (-1.214.395,20€), relativamente ao período homólogo anterior. O índice de realização deste tipo de despesas está normalmente correlacionado com a angariação de participações financeiras externas. Para a estrutura global da despesa, as despesas de investimento representam 25,14%.

Os gráficos seguintes apresentam a evolução do investimento global nos últimos 4 exercícios:

Gráfico nº42 – Investimento Global

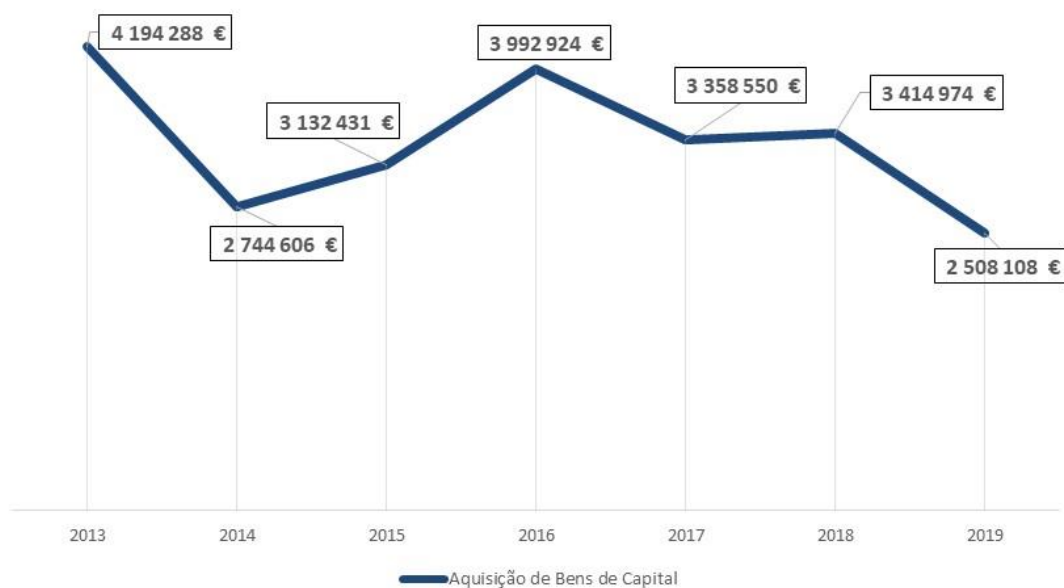


INVESTIMENTO DIRETO

Com o objetivo de aumentar o capital fixo, quer por meio de aquisição a terceiros, quer por produção própria, é realizado investimento direto que engloba a aquisição ou produção de bens duráveis e de melhorias ou modificações que visam aumentar o período de duração desses bens ou a sua produtividade.

Este tipo de investimento (rubrica de aquisição de bens de capital) totalizou, em 2019, valores em termos de pagamento de 2.508.108€, traduzindo-se num decréscimo de 26,26% e apresentando uma taxa de execução de 40,21%.

Gráfico nº 43 – Evolução das Despesas com Investimento Direto



No entanto, as despesas de Investimento Direto continuam a ocupar um lugar de destaque no cômputo geral dos gastos realizados, representando 49,77% das Despesas de Capital e 15,42% das Despesas Totais.

Quadro nº63 – Estrutura do Investimento

Designação	2018	2019		Peso%	Taxa de Execução	Taxa de Crescimento	
	Pago	Dotações Finais	Pago			Valor	%
TERRENOS	1 801 219,39	516 400,00	281 724,38	11,23%	54,56%	-1 519 495,01	-84,36%
HABITAÇÕES	0,00	211 700,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	n.a
EDIFÍCIOS	240 338,90	1 061 250,00	294 536,32	11,74%	27,75%	54 197,42	22,55%
CONSTRUÇÕES DIVERSAS	182 274,50	608 850,00	320 312,46	12,77%	52,61%	138 037,96	75,73%
MATERIAL DE TRANSPORTE	60 101,37	155 300,00	28 688,40	1,14%	18,47%	-31 412,97	-52,27%
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	61 405,78	123 000,00	103 975,13	4,15%	84,53%	42 569,35	69,32%
SOFTWARE INFORMÁTICO	59 117,96	66 506,00	25 186,63	1,00%	37,87%	-33 931,33	-57,40%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	44 752,52	78 030,00	13 803,06	0,55%	17,69%	-30 949,46	-69,16%
EQUIPAMENTO BÁSICO	230 772,71	319 299,80	115 775,56	4,62%	36,26%	-114 997,15	-49,83%
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	3 932,92	12 000,00	3 468,34	0,14%	28,90%	-464,58	-11,81%
ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	8 500,00	3 500,00	3 480,90	0,14%	99,45%	-5 019,10	-59,05%
INVESTIMENTOS INCORPÓREOS	0,00	0,00	0,00	0,00%	n.a	0,00	n.a
OUTROS INVESTIMENTOS	27 266,91	241 750,00	95 082,31	3,79%	39,33%	67 815,40	248,71%
LOCAÇÃO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00%	n.a	0,00	n.a
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	695 295,46	2 839 430,00	1 222 074,39	48,72%	43,04%	526 778,93	75,76%
TOTAL.....	3 414 978,42	6 237 015,80	2 508 107,88	100,00%	40,21%	-906 870,54	-26,56%

► Transferências de Capital

A atribuição de verbas, pertencentes ao rendimento de capital do município, a outras entidades, sem qualquer contrapartida, totalizou 1.527.010,04€, traduzindo numa diminuição de 15,52% (-280.633,33€), em relação ao verificado no anterior exercício económico.

Quadro nº64– Transferências de Capital (Despesa)

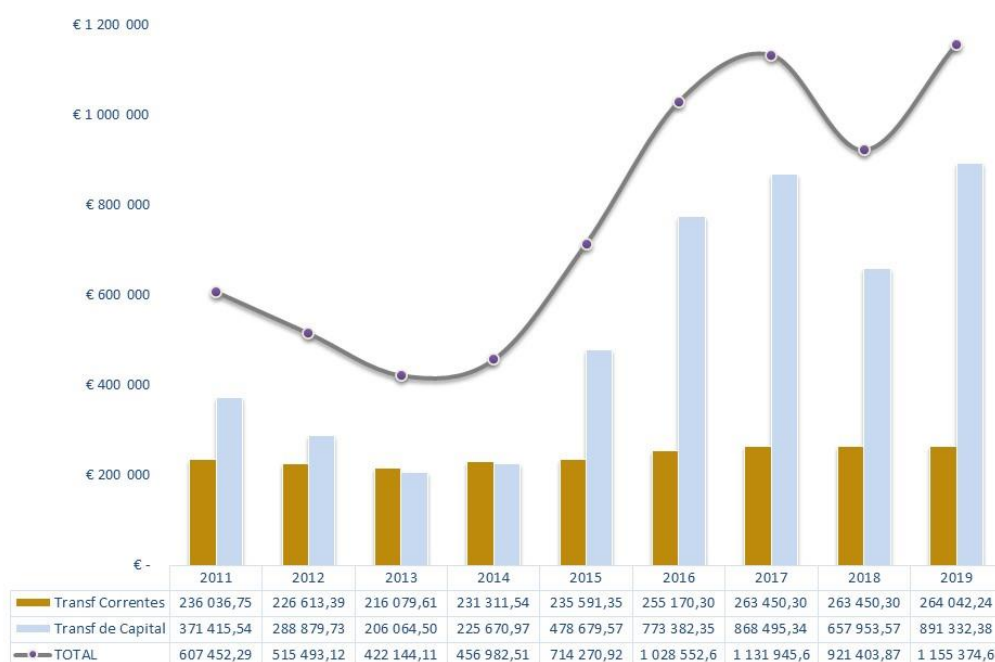
Designação	2016	2017	2018	2019		Variação	
				valor	Peso%	valor	%
Administrações públicas	773 382,35	868 917,32	1 138 662,68	974 326,41	63,81%	-164 336,27	-14,43%
Fundos e serviços autónomos	0,00	0,00	0,00		0,00%	0,00	n.a
Administração autárquica	773 382,35	868 917,32	1 138 662,68	974 326,41	63,81%	-164 336,27	-14,43%
Freguesias	773 382,35	868 495,34	657 953,57	891 332,38	58,37%	233 378,81	35,47%
Associ Municípios		421,98	480 709,11	82 994,03	5,44%	-397 715,08	-82,74%
Administrações privadas	490 943,34	605 156,75	668 980,69	552 683,63	36,19%	-116 297,06	-17,38%
Instituições particulares	458 975,49	575 509,76	661 527,05	537 742,13	35,22%	-123 784,92	-18,71%
Famílias	31 967,85	29 646,99	7 453,64	14 941,50	0,98%	7 487,86	100,46%
TOTAL.....	1 264 325,69	1 474 074,07	1 807 643,37	1 527 010,04	100,00%	-280 633,33	-15,52%

O valor registado na rubrica Transferências de Capital – Administração Autárquica encontra-se subdividido em Freguesias cujas transferências ascenderam a 891.332,38€.

Na sub-rubrica “Famílias”, registaram-se as comparticipações financeiras atribuídas pelo município a familiares no âmbito do Programa Casa Melhor, que tem por objetivo melhorar as condições de habitação das famílias mais carenciadas.

► Transferências - Freguesias

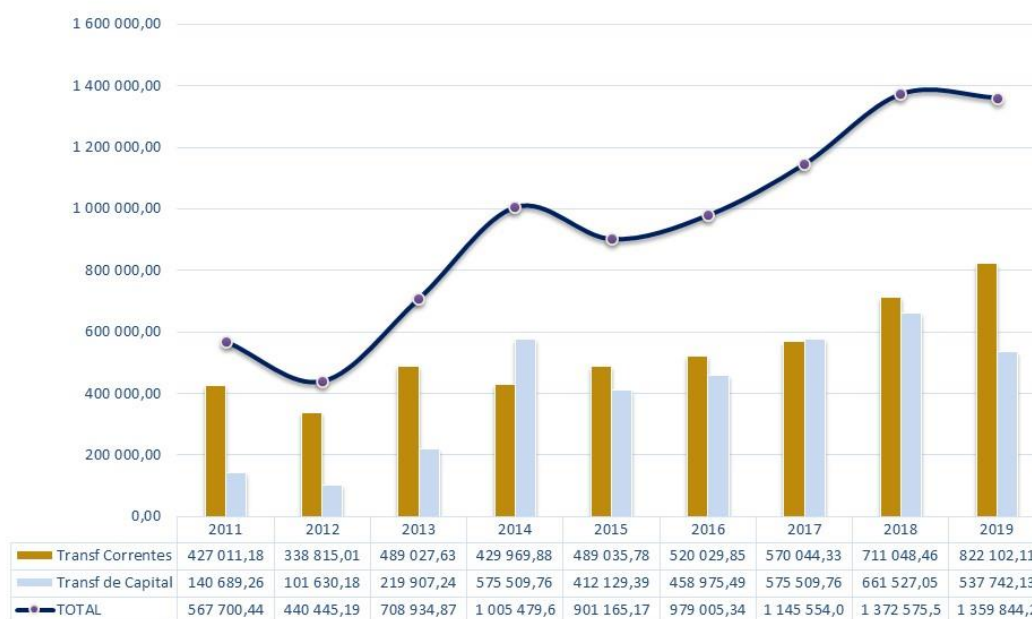
Gráfico nº44– Evolução das Transferências para as Freguesias (Correntes e Capital)



Do montante total das transferências (correntes e capital – 2.874.614,43€), cerca de 40,19% (1.115,374,62€) destinaram-se a transferências para as **freguesias**, no âmbito dos acordos de execução e contratos inter-administrativos celebrados de delegação de competências.

➤ **Transferências – Instituições Sem Fins Lucrativos**

Gráfico nº45– Evolução das Transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos (Correntes e Capital)

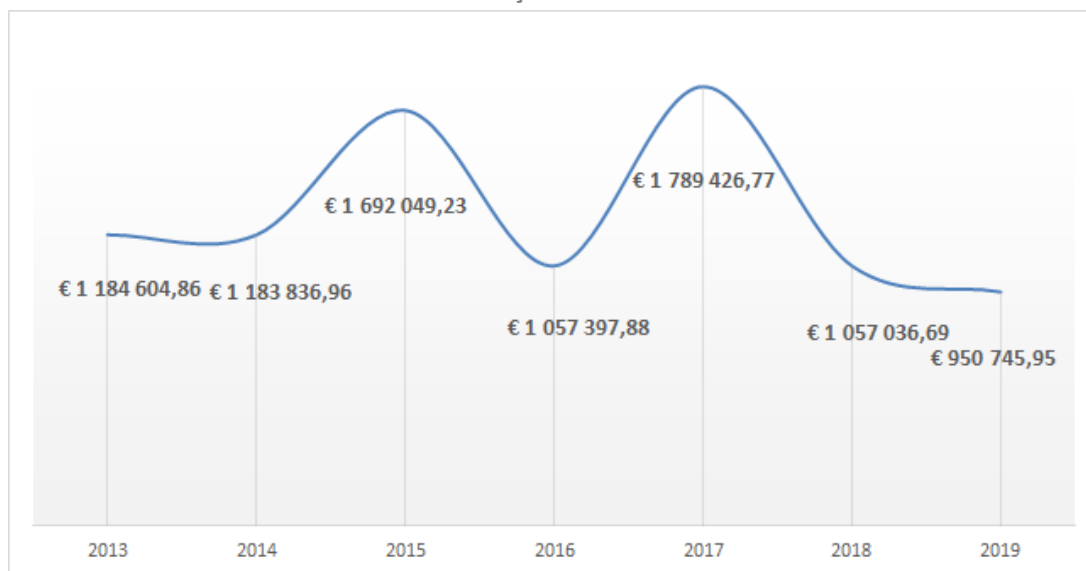


Do montante total das transferências (correntes e capital – 2.874.614,43€), cerca de 47,31% (1.359.844,24€) destinaram-se Instituições Sem Fins Lucrativos, nas quais se incluem as associações apoiadas no âmbito dos diversos Programas de Apoio ao Associativismo. Os apoios concedidos a título de transferências resultam de uma política de intervenção municipal com objetivo de promover e apoiar o desenvolvimento cultural, desportivo e social.

► **Passivos Financeiros**

Durante o ano económico de 2019, os encargos suportados com o reembolso de capital de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pela autarquia junto de Instituições de Crédito totalizou 950.745,95€.

Gráfico nº 46 – Evolução dos Passivos financeiros



6.3.4. Análise da Despesa na Ótica das Grandes Opções do Plano

A Grandes Opções do Plano traduz-se num instrumento político, corporizando uma sistematização de objetivos e de programas coordenados de ação para os concretizar.

As Grandes Opções do Plano integram a estrutura do planeamento económico e social do Município, e fundamentam a orientação estratégica da política de desenvolvimento económica e social, suportada em dois documentos distintos, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipais (PAM).

O **Plano Plurianual de Investimentos**, de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projetos e ações, que implicam despesas de investimento, a realizar no âmbito dos objetivos da autarquia local e explicita a respetiva previsão de despesa.

A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas – “**Execução do Plano Plurianual de Investimentos**”, apresentando a execução deste documento previsional no ano de 2018, destacando o nível de execução financeira anual e global.

O nível de execução financeira (em termos de pagamentos efetuados) do PPI, no exercício económico de 2019, é de 54,81%.

O **Plano de Atividades Municipais**, inclui projetos e ações de índole corrente a realizar durante um dado ano, incluindo igualmente a previsão num horizonte móvel de quatro anos, numa lógica de compromissos plurianuais.

A execução do PAM, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas - “**Execução do Plano de Atividades Municipais**”, apresentando em 2019 uma execução de 87,91%.

Resumidamente, a execução das Grandes Opções do Plano de 2019, em termos da classificação funcional, é apresentada no quadro seguinte.

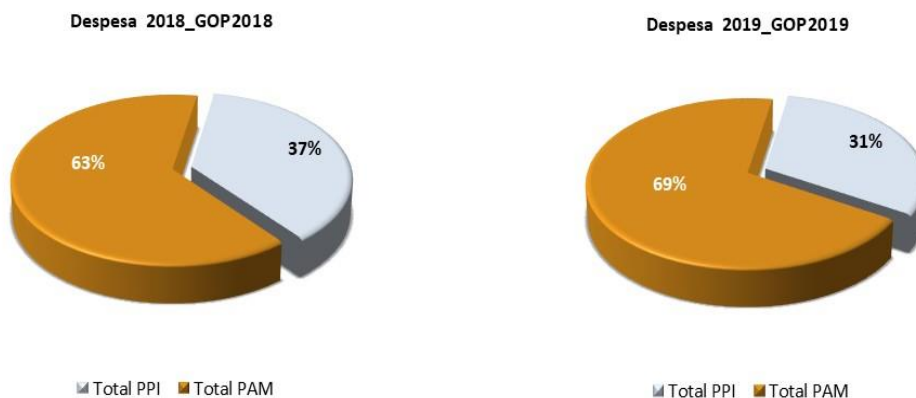
Quadro nº65– Estrutura das GOP's 2019

(unidade monetária : Euros)

GOP 2019									
Código	Classificação Funcional	PPI		PAM		TOTAL_GOP		Exec. Financeira Anual (%)	Peso %
		Valor Previsto	Valor Executado	Valor Previsto	Valor Executado	Valor Previsto	Valor Executado		
1	FUNÇÕES GERAIS	1 132 007,97	446 873,16	6 923 267,78	6 402 873,85	8 055 275,75	6 849 747,01	85,03%	42,12%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	1 116 007,97	441 339,33	6 810 002,00	6 326 389,47	7 926 009,97	6 767 728,80	85,39%	41,62%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1 116 007,97	441 339,33	6 810 002,00	6 326 389,47	7 926 009,97	6 767 728,80	85,39%	41,62%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	16 000,00	5 533,83	113 265,78	76 484,38	129 265,78	82 018,21	63,45%	0,50%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	16 000,00	5 533,83	113 265,78	76 484,38	129 265,78	82 018,21	63,45%	0,50%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	3 121 750,53	1 397 180,92	4 870 067,63	3 981 766,82	7 991 818,16	5 378 947,74	67,31%	33,08%
2.1.	Educação	276 000,00	94 326,63	944 909,04	810 100,97	1 220 909,04	904 427,60	74,08%	5,56%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	276 000,00	94 326,63	338 200,00	231 613,67	614 200,00	325 940,30	53,07%	2,00%
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	0,00	0,00	606 709,04	578 487,30	606 709,04	578 487,30	95,35%	3,56%
2.2.	Saúde	110 500,00	84 924,45	0,00	0,00	110 500,00	84 924,45	76,85%	0,52%
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	110 500,00	84 924,45	0,00	0,00	110 500,00	84 924,45	76,85%	0,52%
2.3.	Segurança e Acção Sociais	225 900,00	173 216,57	261 370,00	220 960,64	487 270,00	394 177,21	80,90%	2,42%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	225 900,00	173 216,57	261 370,00	220 960,64	487 270,00	394 177,21	80,90%	2,42%
2.4.	Habitação e Serviços Colectivos	1 568 280,53	595 188,32	985 150,00	741 785,59	2 553 430,53	1 336 973,91	52,36%	8,22%
2.4.1.	HABITAÇÃO	106 700,00	50 296,75	0,00	0,00	106 700,00	50 296,75	47,14%	0,31%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	495 336,00	69 748,21	11 500,00	1 200,55	506 836,00	70 948,76	14,00%	0,44%
2.4.3.	SANEAMENTO	412 200,00	274 430,63	0,00	0,00	412 200,00	274 430,63	66,58%	1,69%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	33 500,00	713,40	701 650,00	532 248,94	735 150,00	532 962,34	72,50%	3,28%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO	520 544,53	199 999,33	272 000,00	208 336,10	792 544,53	408 335,43	51,52%	2,51%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	941 070,00	449 524,95	2 678 638,59	2 208 919,62	3 619 708,59	2 658 444,57	73,44%	16,35%
2.5.1.	CULTURA	353 850,00	181 427,00	1 530 255,41	1 263 381,98	1 884 105,41	1 444 808,98	76,68%	8,88%
2.5.2.	DESPORTO , RECREIO E LAZER	559 720,00	258 366,66	1 126 183,18	939 547,64	1 685 903,18	1 197 914,30	71,05%	7,37%
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	27 500,00	9 731,29	22 200,00	5 990,00	49 700,00	15 721,29	31,63%	0,10%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	3 935 620,00	2 191 063,84	741 750,00	607 825,80	4 677 370,00	2 798 889,64	59,84%	17,21%
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	35 750,00	0,00	0,00	0,00	35 750,00	0,00	0,00%	0,00%
3.1.1.	AGRICULTURA	35 750,00	0,00	0,00	0,00	35 750,00	0,00	0,00%	0,00%
3.1.2.	DEFESA DA FLORESTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
3.2.	Indústria e Energia	1 334 800,00	712 420,96	721 550,00	600 311,55	2 056 350,00	1 312 732,51	63,84%	8,07%
3.2.1.	INDUSTRIA	1 281 050,00	707 668,12	42 550,00	28 833,66	1 323 600,00	736 501,78	55,64%	4,53%
3.2.2.	ENERGIA	53 750,00	4 752,84	679 000,00	571 477,89	732 750,00	576 230,73	78,64%	3,54%
3.3.	Transportes e Comunicações	2 563 070,00	1 478 642,88	13 700,00	6 273,00	2 576 770,00	1 484 915,88	57,63%	9,13%
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2 563 070,00	1 478 642,88	13 700,00	6 273,00	2 576 770,00	1 484 915,88	57,63%	9,13%
3.4.	Comércio e Turismo	2 000,00	0,00	6 500,00	1 241,25	8 500,00	1 241,25	14,60%	0,01%
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	2 000,00	0,00	0,00	0,00	2 000,00	0,00	0,00%	0,00%
3.4.2.	TURISMO	0,00	0,00	6 500,00	1 241,25	6 500,00	1 241,25	19,10%	0,01%
4	OUTRAS FUNÇÕES	1 004 571,50	1 004 537,45	231 300,00	230 241,52	1 235 871,50	1 234 778,97	99,91%	7,59%
4.1.	Operações de Dívida Autárquica	1 004 571,50	1 004 537,45	36 300,00	35 241,52	1 040 871,50	1 039 778,97	99,90%	6,39%
4.1.2.	PASSIVOS FINANCEIROS	950 780,00	950 745,95	36 300,00	35 241,52	987 080,00	985 987,47	99,89%	6,06%
4.1.3.	ATIVOS FINANCEIROS	53 791,50	53 791,50	0,00	0,00	53 791,50	53 791,50	100,00%	0,33%
4.2.	Transferências entre Administrações	0,00	0,00	195 000,00	195 000,00	195 000,00	195 000,00	100,00%	1,20%
4.2.3.	TRANSFERÊNCIAS ENTIDADES ADMINISTRAÇÃO AUT	0,00	0,00	195 000,00	195 000,00	195 000,00	195 000,00	100,00%	1,20%
TOTAL		9 193 950,00	5 039 655,37	12 766 385,41	11 222 707,99	21 960 335,41	16 262 363,36	74,05%	100,00%

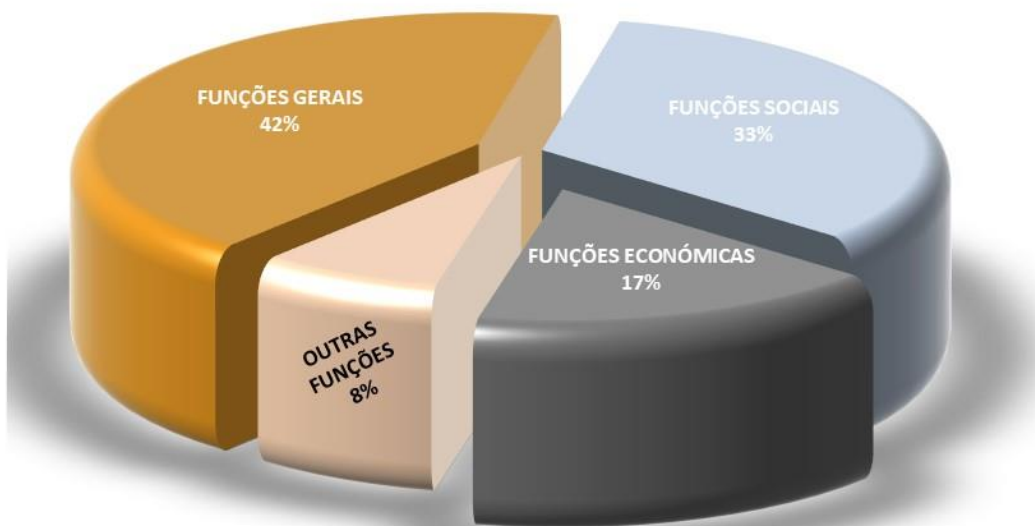
Com o Gráfico seguinte pretende-se demonstrar o peso dos PPI e PAM no total da despesa e sua evolução. Conclui-se que a repartição mantém-se quase inalterável com apenas uma variação de 6% negativa, no PPI em detrimento do PAM.

Gráfico nº 47 – Estrutura e Evolução das GOP's



Para desagregar esta informação apresenta-se o gráfico seguinte, onde se representa a repartição dos GOP's2019 nas suas 4(quatro) principais funções, permitindo aferir do peso de cada uma.

Gráfico nº48 – GOP – Repartição por funções (%)



As Funções Sociais permanecem com uma significativa representatividade nas GOP, ao terem um peso de 29,2% posicionando-se logo a seguir às Funções Gerais que têm um peso de 36,9%. Já as Outras Funções apenas representaram 9,5%.

7. ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

7.1. ENQUADRAMENTO

O RFALEI (Lei das Finanças Locais - Lei nº 73/2013 de 3 de setembro), em 1 de janeiro de 2014, veio a estabelecer um novo conceito de endividamento municipal, que é a **dívida total** de operações orçamentais.

No apuramento da **dívida total** de operações orçamentais do município, inclui-se os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais (nº 2 do art.º 52º da referida LFL).

O limite da dívida total de cada município é o previsto no artigo 52º do referido RFALEI, limite esse que apenas tem em consideração o passivo dos municípios, incluindo a dívida das entidades do setor empresarial municipal, deixando de contar com efeito de algumas rubricas do ativo (disponibilidades e direitos a receber), ao contrário do que acontecia com o conceito de Endividamento Líquido.

Segundo o art.52º do RFALEI, o valor da dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, **não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.**

De referir que ao nível do endividamento, alarga-se o perímetro das entidades relevantes para os limites legais de endividamento do município, passando a estar aqui abrangidas todas as entidades, independentemente da sua natureza, em que o município participe ou sobre as quais detenha poderes de controlo.

Assim, para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, nos termos do nº1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, são relevantes as seguintes entidades:

- a) Os serviços municipalizados e intermunicipalizados;
- b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais;
- c) As empresas locais e participadas;
- d) As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;
- e) As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total.

Permanece ainda com particular relevância no contexto global da gestão da dívida, o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento do município, por força da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (republicada pela Lei nº22/2015, de 17 de março), designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), e das imposições constantes na Lei do Orçamento de Estado para 2017, e respetivas normas de execução orçamental.

Refira-se ainda que, por efeito do não cumprimento dos limites específicos de endividamento definidos, prevê a Lei de Estabilidade Orçamental, que a Lei do Orçamento de Estado pode determinar a redução na proporção do incumprimento, das transferências a efetuar para as autarquias locais.

Considerando o exposto, justifica-se uma análise do endividamento em duas partes distintas, mas complementares:

Na primeira parte desenvolve-se uma apreciação circunstanciada à evolução do endividamento do município, suportada no seu balanço individual e desconsiderando a influência das entidades participadas pelo Município, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas anexas ao presente documento.

Refira-se que em primeira linha é feita uma abordagem generalizada à evolução dessa dívida global, após a qual se segue uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e de médio e longo prazo, sempre centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

Na segunda parte procede-se ao apuramento do endividamento numa ótica de grupo municipal, de acordo com o novo conceito previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), que é o da dívida total de operações orçamentais do município incluindo os efeitos do endividamento das entidades por si participadas, na proporção da sua participação, atentos determinados requisitos.

7.2. DÍVIDA TOTAL

O quadro que se segue retrata sinteticamente o desenvolvimento da dívida global do município durante o último quadriénio, diferenciando-a apenas no que toca à componente de curto e médio e longo prazo.

Quadro nº 66 – Dívida do Município 2016-2019

(unidade monetária : €uros)

	31/dez/2016	31/dez/2017	31/dez/2018	31/dez/2019	Peso	Crescimento	
						Valor	%
Dívida de Médio e Longo Prazo	8 772 488,48	7 621 103,35	5 614 426,23	4 736 784,53	69,71%	-877 641,70	-15,63%
Fonecedores de Imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	n.a.
FAM - Exigível após 2018	430 331,39	322 748,39	26 895,75	0,00	0,00%	-26 895,75	-100,00%
Empréstimos de M/L Prazo	6 228 872,45	5 185 070,32	5 528 033,63	4 677 287,68	68,83%	-850 745,95	-15,39%
Outros Credores (SIMRIA)	2 053 787,79	2 053 787,79	0,00	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Outros Credores (Cauções)	59 496,85	59 496,85	59 496,85	59 496,85	0,88%	0,00	0,00%
Dívida de Curto Prazo	1 946 479,34	2 429 333,48	2 443 796,48	2 058 541,32	30,29%	-385 255,16	-15,76%
Forneceores Conta Corrente	59 341,14	4 987,66	308,94	1 745,69	0,03%	1 436,75	465,06%
Forneceores C/C - Fact. em Recepção e Conf.	191 554,84	384 416,55	419 806,13	254 490,72	3,75%	-165 315,41	-39,38%
Forneceores de Imobilizado	0,00	0,00	3 562,08	3 562,08	0,05%	0,00	0,00%
Forneceores de Imobilizado - Fact em Recepção e Conf.	5 287,51	124 904,04	100 360,85	139 370,19	2,05%	39 009,34	38,87%
Estado e Outros Entes Públicos	119 799,25	115 336,57	130 461,32	152 302,76	2,24%	21 841,44	16,74%
FAM - Exigível após 2018	107 583,00	107 583,00	53 791,50	26 895,75	0,40%	-26 895,75	-50,00%
Outros Credores	449 254,60	687 446,66	660 950,66	513 288,13	7,55%	-147 662,53	-22,34%
Adiantamento por Conta de Vendas	1 013 659,00	1 004 659,00	1 074 555,00	966 886,00	14,23%	-107 669,00	-10,02%
TOTAL	10 718 967,82	10 050 436,83	8 058 222,71	6 795 325,85	100,00%	-1 262 896,86	-15,67%

Em 31 de Dezembro de 2019 a dívida global do Município de Estarreja totaliza 6.795.325,85€, deste valor respeita a natureza de médio e longo prazo 69,71% e 30,29% de curto prazo.

A **dívida global do município** a 31 de dezembro de 2019, regista, assim, menos (-) **1.262.896,86 €** que no final de 2018, evidenciando um decréscimo de (-) 15,67%, registando reduções ao nível da dívida de médio e longo prazo como no curto prazo.

Neste seguimento, a redução da dívida de médio e longo cifrou-se em (-) 877.641,70€ (Δ -15,63%), completando no final do exercício económico a quantia 4.736.784,53€.

A reclassificação contabilística operada ao nível do passivo de médio e longo prazo no montante de 2.053.787,78€ (resultante de faturação excessiva emitida pela SIMRIA em anos anteriores), realizada já no exercício 2018, tendo sido operada a transferência deste valor para uma conta de provisões, por considerar que não é um valor exigível e certo, tanto que não tem sido reconhecido pelo Município e quanto à sua certeza do montante em dívida está dependente da contingência do recebimento de dividendos. Desconhece-se de quanto e quando é exigível o seu pagamento, estando completamente dependente do conhecimento do recebimento dos dividendos.

A dívida de curto prazo totaliza no final de 2019 o valor de 2.058.541,32€, sofrendo um decréscimo de (-) 15,76%% face ao exercício transato, correspondendo em termos absolutos a uma diminuição de (-) 385.255,16€.

Da análise do quadro supra, podemos concluir que 68,83% da dívida municipal resulta de empréstimos de médio e longo prazo, correspondendo estes a 98,74% da dívida de natureza de médio e longo prazo.

De salientar, que ao nível da dívida de curto prazo os Fornecedores de Imobilizado (*incluindo Faturas em receção e conferência*) conheceram um acréscimo, no valor (+)39.009,37€ (Δ 37,54%), tendo os Fornecedores Conta Corrente (*incluindo Faturas em receção e conferência*) conhecido uma tendência contrária, registando um decréscimo no valor de (-) 163.878,66 (Δ -39,01%).

Quadro nº 67 – Evolução da dívida total (2014 – 2019)

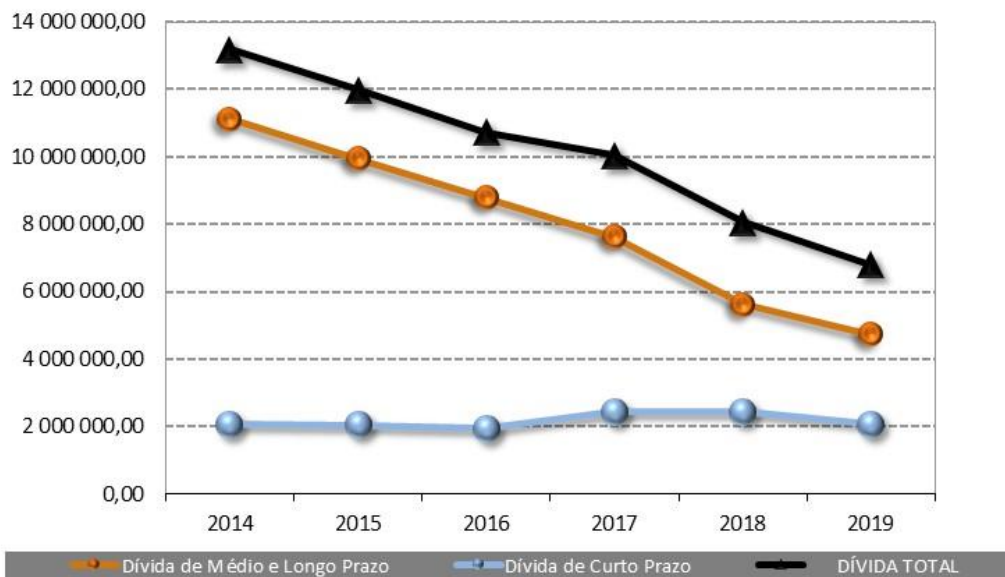
(unidade monetária : Euros)

Designação	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Dívida de Médio e Longo Prazo	11 121 800,00	9 945 524,03	8 772 488,48	7 621 103,35	5 614 426,23	4 736 784,53
Dívida de Curto Prazo	2 056 593,80	2 042 340,35	1 946 479,34	2 429 333,48	2 443 796,48	2 058 541,32
DÍVIDA TOTAL	13 178 393,80	11 987 864,38	10 718 967,82	10 050 436,83	8 058 222,71	6 795 325,85
Taxa de crescimento da Dívida						
Médio e Longo Prazo	-4,93%	-10,58%	-11,79%	-13,12%	-26,33%	-15,63%
Curto Prazo	11,23%	-0,69%	-4,69%	24,81%	0,60%	-15,76%
TOTAL	-2,72%	-9,03%	-10,58%	-6,24%	-19,82%	-15,67%

Tendo em conta a evolução dos dados retratados no quadro acima, os níveis de endividamento anual do município têm vindo a diminuir de forma sistemática e contínua ao longo do período 2013-2019, sustentados num ritmo de reduções anuais a rondar o 1M€ a 3M€ , num contexto de apertada gestão de disponibilidades.

Para melhor dimensionar o comportamento da dívida global do município de 2013 a 2019, apresenta-se o seguinte gráfico:

Gráfico nº 49 – Evolução da Dívida (2014-2019)

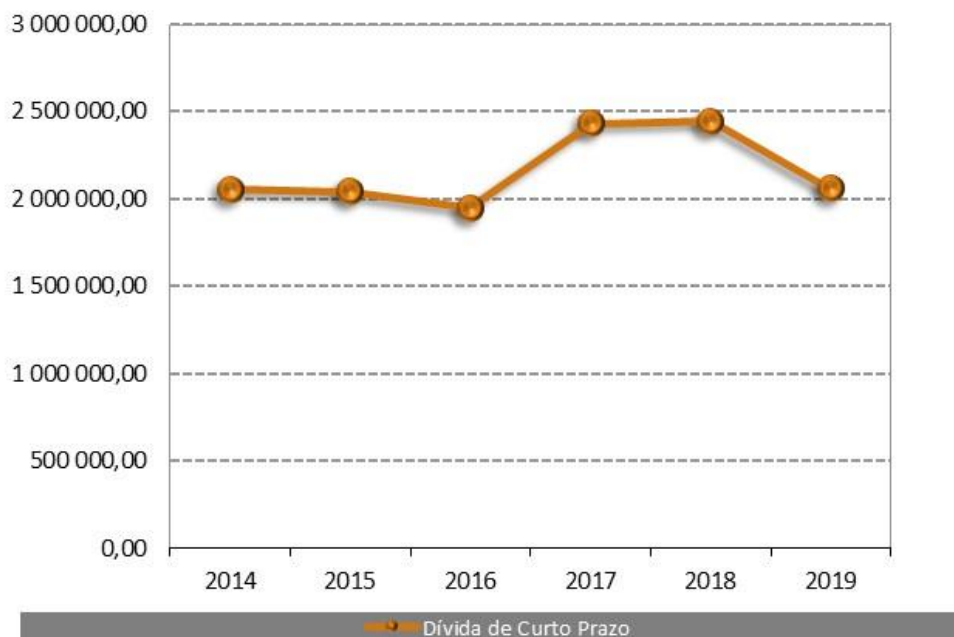


Da apreciação geral conclui-se, que ao longo dos últimos anos a diminuição do passivo e o controlo do endividamento municipal tem sido um dos objetivos essenciais prosseguidos pelo município.

7.3. DIVIDA DE CURTO PRAZO

A componente do endividamento de curto prazo incorpora a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferências para as autarquias locais, dos credores por investimentos financeiros, do Estado e de Outros Credores diversos, cuja evolução dos últimos anos se retrata no gráfico infra, seguinte.

Gráfico nº 50 – Evolução da Dívida de curto-prazo (2014-2019)



► Pagamento em Atraso

No âmbito da análise da dívida de curto prazo, e por força das profundas alterações legislativas impostas pelas sucessivas Leis do Orçamento de Estado, e respetivas normas de execução orçamental, bem como, pela entrada em vigor da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (republicada pela Lei nº22/2015, de 17 de março), designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento passam a assumir particular relevância no contexto global gestão da dívida.

Quanto aos **pagamentos em atraso** (valores em dívida a fornecedores a mais de 90 dias para além da data de vencimento), o Município de Estarreja posiciona-se fora das entidades com pagamentos em atraso desde finais de 2012, assim permanecendo neste exercício, cumprindo integral e pontualmente todas as suas obrigações.

► Prazo Médio de Pagamentos

Genericamente, o prazo médio de pagamento representa o tempo médio que uma entidade leva a pagar aos seus fornecedores pelas aquisições de bens e serviços que já se encontram faturadas.

Pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, publicado no Diário da República n.º 71, 2.ª Série Parte C, foi adaptado o indicador de prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP) que passou a basear-se na seguinte fórmula, para efeitos de cálculo, reporte e monitorização pela Tutela (DGAL):

$$PMP = \frac{\sum_{t-3}^t DF}{\sum_{t-3}^t A} \times 365$$

Em que:

t - Trimestre

DF – Corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre;

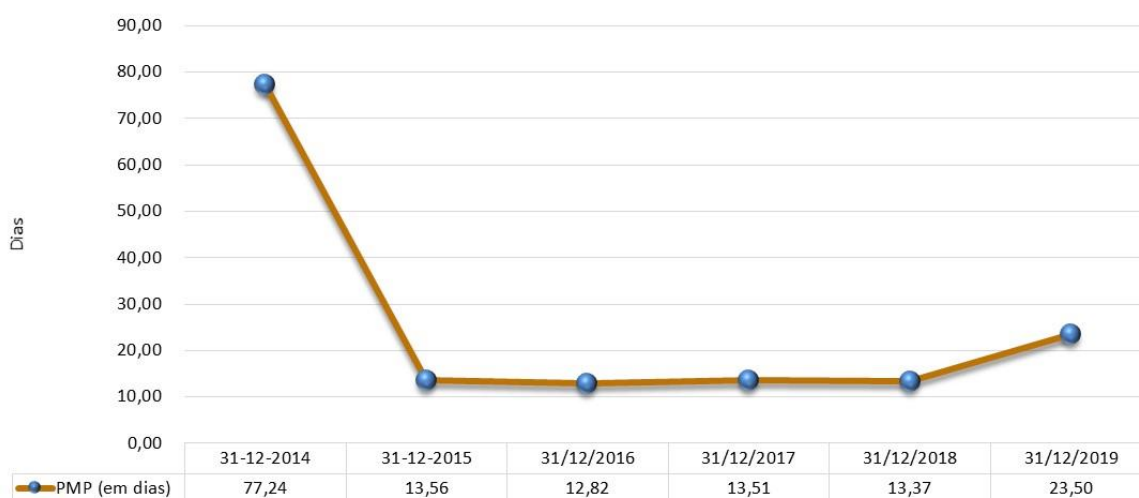
A – Corresponde às aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

Da qual resulta a seguinte evolução do PMP:

Quadro nº 68 – Evolução do PMP _ DGAL

Dados/ Datas de Referência	31-12-2014	31-12-2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
Dívidas de Fornecedores (DF) (4 trimestres - de t a t-3)	8 906 156,08	1 663 638,90	1 756 006,00	2 094 720,00	2 026 811,00	1 909 173,00
Aquisições de bens e Serviços (A) (4 trimestres - de t a t-3)	10 522 083,14	11 198 456,74	12 503 157,00	14 145 922,00	13 828 638,00	7 413 652,00
PMP (em dias)	77,24	13,56	12,82	13,51	13,37	23,50
PMP em meses	2,57	0,45	0,43	0,45	0,45	0,78

O prazo médio de pagamentos (PMP) do Município de Estarreja apurado à data de 31 de dezembro de 2019 é de 23,50 dias.

Gráfico nº 51 – Evolução do PMP (2014-2019)


7.4. DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO (natureza orçamental)

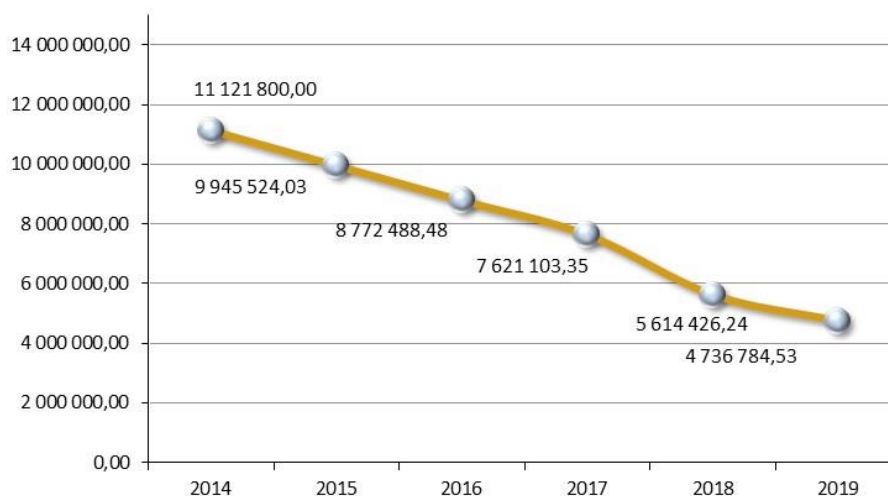
A análise feita neste âmbito é centrada na evolução da dívida de médio e longo prazo contratualizada em anteriores gerências, diferenciando-se os empréstimos consoante a sua natureza, apenas em função do fim a que se destinam, uma vez que ao abrigo do novo enquadramento legal aplicável em matéria de endividamento autárquico, toda a tipologia de empréstimos de médio e longo prazo passa a relevar para efeitos do apuramento do valor global da dívida individual do município, contrariamente ao que era estabelecido pelas anteriores leis das finanças locais, o que determina que se dispense a terminologia até então aplicável neste tipo de relato quanto à sua diferenciação em “relevar” ou “não relevar” para a capacidade de endividamento municipal.

No quadro seguinte, apresenta-se a evolução da dívida de médio e longo prazo nos últimos seis anos:

Quadro nº 69 – Estrutura da Dívida de M/L Prazo (2014 e 2019)

(unidade monetária : €uros)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	8 342 408,28	7 286 270,33	6 228 872,45	5 185 070,32	5 528 033,64	4 677 287,68
Outras dividas de Médio e Longo Prazo	2 779 391,72	2 659 253,70	2 543 616,03	2 436 033,03	86 392,60	59 496,85
Fonecedores de Imobilizado	20 609,87	8 054,67	0,00	0,00	0,00	0,00
FAM - Exigível após 2019	645 497,39	537 914,39	430 331,39	322 748,39	26 895,75	0,00
Outros Credores	2 113 284,46	2 113 284,64	2 113 284,64	2 113 284,64	59 496,85	59 496,85
TOTAL Dívida de M/L Prazo	11 121 800,00	9 945 524,03	8 772 488,48	7 621 103,35	5 614 426,24	4 736 784,53

Gráfico nº 52– Evolução da Dívida de M/L


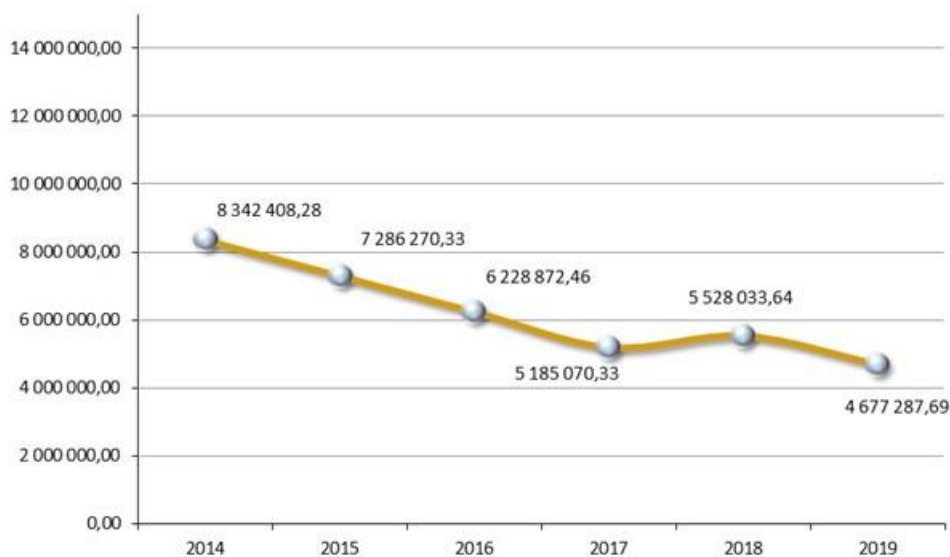
Promovendo uma análise geral à evolução destes passivos, os dados presentes no quadro supra demonstram que desde 2014 e até ao final de 2019 há uma tendência clara de diminuição da dívida de médio e longo prazo. A diminuição registada no ano 2018 está inteiramente relacionada com a alteração de registo contabilístico ao nível do valor “em dívida” á SIMRIA (atual AdCAL,S.A.), passando a ser tratada como um passivo contingente em forma de provisão, dada a sua incerteza quanto á sua exigibilidade e certeza do montante e momento do seu pagamento.

Relativamente aos empréstimos, atento o cumprimento do serviço de dívida negociado, no cômputo global da diminuição obtida continua a predominar o contributo das amortizações efetuadas por conta dos empréstimos que relevam para fins diversos. No quadro e gráfico seguinte temos a evolução da stock da dívida com empréstimos de médio e longo prazo.

Quadro nº 70 – Evolução do Stock da Dívida

(unidade monetária : €uros)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
(1) Dívida no início do período	9 526 245,24	8 342 408,28	7 286 270,33	6 228 872,46	5 185 070,33	5 528 033,64
(2) Empréstimos contraídos e utilizados no período	0,00	635 911,28	0,00	754 624,64	1 400 000,00	100 000,00
(3) Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(4) Amortizações do Período	1 183 836,96	1 692 049,23	1 057 397,87	1 798 426,77	1 057 036,69	950 745,95
Dívida no Final do Período (1+2+3-4)	8 342 408,28	7 286 270,33	6 228 872,46	5 185 070,33	5 528 033,64	4 677 287,69
Taxa de crescimento da Dívida %	-12,43%	-12,66%	-14,51%	-16,76%	6,61%	-15,39%
Taxa de crescimento da Dívida (valor)	-1 183 836,96	-1 056 137,95	-1 057 397,87	-1 043 802,13	342 963,31	-850 745,95

Gráfico nº 53 – Evolução do stock da dívida


Do observado no quadro supra verifica-se tem havido um esforço do município para reduzir o endividamento de médio e longo prazo. No exercício económico de 2019, foi utilizado 100.000,00 de empréstimo obtido e visado pelo Tribunal de Contas em finais de 2017 e contraído junto do Banco de Investimento Português (BPI). De registar um volume de amortizações efetuadas por conta dos empréstimos que relevam para fins diversos e concorrem para o limite da dívida do valor do capital em dívida de médio e longo prazo de origem bancária, no valor de 950.745,95€. Assim, assistimos a uma diminuição da dívida de origem bancária em 850.745,95 (Δ -15,39%).

7.5. SERVIÇO DE DÍVIDA

O quadro seguinte apresenta a evolução do serviço de dívida de 2014 a 2019, considerando unicamente os montantes de juros e amortizações de empréstimos contratualizados pela autarquia.

Quadro nº 71 - Evolução do Serviço de Dívida (2014 – 2019)

(unidade monetária : €uros)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total do Serviço de Dívida	1 283 351,91	1 775 077,03	1 095 464,51	1 826 064,90	1 078 282,52	985 844,90
Amortizações	1 183 836,96	1 692 049,23	1 057 397,87	1 798 426,77	1 057 036,69	950 745,95
Juros	99 514,95	83 027,80	38 066,64	27 638,13	21 245,83	35 098,95
Taxa de crescimento do Serviço da Dívida	1,65%	38,32%	-38,29%	66,69%	-40,95%	-8,57%
Amortizações	-0,06%	42,93%	-37,51%	70,08%	-41,22%	-10,06%
Juros	27,7%	-16,6%	-54,2%	-27,4%	-23,1%	65,2%

No exercício de 2018 temos uma redução dos encargos decorrentes do serviço de dívida municipal ao totalizarem 985.844,90€, (-) 8,57% do que no ano anterior, por força da influência das suas duas componentes, assumindo evidente preponderância a redução do volume das amortizações realizadas.

Os encargos com o serviço de dívida no ano 2019 apresentou um decréscimo de (92.437,62€) face a 2018.

No peso do Serviço de Dívida prevalece o volume das amortizações que representa cerca de 96,4% do seu valor global.

7.6. COMPOSIÇÃO DA CAPITAL BANCÁRIO EM DÍVIDA NO FIM DA GERÊNCIA

Apresenta-se de seguida, um quadro resumo dos empréstimos existentes à data de 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019 para uma visão mais detalhada da estrutura do endividamento de médio e longo prazo.

Quadro nº 72 - Composição do Capital Bancário

(unidade monetária : Euros)

	Capital em Dívida em 31/12/2014	Capital em Dívida em 31/12/2015	Capital em Dívida em 31/12/2016	Capital em Dívida em 31/12/2017	Capital em Dívida em 31/12/2018	Capital em Dívida em 31/12/2019	
	Montante	Montante	Montante	Montante	Montante	Montante	% do total
Construção Arrendamento Social-INH	224 879,42	180 524,35	135 784,01	90 745,53	45 475,11	0,00	0,00%
Saneamento Básico - PA 2000	1 538 571,91	1 282 471,56	1 025 977,24	769 482,92	512 988,60	256 494,30	5,48%
Parque Industrial - PA 2000	2 124 879,32	1 888 781,64	1 652 683,96	1 416 586,28	1 180 488,60	944 390,92	20,19%
Medida 1.7. do PORCentro - Praça Município	192 565,41	169 910,65	147 255,89	124 601,13	101 946,38	79 291,63	1,70%
Diversos Investimentos - PPI 2004	458 793,84	415 099,20	371 404,56	327 709,92	284 015,28	240 320,64	5,14%
Diversos Investimentos - PPI 2005	496 319,80	449 511,65	402 242,31	354 919,67	307 597,03	260 274,41	5,56%
PPI/2005 - Largo Sto Amaro e Centro C Pardilhó	46 640,82	42 585,10	38 529,38	34 473,66	30 417,94	26 362,22	0,56%
Parque Industrial - PPI/2006	620 138,91	567 361,13	514 583,36	461 805,58	409 027,79	356 250,01	7,62%
Parque Desportivo Municipal	27 856,91	23 894,84	19 913,27	15 930,63	11 947,98	7 965,32	0,17%
PREDE_Estado	958 458,60	745 467,80	532 477,00	319 486,20	106 495,40	0,00	0,00%
Operação de Substituição de Dívida -2015	0,00	618 724,49	549 977,33	481 230,17	412 483,01	343 735,85	7,35%
Operação de Substituição de Dívida -2016	0,00	0,00	0,00	728 146,58	675 190,46	622 234,34	13,30%
Aquisição de Terrenos Eco-Parque	0,00	0,00	0,00	0,00	1 400 000,00	1 500 000,00	32,07%
Total da dívida de médio e longo prazo	8 342 408,28	7 286 270,33	6 228 872,46	5 185 070,33	5 528 033,63	4 677 287,68	100,00%

No cômputo global da redução obtida, em face do cumprimento do serviço de dívida negociado para os diferentes empréstimos, prevalece o contributo das amortizações efetuadas por conta dos empréstimos contratualizados para finalidades diversas, em especial do empréstimo bancário contratado com a Caixa Geral de Depósitos para financiamento de Infraestruturas de Saneamento Básico – PPI 2000, no valor de 3.940.503,39 €, que conheceu uma redução de 256.494,30 no valor da dívida, o empréstimo bancário adjudicado ao Banco BPI para financiamento do Parque Industrial 2000, no montante de 3.541.465,07€, que determinou um corte adicional de 236.097,68 €.

Converge também para aquela redução a amortização de (-) 106.495,40€ do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), totalmente imputável ao Estado, cujo seu período de amortização iniciou a dezembro de 2014.

Ainda de realçar, que na gerência de 2019 foram integralmente amortizados os dois Empréstimos Bancários de M.L. P: o empréstimo bancário contratado com o INH, no montante de 653.948,67€ para financiamento de Construção de Arrendamento Social – 48 fogos na Urbanização da Teixugueira, e o empréstimo bancário adjudicado ao Estado no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), no valor de 1.064.954€.

7.7. LIMITES À DÍVIDA

O novo regime financeiro das Autarquias Locais veio, no seu artigo 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne ao endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais.

A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no referido artigo 52.º, bem como para aferir dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (vide art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (vide art.º 61.º).

Segundo o art.52º do RFALEI, o valor da dívida total de operações orçamentais do município incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º (grupo municipal), **não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores**. E, sempre que este limite não seja cumprido, deve ser reduzido, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que o referido limite seja cumprido.

Por outro lado, se o referido limite for cumprido, pode aumentar 20% da margem disponível no início de cada exercício, o que claramente beneficia as autarquias locais em matéria de endividamento.

Este novo regime jurídico vem impor e reforçar a ideia que, em regra, todas as entidades constituídas e participadas por capitais municipais relevam para efeitos de endividamento municipal, cumpridos que sejam determinados requisitos, alargando assim de forma significativa o perímetro de entidades a considerar.

Nos casos em que seja ultrapassado o limite da dívida anteriormente referido, os municípios têm dois mecanismos de recuperação financeira – o saneamento financeiro e a recuperação financeira.

Assim, procedendo ao respetivo apuramento (quadro infra), o limite de dívida total para o Município de Estarreja, no ano 2018 situa-se, nos **20.620.330,83€**.

Quadro nº 73- Apuramento do Limite da Dívida Total -Ano 2019

Descrição	2016	2017	2018
Receita Corrente	13 514 064,05 €	13 917 129,22 €	13 809 468,39 €
Total			41 240 661,66 €
Média dos 3 anos			13 746 887,22 €
Média dos 3 anos x 1,5			20 620 330,83 €

O limite acima identificado foi calculado com base nas receitas discriminadas nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), e de acordo com a norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais.

Nos termos das disposições legais constantes no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, encontram-se identificados as tipologias e requisitos das entidades participadas pelo Município que relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais da autarquia.

A contribuição de cada uma das entidades para a dívida do município – grupo municipal – será o valor apurado multiplicado pela participação do município na mesma.

Decorrente dos pressupostos anteriormente descritos, procede-se de seguida ao apuramento da dívida total de operações orçamentais do grupo Municipal.

De referir, que no apuramento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – estão incluídas todas as dívidas a terceiros refletidas no balanço das entidades, deduzidas dos acréscimos e diferimentos e das operações não orçamentais, que mais não são do que cobranças e/ou retenções de valores que se efetua a favor de uma entidade externa, não constituindo por isso receita do município.

CÁLCULO DA MARGEM al b) nº3 do ART.52.º do RFALEI

Quadro nº 74

Rúbricas da dívida	01/jan/2019
Dívida de Médio e Longo Prazo	4 663 680,26
Dívida de Curto Prazo	3 394 542,45
TOTAL	8 058 222,71
A Abater	821 743,38
Operações de Tesouraria (Mapa de OT)	741 056,13
Dívida pela subscrição do FAM	80 687,25
Dívida total do Município (A)	7 236 479,33
A Acrescer: Dívida das Entidades Relevantes (B)	357 285,17
Dívida total a considerar (C)=(A)+(B)	7 593 764,50
MARGEM 2018	
Média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores - A	13 746 887,22
Limite da dívida - B = A x 1,5 (Art. 52.º da LFL)	20 620 330,83
Margem absoluta - C= B - Dívida Total a considerar	13 026 566,33
Margem utilizável, de acordo com a alínea b) do nr. 3 do art. 52.º - 20% da margem disponível no início do exercício	2 605 313,27

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES E IMPOSIÇÕES LEGAIS DO ART.52.º DO RFALEI
Quadro nº 75

Rúbricas da dívida	dez/2018 (01jan.2019)	31 dez.2019
Dívida de Médio e Longo Prazo	4 663 680,26	3 854 675,84
Empréstimos de M/L Prazo - componente de MLP	4 577 287,66	3 795 178,99
FAM - Exigível após 2019	26 895,75	0,00
Outros credores (Simria)	0,00	0,00
Outros Credores (Cauções)	59 496,85	59 496,85
Dívida de Curto Prazo	3 394 542,45	2 940 650,01
Empréstimos de M/L Prazo - componente de CP	950 745,97	882 108,69
Fornecedores Conta Corrente	308,94	1 745,69
Fornecedores - Fact. em Recepção e Conf.	419 806,13	254 490,72
Fornecedores de Imobilizado c/c	103 922,93	3 562,08
Fornecedores Imobilizado - Fact. em Recepção e Conf.	0,00	139 370,19
Estado e Outros Entes Públicos	130 461,32	152 302,76
Outros Credores	714 742,16	540 183,88
Adiantamento por Conta de Vendas	1 074 555,00	966 886,00
DÍVIDA DO MUNICÍPIO (1)	8 058 222,71	6 795 325,85
A Abater (2)		
Operações de Tesouraria (Mapa de OT)	741 056,13	616 340,87
Dívida pela subscrição do FAM	80 687,25	26 895,75
Dívida total do Município (3)=(1)-(2)	7 236 479,33	6 152 089,23
Dívida das Entidades relevantes a imputar ao ME:	357 285,17	346 318,00
Dívida total a considerar (5) = (3) + (4)	7 593 764,50	6 498 407,23
Evolução da dívida total (6)	-	1 095 357,27
Limite Legal (7)	20 620 330,83	
Margem Absoluta (8)	13 026 566,33	
Margem disponível efetiva para aumento da Dívida Total (al b) do n.º 3 do art. 52º RFALEI (9)	2 605 313,27	
Margem disponível para utilização - Ano 2019 (10) = (6)-(9)		3 700 670,54

Da análise dos resultados obtidos, verifica-se que a 31 de dezembro de 2019 a dívida total de operações orçamentais do município - grupo municipal – ascende a 6.498.407,23€, posicionando-se abaixo do limite legalmente imposto em (-) 13.026.566,33€.

Pelo supra constata-se que o Município de Estarreja cumprindo o limite do nº 1 do art.52º do RFALEI, e perante o disposto na alínea b) do nº3 do mesmo articulado, em 31 de dezembro de 2019 detinha uma margem disponível a utilizar em termos de endividamento (endividamento não tomado) de 3.700.670,54€.

MECANISMOS DE ALERTA PRECOCE

O Município de Estarreja cumpre todos os limites previstos no art. 52º do RFALEI, não se encontrando enquadrado no nº1 do art.56º do dito diploma legal, ou seja, em alerta precoce uma vez que a dívida total a 31 de dezembro de 2019 não ultrapassa a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, ficando abaixo desse limite em 7.248.479,99€, conforme demonstrado em quadro seguinte.

Quadro nº 76 – Mecanismo de Alerta Precoce

Descrição	dez/19
Dívida total a considerar (A)	6 498 407,23
Média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos (B)	13 746 887,22
ALERTA PRECOCE (nº1 art.56º LFL) (B)-(A)	7 248 479,99

Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte.

8. ANÁLISE PATRIMONIAL

As informações apresentadas neste capítulo resultam da **Contabilidade Patrimonial ou Financeira**, sistema que tem por objetivo principal o registo das operações que modificam a constituição, quantitativa ou qualitativa do património do Município, determinado como o agregado de todos os seus bens, direitos e obrigações, e os custos e proveitos gerados pela atividade desenvolvida.

O **Balço** e **Demonstração de Resultados** facultam a obtenção de informação da posição económico-financeira do Município, sua execução e evolução, para ulterior diagnóstico e tomada de decisões.

No presente relatório recorreu-se à para a obtenção de informação necessária à análise económica, centrada nos proveitos e custos, e de estrutura financeira.

Será de salientar, no entanto, as divergências, regra geral, existentes entre os valores relativos a Proveitos e Custos (Contabilidade Patrimonial ou Financeira) e de Receitas e Despesas (Contabilidade Orçamental) pela natureza diversa dos conceitos.

8.1. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

8.1.1. Análise ao Balço

O **Balço** é a ferramenta contabilística, por excelência, de aferição da posição económica e financeira de uma entidade.

O **Balço** apresenta a situação do património da autarquia à data de encerramento de um exercício, dando a conhecer o **Ativo**, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos (imobilizado, existências, dívidas de terceiros e disponibilidades), isto é, a sua estrutura económica, e o **Passivo** e **Capital Próprio**, que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos undos próprios ou capitais alheios/passivo).

Da articulação destas duas partes é possível inferir acerca da capacidade da entidade para se autofinanciar e, por sua vez, da capacidade de manutenção da sua atividade de modo sustentável e equilibrado, cumprindo com as suas obrigações perante terceiros pontualmente

Para a analisar a evolução da situação patrimonial, importa proceder à comparação com o Balço reportado a 31/12/2018, evidenciado em valores líquidos.

Quadro nº 77 – Balanço

Designação	2019		2018		Variação Valor	Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%		
Ativo						
Imobilizado	97 347 158,33	88,97%	92 928 727,43	88,45%	4 418 430,90	4,75%
<i>Bens de Domínio Público</i>	31 228 427,08	28,54%	32 900 937,35	31,32%	-1 672 510,27	-5,08%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	22 971,10	0,02%	27 540,80	0,03%	-4 569,70	-16,59%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	64 112 111,28	58,60%	58 016 600,41	55,22%	6 095 510,87	10,51%
<i>Investimentos Financeiros</i>	1 983 648,87	1,81%	1 983 648,87	1,89%	0,00	0,00%
Circulante	12 064 349,63	11,03%	12 134 833,00	11,55%	-70 483,37	-0,58%
<i>Existências</i>	188 134,81	0,17%	177 558,15	0,17%	10 576,66	5,96%
<i>Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.
<i>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</i>	487 231,44	0,45%	453 862,36	0,43%	33 369,08	7,35%
<i>Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa</i>	5 681 147,36	5,19%	5 701 391,54	5,43%	-20 244,18	-0,36%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	5 707 836,02	5,22%	5 802 020,95	5,52%	-94 184,93	-1,62%
TOTAL DO ATIVO	109 411 507,96	100,00%	105 063 560,43	100,00%	4 347 947,53	4,14%
Fundos Próprios e Passivo						
Fundos Próprios	69 229 644,23	63,27%	61 982 256,47	59,00%	7 247 387,76	11,69%
<i>Património</i>	40 396 870,70	36,92%	33 148 031,99	31,55%	7 248 838,71	21,87%
<i>Reservas Legais</i>	1 279 786,17	1,17%	1 230 803,08	1,17%	48 983,09	3,98%
<i>Subsídios</i>	73 706,36	0,07%	73 706,36	0,07%	0,00	n.a.
<i>Doações</i>	119 514,25	0,11%	119 514,25	0,11%	0,00	0,00%
<i>Resultados Transitados</i>	26 087 148,38	23,84%	26 430 539,03	25,16%	-343 390,65	-1,30%
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	1 272 618,37	1,16%	979 661,76	0,93%	292 956,61	29,90%
Passivo	40 181 863,73	36,73%	43 081 303,96	41,00%	-2 899 440,23	-6,73%
<i>Provisões para Riscos e Encargos</i>	2 158 447,83	1,97%	2 242 473,50	2,13%	-84 025,67	0,00%
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	3 854 675,84	3,52%	4 663 680,26	4,44%	-809 004,42	-17,35%
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	2 940 650,01	2,69%	3 394 542,45	3,23%	-453 892,44	-13,37%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	31 228 090,05	28,54%	32 780 607,75	31,20%	-1 552 517,70	-4,74%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	109 411 507,96	100,00%	105 063 560,43	100,00%	4 347 947,53	4,14%

► ANÁLISE GLOBAL

Em resumo conclui-se que o Ativo Líquido Total a 31 de dezembro de 2019 atingiu o montante de 109.411.507,96€, assistindo-se a uma variação líquida de (+) 4.347.947,53€ relativamente ao comparável Ativo Líquido de 2018, sobretudo devido a aumento de imobilizado líquido (+)4.418.430,90€.

Em termos de estrutura, o imobilizado representa, em 2019, 88,97% do valor do ativo, tendo registado um acréscimo relativamente ao ano 2018, por oposição à variação do peso percentual do circulante, que passou de 11,55% para 11,03%.

Nos fundos próprios e passivo, é de realçar o aumento no valor de (+) 7.247.387,76€ dos fundos próprios, que traduz uma variação positiva de +11,69 % comparativamente ao ano anterior, tendo por oposição a variação negativa do Passivo no montante de (-) 2.899.440,23€ correspondendo em termos percentuais a (-) 6,73%.

Na diminuição do agregado do Passivo é de realçar o contributo da redução do valor das dívidas de médio e longo prazo (- 809.004,42€) e dos acréscimos e diferimentos (-1.552.517,70€).

Os fundos próprios representam assim, no final do ano 2019, 63,27% do valor global desta massa patrimonial e o passivo representa 36,73%. Importa referir que cerca de 83,09 % do valor do passivo, é constituído por provisões e acréscimos e diferimentos, que **não representam dívida municipal**.

Segue-se uma apreciação individualizada das principais rubricas de cada um dos membros do balanço.

➤ **ATIVO**

O ativo agrega os bens e direitos do Município, englobando ainda os acréscimos de proveitos e os custos diferidos.

Os pontos seguintes remetem-nos para uma apreciação individualizada das principais rubricas de cada uma das componentes do ativo.

IMOBILIZADO

A preponderância do imobilizado na estrutura do ativo é evidenciada pela sua representatividade (próximo dos 90%) no âmbito desta massa patrimonial.

Nos pontos seguintes procede-se a uma análise mais detalhada das rubricas que compõem o imobilizado.

Quadro n.º 78 – Variação do valor do Imobilizado Bruto (unidade monetária: €uros)

Imobilizado Bruto	2019		2018		2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	2019/2018	%
	159 401 232,43	100,00%	149 022 370,44	100,00%	145 577 064,45	100,00%	141 294 291,08	100,00%	10 378 861,99	6,96%
<i>Bens de Domínio Público</i>	72 261 228,78	45,33%	70 403 919,23	47,24%	68 437 308,12	47,01%	66 239 504,82	46,88%	1 857 309,55	2,64%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	316 149,66	0,20%	320 719,36	0,22%	320 719,36	0,22%	320 719,36	0,23%	-4 569,70	-1,42%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	84 840 205,12	53,22%	76 314 082,98	51,21%	74 566 431,21	51,22%	72 481 106,75	51,30%	8 526 122,14	11,17%
<i>Investimentos Financeiros</i>	1 983 648,87	1,24%	1 983 648,87	1,33%	2 252 605,76	1,55%	2 252 960,15	1,59%	0,00	0,00%

O imobilizado bruto, sem o efeito das amortizações, reintegrações e provisões, tem verificado, entre os anos 2015 e 2019 uma tendência de aumento. Entre 2018 e 2019, verifica-se um incremento de 10.38.861.99€, sendo os grandes contributos positivos provenientes dos bens de domínio público e das imobilizações corpóreas.

Para este aumento contribuiu em larga medida a contabilização de bens imóveis, no valor global de 7.248.838,71 € (cerca de 70 % do aumento total), que não se encontravam reconhecidos no Balanço, e cuja regularização ocorreu em 2019. Este aumento teve igualmente impacto num incremento ligeiramente superior ao verificado em 2018 no valor das amortizações acumuladas.

Quadro n.º 79 - Variação do valor das Amortizações acumuladas (unidade monetária: €uros)

Amortizações/ Provisões Acumuladas	2019		2018		2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	2019/2018	%
<i>Bens de Domínio Público</i>	41.032.801,70	66,12%	37.502.981,88	66,86%	34.284.882,74	66,81%	31.234.607,30	66,91%	3.529.819,82	9,41%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	293.178,56	0,47%	293.178,56	0,52%	293.178,56	0,57%	290.610,82	0,62%	0,00	0,00%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	20.728.093,84	33,40%	18.297.482,57	32,62%	16.740.994,73	32,62%	15.155.137,61	32,47%	2.430.611,27	13,28%
<i>Investimentos Financeiros</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	16,00	0,00%	0,00	n.a.

Quadro n.º 80 – Variação do valor do Imobilizado Líquido (unidade monetária: €uros)

Imobilizado Líquido	2019		2018		2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	2019/2018	%
	97 347 158,33	100,00%	92 928 727,43	100,00%	94 258 008,42	100,00%	94 613 919,35	100,00%	4 418 430,90	4,75%
<i>Bens de Domínio Público</i>	31 228 427,08	32,08%	32 900 937,35	35,40%	34 152 425,38	36,23%	35 004 897,52	37,00%	-1 672 510,27	-5,08%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	22 971,10	0,02%	27 540,80	0,03%	27 540,80	0,03%	30 108,54	0,03%	-4 569,70	-16,59%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	64 112 111,28	65,86%	58 016 600,41	62,43%	57 825 436,48	61,35%	57 325 969,14	60,59%	6 095 510,87	10,51%
<i>Investimentos Financeiros</i>	1 983 648,87	2,04%	1 983 648,87	2,13%	2 252 605,76	2,39%	2 252 944,15	2,38%	0,00	0,00%

O imobilizado líquido apresenta uma variação positiva no montante de (+) 4.418.430,90 €.

Na análise da evolução do valor líquido dos Bens de Domínio Público, é constatável uma diminuição de (-) 1.672,510,27€, decorrente do facto de as amortizações regulares deste imobilizado mais do que compensarem os aumentos da rubrica, em termos brutos - vindos sobretudo de Outras Construções e

Infraestruturas, contendo custos suportados designadamente com melhorias de arruamentos e viadutos do Município.

Complementarmente importa referir, no âmbito desta análise ao ativo imobilizado, a importância da correlação das amortizações do exercício com o reconhecimento dos proveitos inerentes ao financiamento dos bens adquiridos com o apoio de fundos comunitários ou no âmbito de contratos-programa celebrados com o Estado. Também este reconhecimento é sistemático ao longo da vida útil dos bens financiados. Neste âmbito, em 2019 foi reconhecido o montante de 1.468.948,31 € como proveitos do exercício relativos a esses financiamentos.

Em termos de estrutura, o imobilizado líquido apresenta-se muito semelhante aos anos anteriores.

Gráfico n.º 54 – Estrutura do Imobilizado Líquido



As imobilizações corpóreas, com uma representatividade de 65,86 % são a rubrica com maior relevância financeira no cômputo geral do imobilizado líquido. Conforme se pode observar no balanço, as imobilizações corpóreas integram os terrenos e recursos naturais, os edifícios e outras construções, os equipamentos básicos, administrativo e de transporte, e as ferramentas e utensílios.

A rubrica dos bens de domínio público, com uma representatividade de 32,08%, é maioritariamente composta por construções e infraestruturas diversas, destacando-se a rede viária municipal, parques e jardins e outras infraestruturas classificadas como bens de domínio público pelo CIBE.

CIRCULANTE

O Ativo Circulante totaliza em 31 de dezembro de 2019 o montante de 12.594.384,58€, representando 11,03% do ativo líquido, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades, tendo nas duas últimas rubricas referidas a maior expressividade do seu valor total, à semelhança do verificado no ano 2018.

Quadro n.º 81 – Ativo Circulante

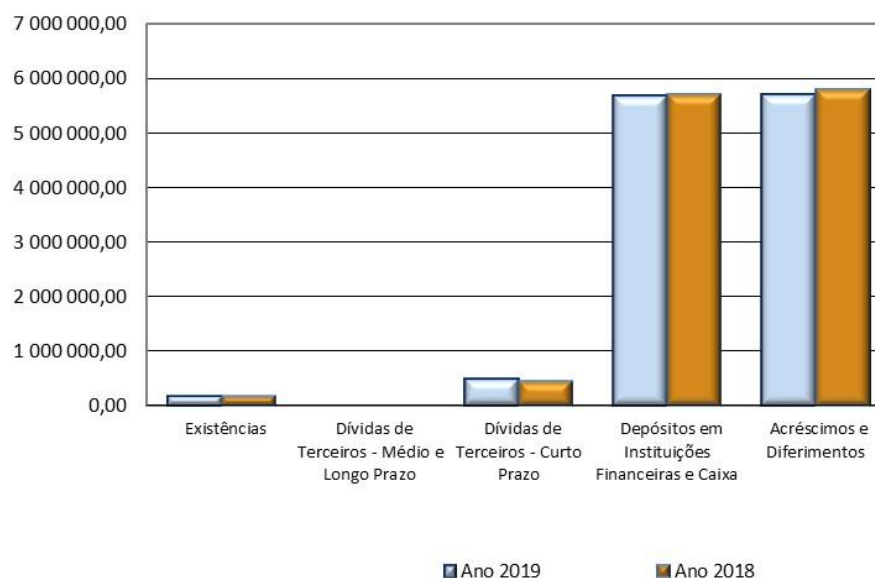
(unidade monetária: €uros)

Designação	Ano 2019		Ano 2018		Ano 2017		Ano 2016		Variação	
Circulante	12 594 384,58	100,00%	12 670 473,72	100,00%	11 542 066,44	100,00%	8 648 177,73	100,00%	-76 089,14	-0,60%
Existências	260 877,61	2,07%	250 300,95	1,98%	167 667,46	1,45%	254 032,50	2,94%	10 576,66	4,23%
Dívidas de Terceiros	944 523,59	7,50%	916 760,28	7,24%	479 961,65	4,16%	2 889 757,58	33,41%	27 763,31	3,03%
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	5 681 147,36	45,11%	5 701 391,54	45,00%	6 111 314,41	52,95%	4 764 780,29	55,10%	-20 244,18	-0,36%
Acréscimos e Diferimentos	5 707 836,02	45,32%	5 802 020,95	45,79%	4 783 122,92	41,44%	739 607,36	8,55%	-94 184,93	-1,62%

Relativamente ao ano 2018, o Ativo Circulante regista um decréscimo pouco expressivo de 0,60%, o que representa, em termos absolutos uma redução de (-) 76.089,14€. Esta variação resulta do decréscimo verificado em disponibilidades (-0,36%) e nos Acréscimos e Diferimentos (-1,62%). Na rubrica relativa Acréscimo e Diferimentos temos o registo dos procedimentos contabilísticos associados à especialização de exercícios, nomeadamente no reconhecimento de impostos (IMI, derrama e IRS) a cobrar em 2019 e referentes ao ano 2018.

Neste seguimento, encontra-se em prática a política contabilística de reconhecimento de impostos municipais no estrito cumprimento do princípio da especialização dos exercícios, resultando por tal facto que as demonstrações financeiras passem a proporcionar informação mais fiável e relevante sobre os seus efeitos.

De realçar que o valor das disponibilidades inclui o saldo de operações de tesouraria, no valor de 616.340,87€. Retirando o efeito destas operações, as disponibilidades que o Município de Estarreja pode utilizar para a realização de operações orçamentais é de 5.064.806,49€.

Gráfico n.º 55 – Evolução da Estrutura do Ativo Circulante

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS

Do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, no ativo do balanço, das rubricas de Acréscimos de Proveitos e de Custos Diferidos, cuja apreciação se faz de seguida.

Quadro n.º 82 – Acréscimos e Diferimentos Ativos

(unidade monetária: euros)

Acréscimos de Proveitos	Saldo Final
Renda de Concessão EDP, 4º trimestre 2017 a receber em 2020	127.054,83
Impostos Municipais a receber	3.940.573,09
Outros acréscimos de proveitos	1.633.245,17
Total	5.700.873,09

As rubricas respeitantes aos acréscimos de proveitos apresentam, no final de 2019, o valor de 5.700.873,09 €, repartidos conforme demonstrado no quadro supra, e dizem respeito:

- Provento da renda de concessão da EDP do 4º trimestre de 2019 recebida em 2020 (127.054,83€);
- Especialização da estimativa relativa às receitas de impostos municipais relativos a 2019 a receber em 2020: IMI (2.779.434,06 €), IUC e IMT (302.349,36€), derrama (858.789,67 €);
- A rubrica “Outros acréscimos de proveitos engloba os montantes relativos à Participação no IRS (590.898 €), e à receita prevista no n.º 3 do art.º 35.º da Lei 73/2013 – Participação nas receitas do IVA (265.444 €);

➤ **PASSIVO**

Em 31/12/2019, o passivo do município (incluídos os acréscimos e diferimentos) no valor de 31.228.090,05 €, registou o valor de 40.181.863,73 €, o que traduz uma diminuição de -2.899.440,23€ (-6,73%), relativamente ao exercício de 2018.

Este decréscimo no valor do passivo resulta do efeito conjugado da redução das dívidas a terceiros de médio e longo prazo e dos acréscimos e diferimentos, estes últimos que, ainda assim, continuam a ser, à semelhança dos anos anteriores, a parcela com maior expressividade no total do passivo, representando 77,72% do seu total. Nas Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, mais concretamente, na nota n.º 8.2.33, são apresentadas informações complementares acerca desta rubrica.

No que se refere às dívidas a terceiros, no quadro seguinte podemos observar a respetiva estrutura e variação.

Quadro n.º 83 – Variação das dívidas a terceiros

(unidade monetária: Euros)

Dívidas a terceiros	2019		2018		2017		2016		Variação	
	6 795 325,85	100,00%	8 058 222,71	100,00%	10 050 436,83	100,00%	10 718 967,82	100,00%	-1 262 896,86	-15,67%
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	3 854 675,84	56,73%	4 663 680,26	57,87%	6 563 837,09	65,31%	7 714 515,69	71,97%	-809 004,42	-17,35%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	2 940 650,01	43,27%	3 394 542,45	42,13%	3 486 599,74	34,69%	3 004 452,13	28,03%	-453 892,44	-13,37%

No quadro acima verifica-se que as dívidas a terceiros de médio e longo prazo, que são constituídas pelo passivo exigível num prazo superior a um ano, diminuíram (-) 15,67% relativamente ao ano anterior.

De notar que todos os empréstimos bancários ou de outra natureza contratados pelo Município de Estarreja em anos anteriores são formalmente considerados como de médio e longo prazo. No entanto, no Balanço a 31/12/2019, o valor em dívida encontra-se desagregado entre a componente que será exigível durante o ano 2019 e nos anos seguintes - curto prazo e médio e longo prazo, respetivamente.

A dívida de curto prazo conheceu uma redução de 453.892,44€ (-13,37%).

Uma análise mais pormenorizada da dívida do Município consta de capítulo próprio inserido no presente relatório de gestão.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS

A especialização de custos e de proveitos de natureza passiva perfazem o total de 31.228.090,05€, distribuindo-se maioritariamente por Proveitos Diferidos (97,83%), e em bastante menor dimensão por Acréscimos de Custos (2,45%).

Quadro n.º 84 – Acréscimos de custos

(unidade monetária: euros)

Acréscimos de Custos	Saldo Final
Encargos com férias de 2019 a liquidar em 2020	625.255,34
Juros de empréstimos a liquidar em 2020	3.896,61
Outros acréscimos de custos (eletricidade, água, refeições escolares, serviços de recolha de RSU, entre outras)	151.815,23
Total	780.967,18

A parcela predominante de Acréscimos de Custos respeita a estimativa de remunerações a pagar em 2020 a título de férias e subsídio de férias. Os valores especializados atendem às obrigações que se constituem a 31 de dezembro de 2019.

Em Outros Acréscimos de Custos foram reconhecidos os custos imputáveis a 2019 referentes ao fornecimento de 151.815,23 €, cuja fatura é datada do ano de 2020.

Do lado dos Proveitos Diferidos predomina o valor contabilizado em Subsídios para Investimentos, que representam cerca 79,79% do total. Os Subsídios ao Investimento respeitam às participações obtidas no âmbito de projetos cofinanciados, cujos proveitos vão sendo reconhecidos em linha com as amortizações dos equipamentos que são objeto de financiamento.

► **CAPITAL PRÓPRIO**

Verifica-se um aumento de 11,69% no valor dos Fundos Próprios relativamente ao exercício 2018, que pode ser apreciado no quadro seguinte:

Quadro n.º 85 – Fundos Próprios

(unidade monetária: Euros)

Fundos Próprios	2019		2018		Varição	
	69 229 644,23	100,00%	61 982 256,47	100,00%	7 247 387,76	11,69%
<i>Património</i>	40 396 870,70	58,35%	33 148 031,99	53,48%	7 248 838,71	21,87%
<i>Reservas Legais</i>	1 279 786,17	1,85%	1 230 803,08	1,99%	48 983,09	3,98%
<i>Subsídios</i>	73 706,36	0,11%	73 706,36	0,12%	0,00	0,00%
<i>Doações</i>	119 514,25	0,17%	119 514,25	0,19%	0,00	0,00%
<i>Resultados Transitados</i>	26 087 148,38	37,68%	26 430 539,03	42,64%	-343 390,65	-1,30%
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	1 272 618,37	1,84%	979 661,76	1,58%	292 956,61	29,90%

A justificação mais detalhada dos movimentos ocorridos no decurso do ano 2019 em cada uma das contas que compõe a classe 5 – Fundos Próprios, é remetida para as Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, no ponto 8.2.28.

8.1.2. Análise da Demonstração de Resultados

A **Demonstração de Resultados** disponibiliza informação acerca da performance da entidade: dos custos e perdas incorridos com a prossecução da atividade autárquica no exercício em apreço, assim como dos proveitos e ganhos obtidos nos processos criadores de bens e serviços (públicos) consumidores desses gastos – e, inerentemente, da capacidade dos últimos para cobrir os primeiros na íntegra.

A análise da Demonstração de Resultados permite perceber o modo como o resultado do exercício económico foi gerado, tendo em conta o comportamento dos custos e proveitos.

Para melhor compreensão da evolução do desempenho do Município, o próximo quadro apresenta a estrutura da Demonstração de Resultados referente ao exercício económico de 2019 em comparação com o período homólogo de 2018, evidenciando as variações apuradas.

Quadro nº 86 - Demonstração de Resultados

(unidade monetária: Euros)

Designação	31/12/2019		31/12/2018		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos e Perdas						
C.M.V.M.C	299 599,54	1,76%	348 170,11	2,06%	-48 570,57	-13,95%
Fornecimentos e Serviços Externos	4 439 236,45	26,13%	4 771 143,95	28,28%	-331 907,50	-6,96%
Custos com Pessoal	4 950 318,66	29,14%	4 478 155,80	26,54%	472 162,86	10,54%
Amortizações do Exercício	4 964 361,62	29,22%	4 793 461,03	28,41%	170 900,59	3,57%
Provisões	48 920,22	0,29%	73 410,06	0,44%	-24 489,84	-33,36%
Transferências /Sub Concedidos	1 308 856,93	7,70%	1 253 982,05	7,43%	54 874,88	4,38%
Outros Custos e Perdas Operacionais	69 453,84	0,41%	66 971,13	0,40%	2 482,71	3,71%
Custos e Perdas Operacionais (A)	16 080 747,26	94,66%	15 785 294,13	93,57%	295 453,13	1,87%
Custos e Perdas Financeiras	40 975,08	0,24%	27 631,47	0,16%	13 343,61	48,29%
Custos e Perdas Correntes(C)	16 121 722,34	94,90%	15 812 925,60	93,73%	308 796,74	1,95%
Custos e Perdas Extraordinários	866 972,57	5,10%	1 057 451,45	6,27%	-190 478,88	-18,01%
Total dos Custos e Perdas (E)	16 988 694,91	100,00%	16 870 377,05	100,00%	118 317,86	0,70%
Proveitos e Ganhos						
Vendas e Prestações de Serviços	1 227 931,81	6,72%	1 218 454,09	6,83%	9 477,72	0,78%
Impostos e Taxas	5 706 646,55	31,25%	5 639 732,03	31,60%	66 914,52	1,19%
Proveitos Suplementares	18 763,39	0,10%	17 228,98	0,10%	1 534,41	8,91%
Transferências /Sub Obtidos	8 013 818,30	43,88%	7 264 580,30	40,70%	749 238,00	10,31%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	280 000,66	1,53%	271 845,30	1,52%	8 155,36	3,00%
Proveitos e ganhos Operacionais (B)	15 247 160,71	83,49%	14 411 840,70	80,74%	835 320,01	5,80%
Proveitos e Ganhos Financeiros	589 738,42	3,23%	602 045,23	3,37%	-12 306,81	-2,04%
Proveitos e Ganhos Correntes (D)	15 836 899,13	86,72%	15 013 885,93	84,11%	823 013,20	5,48%
Proveitos e ganhos Extraordinários	2 424 414,15	13,28%	2 836 152,88	15,89%	-411 738,73	-14,52%
Total dos Ganhos e Proveitos (F)	18 261 313,28	100,00%	17 850 038,81	100,00%	411 274,47	2,30%
Resumo de Resultados						
Designação	2019	2018	variação 2019/2018			
Resultados Operacionais: (B-A)	-833 586,55	-1 373 453,43	539 866,88			
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	548 763,34	574 413,76	-25 650,42			
Resultados Correntes: (D-C)	-284 823,21	-799 039,67	514 216,46			
Resultados Extraordinários:	1 557 441,58	1 778 701,43	-221 259,85			
Resultado Líquido do Exercício (F-E)	1 272 618,37	979 661,76	292 956,61			

Numa primeira análise, destaca-se um aumento de 0,70 % nos **custos e perdas do exercício**, comparativamente ao ano 2018, o que representa um incremento de 118.317,86€. Na sua grande maioria as rubricas de Custos e Perdas Operacionais registaram aumentos, comparativamente ao exercício anterior, sendo de destacar os aumentos verificados ao nível dos custos com pessoal (+10,54% -+472.162,86€) e nas transferências /subsídios concedidos (4,38% -+54.874,88€). As amortizações/provisões do exercício registaram um aumento de 3,57% (170.900,59€).

Quanto aos **proveitos e ganhos do exercício**, verificou-se um aumento de 2,30%, o que se traduz, em termos absolutos, no valor de 411.274,47€.

Do atrás exposto e do quadro supra, constata-se desde logo que o Resultado Líquido apurado no exercício de 2019, positivo e no montante de 1.272.618,37 €.

A junção das variações registados dos proveitos gerados e dos custos efetuados ao nível da atividade operacional, do exercício da função financeira e dos fatos pontuais, reconhecidos quando obtidos ou incorridos de forma autónoma do seu recebimento ou pagamentos, tendo originado um Resultado Líquido do Exercício **positivo**.

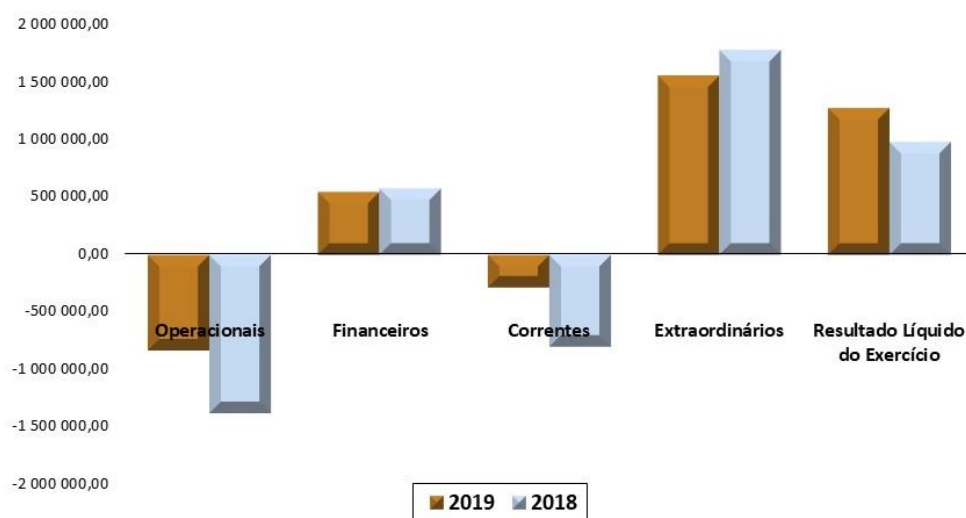
Conclui-se que a variação positiva dos Resultados Líquidos verificada entre 2018 e 2019 (292.956,61€) resulta de acréscimo da performance ao nível dos resultados operacionais, tendo esta variação registado um aumento de (+)539.866,88€ sendo que os resultados financeiros e extraordinários conheceram, em oposição, uma diminuição de (-)25.650,42 € e (-)221.259,85€ respetivamente.

► Estrutura dos Resultados

No exercício económico de 2019 o resultado líquido do exercício aumentou 292.956,61€, comparativamente ao exercício anterior. Este aumento resultou, muito genericamente, do acréscimo do valor dos proveitos e ganhos superior ao valor do acréscimo registado ao nível dos Custos e Perdas.

O gráfico apresentado de seguida demonstra a evolução ao nível dos resultados verificada entre o ano 2018 e o ano 2019.

Gráfico nº 56 – Evolução dos Resultados

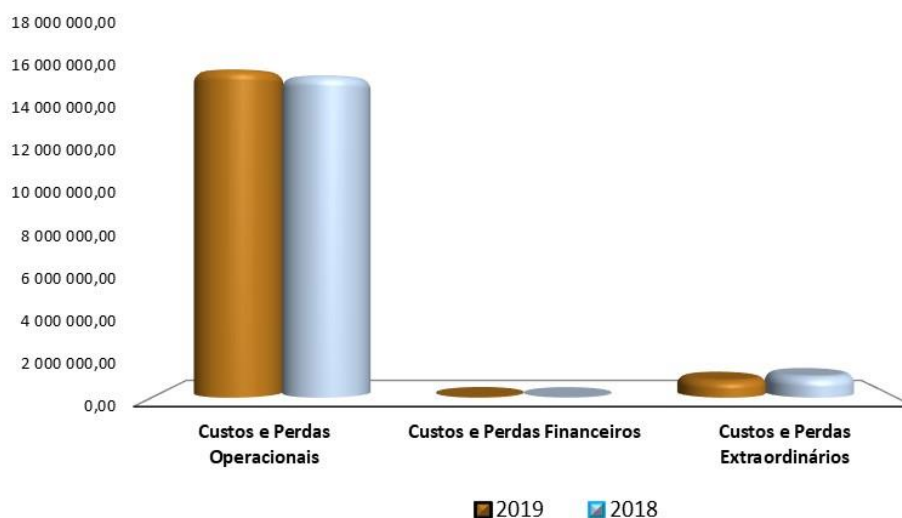


Nos pontos seguintes serão analisadas as causas para esta variação ocorrida ao nível do resultado líquido do exercício.

➤ **Estrutura dos Custos e Perdas**

Relativamente ao exercício anterior, o valor dos custos e perdas conheceu aumento de 118.317,86 €.

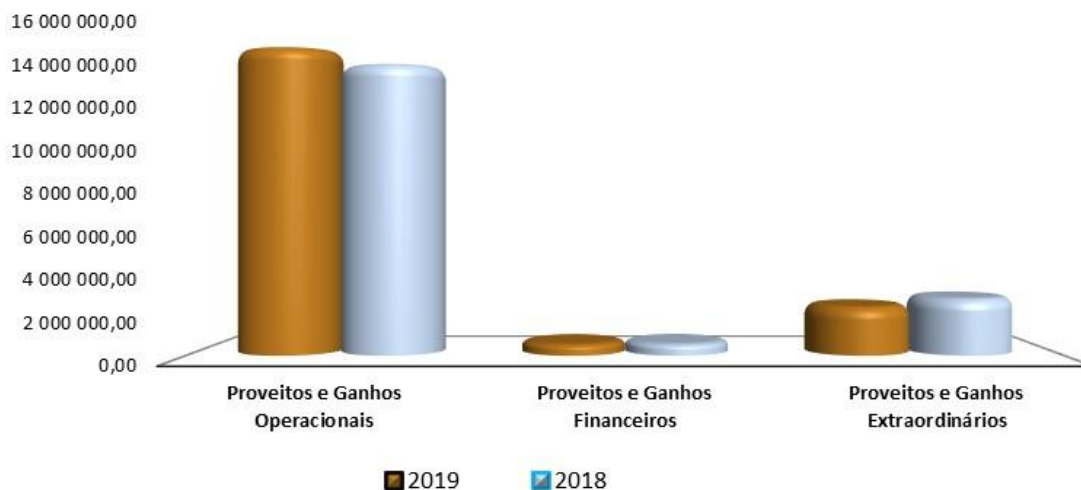
Gráfico nº 57 – Estrutura de Custos e Perdas



➤ **Estrutura dos Proveitos e Ganhos**

Os proveitos e ganhos obtidos no exercício económico de 2019 registaram um aumento de 411.274,47€ relativamente ao ano anterior, o que representa um acréscimo de (+) 2,30%.

Gráfico nº 58 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos



➤ **Resultados Operacionais – Proveitos e Ganhos Operacionais vs Custos e Perdas Operacionais**

A atividade regular da autarquia gera um conjunto de proveitos e de custos operacionais que, de forma recorrente se apresentam como os mais significativos no cômputo geral dos proveitos e custos por natureza, contribuindo decisivamente para o comportamento do resultado líquido do exercício.

Durante o ano 2019, os resultados operacionais foram superiores aos do ano anterior, passando de (-) 1.373.453,43€ para (-) 833.566,55€. Esta variação, de (+)539.866,88€ resulta do aumento de 295.453,13€ (+1,87%), relativamente a 2018, verificado ao nível dos custos e perdas operacionais,

conjugado com o aumento de 835.320,01€ (+5,80%) operado ao nível dos proveitos e ganhos desta natureza.

Ainda sobre os resultados operacionais, importa realçar que as amortizações do exercício são contabilizadas como custos operacionais (em 2019, representaram 30,87% destes custos). No entanto, esta tipologia de custo está diretamente correlacionada com o valor do reconhecimento anual dos proveitos associados aos financiamentos/subsídios obtidos para a aquisição/construção de bens amortizáveis, que são tratados pelo POCAL como proveitos extraordinários.

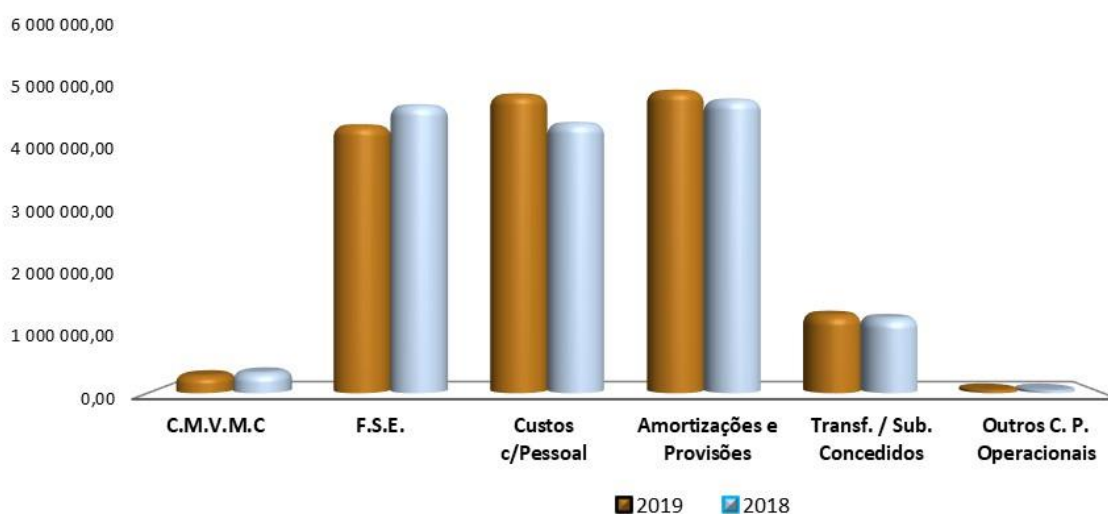
É esta a principal justificação para a existência de resultados operacionais negativos e resultados extraordinários positivos.

CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Os custos e perdas operacionais resultam da atividade regular da entidade na prossecução das suas atribuições e competências, destacando-se os custos com pessoal, fornecimentos e serviços externos (FSE), amortizações do exercício e transferências e subsídios correntes concedidos.

Em 2019 totalizaram 16.080.747,26€, destacando-se as rubricas de amortizações do exercício, custos com pessoal e fornecimentos e serviços externos.

Gráfico nº 59 – Estrutura dos Custos e Perdas Operacionais



Comparando os custos operacionais nos exercícios económicos de 2018 e 2019, deparamo-nos com uma estrutura muito semelhante em termos de peso de cada uma das rubricas no cômputo total. De destacar a aumento do peso dos custos com pessoal e das transferências /subsídios concedidos, sendo que por oposição à diminuição registada nas amortizações do exercício e nos fornecimentos e serviços externos.

Os custos com pessoal sofreram um aumento de (+)472.162.86€ relativamente ao exercício anterior., sendo que representa 26,54% dos Custos e Perdas .

No que se refere aos fornecimentos e serviços externos, o quadro seguinte evidencia a variação ocorrida nas rubricas que compõem esta componente dos custos operacionais:

Quadro nº 87 – Fornecimentos e Serviços Externos

(unidade monetária: Euros)

Rubricas de FSE	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Valor	%
Subcontratos	959 175,34 €	1 032 950,34 €	1 009 475,67 €	(73 775,00)	-7,14%
Transportes escolares	196 123,05 €	212 404,36 €	196 730,41 €	(16 281,31)	-7,67%
Serviço de Refeições da Cantina Municipal/Escolares	252 345,83 €	217 922,74 €	221 837,58 €	34 423,09	15,80%
Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos e limpeza urbana	504 351,38 €	591 414,28 €	589 923,68 €	(87 062,90)	-14,72%
Aluguer de Equipamento	6 355,08 €	11 208,96 €	- €	(4 853,88)	-43,30%
Outros			984,00 €	-	n.a.
Energia	815 383,71 €	984 305,40 €	1 098 723,02 €	(168 921,69)	-17,16%
Iluminação Pública	515 620,37 €	624 971,42 €	754 026,02 €	(109 351,05)	-17,50%
Electricidade - Instalações	299 763,34 €	359 333,98 €	344 697,00 €	(59 570,64)	-16,58%
Combustíveis	51 645,11 €	48 329,15 €	47 321,84 €	3 315,96	6,86%
Água	91 940,21 €	101 118,35 €	91 305,77 €	(9 178,14)	-9,08%
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	12 590,65 €	2 504,13 €	940,07 €	10 086,52	402,80%
Livros e documentação Técnica	254,49 €	258,67 €	418,75 €	(4,18)	-1,62%
Material de Escritório	706,93 €	523,51 €	507,03 €	183,42	35,04%
Artigos para oferta	133 478,57 €	92 270,40 €	128 516,09 €	41 208,17	44,66%
Rendas e Aluguers	394 682,23 €	352 243,31 €	242 157,49 €	42 438,92	12,05%
Despesas de Representação	6 159,78 €	929,54 €	1 006,59 €	5 230,24	562,67%
Comunicação	58 363,30 €	57 276,02 €	57 693,40 €	1 087,28	1,90%
Seguros	49 615,56 €	58 242,27 €	38 117,52 €	(8 626,71)	-14,81%
Transporte de Mercadorias	129,74 €	128,23 €	6,15 €	1,51	1,18%
Deslocações e Estadas de 3ºs	93 370,85 €	153 077,76 €	103 869,02 €	(59 706,91)	-39,00%
Comissões	1 389,26 €			1 389,26	n.a.
Honorários	830,80 €	2 214,00 €	88,57 €	(1 383,20)	-62,48%
Contencioso e Notariado	23 341,72 €	41 956,86 €	21 595,12 €	(18 615,14)	-44,37%
Conservação e Reparação	284 280,04 €	281 292,59 €	183 740,49 €	2 987,45	1,06%
Publicidade e propaganda	112 993,90 €	117 823,24 €	100 976,86 €	(4 829,34)	-4,10%
Limpeza, higiene e conforto	181 416,47 €	85 854,87 €	86 425,98 €	95 561,60	111,31%
Vigilância e segurança	53 549,39 €	54 927,76 €	58 706,11 €	(1 378,37)	-2,51%
Trabalhos especializados	881 678,44 €	1 139 503,17 €	1 092 982,42 €	(257 824,73)	-22,63%
Serviços Informáticos	14 851,34 €	1 851,15 €	15 964,99 €	13 000,19	702,28%
Trabalhos Gráficos/Fotograficos e Vídeo	20 177,51 €	14 823,09 €	9 119,83 €	5 354,42	36,12%
Análises Laboratoriais/Tratamento Água	6 384,39 €	5 127,22 €	2 658,95 €	1 257,17	24,52%
Estudos e Consultadoria	92 971,50 €	200 056,12 €	156 390,07 €	(107 084,62)	-53,53%
Produção/Actuação espectáculos	388 679,58 €	385 627,26 €	377 917,32 €	3 052,32	0,79%
Trabalhos Especializados Diversos	358 614,12 €	532 018,33 €	530 931,26 €	(173 404,21)	-32,59%
Vestuário , Calçado e Adereços	- €	- €	86,42 €	-	n.a.
Transportes Diversos	65 551,42 €			65 551,42	n.a.
Encargos de cobrança	102 709,30 €	96 213,58 €	151 688,12 €	6 495,72	6,75%
Prémios e Condecorações	315,00 €	570,00 €	1 850,00 €	(255,00)	-44,74%
Outros fornecimentos e serviços	63 684,24 €	66 630,80 €	69 550,11 €	(2 946,56)	-4,42%
Aquisição/Assinatura de Jornais e Revistas	4 430,35 €	3 599,34 €	3 502,65 €	831,01	23,09%
Publicações Oficiais	5 316,82 €	8 140,11 €	9 103,03 €	(2 823,29)	-34,68%
Emolumentos			27,00 €	-	n.a.
Outros FSE-Diversos não especificados	53 937,07 €	54 891,35 €	56 917,43 €	(954,28)	-1,74%
Total	4 439 236,45 €	4 771 143,95 €	4 587 748,61 €	(331 907,50)	-6,96%

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) tem um peso de 2,06% no valor global dos custos e perdas operacionais, no entanto, apesar da reduzida expressividade a sua análise permite complementar a informação apresentada apresentado abaixo, nomeadamente no que se refere aos custos com combustíveis, material de escritório, material de limpeza, entre outros, que foram movimentados através do sistema de gestão de stocks.

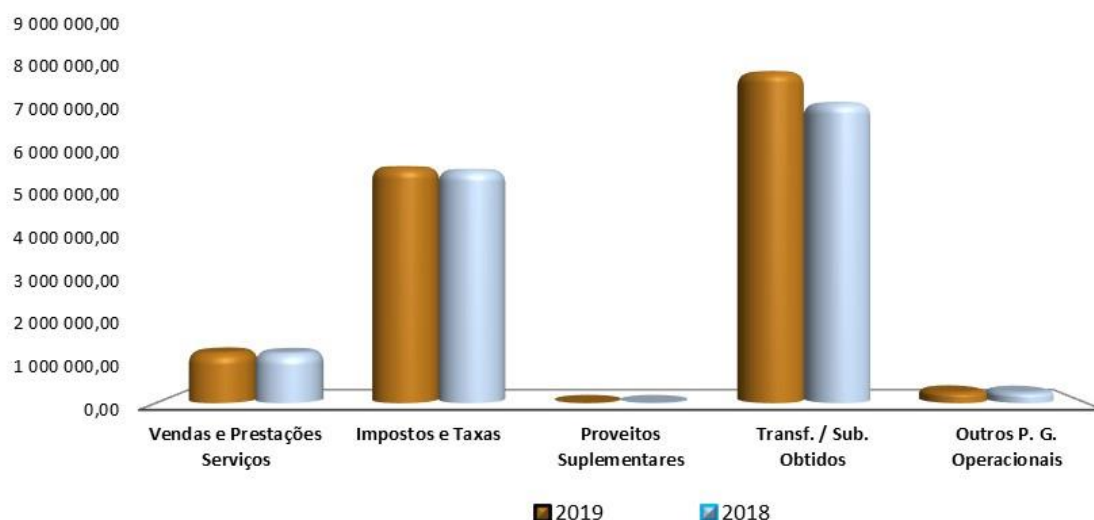
Quadro nº 88 – CMVMC

(unidade monetária: €uros)

	2019	2018	2017
Mercadorias	7 998,39 €	7 950,43 €	5 421,41
Matérias Primas e Outros Materiais de Consumo	291 601,15	340 219,68	316 655,73
Matérias Primas	39 567,23 €	31 024,47 €	42 674,58
Combustíveis	124 042,70	117 842,73	108 804,10
Gasóleo	102 391,48	100 648,14	89 005,51
Gasolina	4 939,12	5 500,92	5 844,04
Gas	15 337,76	574,91	13 208,78
Outros combustíveis e lubrificantes	1 374,34	11 118,76	745,77
Materiais Diversos	127 991,22	191 352,48	165 177,05
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6 223,54	3 743,72	3 092,08
Material de Escritório	19 591,83	20 780,88	19 184,12
Material de Limpeza, higiene e conforto	33 402,84	51 699,84	30 096,27
Peças e acessórios para viaturas	15 047,43	15 263,01	10 713,93
Artigos para ofertas	24 900,00	61 654,50	59 252,81
Vestuário e Proteção Pessoal	7 511,56	2 261,47	14 812,15
Outros materiais	21 314,02	35 949,06	28 025,69
Total do CMVMC	299 599,54	348 170,11	322 077,14

PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS

Os Proveitos e Ganhos Operacionais totalizaram, em 2019, 15.247.160,71€, revelando um aumento (+5,80%) relativamente ao exercício anterior.

Gráfico nº 60 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos Operacionais


No ano 2019, verificou-se um aumento no valor de todas as rúbricas que compõem os proveitos e ganhos

operacionais, destacando-se as impostos e taxas e as vendas e prestações de serviços.

De salientar que, no exercício de 2017, mantendo-se em 2018 e em 2019, foi alterada a política contabilística de reconhecimento de impostos municipais (IMI, Derrama e Participação fixa no IRS), estrito cumprimento do princípio da especialização dos exercícios, resultando por tal facto que as demonstrações financeiras passem a proporcionar informação mais fiável e relevante sobre os seus efeitos.

No que se refere aos impostos diretos, o aumento verificado resulta do aumento dos proveitos contabilizados em todos os impostos (IMI, IUC, IMT e Derrama) com uma variação negativa de (-) 1,17%, sendo de salientar os aumentos significativos registados no IUC e IMT.

Os impostos indiretos conheceram um acréscimo no valor de 104.961,92€ (+18,20%).

Quadro nº 89 – Impostos e Taxas

Rubrica	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Valor	%
Impostos Diretos	5 004 099,61	5 063 180,94	4 492 716,99	(59 081,33)	-1,17%
IMI	2 769 260,69	2 717 824,81	2 492 257,06	51 435,88	1,89%
IUC	883 788,58	670 684,93	595 795,84	213 103,65	31,77%
IMT	595 963,39	472 688,32	412 175,93	123 275,07	26,08%
Derrama	755 086,95	1 201 982,88	992 488,16	(446 895,93)	-37,18%
Impostos Indiretos	681 738,83	576 776,91	497 093,88	104 961,92	18,20%
Taxas	119 102,20	119 170,75	111 669,91	(68,55)	-0,06%
Reembolsos, Restituições e Anulações	(98 294,09)	(119 396,57)	(59 212,29)	21 102,48	-17,67%
Total.....	5 706 646,55	5 639 732,03	5 042 268,49	66 914,52	1,19%

As **vendas e prestações de serviços** registaram um aumento de 0,78% relativamente ao exercício anterior, para o qual contribuiu de forma mais expressiva a variação positiva verificada nos serviços sociais (Serviço de Ação Social Escolar - refeições escolares e CAF – Componente de Apoio familiar)

Quadro n.º 90 – Venda e Prestação de Serviços

(unidade monetária: Euros)

Rubrica	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Valor	%
Venda de Mercadorias e Bens	5 233,70	6 993,04	7 179,78	(1 759,34)	-25,16%
Prestação de Serviços	1 222 698,11	1 211 461,05	1 132 207,72	11 237,06	0,93%
Resíduos Sólidos	440 885,94	428 867,01	421 874,94	12 018,93	2,80%
Trabalho por Conta de particulares	3 107,76	3 649,05	674,27	(541,29)	-14,83%
Aluguer de espaços e Equipamentos	118 173,53	69 460,83	43 390,14	48 712,70	70,13%
Mercados e Feiras	1 518,80	19 978,25	6 120,00	(18 459,45)	-92,40%
Serviços Desportivos	281 927,67	281 842,25	330 153,44	85,42	0,03%
Instalações Culturais e Recreativas	134 324,60	138 442,68	59 988,37	(4 118,08)	-2,97%
Serviços recreativos	4 184,99	5 183,75	4 956,45	(998,76)	-19,27%
Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	43 683,67	77 127,75	82 315,81	(33 444,08)	-43,36%
Serviços Sociais	150 731,35	134 898,19	131 115,25	15 833,16	11,74%
Parques de estacionamento/Parcómetro:	2 457,98	2 115,88	2 177,12	342,10	16,17%
Outras Prestações de Serviços	41 701,82	49 895,41	49 441,93	(8 193,59)	-16,42%
Total.....	1 227 931,81	1 218 454,09	1 139 387,50	9 477,72	0,78%

No que se refere às **transferências e subsídios obtidos**, que representam 43,88% dos proveitos obtidos em 2019, registando-se um aumento relativamente ao ano 2018, registando-se acréscimos em praticamente todas as rubricas exceto no Fundo de Equilíbrio Financeiro de natureza de capital (verba transferida do Orçamento de Estado).

Quadro n.º 91 – Transferências e Subsídios Obtidos

(unidade monetária: €uros)

Rubrica	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Valor	%
Transferências Correntes	7 215 553,30	6 656 605,30	6 689 138,31	558 948,00	8,40%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	5 694 594,00	5 305 271,00	5 248 499,00	389 323,00	7,34%
Fundo Social Municipal	502 936,00	502 936,00	502 936,00	-	0,00%
Participação Fixa no IRS	590 898,00	531 427,00	537 349,00	59 471,00	11,19%
Outras Transferências correntes das AP	427 125,30	316 971,30	400 354,31	110 154,00	34,75%
Transferências de Capital	775 515,00	589 475,00	583 167,00	186 040,00	31,56%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	574 684,00	589 475,00	583 167,00	(14 791,00)	-2,51%
Compensação(art35º, nº5 L75/2013)	200 831,00	-	-	200 831,00	n.a.
Transferências correntes da Adm. Autárq	-	-	-	-	n.a.
Transferências correntes da Fundos e	-	-	-	-	n.a.
Serviços Autonomos	-	-	-	-	n.a.
Transferências correntes da Famílias	-	-	-	-	n.a.
Transferências correntes de empresas	22 750,00	18 500,00	90 143,70	4 250,00	22,97%
Transferências correntes Outras	-	-	2 511,16	-	n.a.
Total.....	8 013 818,30	7 264 580,30	7 364 960,17	749 238,00	10,31%

➤ **RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS – Proveitos e Ganhos Extraordinários vs Custos e Perdas Extraordinários**

Os Resultados Extraordinários de 2019 fixaram-se em 1.557.441,58 €, traduzindo uma variação negativa face a 2018, de (-)221.259,85 (-12,44%) .

Através do quadro infra, procede-se à apresentação detalhada das rubricas que concorrem para a formação dos Resultados Extraordinários de 2019, comparando-as com as de 2018.

Quadro n.º 92 - Resultados Extraordinários

(unidade monetária: €uros)

Código das Contas	Custos e Perdas	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
					Valor	%
691	Transferências Capital Concedidas	696 545,81	923 215,41	785 953,42	(226 669,60)	-24,55%
693	Perdas em existências	307,89	7 883,37	12,38	(7 575,48)	-96,09%
694	Perdas em Imobilizações	107 026,93	23 276,77	4 109,20	83 750,16	359,80%
695	Multas e Penalidades	120,00	171,00	-	(51,00)	-29,82%
696	Aumentos de Amortizações e Provisões	-	-	-	-	n.a.
697	Correcções relativas a anos anteriores	46 897,12	90 287,62	133 091,00	(43 390,50)	-48,06%
698	Outros Custos e Perdas Extraordinários	16 074,82	12 617,28	13 969,58	3 457,54	27,40%
	TOTAL	866 972,57	1 057 451,45	937 135,58	(190 478,88)	-18,01%
Código das Contas	Proveitos e Ganhos	2019	2018	2017	Valor	%
793	Ganhos em existências	368,74	2 065,59	349,48	(1 696,85)	-82,15%
794	Ganhos em Imobilizações	545 993,51	566 518,94	791 466,38	(20 525,43)	-3,62%
795	Benefícios e Penalidades Contratuais	31 983,84	10 675,47	11 018,80	21 308,37	199,60%
796	Reduções de Amortizações e Provisões	138 551,66	476 304,29	11 225,28	(337 752,63)	-70,91%
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	119 916,41	55 904,19	72 302,94	64 012,22	114,50%
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1 587 599,99	1 724 684,40	1 685 444,97	(137 084,41)	-7,95%
	TOTAL	2 424 414,15	2 836 152,88	2 571 807,85	(411 738,73)	-14,52%
	Resultados Extraordinários	1 557 441,58	1 778 701,43	1 634 672,27	(221 259,85)	-12,44%

Comparativamente ao exercício de 2018, de salientar as diminuições registados nas transferências de capital concedidas (freguesias e instituições em fins lucrativas).

No que se refere às transferências de capital concedidas, importa referir que em 2016 foi implementada metodologia para apuramento das verbas transferidas ao abrigo de contratos interadministrativos celebrados com as Freguesias, destinadas à construção/grandes reparações de bens pertencentes ao Município. Neste âmbito, a nível patrimonial, estas transferências não figuram como custos do exercício, passando a consubstanciar-se em património municipal (imobilizado).

O valor registado nos outros proveitos extraordinários resulta essencialmente do reconhecimento dos proveitos do exercício associados a bens adquiridos/construídos com recurso a apoios comunitários ou estatais. Na nota 8.2.33 das notas ao balanço e à demonstração de resultados, podemos encontrar informação mais detalhada sobre a contabilização inerente aos subsídios ao investimento.

► RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros, que se demonstraram a par dos Resultados Extraordinários decisivos para a formação do resultado líquido do exercício, apresentam-se com maior detalhe no ponto 8.2.31 das Notas ao Balanço e DR. Os resultados financeiros apresentaram em 2019 um decréscimo de 4,47% passando de 574.413,76€ em 2018, para 548.763,34€ em 2019.

Quadro n.º 93 – Resultados Financeiros

(unidade monetária: €uros)

Código das Contas	Custos e Perdas Financeiros	2019	2018	2017	Variação 2018/2019	%
681	Juros Suportados	35 134,72	21 478,07	25 577,19	13 656,65	63,58%
688	Outros Custos e Perdas Financeiras	5 840,36	6 153,40	5 617,99	(313,04)	-5,09%
	TOTAL	40 975,08	27 631,47	31 195,18	13 343,61	48,29%
Código das Contas	Proveitos e Ganhos Financeiros	2019	2018	2017	Variação 2018/2019	%
781	Juros Obtidos	6 006,69	12 530,67	11 805,69	(6 523,98)	-52,06%
783	Rendimentos de Imóveis	526 162,01	501 757,23	494 323,24	24 404,78	4,86%
784	Rendimentos de Participações de Capital	46 909,99	63 189,37	79 762,57	(16 279,38)	-25,76%
788	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	10 659,73	24 567,96	9 349,26	(13 908,23)	-56,61%
	TOTAL	589 738,42	602 045,23	595 240,76	(12 306,81)	-2,04%
	Resultados Financeiros	548 763,34	574 413,76	564 045,58	(25 650,42)	-4,47%

9. INDICADORES DE GESTÃO

Quadro n.º 94(A) – Indicadores de Gestão

INDICADORES		2017	2018	2019	2017/2018	2018/2019	OBSERVAÇÕES		
GRAU DE COBERTURA DAS RECEITAS E DAS DESPESAS									
Grau de cobertura das Receitas e das Despesas	1	Receita Total Disponível (incluindo saldo orçamental inicial) *100	131,32%	128,53%	21 327 170	131,14%	-2,79	2,62	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais.
		Despesa Total Paga			16 262 363				
	2	Receita Corrente Cobrada *100	135,41%	125,21%	14 825 527	132,10%	-10,20	6,89	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas.
		Despesa Corrente Paga			11 222 708				
	3	Receita Corrente Cobrada *100	76,87%	81,16%	14 825 527	90,58%	4,29	9,42	Mede o peso das receitas correntes nas receitas totais cobradas no exercício.
		Receita Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial)			16 366 834				
	4	Receita Próprias Cobradas *100	69,13%	80,55%	13 366 961	81,67%	11,41	1,12	Mede o peso das receitas próprias nas receitas totais cobradas no exercício e, por isso, de algum modo a independência financeira na perspectiva orçamental.
		Receita Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial)			16 366 834				
	5	Despesa Corrente Paga *100	60,33%	61,82%	11 222 708	69,01%	1,49	7,19	Mede o peso das despesas correntes nas despesas totais pagas.
		Despesa Total Paga			16 262 363				
	6	Receita Total Disponível-Passivos Financeiros Cobrados *100	126,89%	117,44%	21 227 170	130,53%	-9,45	13,09	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia que não são provenientes de empréstimos.
		Despesa Total Paga			16 262 363				
7	Receitas Próprias Cobradas *100	73,48%	76,82%	13 366 961	82,20%	3,34	5,37	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias (ou seja, o valor total das receitas abatido das transferências recebidas e dos passivos financeiros) e controladas directamente pela autarquia.	
	Despesa Total Paga			16 262 363					
8	Fundos Municipais *100	40,68%	39,93%	7 303 641	44,91%	-0,75	4,98	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelos fundos municipais.	
	Despesa Total Paga			16 262 363					
9	Transf da Administração Central *100	39,62%	37,84%	7 043 965	43,31%	-1,79	5,48	Mede o grau de cobertura da despesa total por receitas oriundas de transferências da Adm Central	
	Despesa Total Paga			16 262 363					
9	Receita Corrente Cobrada Localmente *100	15,85%	21,03%	3 358 479	20,65%	5,18	-0,38	Mede o grau de cobertura da despesa total por receitas cobradas localmente pela autarquia (Receitas totais abatidas das transferências, dos passivos financeiros e das receitas próprias cobradas por terceiros).	
	Despesa Total Paga			16 262 363					
11	Receita Corrente *100	150,26%	141,03%	14 825 527	150,67%	-9,23	9,63	Mede o grau de cobertura das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços correntes e outras despesas correntes (despesas de funcionamento) pelas receitas provenientes desse mesmo funcionamento.	
	Despesas de Funcionamento			9 839 962					
12	Receitas de Capital *100	84,76%	50,11%	1 536 741	30,49%	-34,65	-19,62	Mede o grau de cobertura das despesas com investimento direto, transferências de capital e ativos financeiros pelas receitas de capital	
	Despesas de Investimento			5 039 655					
ESTRUTURA DA RECEITA									
Estrutura da Receita	13	Receitas Próprias *100	55,96%	61,32%	13 366 961	62,68%	5,37	1,35	Mede o peso das receitas próprias do município no total das receitas arrecadas/disponíveis
		Receita Total Disponível			21 327 170				
	14	Receitas cobradas localmente *100	12,07%	16,79%	3 358 479	15,75%	4,72	-1,04	Mede o peso das receitas cobradas localmente pela autarquia nas receitas totais
		Receita Total Disponível			21 327 170				
	15	Impostos Diretos *100	19,71%	20,58%	5 043 579	23,65%	0,87	3,07	Mede o peso das receitas provenientes de impostos diretos na Receita total
		Receita Total Disponível			21 327 170				
	16	Fundos Municipais *100	30,98%	31,87%	7 303 641	34,25%	0,89	2,37	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia provenientes de empréstimos de terceiros.
		Receita Total Disponível			21 327 170				
	17	Transf Adm Central *100	30,17%	30,20%	7 043 965	33,03%	0,03	2,83	Mede o peso das Transferências da Adm Central na receita total
	Receita Total Disponível			21 327 170					
18	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita) *100	3,37%	6,26%	100 000	0,47%	2,89	-5,80	Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia	
	Receita Total Disponível			21 327 170					
19	Venda de Bens e serviços correntes e de investimento *100	9,99%	10,55%	1 905 432	8,93%	0,56	-1,61	Mede o peso da receita proveniente de venda de bens e serviços na receita total	
	Receita Total Disponível			21 327 170					
ESTRUTURA DA DESPESA									
Estrutura da Despesa	20	Despesa de Capital *100	39,67%	35,65%	5 039 655	30,99%	-4,01	-4,66	Mede o peso da despesa de capital na despesa total paga
		Despesa Total			16 262 363				
	21	Aquisição de bens de Capital *100	19,72%	19,14%	2 508 108	15,42%	-0,57	-3,72	Mede o peso da despesa com investimento direto na despesa total paga
		Despesa Total			16 262 363				
	22	Transferências de Capital (despesa) *100	8,65%	10,13%	1 527 010	9,39%	1,48	-0,74	Mede o peso do investimento realizado através de transferências de capital para outras entidades na despesa total
		Despesa Total			16 262 363				
	23	Pessoal *100	24,96%	24,83%	4 870 702	29,95%	-0,14	5,12	Mede o peso da despesa com pessoal na despesa total paga
		Despesa Total			16 262 363				
	24	Pessoal: Remunerações Certas e Permanentes *100	18,91%	18,94%	3 663 668	22,53%	0,03	3,59	Mede o peso com remunerações certas e permanentes na despesa total paga
		Despesa Total			16 262 363				
25	Aquisição de Bens e Serviços Correntes *100	27,95%	29,04%	4 858 436	29,88%	1,09	0,83	Mede o peso da despesa com a aquisição de bens e serviços decorrentes da atividade da autarquia na despesa total	
	Despesa Total			16 262 363					

Quadro n.º 94 (B) – Indicadores de Gestão

		INDICADORES		2017	2018	2019	2017/2018	2018/2019	OBSERVAÇÕES	
ESTRUTURA DE SERVIÇO DE DÍVIDA E EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS										
Estrutura de Serviço de Dívida e Empréstimos Bancários	26	Passivos Financeiros Cobrados (Receita)	*100	3,37%	6,26%	100 000	0,47%	2,89	-5,80	Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia.
		Receita Total Disponível				21 327 170				
	27	Passivos Financeiros Cobrados (Receita)	*100	4,43%	7,85%	100 000	0,61%	3,42	-7,23	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia provenientes de empréstimos de terceiros.
		Despesa Total Paga				16 262 363				
	28	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita)	*100	0,00%	22,01%	100 000	1,98%	22,01	-20,03	Mede o peso das receitas provenientes dos empréstimos de terceiros de médio e longo prazos no financiamento do investimento municipal municipal.
		Investimento (PPI)				5 039 655				
	29	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	*100	10,72%	6,05%	985 845	6,06%	-4,67	0,02	Mede o peso da despesa com os custos financeiros (juros+amortizações) dos empréstimos de médio e longo prazos na despesa total.
		Despesa Total Paga				16 262 363				
30	Amortização de Empréstimos de MLP	*100	10,56%	5,93%	950 746	5,85%	-4,63	-0,08	Permite apurar o peso da amortização de empréstimos de médio e longo prazos no conjunto das despesas da autarquia local.	
	Despesa Total Paga				16 262 363					
31	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	*100	8,16%	4,83%	985 845	4,62%	-3,34	-0,20	Mede o peso dos custos financeiros (juros + amortizações) decorrentes de empréstimos de médio e longo prazos na receita total da autarquia.	
	Receita Total Disponível				21 327 170					
32	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP		41	41,54	985 845	37,97	0,86	-3,58	Permite apurar o custo do serviço da dívida de empréstimos de médio e longo prazos "per capita".	
	População				25 965					
GRAU DE FINANCIAMENTO E DO INVESTIMENTO										
Grau de Financiamento do Investimento	33	Fundos municipais de capital	*100	8,66%	9,27%	574 684	11,40%	0,60	2,14	Mede o peso das receitas provenientes dos fundos municipais de capital no financiamento do investimento municipal
		Investimento (PPI)				5 039 655				
	34	Fundos municipais de capital	*100	17,36%	9,27%	574 684	11,40%	-8,10	2,14	Mede o grau de cobertura das despesas com investimento pelas receitas provenientes dos fundos municipais de capital
		Aquisição de bens de Capital				5 039 655				
35	Venda de bens de investimento	*100	15,37%	17,07%	661 226	13,12%	1,70	-3,95	Mede o peso das receitas provenientes da venda de bens de investimento no financiamento investimento municipal	
	Investimento (PPI)				5 039 655					
36	Transferências correntes e de capital obtidas no âmbito da U E	*100	23,11%	1,49%		0,00%	-21,62	-1,49	Mede o peso das receitas provenientes das transferências comunitárias no financiamento do investimento municipal	
	Investimento (PPI)				5 039 655					
RELAÇÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS CORRENTES COM AS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA										
Relação dos fundos municipais Correntes com as principais componentes da despesa	37	Pessoal	*100	67,00%	69,79%	4 870 702	72,38%	2,80	2,59	Mede o grau de cobertura das despesas com pessoal pelas receitas provenientes dos Fundos municipais oriundos do OE
		Fundos Municipais Correntes				6 728 957				
	38	Aquisição de bens e serviços correntes	*100	75,02%	81,65%	4 858 436	72,20%	6,63	-9,45	Mede o grau de cobertura das despesas com aquisição de bens e serviços correntes pelas receitas provenientes dos Fundos municipais oriundos do OE
		Fundos Municipais Correntes				6 728 957				
ESTRUTURA DA DÍVIDA MUNICIPAL/ COMPROMISSOS ASSUMIDOS /DESPESA PAGA										
Estrutura da Dívida Municipal/ Compromissos Assumidos /Despesa Paga	39	Compromissos Assumidos para o Exercício	*100	102,03%	107,84%	18 940 908	114,08%	5,81	6,24	Se < 100% significa que foi realizada e facturada despesa no exercício sem que, previamente, se efectuasse o respectivo compromisso. Caso contrário significa que foram assumidos compromissos em cada um dos exercícios que ainda não se encontram facturados e, como consequência, irão, num futuro próximo, agravar o valor do endividamento municipal.
		Despesas totais realizadas e facturadas (pagas e "outras dívidas a terceiros" que transitam a CP)				16 603 797				
	40	Despesa Total Paga	*100	89,34%	92,35%	16 262 363	85,86%	3,01	-6,49	Permite apurar a relação entre as despesas pagas e os compromissos totais assumidos (quer se encontrarem facturados ou não) no mesmo exercício.
		Compromissos Assumidos para o Exercício				18 940 908				
	41	Saldo Final Orçamental da Gerência	*100	322,73%	291,31%	5 064 805	351,19%	-31,41	59,87	Mede o grau de cobertura do saldo final gerência em relação às dívidas a fornecedores e empreiteiros, que têm sempre a natureza originária de curto prazo, não obstante podem ter sido consideradas ao nível do MLP no balanço.
		Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT)				1 442 200				
	42	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT)	*100	8,85%	9,51%	1 442 200	8,69%	0,66	-0,82	Peso da dívida comercial/administrativa, originariamente de curto prazo (excepto O.T.), nas despesas totais realizadas e facturadas (ou seja, as despesas pagas acrescidas da dívida administrativa/comercial, quer de CP, quer de MLP).
		Despesas totais realizadas e facturadas (pagas e "outras dívidas a terceiros" que transitam no CP ou MLP)				16 603 797				
	43	Dívida Municipal em sentido lato	*100	54,44%	41,02%	6 178 985	38,00%	-13,43	-3,02	Somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T./ Despesa total paga).
		Despesa Total Paga				16 262 363				
	44	Receita Total Disponível	*100	241,20%	305,44%	21 327 170	345,16%	64,24	39,71	Receita total disponível / Somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.).
		Dívida Municipal em sentido lato				6 178 985				
	45	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita)	*100	233,07%	286,31%	21 227 170	343,54%	53,24	57,23	Receita total disponível deduzida da rubrica orçamental "12. Passivos Financeiros - Emprést. contraídos a médio e longo prazos" /Somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.).
	Dívida Municipal em sentido lato				6 178 985					
46	Dívida financeira de MLP	*100	23,99%	26,39%	4 677 288	22,03%	2,40	-4,35	Somatório do capital em dívida dos empréstimos e leasing) e de médio e longo prazos, do capital em dívida dos contratos de leasing / Receita total disponível deduzida da rubrica orçamental "12. Passivos Financeiros - Emprést. contraídos a médio e longo prazos".	
	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita)				21 227 170					
47	Dívida Municipal em sentido lato		352	281,81	6 178 985	237,97	-70,31	-43,84	Permite apurar a dívida "per capita".	
	População				25 965					
DÍVIDA MUNICIPAL/ RECEITA										
Dívida Municipal / Receita	48	Dívida Municipal em sentido lato		0,7	0,53	6 178 985	0,46	-0,12	-0,07	Conjunto de indicadores relativos ao período de recuperação da dívida, ou seja, estimativa do número de anos em que a Autarquia é capaz de pagar as suas dívidas com base num conjunto de receitas próprias regulares, admitindo alguma estabilidade nas grandezas consideradas.
		Receita próprias regulares				13 366 961				
	49	Dívida financeira de MLP		0,4	0,4	4 677 288	0,3	0,04	-0,05	A dívida municipal em sentido lato corresponde ao somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.).
		Receita próprias regulares				13 366 961				
	50	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT)		0,1	0,1	1 442 200	0,1	0,01	-0,02	
		Receita próprias regulares				13 366 961				
	51	Dívida Municipal em sentido lato		0,9	0,8	6 178 985	0,7	-0,15	-0,06	As receitas próprias regulares resultam da soma das seguintes rubricas: 01 - Impostos directos; 02 - Impostos indirectos; 04 - Taxas, multas e Outras Penalidades; 05 - Rendimentos da Propriedade; 06.03.01.01 e 10.03.01.01- Fundo de Equilíbrio Financeiro; 06.03.01.02 - Fundo Social Municipal; 06.03.01.03- Participação no IRS; 07 - Venda de bens e serviços correntes; 08 - Outras receitas correntes.
		Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMLP e leasing)				8 461 117				
52	Dívida financeira de MLP		0,5	0,6	4 677 288	0,6	0,07	-0,04		
	Receita próprias regulares - Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMLP e leasing)				8 461 117					
53	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT)		0,2	0,2	1 442 200	0,2	0,02	-0,01		
	Receita próprias regulares - Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMLP e leasing)				8 461 117					
OBSERVAÇÕES: a) A dívida municipal considerada nos indicadores 19, 20, 22 e 23 não inclui o valor das operações de tesouraria, sendo apurada no mapa "DIV_RECONC". Apenas se refere as operações de tesouraria visto que se parte do pressuposto que as cauções e garantias em dinheiro estão incluídas nesta rubrica, mesmo em termos de fluxos de caixa. Caso contrário, haverá que somar no indicado mapa da "DIV_RECONC" estas duas realidades.										

Quadro n.º 94 (C) – Indicadores de Gestão

INDICADORES	2017	2018	2019	VARIÇÃO (pontos percentuais)		OBSERVAÇÕES		
				2017/2018	2018/2019			
RÁCIOS DE LIQUIDEZ								
Liquidez geral	Activo Circulante	331,04%	357,48%	12 064 350	410,26%	26,44%	52,78%	Mede o grau em que as dívidas de curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante, ou seja, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo.
	Passivo Circulante			2 940 650				
Liquidez reduzida	Activo circulante - existências	326,23%	352,25%	11 876 215	403,86%	160,14%	51,61%	Idêntico ao anterior, mas não é considerado o valor das existências.
	Passivo Circulante			2 940 650				
Liquidez imediata	Disponibilidades	175,28%	167,96%	5 681 147	193,19%	38,47%	25,24%	Idêntico ao primeiro, mas no numerador apenas considera o valor das disponibilidades
	Passivo Circulante			2 940 650				
IMOBILIZAÇÕES								
Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes	71,28%	71,72%	73 084 320	75,08%	10,55%	3,36%	Avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo.
	Imobilizado Líquido			97 347 158				
Indicador das imobilizações II	Capitais Alheios de Curto Prazo	3,70%	3,65%	2 940 650	3,02%	0,38%	-0,63%	Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de curto prazo (excluindo acréscimos e diferimentos).
	Imobilizado Líquido			97 347 158				
ENDIVIDAMENTO								
Endividamento	Passivo	9,50%	7,67%	6 795 326	6,21%	-3,94%	-1,46%	Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da autarquia.
	Activo Líquido			109 411 508				
Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	65,31%	57,87%	3 854 676	56,73%	-16,19%	-1,15%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de MLP.
	Passivo			6 795 326				
Estrutura de Endividamento II	Dívida financeira de MLP	41,07%	68,60%	4 677 288	68,83%	7,75%	0,23%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo financeiro (empréstimos e leasing) de MLP.
	Passivo			6 795 326				
Estrutura de Endividamento III	Dívidas de Curto Prazo	34,69%	42,13%	2 940 650	43,27%	16,19%	1,15%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos. Complementa o penúltimo indicador.
	Passivo			6 795 326				
SOLVABILIDADE E AUTONOMIA								
Autonomia Financeira	Fundos Próprios e Passivo	234,18%	243,87%	109 411 508	272,29%	52,81%	28,42%	Quando inferior a 50% a entidade encontra-se na dependência dos seus credores nessa mesma percentagem
	Passivo Total			40 181 864				
Capacidade de Endividamento de Médio e Longo Prazo	Dívidas a Terceiros (MLP)	9,77%	7,00%	3 854 676	5,27%	-8,29%	-1,72%	Mede o peso do passivo de MLP nos capitais permanentes
	Capitais permanentes			73 084 320				



ESTARREJA
MUNICÍPIO

TERMO DE ENCERRAMENTO Relatório de gestão de Prestação de Contas 2019

O Relatório de Gestão da Prestação de Contas 2019 foi aprovado na reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada em 19 de junho de 2020 (deliberação n.º 133/2020), sendo este documento constituído por 126 páginas

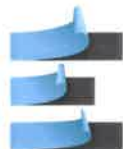
António Aguiar

Luís Augusto Sousa

Miranda da Costa

Carla da Conceição Nascimento Rodrigues

Isabel Paula da Conceição Simões Pinto



ESTARREJA
MUNICÍPIO

E, foi apreciado na ____ reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal,
realizada em 26 de 06 de 2020.

[Handwritten signature in black ink]

[Handwritten signature in blue ink]

[Handwritten signature in blue ink]